

**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

Significados das paisagens da microbacia do ribeirão dos Sinos, Ipeúna, SP.

Mário Masaru Sakaguti Júnior

**Dissertação apresentada para a obtenção do título de
Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada**

**Piracicaba
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Mário Masaru Sakaguti Júnior
Bacharel em Gestão Ambiental

Significados das paisagens da microbacia do ribeirão dos Sinos, Ipeúna, SP.

Orientador:
Prof. Dr. **ANTÔNIO RIBEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre
em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

Piracicaba
2010

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - ESALQ/USP**

Sakaguti Júnior, Mário Masaru
Significados das paisagens da microbacia do ribeirão dos Sinos, Ipeúna, SP. / Mário Masaru
Sakaguti Júnior. - - Piracicaba, 2010.
201 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", 2010.
Bibliografia.

1. Bacia hidrográfica 2. Ipeúna (SP) 3. Paisagem 4. Propriedade rural 5. Significado I. Título

CDD 301.31
S158s

"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que ainda cultivam a terra com simplicidade e trabalho árduo

A todos que buscam nas paisagens inspirações e reflexões

Ao povo de Ipeúna

À minha família e aos meus amigos

AGRADECIMENTOS

Ao professor Antônio Ribeiro de Almeida Júnior,
por ter proposto esta pesquisa, pelas orientações, por ter me acompanhado em várias visitas a
campo e por ter revisado e corrigido pacientemente as versões anteriores deste trabalho.

À professora Sílvia Maria Guerra Molina
por ter revisado e corrigido pacientemente as últimas versões deste trabalho.

Ao professor Euler Sandeville Júnior
pela paciência, pela avaliação minuciosa e criteriosa e pelas orientações.

Aos três,
pelas oportunidades de aprendizado e pela amizade.

Aos professores Júlio César Suzuki e Marta Inez de Medeiros Marques.

A todos do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada.
A todos os funcionários da ESALQ/USP e do CENA/USP
que me auxiliaram.

Ao povo de Ipeúna,
especialmente aos proprietários e proprietárias rurais da microbacia do ribeirão dos Sinos,
que me receberam de forma acolhedora e que contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos aqueles que entrevistamos,
pela grande contribuição.

A Luís e Eli,
pelas importantes informações compartilhadas e pela grande ajuda.

A Odair Zamboni,
pela companhia e por compartilhar um pouco da sua história de vida
durante algumas visitas a campo.

A Idajar Martins,
pelas importantes informações compartilhadas e por sua dedicação sincera ao resgate e
preservação da memória e da história de Ipeúna.

A meus colegas
que discutiram importantes aspectos deste trabalho.

A todos meus amigos e familiares, em especial
aos meus pais, Mário e Luzia,
a meu irmão, Luiz
e à minha noiva, Aline,
que sempre me apoiaram.

A tudo
que permitiu e contribuiu para que eu concluísse essa importante etapa da minha vida.

“A paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de ação de suas comunidades”.

Aziz Ab’Saber, 1977

“Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas”.

Simon Schama, 1996

“A vida é doce e amarga. O lado doce só é autêntico se o lado oposto for amargo. O mundo tem morte porque tem vida; uma pode ser doce e a outra pode ser amarga. A vida e a morte se intercalam se complementam; o doce e o amargo também se misturam para que o sabor seja verdadeiramente apreciado”.

Myra Terra, 2007

SUMÁRIO

RESUMO.....	13
ABSTRACT.....	15
1 INTRODUÇÃO.....	17
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
3 REFLEXÕES SOBRE PAISAGEM E SOCIEDADE.....	29
4 AS TRANSFORMAÇÕES DE IPEÚNA.....	69
4.1 Fontes históricas.....	69
4.2 Caipiras e imigrantes.....	72
4.3 O povoado.....	81
4.4 Atividades econômicas.....	90
4.5 O rústico e o moderno.....	102
4.6 Emancipação e progresso.....	108
5 O CONTEXTO ATUAL.....	111
5.1 Considerações gerais sobre Ipeúna.....	111
5.1.1 Os elementos e agentes conformadores das paisagens.....	114
5.1.2 Contexto social.....	121
5.2 A microbacia do ribeirão dos Sinos.....	128
5.2.1 Proprietários e propriedades rurais: usos e motivações.....	128
5.2.1.1 Dificuldades no campo.....	129
5.2.1.2 Problemas ambientais.....	145
5.2.1.3 Desfrutando as propriedades rurais e as paisagens.....	160
5.2.1.4 Memórias.....	179
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
REFERÊNCIAS.....	193

RESUMO

Significados das paisagens da microbacia do ribeirão dos Sinos, Ipeúna, SP.

O presente trabalho tem como objetivo investigar os significados das paisagens da microbacia do ribeirão dos Sinos, em Ipeúna, SP, a partir de um estudo dos processos de transformação do espaço e de uma vivência, uma imersão nas paisagens. O conceito de paisagem utilizado não se restringe à mera visualidade, a um espaço observado. Pelo contrário, trata-se de um espaço vivenciado, uma realidade complexa e relacional, indissociável no que diz respeito à sua materialidade e às suas representações. Nesse sentido, a busca pelos significados das paisagens depende das “experiências partilhadas” pelas pessoas que as vivenciam. A partir das experiências e visões de mundo dos proprietários rurais, buscamos compreender melhor como surgem as motivações que dão sentido às práticas que resultam na configuração das paisagens rurais da microbacia. Nossa abordagem se deu de forma exploratória e qualitativa. Analisamos a história local e o contexto atual a partir de uma revisão bibliográfica, de um registro fotográfico e de entrevistas semi-estruturadas realizadas com os proprietários rurais e outros membros da população local entre maio de 2008 e maio de 2009. Tendo em vista que Ipeúna foi um pequeno Distrito de Rio Claro até 1964, quando foi emancipada, seu processo de modernização, em comparação com outras cidades, foi recente. Atualmente, ainda é um município pequeno. Seu contexto social é marcado pela adaptação dos antigos moradores à chegada de novos habitantes, estranhos ao seu círculo de convivência, e às transformações sociais, econômicas e culturais. Constatamos que os pequenos produtores rurais tradicionais enfrentam dificuldades crescentes para sobreviver da atividade agropecuária e seu modo tradicional de produção está prestes a ser abandonado definitivamente. Os principais problemas ambientais mencionados foram: escassez de água, erosão, queimadas e danos provocados por javalis. Há diferenças marcantes de atribuições de significados às paisagens entre as famílias ipeunenses tradicionais e os novos moradores. A beleza das paisagens é valorizada enfaticamente pelos proprietários de chácaras, que estão em condições de aproveitar o tempo com atividades de lazer. Por outro lado, devido ao longo período de convivência no lugar, os sentimentos e as memórias depositadas sobre as paisagens e propriedades rurais pelas famílias ipeunenses tradicionais são mais profundos e íntimos, refletindo suas próprias histórias de vida. Esta pesquisa enfatiza a enorme complexidade dos processos de transformação do espaço, das experiências humanas e dos significados das paisagens.

Palavras-chave: Paisagem; Paisagem rural; Significados das paisagens; Propriedade rural; Ipeúna; Experiências partilhadas

ABSTRACT

Meanings of the Sinos stream microbasin's landscapes, Ipeuna, SP.

The present work aims to investigate the meanings of the Sinos stream microbasin's landscapes, in Ipeuna, SP - Brazil, from a study of space transformation processes and life experiences. The landscape concept used is not restricted to mere visibility and observed space. Contrariwise, landscape is an experienced space, a complex and relational reality, both materiality and representation. In this sense, the investigation of the meanings of the landscapes depends on people's "shared experiences". Based on the landowners' experiences and world views, we have hoped to expand the comprehension of motivations for practices that result in the appearance of the microbasin agricultural landscapes. This was an exploratory qualitative research. We have analyzed the local history and the present context by literature review, photo registry and semi-structured interviews conducted with landowners and other members of the local population between May 2008 and May 2009. Ipeuna had been a small district of Rio Claro until 1964, when it turned into a city. Because of this, compared to other cities, the modernization process was recent. Nowadays, it is still a small town. The social context is characterized by the adaptation of traditional dwellers to the arrival of new residents, strangers to their social circle, and the social, economic and cultural changes. We have found that the traditional farmers face increasing difficulties to survive in farming and its traditional way of production is about to be abandoned permanently. The main environmental problems cited were: water scarcity, erosion, fires and damages caused by wild boars. There are great differences of meanings attributed to the landscapes between traditional families from Ipeuna and new residents. The landscapes beauty is strongly valued by the proprietors of country houses that are able to spend time on leisure activities. On the other hand, because of the long experience time in that place, feelings and memories deposited on the landscapes and rural properties by the traditional families from Ipeuna are more profound and intimate, reflecting their own life histories. This research emphasizes the enormous complexity of space transformation processes, human experiences and meanings of landscapes.

Keywords: Landscape; Rural landscape; Meanings of the landscapes; Rural property; Ipeuna; Shared experiences

1 INTRODUÇÃO

As questões ambientais estão na pauta dos debates da atualidade. Problemas ambientais como poluição, desmatamento, mudanças climáticas, aquecimento global, derretimento das calotas polares, acidentes nucleares, consequências da biotecnologia e dos transgênicos, agrotóxicos, extinções em massa, destruição da camada de ozônio, calamidades causadas por eventos climáticos extremos, aumento da população mundial passaram a integrar as preocupações de inúmeras pessoas ao redor do mundo. De acordo com Leff, a crise ambiental é a crise dos tempos atuais (LEFF, 2003, p. 15). Desde a publicação de “A primavera silenciosa”, de Rachel Carson, passando pelas Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, e sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, a preocupação com os problemas ambientais expandiu-se enormemente (LEFF, 2001). Nesta década em que vivemos, os problemas ambientais tornaram-se ainda mais severos e passaram a ser manchetes de destaque na veiculação midiática, principalmente as temáticas relacionadas às mudanças climáticas e ao aquecimento global causado pelo efeito estufa. Sobre essa temática, James Lovelock (2006, p. 23) afirmou que, com relação às respostas da natureza às ações humanas, as perspectivas são sombrias.

Guattari (1997) constatou que os modos de vida humanos tanto individuais quanto coletivos caminham no sentido de uma progressiva deterioração. No entanto, a crise ambiental ainda é considerada por muitos como um acontecimento totalmente desvinculado das ações humanas. Defensores do sistema capitalista chegaram a afirmar que as questões ambientais foram uma mera invenção para frear a industrialização e o progresso (SACHS, 2000). O saber científico e disciplinar, muitas vezes, estimula pensamentos desse tipo ao permitir que os problemas ambientais fossem desvinculados de suas origens humanas (ALMEIDA; HOEFFEL; QUEDA, 2008). Na realidade, a problemática ambiental é uma questão de caráter essencialmente social, gerada e agravada por processos sociais (LEFF, 2001, p. 111). Portanto, poderíamos supor que caberia às ciências humanas o papel de articular as demais áreas do conhecimento para o tratamento das questões ambientais. Todavia, essas ciências ainda não transformaram suficientemente seus conceitos, métodos e paradigmas teóricos para abordar as relações entre os processos sociais e as questões ambientais emergentes (LEFF, 2001, p. 111). Há grandes esforços para a resolução de problemas ambientais exclusivamente pela tecnologia e pela técnica, pois

nem todos estão dispostos a conceber uma transformação social. Transformar a ordem social significa confrontar os interesses dos poderosos. Assim, deve ficar claro que a crise ambiental, como já afirmaram muitos autores, é uma das manifestações da crise da própria sociedade (MORIN, 1987; CASTORIADIS, 1997; LEFF, 2002; SANTOS, 2002).

Por esse motivo, a realização de pesquisas na área ambiental tornou-se fundamental para prevenir, remediar e mitigar problemas ambientais. Contudo, muitas pesquisas dessa área de conhecimento são feitas com base num pensamento fragmentado e disciplinar e com um enfoque demasiado nas ciências exatas e biológicas. Tal abordagem subtrai o caráter humano dos problemas ambientais e deixa de lado o debate sobre as representações sociais do ambiente (ALMEIDA; HOEFFEL; QUEDA, p. 2008).

Sendo assim, este estudo visa um aprofundamento do conhecimento sobre causas humanas dos problemas ambientais. O objetivo geral é investigar os significados das paisagens da microbacia do ribeirão dos Sinos, Ipeúna, SP, a partir das relações entre a conformação da paisagem e as visões de mundo, as representações sociais e simbólicas dos proprietários rurais.

O simbolismo, as representações simbólicas sempre estiveram presentes em todas as sociedades, portanto, fazem parte das culturas. Os objetos possuem significados simbólicos distintos de acordo com cada cultura. Eles determinam a posição social, o *status*, os valores, a identidade de seus possuidores (BOURDIEU, 2000). As relações sociais e a interação com o ambiente são permeadas pelas representações simbólicas. O problema central da pesquisa é resgatar as diferentes concepções de mundo e de natureza historicamente produzidas e, a partir disso, investigar como surgem as motivações produtoras de sentido para as práticas que resultam na configuração ambiental da microbacia. A pesquisa proposta, portanto, pode trazer contribuições importantes para o entendimento das questões ambientais locais, articulando conhecimentos de modo a explorar novas abordagens interdisciplinares.

A escolha do local deveu-se à importância estratégica da bacia do rio Corumbataí – onde está inserida a microbacia do ribeirão dos Sinos – para a conservação de recursos hídricos. O rio Corumbataí possui importância estratégica por ser o principal manancial para o abastecimento hídrico de seis cidades da região: Piracicaba, Charqueada, Rio Claro, Corumbataí, Itirapina e Santa Gertrudes. Esse rio é a principal fonte de abastecimento do município de Piracicaba, tanto em quantidade quanto em qualidade de água, e vem piorando ao longo dos anos, ao mesmo tempo em que ocorre um aumento na demanda por água. Por isso, são necessárias ações

imediatas visando à conservação da bacia e à melhoria da qualidade das águas do rio Corumbataí para que haja elevação na qualidade de vida da região.

A bacia do rio Corumbataí foi ocupada e povoada mais intensamente a partir do final do século XVIII e início do século XIX, com a doação de sesmarias e, posteriormente, a expansão das fazendas de criação de gado e o desenvolvimento da lavoura canavieira. A partir da primeira metade do século XIX, o café passou a substituir a cana, constituindo o principal estímulo à migração para a região. A evolução do uso da terra suprimiu a maior parte das florestas naturais da bacia (GARCIA, 2000).

Em 1994, foi regulamentada a Área de Proteção Ambiental (APA) Corumbataí. A APA é uma unidade de conservação que permite o desenvolvimento de atividades econômicas respeitando-se as fragilidades do ambiente. Com isso, a instalação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras, a execução de obras de terraplenagem, o exercício de atividades que ameacem a biota ou que sejam capazes de produzir erosão acentuada devem ser controlados por normas estabelecidas pelo poder público. Mencionamos ainda que a bacia do Corumbataí faz parte da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos das Bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiá (UGRHI-5).

De acordo com Nolasco (1997, p. 56), a população rural e urbana ainda não havia sido envolvida satisfatoriamente em ações concretas visando à conservação da bacia do Corumbataí, tornando-se fundamental o desenvolvimento de programas de educação ambiental pautados por estudos de caso que estimulem formas de participação e envolvimento da comunidade na resolução de problemas ambientais. Dessa forma, o projeto de pesquisa proposto é relevante por buscar conhecimentos e reflexões que gerem uma contribuição para a implementação de programas duradouros de educação e políticas públicas ambientais.

A microbacia do ribeirão dos Sinos foi escolhida entre as demais sub-bacias do rio Passa Cinco por suas pequenas dimensões, permitindo uma investigação em profundidade e por sua proximidade em relação à zona urbana. O problema foi abordado de forma exploratória e qualitativa, por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas com proprietários rurais e membros da população local nos anos de maio de 2008 a maio de 2009. Também foram realizados um levantamento sobre o histórico de ocupação da região e um registro fotográfico.

A propriedade rural destaca-se como um importante instrumento para modificação do espaço. Propriedades rurais são objetos complexos em constante transformação sobre as quais

manifestam-se resultados de práticas de poder e cujas configurações e aparências dependem de formas de pensar e de sentir que legitimam seu uso e apropriação (ALMEIDA; HOEFFEL; QUEDA, 2008, p. 48-54). O conjunto das diferentes aparências das propriedades rurais forma os mosaicos das paisagens rurais.

Paisagens não se reduzem às vistas panorâmicas, ao meramente visual. São muito mais, do que isso:

Uma paisagem é uma realidade relacional em todos os sentidos, e por isso mesmo, sempre relativa. Depende da **escala** da observação, depende do **enfoque** privilegiado, depende das **relações** reconhecidas não só entre os objetos, mas entre as escalas em que são investigados. As paisagens existem em uma constante tensão entre os objetos geográficos enquanto fatos materiais e as representações que, a partir da percepção e da experiência deles, construímos. Assim, o melhor modo de começar o estudo de uma paisagem, a meu ver, não está no esforço quantitativo ou descritivo de seus elementos e arranjos e sim no reconhecimento, a exemplo do que foi dito nos primeiros parágrafos, que a traz para o universo da **cultura** e concebe seu sentido dependente de **experiências partilhadas**. Daí então sim, podemos buscar suas **propriedades**, que evidenciarão interações e interdependências de **escalas** diversas, compreensão de **processos** naturais e socioeconômicos, sua **estrutura morfológica e funcional**, estudos sobre seu significado **simbólico**, de suas **potencialidades**, etc.. Porém, desse modo, esse conhecimento sobre as paisagens se inscreverá em uma discussão da cultura, e da maior importância, na medida em que discuti-las é pensar o que somos, os valores praticados, as esperanças diante das quais nos posicionamos (SANDEVILLE, 2004a, p. 3).

Este não é um estudo de morfologia da paisagem. Buscamos transcender a ideia de uma visualidade distante e estática que o termo paisagem muitas vezes sugere. Este estudo enfatiza as representações, os significados das paisagens. No entanto, isso não quer dizer que desvalorizamos os aspectos morfológicos das paisagens, os quais não poderiam ser descartados. Afinal, pensamos que as paisagens não se reduzem apenas à materialidade e à visualidade. Entendemos, com base em Sandeville (2005, p. 6) que o conceito de paisagem abrange tanto sua materialidade quanto sua representação. A paisagem não se reduz a uma coisa ou outra, mas constitui uma realidade multidimensional indissociável.

Com este estudo, quisemos discutir a cultura e a sociedade historicamente constituídas e responsáveis pela produção do espaço. Por que estudar os significados das paisagens? Porque revelam valores e concepções de mundo, experiências pessoais e processos históricos que estão muito além da forma apreendida pela visualidade mais imediata.

[...] o fato das paisagens terem significados, certos sabores característicos e culturais, que lhe são indissociáveis, e frutos da interação de múltiplos processos imbricados que a

constituem como tal. Postulamos que o entendimento da paisagem apenas como forma não é capaz de dotar-lhe dessa vida, arriscando convergir num registro que não lhe toca o essencial: a natureza processual e vivencial implicada pela idéia de paisagem. **A paisagem, mais do que espaço observado, trata-se de espaço vivenciado, da sensibilidade das pessoas com seu entorno** (SANDEVILLE, 2007, p. 10).

A principal justificativa para estudar os significados das paisagens a partir das propriedades rurais é o fato de que essas são as parcelas do espaço vivenciadas mais intensamente por seus respectivos proprietários e, desse modo, influenciam diretamente nas maneiras pelas quais as paisagens são vivenciadas e construídas.

Seguimos as recomendações de Euler Sandeville Jr. (2005) para estudar a paisagem, a partir de uma investigação dos processos de transformação do espaço e de vivências e experiências nas paisagens, que convergem em uma discussão da cultura,.

Quanto à organização do texto, primeiramente, descrevemos de forma detalhada os procedimentos metodológicos utilizados para o estudo das paisagens e propriedades rurais, desde as visitas a campo e as entrevistas, que corresponderam às experiências nas paisagens, até a organização e a análise dos dados.

Em segundo lugar, a partir de uma revisão bibliográfica, fizemos uma reflexão sobre a sociedade contemporânea e como as suas práticas espaciais marcam as paisagens. Buscamos em Euler Sandeville Jr. a noção de paisagem, em Doreen Massey as noções de espaço e lugar, em Almeida, Hoeffel e Queda a noção dos significados da propriedade rural e em Raymond Williams e Keith Thomas referências sobre a relação campo-cidade. As principais ideias que embasaram a discussão sobre cultura, sociedade contemporânea e diversidade cultural, foram referentes ao pensamento de Boaventura de Sousa Santos, a partir de obras como “A crítica da razão indolente”, “Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social” e “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. Autores como Doreen Massey e Hassan Zoaoul seguem uma linha de pensamento semelhante a Boaventura, principalmente em relação à defesa da multiculturalidade e das multiplicidades. Com relação ao estudo do espaço e seus processos de transformação, utilizamos algumas ideias de Henri Lefebvre em “A produção do espaço”. Chamamos atenção para o processo colonial por seus efeitos drásticos nas transformações culturais e espaciais e, a partir do qual, foram formadas nações e sociedades constituídas por um conjunto de instituições comuns, entre as quais destacamos o Estado, a economia de mercado, o direito estatal e as ciências. As maneiras como essas instituições

operam, isto é, como o capitalismo opera ao transformar tudo o que é possível em mercadorias, como as ciências são supervalorizadas e legitimadas como a única forma válida de conhecimento e como o Estado e o direito exercem seus poderes supremos, continuam a exercer enormes pressões sobre a diversidade cultural, produzindo a “hegemonia de um só e único ponto de vista, o do modelo único para todos” (ZAOUAL, 2003, p. 34).

Em seguida, analisamos a história local a partir das fontes históricas disponíveis e relatos de história oral de antigos moradores de Ipeúna a fim de resgatar os processos de transformação do espaço. Ipeúna foi durante o final do século XIX e início do século XX um pequeno povoado, Distrito de Rio Claro, formado a partir da conjugação de uma população de caipiras que já residia na região com imigrantes que se estabeleceram nas fazendas de café. Durante algumas décadas, a população resultante desse contato cultural permaneceu em um relativo estado de isolamento e isso permitiu o surgimento de uma identidade de grupo e um forte sentimento de pertencimento ao lugar. Destacamos as modificações espaciais decorrentes do processo de modernização difusa, caracterizada pelo surgimento de tratores e máquinas agrícolas, automóveis, caminhões, consumo dos produtos industrializados, televisores, rádios, geladeiras, energia elétrica, telefones, entre outras inovações (ALMEIDA; HOFFEL; QUEDA, 2008, p. 127).

Por fim, analisamos a microbacia do ribeirão dos Sinos na situação presente a partir das entrevistas e das visitas a campo. Verificamos que problemas dominantes nos grandes centros urbanos passaram a influenciar o meio rural de formas mais intensas. A disseminação da lógica de produção industrial no campo, a concorrência e a dificuldade em escoar a produção criam dificuldades para a continuidade da pequena propriedade produtiva. A supressão da vegetação nativa e a exploração intensa das terras, bem como condutas individuais irresponsáveis são as principais causas dos problemas ambientais locais. Há um processo, ainda no início, de repovoamento da zona rural por chacareiros provenientes de grandes centros urbanos, que buscam usufruir de um ambiente mais tranquilo, de um contato com a “natureza” e um “retorno” à vida do campo. As propriedades rurais revelam, assim, as concepções de mundo, a cultura, as disposições econômicas, as motivações, os gostos e as inquietações de seus proprietários

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ressaltamos inicialmente que o estudo proposto é qualitativo e exploratório (SAMPIERI, COLLADO, LUCIO, 2006). Segundo Almeida, Hoeffel e Queda (2008), a tendência é pensar o ambiente de maneira fragmentada e disciplinar. As ações humanas produziram problemas ambientais cada vez mais severos e ocasionaram o surgimento de situações e fenômenos cada vez mais complexos que não podiam ser solucionados por uma única especialidade científica. Por isso, há a necessidade de se colocar objetos reais sob óticas de múltiplos prismas. A interdisciplinaridade constitui-se como exigência e desafio às ciências, principalmente, às ciências ambientais, afinal, toda a vida da sociedade no seu ambiente e as suas interações são processos originalmente interdisciplinares (PHILIPPI, 2000, p. XIII).

Neste contexto, estudos de paisagem podem contribuir muito para pesquisas ambientais. A paisagem é um aspecto ambiental e objeto de estudo interdisciplinar por excelência, pois é onde as pessoas e o ambiente podem ser apreendidos como uma totalidade (BALÉE, ERICKSON, 2006, p. 3).

Com base em Bernardez (1981), Sandeville (2004a, p. 6) propõe as seguintes questões para direcionar o estudo de uma paisagem:

1. Por que esta paisagem é assim? Quais os fatores responsáveis por sua manutenção? Quais os fatos e objetos (inicialmente utilizávamos a palavra elementos, aqui substituída para afastar da idéia corrente de que a paisagem é um todo que pode ser decomposto em elementos) que a caracterizam e quais suas qualidades específicas? Que interações estabelecem?
2. Quais fatores são responsáveis por suas diferenças com paisagens vizinhas?
3. Quais são os aspectos históricos, recentes ou não, de sua evolução? Como se acham registrados na situação atual? Que tipos de valores positivos e negativos mobilizam?
4. Como a percebem distintos grupos sociais, locais ou não e que preferências mostram aos distintos setores que reconhecem na paisagem ou a paisagens vizinhas? Como subdividem e denominam a paisagem? Como se relacionam com a paisagem e como percebem sua dinâmica?
5. Trata-se de um “sistema” em equilíbrio, em mudança, ou sob intensa alteração? Quais as possibilidades prováveis de sua evolução futura? O que se terá de fazer para conservar o estado atual ou para direcioná-lo a condições consideradas mais favoráveis? Quais são os valores, critérios e meios para decidir o que conservar, o que mudar, o que recompor?
6. Essa paisagem pode ser subdividida em sub-unidades para estudo e atuação? Se pode, como se relacionam e se diferenciam? Como se organizam? Como reagem a mudanças? De que fatores dependem? Quais os principais valores e problemas que apresentam? Quais os critérios para defini-los?
7. Que interações dependem ou são fortemente influenciadas por processos mais gerais, externos à área em estudo e como cada uma de suas subdivisões (se houver) responde a eles? Que fatores são predominantemente locais? Como interagem essas diversas escalas de recortes definidos na paisagem para seu estudo?

Ele enfatiza que as perguntas devem permitir um entendimento aberto e não respostas prontas. Dessa forma, os procedimentos metodológicos utilizados no presente estudo foram pensados para abranger ao máximo essas questões: 1) Escolha e delimitação da área a ser estudada; 2) Registro de imagens; 3) Investigação acerca da história de ocupação da região e do local; 4) Identificação das principais forças sociais e econômicas atuantes na região; 5) Entrevistas semi-estruturadas com os proprietários rurais.

A motivação inicial para a escolha do local de estudo foi a importância estratégica da bacia do Rio Corumbataí para o abastecimento de água do município de Piracicaba. Os mananciais de abastecimento de Piracicaba são o Rio Corumbataí e o Rio Piracicaba, o primeiro em melhores condições do que o segundo. Conforme o relatório anual de qualidade da água para o consumo humano do Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba¹, destacamos:

O Corumbataí possui 136,5 Km de extensão, nasce no município de Analândia e deságua no rio Piracicaba. Este manancial recebe menos esgotos domésticos e industriais e apresenta menor índice de coliformes fecais em comparação às águas do Piracicaba. Ao contrário do Piracicaba, o Corumbataí não tem águas represadas, não tendo problemas com algas, que liberam substâncias que provocam odor e gosto. De acordo com a Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), a média de Oxigênio dissolvido (OD) no Corumbataí é de 4,0 a 6,0 miligramas/litro, média considerada “excelente” (SEMAE, 2008, p.1).

A bacia hidrográfica do Rio Corumbataí é composta pela sub-bacia do Passa Cinco, dentre outras, e compõe a bacia hidrográfica do Rio Piracicaba. O município de Ipeúna foi escolhido devido à proximidade em relação a Piracicaba e ao fato de abarcar o Rio Passa Cinco. O foco da pesquisa foi a microbacia do ribeirão dos Sinos, uma sub-bacia do Passa Cinco. Os principais motivos que justificaram a escolha foram: suas pequenas dimensões, com extensão de aproximadamente 7 Km, permitindo que a investigação ocorresse em profundidade; a microbacia hidrográfica está cada vez mais sendo utilizada como unidade de gerenciamento, pesquisa e políticas públicas²; a configuração espacial é caracterizada por uma pluralidade de tamanhos e usos das propriedades rurais; os problemas ambientais são severos, apesar do aparente aspecto de

¹ É necessário ter cautela ao interpretar esses dados. Medidas de posição como as médias são utilizadas para representar uma série toda e podem conduzir a erros de interpretação (BUSSAB; MORETTIN, 2002). Para avaliar a qualidade dos recursos hídricos seria mais importante avaliar de forma independente os dados referentes aos principais pontos de coleta de água destinada ao consumo. Uma média “excelente” poderia ocultar dados que revelassem uma baixa qualidade da água. A informação mais importante para este estudo diz respeito à relevância do rio Corumbataí para o abastecimento do município de Piracicaba.

² Por exemplo, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas da Cati (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) e o Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ).

conservação; a urbanização e modernização do município e o contato entre “novos moradores” e os moradores tradicionais são fatos recentes.

A estratégia elaborada consistiu em evitar grupos muito grandes ou muito pequenos e a concentrar as entrevistas ao invés de dispersá-las. Lefebvre (2000, p. 107) afirma que é uma vantagem da sociologia do cotidiano e da pesquisa empírica evitar grupos muito pequenos ou muito grandes. Assim sendo, para a presente pesquisa, a quantidade total de proprietários foi considerada conveniente para contemplar significativamente uma pluralidade e para viabilizar o trabalho de campo e as entrevistas. A cada visita a campo³, sempre que possível, era feito um registro fotográfico da paisagem.

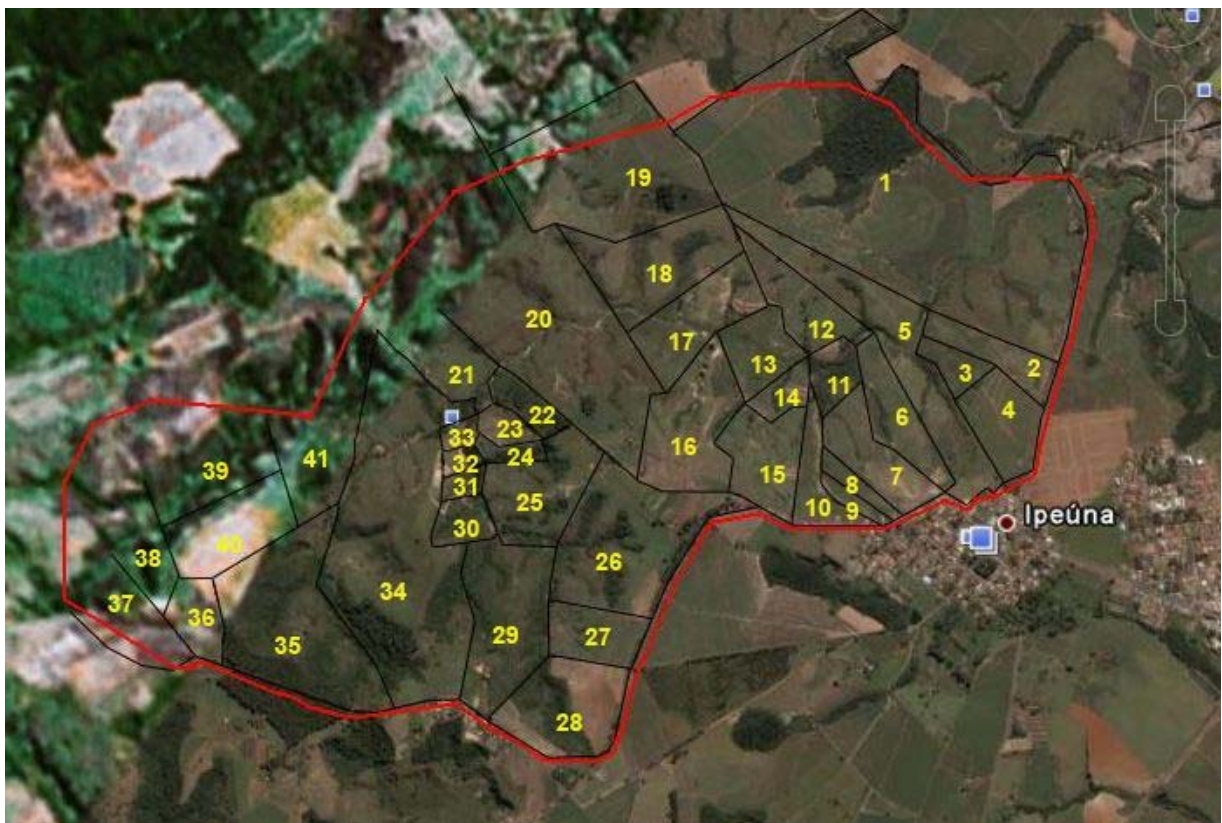


Figura 1 - As propriedades rurais da microbacia do ribeirão dos Sinos (GOOGLE EARTH, 2009)

A ferramenta Google Earth foi fundamental para uma visualização mais ampla da microbacia, permitindo a delimitação das fronteiras das propriedades rurais. Para situar

³ As visitas a campo, em alguns casos, foram guiadas por Luís A. Scotton (técnico da Casa da Agricultura de Ipeúna) e Odair Zamboni (morador e proprietário rural).

geograficamente diferentes perfis de propriedades propusemos as seguintes categorias: 1) Propriedades de moradores tradicionais: todas as que não foram mencionadas nos itens seguintes; 2) Propriedades de não-ipeunenses: 2, 7, 12, 20, 28, 29, 37; 3) Propriedades da prefeitura: 11; 4) Chácaras de lazer: 24, 25, 30, 31, 32, 33 e 38.

A partir da análise da história local, buscamos uma melhor compreensão dos processos de modificação do espaço e das transformações culturais. Não há livros publicados sobre a história de Ipeúna. As fontes mais ricas encontradas baseiam-se em metodologias de história oral e não foram publicadas.

As principais evidências da atuação nas paisagens por parte do Estado, corporações, indústrias, entre outros agentes, constituíram importante motivação para a escolha de entrevistados. Nesses casos, o objetivo principal das entrevistas foi desvendar os motivos pelos quais tais atividades foram instaladas naquelas determinadas localidades.

Entrevistas qualitativas têm sido utilizadas como ferramenta pelas ciências sociais por mais de um século e constituem um importante método de obtenção de dados. Para pesquisas exploratórias, nas quais há menor interesse nas medições de variáveis e um maior interesse por entender como os indivíduos interpretam o mundo subjetivamente, as entrevistas qualitativas são bastante apropriadas (ADLER; CLARK, 1999).

Entrevistas semi-estruturadas são direcionadas por um roteiro-guia com tópicos a serem questionados, evitando que haja perda de foco em relação a questões não relevantes à pesquisa (DUARTE, 2006). Outra vantagem é a de serem flexíveis, permitindo que algum assunto relevante não previsto pelo pesquisador possa ser considerado (BONI; QUARESMA, 2005). Por isso, o ato de entrevistar exige sensibilidade e habilidades que se adquirem com a experiência (DUARTE, 2002).

Os proprietários rurais da microbacia do ribeirão dos Sinos constituíram o principal público alvo das entrevistas. Houve um esforço para entrevistar todos. Apesar das dificuldades para conseguir agendar um horário para a entrevista, pois alguns proprietários residem ou trabalham em outros municípios. Com exceção de um proprietário, todos os demais foram entrevistados. Nem sempre a noção juridicamente institucionalizada de proprietário foi satisfatória. Em alguns casos, o proprietário podia ser considerado apenas como o possuidor legal (nada além disso); ele não administrava a propriedade e não sabia o que se passava nela. A administração e o trabalho eram delegados a terceiros, geralmente, parentes ou conhecidos. Em

outros, o proprietário tomava decisões à distância, mas não acompanhava o andamento dos trabalhos em sua propriedade. O trabalho era delegado a terceiros, geralmente, parentes, conhecidos ou arrendatários. Por fim, as situações mais comumente encontradas foram as que o proprietário era responsável tanto pela administração quanto pelo trabalho em sua propriedade rural. Desse modo, foi necessário mudar os critérios para a escolha dos entrevistados. Os critérios considerados mais importantes foram: 1) a responsabilidade pela administração e tomada de decisão em relação à propriedade e 2) o exercício do trabalho na propriedade.

As entrevistas realizadas buscaram abordar os seguintes aspectos: 1) Condição sócio-econômica; 2) Atividades (econômicas ou não) desenvolvidas na propriedade rural e suas motivações; 3) Configuração da aparência da propriedade, seu tamanho, suas características; 4) Histórico da propriedade rural, as motivações para a manutenção de sua posse e quais ações seriam tomadas para melhorá-la; 5) Histórico referente ao contato com o município e com a microbacia e relato das transformações mais marcantes; 6) Principais problemas da região; 7) Relacionamento com os representantes de instituições governamentais (prefeitura, órgãos de fiscalização ambiental).

Não abordamos o assunto paisagem diretamente com os proprietários rurais, pois pensamos que, a partir de questionamentos feitos em relação às atividades econômicas, às motivações pessoais para uso e manutenção da posse da propriedade e às perspectivas de mudanças nas propriedades rurais, seria possível aprofundar em questões subjetivas e sutis que determinam a configuração das paisagens rurais.

As entrevistas foram feitas, na grande maioria dos casos, apenas uma vez com cada pessoa e, sempre que possível, gravadas em áudio digital⁴. Em poucos casos, foi possível conversar mais de uma vez com um proprietário. Pelo fato de não ter sido possível constituir vínculos mais duradouros com a maioria dos entrevistados, para deixá-los mais à vontade ao responder as perguntas ou narrar fatos vividos, comprometemo-nos a manter em sigilo suas identidades⁵. De acordo com Ecléa Bosi, a qualidade da entrevista depende dos vínculos firmados

⁴ Não gravamos as conversas quando percebíamos que o gravador causaria incômodo excessivo ou o(a) entrevistado(a) pedia para não gravarmos. Nesses casos, utilizamos cadernos de anotações logo após o término da conversa. Nem sempre foi possível recuperar as informações mais relevantes. Em relação às entrevistas gravadas, a presença do gravador pareceu não intimidar os entrevistados.

⁵ Mesmo havendo autorização para revelar algumas identidades, optamos pela padronização desse procedimento metodológico.

(BOSI, 2003, p. 60). Por isso, temos consciência das limitações do material que produzimos, visto que o conteúdo do material coletado não tange o nível das significações individuais mais profundas e íntimas na grande maioria dos casos. A maior parte do conteúdo das entrevistas foi transcrita. Algumas partes consideradas menos relevantes à análise, por fugirem aos temas de interesse deste estudo, deixaram de ser transcritas. Alguns trechos utilizados para exemplificar ou ilustrar o texto analítico foram separados do corpo do texto, formatados em itálico, com recuo de 2 centímetros e espaçamento simples.

Tabela 1 - Quantidade de entrevistas por perfil de entrevistado

Perfil de entrevistado	Número de entrevistas
Proprietários rurais da microbacia do ribeirão dos Sinos	38
Proprietários rurais de outras microbacias	4
Trabalhadores rurais, empregados, caseiros	2
Pesquisador da história local	1
Técnico (agrônomo)	2
Representante de corporações ou indústrias	1
Agente imobiliário	1
Delegado de polícia	1
Morador da zona urbana	1
Total	51

Ao todo foram realizadas 51 entrevistas, das quais 43 foram gravadas e arquivadas. Não nos limitamos à área da microbacia. Para que houvesse um melhor entendimento das questões locais também conversamos com profissionais, tais como agente imobiliário, funcionário de empresa, agrônomos, e com proprietários de outras microbacias.

3 REFLEXÕES SOBRE PAISAGEM E SOCIEDADE

Utilizar o termo ‘paisagem’⁶ não é uma tarefa simples, pois há uma pluralidade de usos e significados tanto em seu uso coloquial como em sua apropriação por diversas áreas das ciências e das artes. Os usos mais corriqueiros e informais do termo geralmente não se separam das ideias de uma pintura que retrata um cenário, de uma gravura ou desenho bidimensional, de uma percepção visual ao longe. E, em todas essas representações das paisagens no senso comum, há uma forte presença da ideia de distanciamento entre o observador (aquele que contempla) e o conjunto de objetos observados. Conceber paisagem como sinônimo de imagem, incluindo suas representações gráficas e pictóricas, é entendê-la apenas como visualidade. E essa abordagem é insuficiente para evidenciar sua natureza processual complexa (SANDEVILLE, 2005).

O meramente visível passa a ser uma imagem sem história ou autores. Nesse sentido, De Certeau (1996) critica o meramente visual⁷:

Só se deixa então captar um resíduo colocado no não-tempo de uma superfície de projeção. Visível, tem como efeito tornar invisível a operação que a tornou possível. Essas fixações constituem procedimentos de esquecimento. O traço vem substituir a prática. Manifesta a propriedade (voraz) que o sistema geográfico tem de poder metamorfosear o agir em legibilidade, mas aí ela faz esquecer uma maneira de estar no mundo (DE CERTEAU, 1996, p. 176).

Considerar a paisagem apenas como visualidade, como algo estático, como sistema de objetos⁸ seria como considerar uma ostra separadamente de sua concha⁹. A concha, assim como um esqueleto, em si mesma, não possui vida. Ela sustenta a vida e a mantém, a protege. A

⁶ A etimologia do termo paisagem pode ser estudada com mais detalhes a partir do texto de Sandeville Jr. (2005) “Paisagem” e do livro de Simon Schama (1996) “Paisagem e Memória”.

⁷ De Certeau, em “A Invenção do Cotidiano” (1996), analisa o cotidiano a partir de uma visão do micro, do detalhe, do sujeito. No capítulo VII, ele contrapõe apreensão visual da cidade pelo voyeur à imersão e aos percursos dos caminhantes.

⁸ O conceito de paisagem para Milton Santos, diferentemente da ideia de paisagem que adotamos, é “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.” (SANTOS, M., 1988, p.21). Seu conceito de paisagem considera somente os sistemas de objetos, enquanto o espaço é constituído pela integração dos dois sistemas. Em suas palavras, “a paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem” (SANTOS, M., 1988, p. 25).

⁹ A ideia para esta argumentação foi inspirada em “Critique of Everyday Life” (LEFEBVRE, 2002, p. 160-162), em que Henri Lefebvre utiliza a imagem da concha para explicar seu conceito de estrutura.

totalidade de um ser vivo, como uma ostra, não pode ser reduzida a nenhuma de suas partes ou funções. É possível examinar a estrutura de uma concha: sua forma, suas linhas, curvas, simetrias, texturas, cores. Porém, isso não significa estudar a ostra como um ser vivo e atuante. Afinal, estudar paleontologia ou arqueologia não permite mais do que a elaboração de um conjunto de hipóteses, pois a realidade viva (a presença íntegra da vida) dos objetos estudados (esqueletos, artefatos etc.) não é passível de ser alcançada (no máximo aproximações num nível teórico). O ser humano também produz suas “conchas”: suas casas, prédios, pontes, estradas, ruas, plantações, ou seja, tudo aquilo que estrutura e possibilita sua vida material.

Sendo assim, o presente estudo buscou investigar a paisagem viva e dinâmica, habitada pelo ser humano. A paisagem não é apenas um conjunto estático de objetos nem uma imagem distante, separada de seu observador: “a paisagem, mais do que espaço observado, trata-se de espaço vivenciado, da sensibilidade das pessoas com seu entorno” (SANDEVILLE, 2005, p. 5).

Nesse sentido, acrescentamos o pensamento de Simon Schama:

E, se a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura através da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem. Pois, conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas (SCHAMA, 1996, p. 17).

Assim como Schama e Sandeville, também compartilhamos a ideia da indissolubilidade da materialidade e da representação das paisagens. Por isso, não adotamos definições restritas às ideias de visualidade ou de sistemas de objetos separados da vida. Pelo contrário, buscamos ampliar a noção de paisagem de modo a abarcar a complexa realidade que nos propomos a investigar. Conforme as palavras de Sandeville:

Não almejamos, entretanto, uma definição de paisagem, a não ser uma conceituação aberta e complexa. Queremos evitar que se reduza, arbitrariamente, o significado do termo, o que estabeleceria uma percepção viciada e superficial (no sentido do não-essencial, do que não é vital) do “objeto”. Enfatizamos que a paisagem como *conformação* é objeto geográfico e percebido, mas *objeto-ação*: em processo, dinâmico e significante. De modo que, antes de uma forma ou figura, é um fato social a demandar sempre um posicionamento no debate da cultura e da política. A paisagem é instável, um permanente vir a ser em permanência e transformação. Do sugerido aqui, a questão da forma subordina-se a dos processos, que se definem em um campo social e natural relacionado (SANDEVILLE, 2005, p. 9).

Salientamos que esse conceito de paisagem consiste numa categoria analítica fundamental e complexa a partir da qual este estudo é desenvolvido. Por um lado, fizemos um uso formal de um conceito referenciado de paisagem, buscando a ampliação de seus sentidos e significados para a estruturação de uma sólida base teórica. Contudo, deparamo-nos com as dificuldades de emprego do termo, pois, não podendo negar a existência de seu uso predominantemente coloquial pelo senso comum, foi inevitável, em alguns casos, a utilização correspondente à ideia de imagem e vista panorâmica.

Sandeville (2005, p. 5) afirma que o estudo da paisagem deve contribuir para a discussão da cultura, de nossos valores e práticas, demandando complexidade metodológica: um estudo do espaço e uma vivência, que venham a convergir numa discussão da cultura.

Com base nessa proposta, o presente estudo abordou os significados das paisagens de duas maneiras: a) buscamos uma melhor compreensão das práticas sociais e das forças que atuam na produção do espaço social contemplando a complexidade processual atribuída às paisagens, a partir de uma análise das principais instituições que constituem a base da sociedade contemporânea; b) apresentamos sinteticamente algumas teorias que objetivam sistematizar e explicar a subjetividade e as motivações humanas evidenciando a complexidade das discussões acadêmicas a esse respeito e buscando elementos para analisar a história local e as experiências, as vivências dos moradores da microbacia do ribeirão dos Sinos.

Antes de procedermos à abordagem dos dois pontos apresentados, convém esclarecer que as concepções de espaço e lugar adotadas para o presente estudo são do mesmo modo conceituações abertas à complexidade e ao caráter processual e vivencial, experiencial que atribuímos à concepção de paisagem.

Com o intuito de libertar das correntes de pensamento que aprisionavam e sufocavam o espaço, superar a dicotomia espaço-tempo, abandonar a imaginação do espaço simplesmente como superfície e dotar o espaço de uma dimensão política mais ativa, Doreen Massey propõe:

Primeiro, reconhecemos o espaço como o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. [...] Segundo, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então, deve estar baseado na existência de pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. Terceiro, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque o

espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre em processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado. Talvez pudéssemos imaginar o espaço como uma simultaneidade de estórias-até-agora (MASSEY, 2008, p. 29).

Massey defende uma abertura radical do futuro, da história e das possibilidades políticas¹⁰. E isso só é possível considerando as temporalidades e espacialidades conjuntamente. As estórias-até-agora correspondem a uma multiplicidade e uma pluralidade de trajetórias de vida. Sua concepção de lugar é igualmente aberta à complexidade processual:

Se o espaço é sem dúvida uma simultaneidade de estórias-até-então, lugares são, portanto, coleções dessas estórias, articulações dentro das mais amplas geometrias do poder do espaço. Seu caráter será um produto dessas interseções, dentro desse cenário mais amplo, e aquilo que delas é feito. Mas também dos não encontros, das desconexões, das relações não estabelecidas, das exclusões. Tudo isso contribui para a especificidade do lugar. [...] Lugares não como pontos ou áreas em mapas, mas como integrações de espaço e tempo, como *eventualidades espaço-temporais*. Este é um entendimento de lugar – como aberto (“um sentido global de lugar”), como um tecer de estórias em processo, como um momento dentro das geometrias de poder, como uma constelação particular, dentro de topografias mais amplas de espaço, e como em processo, uma tarefa inacabada (MASSEY, 2008, p. 190, 191).

[...] o que é especial a respeito do lugar não é algum romantismo de uma identidade coletiva preconcebida ou de uma eternidade das montanhas. Ao contrário, o que é especial sobre o lugar é, precisamente, esse acabar juntos, o inevitável desafio de negociar um aqui-e-agora (ele mesmo extraído de uma história e uma geografia de “entãos” e “lás”), e uma negociação que deve acontecer dentro e entre ambos, o humano e o não humano. [...] (E, ainda mais, em sua constelação temporária, nós fazemos [devemos fazer] alguma coisa disso tudo.) Isto é a eventualidade do lugar, em parte simples sentido de reunir o que previamente não estava relacionado, uma constelação de processos, em vez de uma coisa. Este é o lugar enquanto aberto e enquanto internamente múltiplo, não capturável como um recorte através do tempo no sentido de um corte essencial. Não intrinsecamente coerente (MASSEY, 2008 p. 203).

Salientamos que as concepções adotadas de espaço, lugar e paisagem não são contraditórias entre si, de modo a diferenciar completamente os significados dos termos. Pelo contrário, tais concepções dizem respeito a uma mesma realidade.

De acordo com Lefebvre (2000), os espaços são marcados tanto materialmente (sensorialmente) quanto de modo abstrato (mediado pela cultura, linguagem, signos). Eles adquirem valores simbólicos. O símbolo implica sempre em um investimento afetivo, uma carga emotiva depositada em um lugar. Prática e simbolismo não se separam. Sem o simbolismo, os

¹⁰ Sua proposta dialoga bastante com a proposta de uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências de Boaventura de Sousa Santos (2007), no capítulo 1 de “Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social”.

objetos “físicos” tornam-se incompreensíveis ou são muito reduzidos de sentido e significado. Sem prática, tudo não passa de abstração. Símbolos não produzem o espaço diretamente, não mudam a materialidade que os recebe, mas certamente ajudam a desenhá-los, a construí-los. Ao ser apreendido pelo ser humano, o espaço se torna símbolo, adquire significado.

A capacidade inerente ao ser humano de formar conceitos e símbolos é reconhecida como elemento fundamental e necessário na compreensão, na previsão e na criação da realidade. A mente não reflete passivamente um mundo exterior e sua ordem intrínseca, mas é ativa e criativa no processo da percepção e da cognição. Em certo sentido, a realidade é construída pela mente, não simplesmente percebida por ela; são possíveis muitas dessas construções, nenhuma das quais necessariamente soberana. [...] Todo objeto do conhecimento já é parte de um contexto previamente interpretado; além desse contexto só existem outros contextos previamente interpretados. Todo conhecimento humano é mediado por signos e símbolos de proveniência incerta, construídos por disposições histórica e culturalmente variáveis e influenciados por interesses humanos muitas vezes inconscientes (TARNAS, 1999, p. 423, 424).

Para Jung (1996),

O que chamamos símbolo é um termo, um nome ou mesmo uma imagem que nos pode ser familiar na vida diária, embora possua conotações especiais além do seu significado evidente e convencional. Implica alguma coisa vaga, desconhecida ou oculta para nós. Muitos monumentos cretenses, por exemplo, trazem o desenho de um duplo enxó. Conhecemos o objeto, mas ignoramos suas implicações simbólicas. Tomemos como outro exemplo o caso de um indiano que, após uma visita à Inglaterra, contou na volta aos seus amigos que os britânicos adoravam animais, isto porque vira inúmeros leões, águias e bois nas velhas igrejas. Não estava informado (tal como muitos cristãos) que estes animais são símbolos dos evangelistas, símbolos provenientes de uma visão de Ezequiel que, por sua vez, tem analogia com Horus, o deus egípcio do Sol e seus quatro filhos. Existem, além disso, objetos tais como a roda e a cruz, conhecidos no mundo inteiro, mas que possuem, sob certas condições, um significado simbólico. O que simbolizam exatamente ainda é motivo de controversas suposições. Assim, uma palavra ou uma imagem é simbólica quando implica alguma coisa além do seu significado manifesto e imediato. Esta palavra ou esta imagem tem um aspecto “inconsciente”, mais amplo, que nunca é precisamente definido ou de todo explicado. E nem podemos ter esperanças de defini-la ou explicá-la. Quando a mente explora um símbolo, é conduzida a idéias que estão fora do alcance da nossa razão (JUNG, 1996, p. 20-21).

Cornelius Castoriadis (2007) salientou que tudo o que nos é apresentado, no contexto social, está indissociavelmente entrelaçado ao simbólico. Os atos individuais e coletivos são impossíveis ou destituídos de significados fora de redes simbólicas que lhes atribuam significados. Esse autor utiliza predominantemente a noção de imaginário em seus textos, profundamente relacionada ao simbólico.

O imaginário deve utilizar o simbólico, não somente para “expressar-se”, o que é óbvio, mas para “existir”, para passar do virtual a qualquer coisa a mais. O delírio mais elaborado bem como a fantasia mais secreta e mais vaga são feitos de “imagens” mas estas “imagens” lá estão como representando outra coisa; possuem, portanto, uma função simbólica. Mas também, inversamente, o simbolismo pressupõe a capacidade imaginária. Pois pressupõe a capacidade de ver em uma coisa o que ela não é, de vê-la diferente do que é (CASTORIADIS, 2007, p. 154).

Basicamente, o imaginário é “a capacidade elementar e irreduzível de evocar uma imagem” (CASTORIADIS, 2007, p. 154). Podemos complementar essa assertiva com o pensamento de Gaston Bachelard: “A imaginação não é, como sugere a etimologia, a faculdade de formar imagens da realidade; é a faculdade de formar imagens que ultrapassam a realidade, que cantam a realidade. É uma faculdade de sobrehumanidade” (BACHELARD, 1997, p. 17, 18).

Além de possuir um caráter individual, subjetivo, há símbolos cuja origem remete ao coletivo, são “representações coletivas” (JUNG, 1996 p. 55). Moscovici (2003) trabalha com “representações sociais”, que poderiam ser referidas a um modelo de determinado tipo compartilhado por um grupo de pessoas. Falar em representações sociais seria falar dos símbolos compartilhados; da educação primeira, os primeiros processos de socialização, nos quais são transmitidos linguagem, cultura e valores morais; do processo de sociabilidade, adaptação e inclusão em novos grupos (convenções, comportamentos desejáveis e compartilhados); do que é socialmente aceito (de um modo geral), uma tradição que decreta o que deve ser pensado; de uma estrutura (social) que é internalizada. De um lado, há as particularidades individuais, como personalidade, sentimentos, limitações corporais, idade, gênero, livre-arbítrio; de outro, há estruturas “objetivas” (no sentido de que não produzidas individualmente pela escolha, são de certo modo dadas), o que poderíamos relacionar a estruturas de grupo, a traços culturais. As interações humanas de todos os níveis pressupõem a existência de representações.

Ainda de acordo com o mesmo autor, as representações possuem duas implicações: 1) tornam os objetos familiares, ou seja, produzem uma maneira de atribuir-lhes significados e reconhecê-los; 2) são prescritivas, ou seja, impõe-se aos indivíduos de uma forma quase irresistível. Moscovici (1978) sustenta que a diferenciação entre representações coletivas em oposição às representações individuais é irrelevante, são imbricadas, indissociáveis. Há três modos ou maneiras pelas quais as representações se tornam sociais: a) as partilhadas por um grupo bastante estruturado mas não elaboradas por ele (um partido, uma organização social, uma nação, por exemplo), definidas como representações hegemônicas; b) as que derivam da

circulação de conhecimentos e noções produzidas ou pertencentes a subgrupos com os quais um grupo mantém relações mais ou menos estreitas, ou seja, as representações emancipadas, por apresentarem certo grau de autonomia em relação aos demais grupos de uma dada sociedade; c) as representações que emergem de conflitos, controvérsias sociais, sendo essas as representações polêmicas.

Processos de significação também são influenciados pelos aspectos culturais. Considerando o conceito de cultura de maneira sintética, simples e abrangente, é possível descrevê-la como “‘modo de vida global’ distinto, dentro do qual percebe-se, (hoje)¹¹, um ‘sistema de significações’ bem definido não só como essencial, mas como essencialmente envolvido em *todas* as formas de atividade social” (WILLIAMS, 2000, p. 13). Os debates que envolvem definições de “cultura” são complexos. Há muitas definições citadas por Stort:

[...] conjunto das instituições, consideradas ao mesmo tempo nos seus aspectos funcional e normativo, onde se exprime certa totalidade social, que modela a personalidade dos indivíduos que a ela pertencem e traça, de antemão, em certos aspectos, as suas possibilidades de existência concreta; [...] estrutura simbólica, constituída de inúmeros elementos que concretizam determinados valores, tornando-os significantes. Seu conjunto compõe a visão de mundo da cultura; [...] expressão simbólica de modos de sentir habituais desenvolvidos, sentir aqui significando tudo o que possa ser sentido, tanto os fenômenos de sensibilidade ou emotividade geral, como também as emoções distintas; [...] o conjunto formado pelos sistemas de representação, pelos sistemas normativos, pelos sistemas de expressão e pelos sistemas de ação de uma comunidade histórica, com base em seus valores, e que lhe confere sua fisionomia particular (STORT, 1993, p. 22-24).

Considerando a pluralidade de definições, enfatizamos que nosso propósito não é definir cultura de uma forma precisa, mas considerá-la como algo que permite humanização e a perpetuação de toda uma complexidade social que permite o viver em grupos e o interpretar e o agir sobre o mundo. A cultura é considerada pela multiplicidade e diversidade em suas manifestações, portanto, não se trata de uma cultura, mas de culturas.

O contato direto do ser humano com o mundo, com o ambiente tem início na concepção, no nascimento e, neste primeiro momento, não há cultura. Um bebê lida tanto com estímulos não-sociais, como sensações de prazer, fome, conforto, desconforto, luz, escuridão, calor, frio, ou seja, as sensações do próprio corpo, quanto com estímulos sociais, pois o mundo de um bebê é (quase) sempre habitado por outras pessoas. A partir do nascimento, um bebê interage não apenas

¹¹ Parênteses nosso.

com seu próprio corpo e o ambiente físico, mas também com outros seres humanos, e, ainda mais, depende desses outros seres humanos para sobreviver (BERGER; BERGER, 1985).

O processo por meio do qual o indivíduo aprende a ser um membro da sociedade é designado pelo nome de socialização. O mesmo revela uma série de facetas diversas. [...] ... a socialização é a imposição de padrões sociais à conduta individual. Conforme procuramos demonstrar, esses padrões chegam mesmo a intervir nos processos fisiológicos do organismo. Conclui-se que na biografia do indivíduo a socialização, especialmente em sua fase inicial, constitui um fato que se reveste dum tremendo poder de constrição e duma importância extraordinária. Sob o ponto de vista do observador estranho, os padrões impostos durante o processo de socialização são altamente relativos. [...] Dependem não apenas das características individuais dos adultos que cuidam da criança, mas também dos vários grupamentos a que pertencem esses adultos. Assim, por exemplo, a natureza dos padrões de conduta aplicados a uma criança depende não somente do fato de ser a mesma um gusü ou um americano, mas também da circunstância de pertencer à classe média ou à classe operária dos Estados Unidos. Mas, sob o ponto de vista da criança, estes mesmos padrões são sentidos de forma bastante absoluta. [...] A socialização passa a ser considerada um processo de iniciação por meio do qual a criança pode desenvolver-se e expandir-se a fim de ingressar num mundo que está ao seu alcance. Sob este ponto de vista a socialização constitui parte essencial do processo de humanização integral e plena realização do potencial do indivíduo. A socialização é um processo de iniciação num mundo social, em suas formas de interação e nos seus numerosos significados. De início, o mundo social dos pais apresenta-se à criança como uma realidade externa, misteriosa e muito poderosa. No curso do processo de socialização este mundo se torna inteligível. A criança penetra nesse mundo e adquire a capacidade de participar dele. Ele se transforma no *seu* mundo (BERGER; BERGER, 1985, p. 204, 205).

A língua¹², aprendida durante o processo de socialização, é fundamental para a produção de significados. “Linguagem é um produto do modo de viver de uma certa sociedade e a formação de palavras leva o indivíduo a ter ou não conhecimento de algumas experiências que enfrenta” (FROMM, 1967, p. 130). Ela é considerada o instrumento verdadeiro da comunicação entre dois sujeitos: “língua é condição de inteligibilidade da palavra enquanto mediação que, assegurando a identidade das associações de sons e de conceitos operados pelos locutores, garante a compreensão mútua” (BOURDIEU, 1994, p. 52). Após analisar diferentes definições, John Lyons concluiu: “A maioria deles adotou a visão de que as línguas são sistemas de símbolos projetados, por assim dizer, para a comunicação” (LYONS, 1987, p. 21). Desse modo, para realizar uma pesquisa sobre os significados das paisagens, é inevitavelmente necessário lidar com as questões da língua. Lefebvre (2002) já alertou para o fato de que a língua e o discurso são partes da vida cotidiana, mas, nem por isso, o cotidiano pode ser colocado em palavras

¹² Assim como no caso do termo “paisagem”, há inúmeros debates nos domínios da lingüística por uma definição do termo “língua” e não há espaço suficiente neste trabalho para apresentar e discutir as diferentes definições.

facilmente. Do mesmo modo, expressar os significados das paisagens em palavras não é uma tarefa fácil.

Pierre Bourdieu discorre sobre as dificuldades envolvidas nos processos de cifragem e decifragem de uma mensagem:

A “compreensão” imediata supõe uma operação inconsciente de decifração que só é perfeitamente adequada quando a competência que um dos agentes engaja na sua prática ou nas suas obras é igual à competência que engaja objetivamente o outro agente na sua percepção dessa conduta ou dessa obra; isto é, no caos particular em que a cifragem como transformação de um sentido em uma prática ou em uma obra, coincide com a operação simétrica de decifragem (BOURDIEU, 1994, p. 48).

Esse mesmo autor também afirmou que há estruturas objetivas, tais como a linguagem, que são transmitidas pela educação primeira (pelo processo de socialização) e tornam-se internalizadas, formando estruturas e sistemas de disposições duráveis que funcionam como matrizes de percepções e interpretações da realidade e de base para a ação. A isto, ele denomina *habitus*¹³. A prática seria o produto de uma relação dialética entre esse *habitus* e uma situação socialmente construída, uma conjuntura.

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador de práticas e representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1994, p. 60, 62).

A partir dessa colocação, deixamos claro que o fato de a termos destacado não significa que concordemos totalmente com as teorias estruturalistas. Nosso propósito é ressaltar que os estímulos externos são fundamentais para modificar conceitos, pensamentos e estimular a reflexão. De fato, os indivíduos incorporam a todo momento referências externas que influenciam e modificam sua maneira de compreender o mundo. Não se trata de uma relação pautada pelo determinismo, mas de um complexo movimento dialético entre interioridade e exterioridade que acontece na vida cotidiana.

¹³ Este é um dos principais conceitos utilizados por Bourdieu para construir sua “Teoria da Prática”.

É necessário explicitar que alguns desses conceitos não costumam ser empregados de forma conjunta em uma abordagem analítica, pois, em ciências humanas, a falta de consenso entre diferentes autores é comum. Geralmente, há a filiação a determinado grupo de autores pertencentes a uma linha teórica comum ou próxima, empregados para explicar os processos de significação. Contudo, nossa intenção é evidenciar diferentes maneiras pelas quais as ciências humanas explicam os processos de significação e produção de subjetividades. Mais ainda, é evidenciar a enorme complexidade envolvida na estruturação do pensamento. Entendemos a noção de subjetividade como “a capacidade do indivíduo de se auto-conhecer e definir [...] a capacidade de ação do sujeito, que o faria capaz de levar à prática suas volições, influenciando então sobre o mundo de forma ativa” (DOMINGUES, 1995, p. 85). Assim, ao utilizarmos termos diversos, mantivemos o mais fielmente possível os significados estabelecidos por cada autor.

Se a apreensão da realidade não é possível ou é muitíssimo limitada fora de redes simbólicas, de representações, do imaginário, da linguagem, a apreensão das paisagens é dessa mesma forma mediada.

As ‘paisagens’ (landscapes) são os ambientes simbólicos criados pelos atos humanos que conferem significado à natureza e ao ambiente, dando ao ambiente uma definição uma forma a partir de um ângulo de visão particular e por meio de um filtro especial de valores e crenças. Cada paisagem é um ambiente simbólico. Estas paisagens refletem nossas auto-definições que se fundam na cultura (GREIDER; GARKOVICH, 1994, p. 1, trad. do autor).

Lefebvre (2000) declarou que a percepção depende do sujeito e é óbvio que os sujeitos não percebem as mesmas coisas da mesma maneira. De fato, há muitas maneiras de interpretar uma mesma paisagem. É possível considerar que, na prática cotidiana, há sutis disputas simbólicas pela interpretação das paisagens.

Cada agente interessado tenta fazer com que a paisagem seja definida segundo seus critérios, idéias e imaginação. Assim, entre outras possibilidades, para o carvoeiro a floresta é, entre outras coisas, fonte de matéria-prima para sua atividade econômica; para o agente imobiliário, ela é o espaço que pode ser loteado e vendido; para o agente estatal responsável pela qualidade da água, a floresta pode ser um indicador das condições de conservação dos recursos hídricos e da qualidade do manancial; para o turista, a floresta pode simplesmente proporcionar uma experiência cultural, um maior ou menor deslumbramento (ALMEIDA ; HOEFFEL; QUEDA, 2008, p. 35).

Talvez haja uma disputa não apenas pela interpretação das paisagens. Modificações nas paisagens, quais sejam, podem constituir motivos para iniciar conflitos, bem como as paisagens também podem ser utilizadas como meio para manifestar conflitos pré-existentes.

O ser humano, ao entrar e permanecer em contato com os espaços, os lugares e as paisagens, cria vínculos com os mesmos. Eles se tornam parte da vida e, desse modo, familiares. A paisagem, o espaço, o lugar são palcos para a encenação da vida cotidiana e não têm sua existência apenas em si mesmos, são elementos que compõem as experiências de vida. Na memória, espaço, lugar e paisagem são elementos sempre presentes, são como cúmplices das experiências de vida, boas ou ruins, íntimas ou rotineiras. É possível afirmar, então, que eles podem ser alvos de uma grande carga de sentimentos humanos, o que lhes atribui uma significação especial, que não está reduzida ao que é simplesmente racional e utilitário. A paisagem, portanto, poderia ser considerada como um elemento de proteção contra a efemeridade e a favor da conservação das memórias. Dessa maneira, modificar a paisagem não seria apenas modificar uma porção de espaço simplesmente, seria modificar um referencial de memória para muitas pessoas. Segundo Domingues (2001), há tendências de “patrimonialização” de paisagens no contexto das paisagens culturais.

A relação entre seres humanos e paisagens é marcada por transformações do ambiente natural em um ambiente humanizado. De acordo com Dean (2004), a floresta é um ambiente inóspito para o ser humano. Sua adaptação a ambientes florestais passava em algum nível pelo desmatamento da cobertura vegetal original e abertura de clareiras (ALMEIDA, 1998; DEAN, 2004). A partir dessas premissas, é possível concluir que a convivência do ser humano com as paisagens marcou sua evolução como espécie. Os fatos não deixam dúvidas de que os seres humanos modificaram (para não dizer aniquilaram) as “paisagens naturais¹⁴” (os ecossistemas, biomas originais).

Se as paisagens, com certeza, possuem significados, alguns autores vão mais além ao dizer que a paisagem é como um texto que pode ser lido e interpretado (BALLÉ; ERICKSON, 2006; CABRAL, 2007). No entanto, deve haver cuidado ao utilizar a palavra texto, pois essa pode remeter à imagem de um texto de um livro ou revista, algo estático.

Certamente, o espaço é significativo, mas não diz tudo. Sua mensagem é sempre confusa e seu modo de existência, sua realidade prática, difere radicalmente da realidade de um objeto

¹⁴ Euler Sandeville Jr. (2004b) trata desse assunto em “A Divisão Natural das Paisagens Brasileiras”.

escrito, como um livro. Os conjuntos significantes não-verbais caracterizam-se por percepções que transcendem a linguagem e a racionalidade. Subestimar, negligenciar, reduzir o espaço equivale a superestimar os textos, os escritos, o legível, o visível. Nos espaços, desenvolvem-se processos significantes (práticas significantes) que não se reduzem aos textos e aos discursos (LEFEBVRE, 2000).

Por meio das experiências, das vivências captamos informações que estão além dos limites da linguagem, das descrições, dos textos e discursos. Um exemplo simples e claro disso é a diferença entre descrever e experimentar uma maçã. Por meio da descrição, é possível ter apenas uma compreensão vaga sobre algumas características tais como formato, cor, textura, sabor (se é doce, salgado, azedo, amargo). Somente experimentando a maçã é que realmente conseguimos apreender de fato o que é uma maçã (SANDEVILLE, 2004a). Da mesma maneira, as paisagens precisam ser vivenciadas para que haja envolvimento.

As paisagens se apresentam como ambientes sensíveis, palpáveis, têm conteúdo e substância e são cenários significantes das experiências, tanto diárias como excepcionais. São presenças constantes e inevitáveis e, conseqüentemente, não há experiência ambiental que seja, de algum sentido e grau, uma experiência de paisagem. A ligação interna que une os elementos da paisagem é a presença do homem, o seu envolvimento nela, numa interação incessante e dinâmica, onde a paisagem experiência dá colorido à existência humana e é por ela colorida, o que se constitui em uma verdadeira mensagem que pode ser decifrada, apesar da grande dificuldade em como fazer isso, respeitando a riqueza e a complexidade dos significados. A paisagem pode, então, engendrar tantas respostas quantas forem as atitudes para com ela. Cada paisagem tem seu próprio conjunto de significados específicos, a tal ponto que a paisagem na qual uma pessoa vive não emoldura simplesmente a sua existência, não é algo externo a ela, pois a pessoa está dentro dela e se torna parte dela, quase que indissociavelmente (MACHADO, 1988, p. 31).

É possível aproximarmo-nos de uma apreensão dos processos significantes por meio do contato com as pessoas que vivenciam as paisagens, buscando elementos que não seriam revelados somente pela análise do visual, do legível. Nas palavras de Sandeville:

Cumprir ainda dizer que sendo a paisagem uma experiência e não apenas um objeto material ou apenas uma representação, ou seja, existindo na relação complexa e contraditória entre essas possibilidades (daí ser sempre uma elaboração cultural), nos parece pouco recomendável seu estudo exclusivamente por uma via indireta, cartográfica, quantitativa, ou por imagens. Todos esses são procedimentos, necessários e úteis, mas de pouco sentido sem uma experiência de imersão, dada a natureza do que seja a paisagem. É necessário que a paisagem se torne uma **experiência partilhada**, o que tem inúmeras implicações práticas em seu estudo. Paisagens são experiências partilhadas pelas pessoas que têm nela sua vida, na qual o pesquisador, freqüentemente um estranho ao lugar, se insere de modo muito específico e por tempo limitado,

partilhando dessas experiências e partilhando as suas: usufruindo de uma realidade essencialmente coletiva e de uma herança de gerações. Ou seja, o sentido da paisagem não pode ser dado apenas pelo universo teórico e existencial do observador, sob o risco de um estereótipo. Na verdade, a paisagem é mais intensamente revelada a partir das pessoas que têm nela uma experiência comum (comum em dois sentidos: de corriqueiro e de coletivo). São as pessoas que nos ajudam a ver a paisagem, nos ensinam a entendê-la e percebê-la; sem elas não atinaremos o conteúdo específico de cada paisagem. E se considerarmos a situação de uma reserva natural desabitada pelos humanos, ainda assim julgo fundamental a experiência direta, em campo, pois revelará aspectos que não podem ser percebidos por via indireta de bases de dados e leituras de instrumentos. Basicamente, refiro-me à necessidade de um contato direto, não apenas no nível rudimentar da percepção visual dos objetos que se encontram na paisagem, pois não são em si mesmos formadores da paisagem. Esse contato deve colocar a experiência humana em evidência. Trata-se de reconhecer a paisagem em sua dimensão estética, não de beleza plástica (arranjo formal) ou de utilidade (adequação funcional), mas de uma experiência sensível, que é o modo como usamos o termo estética aqui. A paisagem é uma experiência humana. Desafia portanto uma relação de alteridade e descentramento, de revisão de pressupostos, onde somos imensamente renovados por essa experiência, ou seja, se constrói o sentido de uma paisagem partilhada (SANDEVILLE, 2004a, p. 4).

Conforme Lefebvre (2000), uma paisagem remete a uma capacidade criadora e a um processo significativo. A capacidade criadora é sempre a de uma comunidade ou coletividade, de um grupo, de uma fração de classe atuante. A produção do espaço somente pode ser concebida em uma realidade social. Se existe uma paisagem, ela foi modelada por alguém (pelos camponeses, pela comunidade).

A constatação é a de que a construção do espaço é coletiva (ALMEIDA; HOEFFEL; QUEDA, 2008). Nesse sentido, destacamos a seguinte assertiva de Lefebvre: “O espaço (social) é um produto (social)¹⁵” (LEFEBVRE, 2000, p. 26). O espaço social é o da sociedade, o espaço que contém relações sociais. Para Lefebvre, essa proposição tem as seguintes implicações:

1) O “espaço-natureza” (referido como o mais próximo ao original, intocado) distancia-se irreversivelmente. Na sociedade capitalista, tudo parece contribuir para prejudicar a natureza. Ela perde seu caráter místico e mítico como entidade provedora e poderosa. A ficção da natureza apenas como matéria-prima para os processos produtivos da sociedade ganha cada vez mais força. A natureza passa a ser ao mesmo tempo fonte de recursos e alvo de destruição.

2) Toda sociedade produz um espaço, o seu próprio espaço. Cada sociedade produz seu próprio espaço segundo seus próprios modos e relações de produção. Pela análise do espaço social é possível analisar determinados aspectos da sociedade que o produziu.

¹⁵ No original, “(Social) space is a (social) product”.

3) Se o espaço é um produto, nosso conhecimento dele deve permitir a reprodução e a exposição do processo de produção. O interesse é transferido das coisas no espaço para a produção do próprio espaço. Não basta mais classificar o espaço como disto ou daquilo, mas considerar o espaço como totalidade, globalidade, não apenas estudando-o analiticamente, mas engendrando-o pelo e no conhecimento teórico.

4) Se o espaço é produzido, se existe um processo produtivo, então, estamos lidando com a história. A produção do espaço tem uma história. Não se trata apenas do encadeamento dos fatos ditos históricos (dados), mas a passagem de um modo de produção a outro, pois um novo espaço é produzido durante a transição. As contradições e os conflitos sociais não deixam de se inscrever no espaço.

Tendo em vista essas ideias, fizemos algumas considerações sobre os processos de construção do espaço a partir da análise do processo de colonização, de algumas das principais instituições que constituem a base da sociedade contemporânea e de alguns aspectos da história brasileira.

Almeida, Hoeffel e Queda (2008, p. 71) afirmam que a ordem social vigente é ambientalmente destrutiva. Por ordem social, os autores entendem a organização capitalista da produção material, além de muitos outros aspectos que comumente não são considerados pelos que privilegiam somente os aspectos econômicos da realidade. Em outras palavras, somente os aspectos econômicos não são suficientes para explicar a realidade social. Por isso, é necessário investigar sob um ponto de vista mais amplo a sociedade contemporânea e suas origens.

Primeiramente, consideramos que durante milhares de anos os seres humanos interagiram com a flora, a fauna e os componentes abióticos dos ecossistemas influenciando as dinâmicas processuais e, conseqüentemente, a conformação das paisagens. Segundo Lui (2008), poucos ambientes terrestres foram poupados da interferência das populações pré-históricas, como favorecimento ou desfavorecimento de determinadas espécies, supressão da vegetação e alteração do solo, cujos efeitos contribuíram para as alterações dos padrões de paisagem. Portanto, a noção de natureza intocada não passa de um mito, como explica Diegues:

A noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. (DIEGUES, 2002, p.53).

Em geral, o que existe de fato não é uma dicotomia entre áreas intocadas e áreas degradadas, mas sim diferentes níveis de alteração dos ecossistemas e das paisagens naturais. Há níveis nos quais, apesar de haver modificações significativas do ponto de vista ecológico, das dinâmicas das relações entre as espécies e dos fluxos de energia e matéria, continua havendo a predominância de elementos referentes à natureza nas paisagens, como pedras, rios, animais, árvores e outras formações vegetais. Por outro lado, há níveis nos quais a interferência humana nos ecossistemas é mais drástica e elimina a maior parte dos elementos que representam a ideia de natureza, dando lugar a um campo aberto, por exemplo, e a elementos produzidos pelo trabalho humano.

De acordo com Dean (2004), os povos indígenas que habitavam as terras brasileiras teriam causado alterações ecológicas significativas na mata atlântica primária devido à abertura de clareiras e à agricultura itinerante nas quais havia o uso do fogo. Contudo, essas alterações não foram suficientes para causar grande empobrecimento e grandes desequilíbrios nos ecossistemas. Tanto é que a natureza tropical, já alterada pela ação humana, sob os primeiros olhares europeus foi caracterizada como exuberante, primitiva, gigantesca, fecunda, dentre outros adjetivos que revelam uma oposição entre natureza e civilização (SANDEVILLE, 2002).

Em segundo lugar, consideramos fundamental analisar alguns aspectos da colonização portuguesa dos territórios indígenas para uma compreensão mais aprofundada da dinâmica processual das paisagens brasileiras. Retomando a primeira implicação da ideia de espaço social de Lefebvre¹⁶, o processo de colonização significou o início de um grande distanciamento do “espaço-natureza”, ou seja, um drástico e irreversível processo de empobrecimento dos ecossistemas e de extinções de espécies. A natureza, entidade poderosa e dadivosa, foi reduzida a uma fonte de matérias-primas. Diversos autores salientam que a principal motivação da colonização foi o interesse mercantil, a possibilidade de obtenção de lucros no comércio europeu pela exploração de recursos naturais e humanos (DEAN, 2004; MACHADO, 2004; PRADO JR., 1972; SANDEVILLE, 2002).

Nas palavras de Sandeville, “a paisagem natural é compreendida e valorada em determinada sociedade como uma projeção de desejos e significados humanos. Ou seja, a demarcação e delimitação da natureza é um ato cultural, não da natureza” (SANDEVILLE, 2002, p. 156).

¹⁶ Vide página 41.

O processo de colonização significou também um processo de interações e modificações culturais. A partir da segunda implicação do conceito de espaço social de Lefebvre, cabem algumas reflexões. Retomando a ideia principal: cada sociedade produz seu próprio espaço segundo seus próprios modos e relações de produção. Isso significa também que a produção do espaço se dá a partir de um universo complexo de fatores que compreendem os aspectos sócio-culturais e as visões de mundo, entendidas como uma base cognitiva para a apreensão e significação da realidade (LUI, 2008). Uma vez que o espaço social reflete as visões de mundo e a cultura e vice-versa, o fato do espaço social indígena não evidenciar uma grande capacidade de alteração das paisagens pelo domínio de tecnologias avançadas e confundir-se com uma visão preconcebida de natureza induziu a uma impressão, um efeito simbólico de primitividade, de uma terra virgem ou intocada, de ausência de ocupação e apropriação humana do território. Em outras palavras, na visão de mundo dos portugueses, não existia o espaço social indígena, no qual se desenvolveram pluralidades de culturas complexas. O que “existia” era uma natureza a ser explorada. Nesse sentido, Dean (2004) comentou que os portugueses foram incapazes de compreender verdadeiramente as riquezas naturais e culturais que encontraram. De forma geral, nos processos de colonização das Américas, os contatos entre europeus e os povos nativos foram marcados por combinações de derramamentos de sangue e redenção e de alianças e guerras (SANDEVILLE, 2005).

As nações atuais que se constituíram a partir da consolidação do processo de colonização e da independência em relação às metrópoles originaram-se a partir da destruição ou de um drástico empobrecimento de muitas culturas e da expulsão ou eliminação de muitos povos de seus territórios. Os contatos entre os povos europeus e os povos nativos não foram encetados a partir do respeito mútuo e de relações pacíficas, mas sim a partir do menosprezo pelo diferente, da exploração e da luxúria. Ao considerar os fatos históricos em termos mais atuais, observamos que os processos de colonização foram afrontas ao princípio da autodeterminação dos povos atualmente protegido pela Constituição Federal do Brasil de 1988 e pela Carta da ONU de 1945. Em sentido amplo, a autodeterminação dos povos, é entendida como a possibilidade dos povos decidirem livre e voluntariamente sobre suas formas de vida, sem forçar contatos ou ações que atentem contra essa vontade (HUERTAS, 2008).

Se a principal motivação para os processos de colonização ao redor do mundo foi e é de ordem econômica e se as visões de mundo embasam as práticas espaciais, houve e há certamente

determinadas visões de mundo que justificaram e ainda justificam a inferiorização e a subjugação de outros povos, bem como a exploração indiscriminada da natureza para satisfazer interesses econômicos.

Por exemplo, segundo Thomas (1989), na Inglaterra dos períodos Tudor e Stuart, predominava a visão de que o mundo fora criado para o bem-estar do homem, cabendo às outras espécies apenas a função de satisfazer seus desejos e necessidades. As interpretações dos textos bíblicos consistiam no alicerce teológico que sustentava o predomínio humano sobre a natureza. As ambiguidades dos textos do legado judaico-cristão permitiam que houvesse interpretações tendenciosas a uma visão extremamente antropocêntrica. Os teólogos, dotados de legitimidade para interpretar a Bíblia, optaram pela autoridade ilimitada sobre a natureza e descartaram as passagens do Velho Testamento que diziam respeito ao homem como gerente de Deus e responsável pelas suas criaturas, ou seja, desconsideraram os trechos que sugeriam que o homem tinha o dever de agir responsabilmente diante da criação divina. Optaram pela exploração e descartaram a gerência. O ser humano era considerado como ser singular, portanto, com diferenças fundamentais em relação às outras espécies. Buscava-se evidenciar essas diferenças para comprovar a superioridade humana e, assim, justificar a ausência de quaisquer escrúpulos no tratamento das outras espécies, tanto animais como vegetais. A principal preocupação era conservar a fronteira entre o ser humano e os animais, refutando quaisquer evidências que os assemelhassem¹⁷. O propósito disso era justificar a caça, a domesticação, o hábito de comer carne, a vivissecção e o extermínio de animais considerados pragas ou perigosos. Essa insistente distinção entre ser humano e animal também teve importantes consequências para as relações entre os próprios seres humanos. Comparativamente ao perfil europeu, às suas qualidades específicas e diferenciadoras, outros seres humanos que não demonstrassem as mesmas qualidades ou possuíssem características consideradas mais próximas aos animais eram considerados sub-humanos ou semi-animais (THOMAS, 1989).

Uma vez percebidas como bestas, as pessoas eram passíveis de serem tratadas como tais. A ética de dominação humana removia os animais da esfera de preocupação do homem. Mas também legitimava os maus-tratos àqueles que supostamente viviam uma condição animal (THOMAS, 1989, p. 53).

¹⁷ Essa concepção dos seres humanos diferenciados dos animais refutaria a premissa do ser humano como primata que fundamenta a Teoria da Evolução das Espécies.

A partir dessas considerações, evidenciamos alguns dos principais elementos que justificavam ou tornavam aceitável a colonização de outros territórios e povos: 1) Submissão e exploração da natureza (vegetais e animais); 2) Submissão e exploração dos seres humanos considerados como “inferiores”; 3) Supremacia do ser humano (superior, o homem branco europeu). Ao observar a história, é possível notar a influência dessas visões de mundo em processos de colonização das Américas, da África, da Ásia e da Oceania.

Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos enfatiza a importância da questão colonial para explicar a realidade atual:

O materialismo histórico converteu o capitalismo em um fator de progresso, em uma fase de progresso da humanidade, e isso nos trouxe problemas pelo fato de essa idéia ter deixado de fora uma questão que, para nós, é fundamental: a questão colonial. O colonialismo não tem sido bem tratado nessa teoria e, além disso, em alguns textos de Marx vemos uma justificação – sobretudo na Índia – do colonialismo como fator do capitalismo: colonialismo é capitalismo, e é muito importante que recordemos isso (SANTOS, 2007, p. 51).

Colonialismo, no entendimento do mesmo autor, é “a incapacidade de reconhecer o outro como igual, a objetivação do outro – transformar o outro em objeto” (SANTOS, 2007, p. 53).

Em síntese, a colonização transformou a natureza e os povos colonizados em objetos e possibilitou uma nova ocupação dos territórios caracterizada por uma transição dos modos de produção do espaço e por uma pluralidade e uma complexidade de processos de interação e destruição nos âmbitos das culturas, das relações humanas e da natureza. No panorama atual, indiscutivelmente, há muitas particularidades e diversidades em cada país das Américas. Porém, há certas semelhanças como o fato das línguas oficiais serem línguas européias e o fato das mesmas instituições constituírem a base organizacional das sociedades contemporâneas.

Em terceiro lugar, buscamos analisar as principais instituições que constituem a base da sociedade contemporânea. Retomando a segunda implicação do conceito de espaço social para Lefebvre¹⁸, em que a análise do espaço possibilita conhecer determinados aspectos da sociedade que o produziu, e a terceira implicação¹⁹, em que o conhecimento do espaço deve revelar os processos de produção do espaço, evidenciamos as seguintes instituições como importantes forças produtoras, modificadoras do espaço: as ciências, a economia de mercados, o Estado e o

¹⁸ Vide página 41.

¹⁹ Vide página 42.

direito. As ciências têm predominado como a maneira legítima de interpretação do mundo e é a principal matriz produtora das técnicas e dos instrumentos tecnológicos. A economia de mercado consiste na forma organizada e integrada de compra, venda e circulação de mercadorias e serviços pela qual todas as rendas são resultantes de transações comerciais e a motivação para o lucro coloca-se como necessária para a sobrevivência. O Estado tem predominado como a maneira legítima de exercer o poder, principalmente a dominação. O direito tem predominado como a maneira legítima de se produzir os parâmetros de legalidade e ilegalidade, ou seja, de exercer a justiça. Consideramos a ideia da indissolubilidade da sociedade contemporânea, o que significa dizer que essa é uma imbricação de diversas pessoas, animais, plantas, bens, objetos, famílias, condições sócio-econômicas, instituições, culturas e visões de mundo. Portanto, abordar somente a economia de mercado partindo-se de uma crítica ao capitalismo não evidenciaria a complexidade dos processos de produção do espaço.

Segundo o casal Berger, uma instituição é “um padrão de controle, ou seja, uma programação individual imposta pela sociedade” (BERGER; BERGER, 1985, p. 193). Por exemplo, a linguagem é uma instituição cultural. Conforme esses mesmos autores, as instituições são caracterizadas pela exterioridade, objetividade, coercitividade, autoridade moral e historicidade²⁰.

Entretanto, não consideramos as instituições apenas pelo seu caráter exterior e objetivo. É necessário considerar também os aspectos culturais, as disposições cognitivas responsáveis pela internalização das instituições. Nesse sentido, Castoriadis afirmou:

As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico em segundo grau e constituem cada qual sua rede simbólica. Uma organização dada da economia, um sistema de direito, um poder instituído, uma religião existem socialmente como sistemas simbólicos sancionados. Eles consistem em ligar a símbolos (a significantes) significados (representações, ordens, injunções ou incitações para fazer ou não fazer, conseqüências. – significações, no sentido mais amplo do termo) e fazê-los valer como tais, ou seja tornar esta ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou o grupo considerado. Um título de propriedade, um ato de venda é um símbolo do “direito”, socialmente sancionado, do proprietário de proceder a um número indefinido de operações sobre o objeto de sua propriedade. Uma folha de pagamento é o símbolo do direito do assalariado de exigir uma quantidade estabelecida de cédulas que são o símbolo do direito de seu possuidor de dedicar-se a uma variedade de atos de compra, cada um deles vindo a ser, por sua vez,

²⁰ Cada uma dessas características das instituições é explicada detalhadamente em BERGER, P. L.; BERGER, B. O que é uma instituição social? In FORACCHI, M.M., MARTINS, J.S. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Ltc, 1980.

simbólico. O próprio trabalho que está na origem desta folha de pagamento, embora eminentemente real para seu sujeito e em seus resultados, é conseqüentemente percorrido por operações simbólicas (no pensamento daquele que trabalha, nas instruções de quem recebe, etc.) (CASTORIADIS, 2007, p. 142).

Assim, as instituições não são somente instituídas na sociedade, mas também são instituídas internamente em cada indivíduo como símbolos e outros mecanismos criadores de significados. Essa relação dialética entre interior e exterior cria mecanismos complexos pelos quais as instituições são legitimadas e reproduzidas continuamente.

Segundo Santos (2000), a partir da revolução científica do século XVI, surgiu um modelo de racionalidade que presidiu à ciência moderna, buscando um monopólio de interpretação e que procurava defender-se ostensivamente de duas formas de conhecimento considerados não científicos: o senso comum e as humanidades (estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos).

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas. É esta a sua característica fundamental e a que melhor simboliza a ruptura do novo paradigma científico com os que o precedem. Está consubstanciada, com crescente definição, na teoria heliocêntrica do movimento dos planetas de Copérnico, nas leis de Kepler sobre as órbitas dos planetas, nas leis de Galileu sobre a queda dos corpos, na grande síntese da ordem cósmica de Newton e finalmente na consciência filosófica que lhe conferem Bacon e sobretudo Descartes. Esta preocupação em testemunhar uma ruptura fundante que possibilita uma e só uma forma de conhecimento verdadeiro está bem patente na atitude mental dos protagonistas, no seu espanto perante as próprias descobertas e a extrema e ao mesmo tempo serena arrogância com que se medem com os seus contemporâneos (SANTOS, 1986, p. 4).

A intitulada ciência baconiana-cartesiana acostumou-se a fragmentar objetos de estudo complexos em elementos mais simples para obter maior profundidade em suas respostas. Ao agir desse modo, perdeu a percepção do todo. Esse tipo de ciência teria contribuído para criar uma visão de mundo em que a natureza é objeto a ser dominado e, conseqüentemente, causar muitos dos problemas ambientais da atualidade (ALMEIDA; HOEFFEL; QUEDA, 2008).

Muitas promessas foram feitas utilizando-se as ciências. Além de não cumpridas, os resultados foram devastadores.

A promessa de dominação da natureza, e do seu uso para o benefício comum da humanidade, conduziu a uma exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, à catástrofe ecológica, à ameaça nuclear, à destruição da camada de ozono, e à

emergência da biotecnologia, da engenharia genética e da conseqüente conversão do corpo humano como mercadoria última. A promessa de uma paz perpétua, baseada no comércio, na racionalização científica dos processos de decisão e das instituições, levou ao desenvolvimento tecnológico da guerra e ao aumento sem precedentes do seu poder destrutivo. A promessa de uma sociedade mais justa e livre, assente na criação de riqueza tornada possível pela conversão de da ciência em força produtiva, conduziu à espoliação do chamado Terceiro Mundo e a um abismo cada vez maior entre o Norte e o Sul (SANTOS, 2000, p. 56).

As ciências também foram usadas como justificativa para a exploração e a colonização. Começou a ser aceito que houve sintonia entre as ideias evolucionistas de Darwin e as concepções sociais e políticas que circulavam naquele período histórico. A luta pela existência, implicada pela escassez e concorrência, permitia explicar o motivo pelo qual uma variação favorável deveria ser mantida e uma variação desfavorável eliminada, ou seja, a imposição do mais forte sobre o mais fraco. “Efectivamente, a selecção natural é uma história de progresso, de expansão, de invasão e de colonização; é, em suma, quase uma história natural do capitalismo ou uma história do capitalismo natural²¹” (SANTOS, 2000, p. 86).

O conhecimento científico não é neutro, pois não se desvincula dos interesses sociais hegemônicos, isto é, dos interesses dos donos do poder e do capital. Dessa maneira, as ciências também são utilizadas como instrumentos de poder, podendo haver distorções intencionais dos fatos verídicos. Além da necessidade de rigor científico, a fragmentação do real para a análise deriva também da necessidade política de afastar os cidadãos comuns de um entendimento crítico e abrangente sobre a realidade (ALMEIDA; HOEFFEL; QUEDA, 2008).

Dentre as modificações espaciais decorrentes das ciências, as que mais se destacam por divergirem do ambiente natural decorrem da aplicação de tecnologias. Postman (1994) enfatizou que toda inovação tecnológica não possui efeitos unilateralmente positivos. Toda tecnologia é ao mesmo tempo um “fardo” e uma “bênção”, pois, se de um lado, as tecnologias tornam a vida mais fácil, mais limpa, mais confortável e mais longa, de outro, o desenvolvimento e a disseminação descontrolada das tecnologias nem sempre são acompanhados de um exame rigoroso de suas conseqüências, dando condições para o surgimento de uma cultura sem uma base moral, destituída de valores e relações sociais que tornam digna a vida humana. Nesse

²¹ Esse é um exemplo de como os conhecimentos são apropriados pelo modelo hegemônico de racionalidade ocidental. Num primeiro momento, desejava-se refutar qualquer semelhança entre o ser humano (superior) e os animais (incluindo os “seres humanos” inferiores) com a finalidade de justificar a dominação. Num segundo momento, em que começava a haver uma aceitação do ser humano como primata, a lei do mais forte e do mais apto continuava a justificar a dominação.

sentido, de acordo com Lukács (1989), o desenvolvimento da ciência moderna permitiu um grande avanço na tecnologia, promoveu a valorização da quantificação e do cálculo e levou a uma desvalorização de aspectos qualitativos mediante os quais a humanidade encarava o mundo e o tempo.

As primeiras formas de alteração dos espaços referem-se à eliminação das formações vegetais nativas dando lugar a um campo aberto ou à terra nua. Essa alteração drástica dos ecossistemas foi causada por práticas que vão desde as mais rústicas, como a utilização do fogo até o recente emprego de máquinas sofisticadas, como motosserras e tratores, bem como de produtos sintetizados como desfoliantes e herbicidas. Em seguida, as formas de alteração referem-se à inserção de elementos produzidos pelo trabalho humano, como artefatos e edificações que também variam desde as formas mais rústicas às mais sofisticadas considerando-se as dimensões, as formas, os projetos, os conhecimentos necessários e os tipos de materiais. Assim, a presença de casas, ruas, pontes, postes, torres, muros, edifícios, indústrias, veículos, campos cultivados, pastos são exemplos da aplicação de diferentes níveis de tecnologias sobre o espaço. Nos dias de hoje, é quase impossível desvincular as pesquisas para desenvolvimento das mais diversas tecnologias dos interesses econômicos.

Segundo Polanyi (2000), as economias das diversas sociedades ao redor do mundo nunca foram controladas por mercados. A economia geralmente esteve submersa nas relações sociais e o sistema econômico costumava ser dirigido por motivações não econômicas. A ordem na produção e distribuição de bens era regulada e equilibrada pelos princípios da reciprocidade, da redistribuição e da domesticidade.

O princípio da reciprocidade baseia-se na simetria, por meio da qual são incentivados e valorizados padrões de comportamento como o compartilhar, o oferecer, e são vedados comportamentos tendentes à acumulação, disputas e lucro. Isso equilibra o grupo de modo que aqueles que obtêm maiores quantidades de alimentos, por exemplo, distribuem-nos a todo o grupo, incluindo aqueles que obtêm as menores quantidades. De maneira geral, praticamente todos os indivíduos oferecem algo aos outros e também recebem. Quem recebe sente-se na obrigação moral de retribuir. Conciliar a sobrevivência com a manutenção dos laços sociais exige que aquele que infrinja o código de honra e generosidade seja marginalizado e que, no longo prazo, todas as obrigações sociais sejam recíprocas.

Agrupamentos humanos mais complexos, com níveis mais avançados de divisão de trabalho, costumam ser organizadas predominantemente pela redistribuição. Esse princípio baseia-se na centralidade. Nesse caso, um intermediário, geralmente o chefe ou outro membro proeminente do grupo recebe, armazena e redistribui os suprimentos. Esse chefe possui uma obrigação moral de redistribuir os suprimentos de forma justa, sob o risco de haver descontentamentos e perda do seu cargo.

Por fim, o princípio da domesticidade consiste na produção para uso e consumo próprios, sendo o seu padrão o do grupo fechado. O objetivo é produzir para satisfazer as necessidades dos membros do grupo. Caso haja comércio, isso não compromete a auto-suficiência doméstica. Esses padrões aparecem ora conjugados, ora separados, dependendo do grupo humano considerado, e caracterizam a inseparabilidade da economia e das relações sociais como um todo. Desse modo, a obtenção de riquezas é mais um entre os vários aspectos da vida social do grupo. As condições para existência e a harmonia do grupo são prioridade.

Contudo, a esfera da economia foi separada da esfera das relações sociais como um todo. Como? Submetendo a própria sociedade e a natureza aos mecanismos de compra e venda. A produção pelas máquinas numa sociedade comercial exigiu transformação da substância natural e humana em mercadorias (POLANYI, 2000, p. 61). E não somente os produtos transformados pelas ações humanas e pelas máquinas, as mercadorias propriamente ditas, foram considerados disponíveis à compra e à venda:

É com a ajuda do conceito de mercadoria que o mecanismo do mercado se engrena aos vários elementos da vida industrial. As mercadorias são aqui definidas, empiricamente, como objetos produzidos para a venda no mercado, por outro lado, os mercados são definidos empiricamente como os contatos reais entre compradores e vendedores. [...] ...o trabalho, a terra e o dinheiro obviamente não são mercadorias. [...] Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia. [...] A ficção da mercadoria, portanto, oferece um princípio de organização vital em relação à sociedade como um todo, afetando praticamente todas as suas instituições, nas formas mais variadas (POLANYI, 2000, p. 93, 94).

O trabalho (mão-de-obra) é apenas um termo técnico para os seres humanos na medida em que são empregados nos processos produtivos, nada além dos próprios seres humanos constituintes de todas as sociedades. A terra não é nada além de uma parte do ambiente natural sobre o qual as sociedades existem. E o dinheiro, a princípio, é o elemento que permite e facilita a troca, ou seja, não foi concebido com a finalidade de ser vendido. Apesar de ser produzido pelo

ser humano e pelas máquinas, o que caracteriza uma mercadoria, sua função primordial não é a de servir como mercadoria (POLANYI, 2000). A partir do momento em que trabalho, terra e dinheiro são considerados como mercadorias, há preços a serem pagos para obtê-los.

Juro é o preço para o uso do dinheiro e constitui a renda daqueles que estão em posição de fornecê-lo. [...] Aluguel é o preço para o uso da terra e constitui a renda daqueles que a fornecem. [...] Salários são os preços para o uso da força de trabalho, que constitui a renda daqueles que a vendem. [...] os preços das mercadorias contribuem para a renda daqueles que vendem seus serviços empresariais, sendo a renda chamada de lucro (POLANYI, 2000, p. 90).

Essas são as bases para a instituição de uma economia de mercado. Incluir principalmente trabalho e terra no mecanismo de mercado significa subordinar sociedade e natureza às leis do mercado (POLANYI, 2000). Polanyi descreve com clareza o princípio de uma economia de mercado:

A transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência. Todas as transações se transformam em transações monetárias e estas, por sua vez, exigem que seja introduzido um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial. Todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda. É isto o que significa o simples termo “sistema de mercado” pelo qual designamos o padrão institucional descrito. [...] a desarticulação causada por tais engenhos deve desorganizar as relações humanas e ameaçar de aniquilamento o seu habitat (POLANYI, 2000, p. 60, 61).

Um grupo humano cuja economia esteja baseada nos princípios da reciprocidade, redistribuição e domesticidade possui os níveis da reprodução biológica e o da produção socioeconômica imbricados, isto é, eles não se separam. Com o capitalismo, surgem três níveis, o da reprodução biológica (família), o da reprodução da força de trabalho (mão-de-obra, classe operária) e o da reprodução das relações sociais de produção (relações constitutivas da sociedade capitalista) (LEFEBVRE, 2002, p. 32). Apesar de imbricados na sociedade capitalista, esses três níveis não se articulam totalmente. A autonomia de um grupo para produzir para consumo próprio, garantir sua auto-suficiência e permitir a reprodução social sem depender de fatores externos ao do grupo fechado é quebrada. O grupo passa a depender da venda de sua força de trabalho, das mercadorias que produz ou de seus meios de produção para obter renda e viabilizar a satisfação de suas necessidades e a reprodução biológica. Isso significa que as pessoas passam a

depender cada vez mais dos mercados (de bens, de terras, de trabalho, financeiros) para sobreviver.

A seguinte citação ilustra resumidamente o aspecto econômico até aqui discutido:

O controle do sistema econômico pelo mercado é consequência fundamental para toda a organização da sociedade como se fosse um acessório do mercado. [...] Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico (POLANYI, 2000, p. 77).

Já foi dito que a principal motivação da colonização dos territórios indígenas foi de ordem econômica. Essa motivação consistia na exploração de recursos naturais e matérias-primas que pudessem ser comercializados no exterior. Isso significa que, desde as primeiras invasões portuguesas, toda a diversidade biológica e cultural foi submetida a uma visão comercial que objetivava suprir a oferta de produtos no mercado internacional e proporcionar o acúmulo de riquezas por parte dos comerciantes. As paisagens da mata atlântica sofreram grandes modificações decorrentes das sucessões e das combinações de modos de exploração econômica da terra: a extração de pau-brasil, a exportação de plantas e animais nativos como mercadorias exóticas, a cana-de-açúcar, o café, o garimpo de ouro e pedras preciosas, a atividade madeireira, as atividades agropecuárias em geral, a industrialização e urbanização. Enfim, a motivação do lucro e da venda transforma o espaço, valorizado pelo trabalho humano, em acessórios dos interesses econômicos e dos mercados.

Falar em economia de mercado é falar de capitalismo. O capitalismo opera segundo um princípio que tende a transformar tudo em mercadorias e gerar lucro. Sob uma cultura de consumo, tudo passa a ser consumível, incluindo o tempo, a experiência, a natureza e a consciência. Nada tende a escapar de tal processo (HINTZE, 2008). O capitalismo combina o mercado, a ciência e a tecnologia e opera, de um lado, incentivando a concorrência e acumulação de riquezas, e, de outro, causando empobrecimento antropológico e material. É programado para ampliar ao máximo sua hegemonia e a exploração da diversidade humana e dos recursos naturais. Mantém tudo o que pode aumentar seus lucros e elimina ou enfraquece tudo o que não interessa à sua cultura de domínio e acumulação. Nessa seleção, a diversidade do mundo humano e ecológico é irreversivelmente afetada (ZAOUAL, 2003). A modernização contribuiu para a destruição das lealdades tradicionais, os direitos e obrigações dos costumes, do passado, da tradição, restando a racionalidade econômica como base da vida social (BAUMAN, 2001).

O sistema capitalista também tenta produzir uma imagem positiva de suas atividades, criando noções como progresso e desenvolvimento. Segundo Castoriadis (1987, p. 144), “a emergência da burguesia, sua expansão e sua vitória final são acompanhadas pela emergência, a difusão e a vitória final de uma nova ideia, a de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas é, de fato, o objetivo central da vida humana”. Por trás desse ideal que move a sociedade contemporânea, há um significado: “crescimento econômico traz progresso e progresso significa felicidade. Essa é a mensagem do capitalismo ocidental” (KAMP, 2003, p. 1). O conceito de que as condições materiais são o requisito mais importante para possibilitar a felicidade humana fez com que o esforço humano fosse depositado sobre o trabalho formal, a geração de riquezas por meio da exploração da natureza e parâmetros como o Produto Interno Bruto (PIB).

O Estado é a forma de organização jurídica, política e administrativa mais difundida na atualidade (ALBERGARIA, 2008). Em termos gerais, é a sociedade politicamente organizada (ROCHA, 2009). O conceito mais básico de Estado é: pessoa jurídica soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano. Esses três elementos indissociáveis são indispensáveis para a constituição de um Estado independente (ALBERGARIA, 2008; ALEXANDRINO; PAULO, 2009, p. 13).

Basicamente, o povo diz respeito ao conjunto de pessoas que mantêm algum vínculo jurídico político com o Estado e não se confunde com população (que também inclui os estrangeiros e os ilegais) nem com nação (comunidade unida por laços históricos e culturais); o território é o elemento material, o espaço sobre o qual o Estado exerce sua soberania, sua supremacia sobre pessoas e bens. Já a soberania refere-se ao poder das autoridades de decidir em última instância, um poder supremo sobre todas as outras manifestações de poder, um poder de natureza absoluta (PINHO, 2009).

De acordo com Santos (2000), para que haja Estado deve haver dois contratos sociais: um entre o povo, para que seja possível instituir a sociedade civil, e outro, entre o povo e o governo soberano, em que o governo assume a função de regular a sociedade civil segundo a regra da maioria. Justamente pela dificuldade (quase impossibilidade) de se obter um consentimento unânime, um consenso absoluto, existe a regra da maioria.

Retomando a noção de autodeterminação dos povos, cabe salientar que o conceito formal, reconhecido pela Constituição Federal do Brasil de 1988, vale somente para outros Estados

reconhecidos internacionalmente como tais. Portanto, outras etnias, culturas ou grupos que se encontrem sob a jurisdição de determinado Estado estão sujeitos ao seu poder soberano. Nesse sentido, qualquer iniciativa separatista que fira a integridade do Estado é combatida, em alguns casos, com extrema violência e até mesmo pela deflagração de guerras.

O Estado vincula-se ao direito, sendo esse a única maneira legítima de defesa por parte do povo contra o abuso de poder e a tirania (SANTOS, 2000, p. 134). O Estado está intimamente ligado ao direito. De fato, não há manifestação do Estado sem as normas fundamentais, intitulas normas constitucionais e não há direito formal sem sua elaboração pelo segmento do poder estatal intitulado legislativo.

O direito diz respeito a regras instituídas, legitimadas e válidas para todos os membros da sociedade, ou seja, o direito existe como a legítima regra da maioria. Em geral, um grupo humano necessita de regras de comportamento e conduta que estabeleçam limites entre liberdade individual e bem-estar social de modo a viabilizar o convívio em grupo. Basicamente, o direito é um “conjunto de regras obrigatórias a todos, imposto pelo Estado e, caso não cumprido, poder-se-á ser objeto de um processo e, ao final, ser condenado, ser penalizado e o Estado, para dar cumprimento à sanção, age coercitivamente, utilizando-se, se necessário, da força física” (ALBERGARIA, 2008, p. 6, 7).

Contudo, na prática, não vigoram somente as regras formais. De acordo com Santos (2000), há um pluralismo jurídico. Uma das características de uma sociedade complexa é o fato de serem constituídas por subsistemas (direito, política, economia, ciências, artes, religião, famílias, associações, organizações não-governamentais, universidade etc.). Cada um desses subsistemas possui certo grau de autonomia, o que lhes permite funcionar parcialmente sob códigos próprios. O direito considerado oficial, estatal, que está nos códigos e leis escritos e é elaborado pelo Estado, é apenas mais uma das formas de direito, porém considerada a mais importante. O fundamento do direito é seu código binário legal/ilegal, por meio do qual ações coletivas e individuais são julgadas. O direito é, portanto, “o ambiente que rodeia os outros subsistemas sociais tal como estes são o meio-ambiente do direito” (SANTOS, 2000, p. 159). É a forma jurídica que tende a predominar e regular as outras. O Estado moderno parte do pressuposto de que o direito deve operar apenas segundo a lógica estatal. Entretanto, a investigação sobre o pluralismo jurídico evidencia a existência de direitos locais, infra-estatais, informais, não oficiais e predominantemente costumeiros. Muitas vezes, essas formas de direito

adquirem poder maior que o do direito formal nas zonas rurais, nos bairros urbanos marginais, nas igrejas, nas empresas, nas organizações profissionais, nas associações. A interação e a interseção entre os diferentes espaços jurídicos criam o interdireito e a interlegalidade, ou seja, não se pode falar apenas do ponto de vista estatal referindo-se aos conceitos de direito e legalidade do ponto de vista formal.

Para as comunidades locais, sobretudo rurais, os costumes locais eram um direito local, uma legalidade de grande escala, adaptada às exigências de prevenção e resolução de conflitos locais. Para o Estado, o direito local era parte integrante de uma rede mais ampla de factos sociais e políticos... (SANTOS, 2000, p. 209).

Santos (2000, p. 273) elaborou um quadro que sintetiza e revela uma pluralidade de práticas sociais nos diferentes espaços sociais:

DIMENSÕES/ ESPAÇOS ESTRUTURAIS	UNIDADE DE PRÁTICA SOCIAL	INSTITUIÇÕES	DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO	FORMA DE PODER	FORMA DE DIREITO	FORMA EPISTEMOLÓGICA
ESPAÇO DOMÉSTICO	Diferença sexual e geracional	Casamento, família e parentesco	Maximização da afectividade	Patriarcado	Direito doméstico	Familismo cultura familiar
ESPAÇO DA PRODUÇÃO	Classe e natureza enquanto "natureza capitalista"	Fábrica e empresa	Maximização do lucro e maximização da degradação da natureza	Exploração e "natureza capitalista"	Direito de produção	Produtivismo, tecnologismo, formação profissional e cultura empresarial
ESPAÇO DE MERCADO	Cliente- consumidor	Mercado	Maximização da utilidade e maximização da mercadorização das necessidades	Fetichismo das mercadorias	Direito de troca	Consumismo e cultura de massas
ESPAÇO DA COMUNIDADE	Etnicidade, raça, nação, povo e religião	Comunidade, vizinhança, região, organizações populares de base, igrejas	Maximização da identidade	Diferenciação desigual	Direito da comunidade	Conhecimento local, cultura da comunidade e tradição
ESPAÇO DA CIDADANIA	Cidadania	Estado	Maximização da lealdade	Dominação	Direito territorial (estatal)	Nacionalismo educacional e cultural, cultura cívica
ESPAÇO MUNDIAL	Estado- nação	Sistema inter- estatal, organismos e associações internacionais, tratados internacionais	Maximização da eficácia	Troca desigual	Direito sistémico	Ciência, progresso universalístico, cultura global

O quadro deixa óbvio que em cada espaço há formas predominantes de poder, direito e produção de conhecimento, mas tornamos a enfatizar o poder soberano do Estado e do direito estatal que lhes conferem hegemonia e abrangência sobre o território nacional. Na realidade, os

espaços e as práticas estão imbricados e variam de uma forma a outra na medida em que cruzamos suas fronteiras não muito bem definidas. Assim, num contexto no qual o Estado e o direito não conseguem atuar de maneira preponderante, predominam outras formas de poder, direito e conhecimento. Em relação à atuação do Estado e do direito no espaço, citamos o disciplinamento e a regulação dos processos de urbanização e industrialização bem como as mudanças no uso da terra; a implementação de políticas públicas e os incentivos a determinadas atividades; as grandes obras e construções; as conformações das paisagens rurais, disciplinadas pela obrigatoriedade da constituição das áreas de preservação permanente e reserva legal; a intervenção específica de instituições públicas ligadas ao Estado tais como IBAMA, CETESB, SABESP, INCRA e muitas outras; a fiscalização etc.

Em quarto lugar, apresentamos brevemente alguns aspectos da história brasileira levando em consideração a quarta implicação do conceito de espaço social para Lefebvre²², segundo a qual o processo de produção do espaço implica em lidar com a história, o que permite a análise das transformações culturais e dos modos de produção bem como das contradições e dos conflitos que deixam suas marcas no espaço. Buscamos também enfatizar como a economia de mercado, o Estado e o direito constituíram-se como importantes forças modificadoras do espaço no contexto brasileiro.

Mesmo antes dos portugueses desembarcarem nas praias brasileiras, eles já haviam feito planejamentos para as terras que estavam prestes a invadir. O Tratado de Tordesilhas já representava a posse ibérica do continente americano. Nos primeiros contatos, os portugueses olhavam aquela natureza exuberante apenas segundo uma reflexão política sobre como usufruí-la conforme as projeções econômicas e geopolíticas do poder europeu em expansão (PÁDUA, 1987). Nesse sentido, Sandeville (2002, p.6) afirmou que “a construção da paisagem brasileira no período colonial se deu através da apropriação predatória dos recursos naturais”. Uma visão extremamente limitada ao utilitarismo de curto prazo e ao potencial para geração de lucros e às ideias de sujeição da natureza e dos “seres humanos inferiores” ofuscou a possibilidade de uma abordagem intelectual mais aprofundada das riquezas naturais e culturais. Desde o início da colonização, o intuito da colonização foi suprir o comércio europeu (PRADO JR., 1972). Posteriormente, a colônia tornou-se também mercado consumidor para produtos europeus. Dessa maneira, estabeleceu-se a lógica da colônia exportadora de matérias-primas e recursos naturais

²² Vide página 42.

mais baratos e importadora de produtos manufaturados, industrializados, de alto valor agregado e mais caros, que permanece até hoje.

De acordo com Dean (2004), uma característica marcante da invasão portuguesa era o fato de que não se pretendia simplesmente migrar para um outro espaço, mas continuar mantendo contato com o antigo. Nesse sentido, a “colônia de exploração” não se distinguia da “colônia de assentamento” e a hierarquização entre metrópole e colônia era um fato óbvio. Os colonizadores dependiam dessa relação para que pudessem continuar a sobreviver como portugueses e procuravam impor sua cultura à natureza e aos povos e seus territórios. Por isso, Dean fala de uma civilização transferida e imposta. Inexistia qualquer sentimento de identificação ou pertencimento ao mundo natural e às culturas desconhecidas. “Atribuir nome é estabelecer uma relação de identificação” (SANDEVILLE, 2002, p.5), por isso os portugueses logo o fizeram para estabelecer simbolicamente a posse sobre as terras e todas as riquezas. Os portugueses também trouxeram suas espécies domesticadas como forma de recriar características de sua terra natal. É muito difícil ter uma noção precisa das consequências ambientais da transferência de plantas e animais exóticos, mas com certeza, foram desastrosas para as espécies nativas. A depredação era algo espontâneo, uma atitude pragmática em relação ao mundo natural: “na dúvida, ponha fogo” (DEAN, 2004, p. 69). Os sentimentos de valorização da vida eram quase inexistentes. A natureza como complexidade viva era desprezada e seu valor era reduzido a objetos passíveis de venda no comércio europeu.

A efetivação da invasão e da ocupação das “novas terras” exigia algumas medidas. As principais eram: tomar o controle dos territórios ocupados pela população nativa e estabelecer outras novas maneiras de ocupá-lo. Os povos nativos, chamados de indígenas pelos portugueses, distribuíam-se praticamente por toda extensão territorial brasileira em uma grande pluralidade de nações e culturas. Considerados como seres humanos inferiores, destituídos de quaisquer direitos²³ sobre os territórios que ocupavam, os indígenas foram reduzidos a mercadorias para os primeiros mercados de escravos do Brasil e para a Europa, como “objetos” exóticos (para exibição) ou sexuais; qualquer possibilidade de ameaça era justificativa para exterminá-los (DEAN, 2004). Para Machado (2004), as bandeiras, expedições pelas quais os portugueses adentravam o interior do vasto território brasileiro, tinham como objetivos principais a busca por

²³ “A Coroa negou que os nativos detivessem quaisquer direitos legítimos ao espaço que ocupavam...” (DEAN, 2004, p. 80).

riquezas minerais e a captura de indígenas para o trabalho escravo. A economia das fazendas de cana-de-açúcar era movida principalmente com mão-de-obra indígena pela qual eram mantidas lavouras de subsistência e realizado o trabalho doméstico. Durante o século XVII, o escravo indígena foi uma das principais mercadorias de troca no comércio interno e sua captura e venda marcou profundamente a economia colonial. Todavia, somente a captura, escravidão e os confrontos não explicam o declínio das populações indígenas.

De todas as armas transportadas nas caravelas dos europeus, nenhuma foi tão eficaz quanto suas doenças para dobrar a resistência dos povos do Novo Mundo. Na verdade, a doença epidêmica é a chave para se compreender o curso do imperialismo europeu no Novo Mundo. Nas outras regiões tropicais do planeta, que haviam sido todas ligadas pelo comércio e conquista desde o surgimento da agricultura e das cidades, a abordagem marítima dos europeus não produziu esse resultado. Por dois séculos e meio, os invasores não controlavam nenhum território nas costas asiáticas e africanas além daquele garantido pelo alcance de um tiro de canhão. Uma vez que a resistência asiática e africana às doenças era ainda mais completa que a dos saqueadores europeus, estes últimos não tiveram qualquer chance de repovoar a paisagem como lhes aprazia, com um sortimento humano exótico de colonos e cativos e raças domesticadas de animais. É surpreendente que a realidade de um Novo Mundo densamente povoado, castigado por doenças subitamente introduzidas, foi negada não só por aqueles que a testemunharam, mas também por todos os seus descendentes, por mais de quatrocentos anos, em interminável cadeia de cumplicidade que permitiu aos neo-europeus arrogarem-se herdeiros de uma terra vazia, uma “fronteira” ilimitada. Antes da iniciativa da apropriação, o monarca português aplicou à nova colônia seu conceito de propriedade da natureza. No ato de dividir o Brasil em capitânicas em 1532, a Coroa se presumia como a possuidora legítima de tudo sobre o continente sul-americano a leste da linha de demarcação, por direito de conquista, ainda que seu controle efetivo na época se estendesse a um único enclave, com um raio de uns poucos quilômetros, em São Vicente. Os títulos que emitia aos donatários e as instruções que entregava ao governador real conferiam o poder de distribuir direitos de propriedade sobre uma entidade abstrata, a “terra”. Estava implícito neste conceito todo o mundo biótico que a habitava e o substrato da qual dependia. Nesses atos, a Coroa reconhecia a presença eventual de certas características acidentais dessa posse abstrata, porque reservava para si, além das árvores de pau-brasil, a propriedade das minas de metais e pedras preciosas, e submetia a julgamento especial pleitos privados quanto a cursos d’água e sítios ribeirinhos para a instalação de moinhos d’água, utilizados para moer cana. Ignorava, contudo, os potenciais direitos prévios ou mesmo a presença de habitantes indígenas (DEAN, 2004, p. 79, 80).

Essa catástrofe biológica provocou o declínio da grande maioria da população indígena que ocupava as regiões costeiras apenas algumas décadas após o início das invasões portuguesas (DEAN, 2004). Isso possibilitou aos portugueses apossarem-se definitivamente dos territórios indígenas. Esse trecho evidencia principalmente a postura de soberania com a qual a Coroa portuguesa passou a administrar os territórios: achou-se no direito de fazer o que bem entendesse para satisfazer seus interesses e tratava os povos nativos como empecilhos ao seu domínio pleno.

Criou-se um Governo Geral, representante oficial do rei de Portugal, que assumiu o controle institucional e político (MACHADO, 2004). Portanto, muito antes da constituição de um Estado brasileiro, já havia um poder soberano que decidia em última instância os rumos da “colônia”.

Um dos principais fundamentos da apropriação territorial brasileira foi o sistema sesmarial. Segundo Abreu (1997), no início do século XIII, toda a terra de Portugal já havia se tornado propriedade de alguma autoridade. Aos chamados conselhos municipais era atribuída a distribuição de terras como política de povoamento. Essa lógica de apropriação territorial originou, posteriormente, o sistema sesmarial. Em 1375, entrou em vigor a lei das sesmarias, assinada por D. Fernando, que estabelecia “a obrigatoriedade de cultivo como condição de posse da terra e a expropriação da gleba ao proprietário que a deixasse inculta. No mais, tudo nela era coação, pois seu objetivo maior era obrigar os trabalhadores rurais a permanecerem no campo”²⁴ (ABREU, 1997, p. 203). Esse sistema foi “transplantado” para o Brasil praticamente sem modificações. “Foi através do sistema sesmarial que se teve acesso legal à terra no Brasil Colônia. Cumpridas as exigências, ficavam os proprietários de terras livres para fazer delas o que bem quisessem” (ABREU, 1997, p. 220). A metrópole, considerando apenas o ponto de vista jurídico, esqueceu-se das condições socioeconômicas peculiares da colônia e dos interesses e resistências à obediência que desafiavam sua autoridade. Os resultados da aplicação desse regime no Brasil foram o aumento das desigualdades sociais e uma lógica de devastação.

Durante o século XVIII, a Coroa continuava a emitir essas concessões para favorecer ricos e poderosos com os quais se identificava e contava para povoar a vasta colônia, a produção de bens exportáveis e defender suas fronteiras. [...] Uma causa importante da destruição da Mata Atlântica foi que o governo não dava valor à terra que concedia tão gratuitamente. Tendo consumido toda a floresta primária mais promissora em dada sesmaria, um donatário costumava vendê-la por uma ninharia e pedia outra, que normalmente obtinha sem dificuldade (DEAN, 2004, p. 163).

As técnicas utilizadas para exploração da floresta e do solo exigiam que as sesmarias tivessem grandes dimensões. Antes da chegada dos portugueses, os povos indígenas praticavam a lavoura itinerante ou de derrubada e queimada, na qual havia o abandono da área após o esgotamento da fertilidade do solo e invasão por pragas, o que permitia a continuação do

²⁴ Abreu ainda acrescenta que esse sistema outorgou ao Estado o domínio sobre todo o território, “o que abria caminho para combater o latifúndio e expropriar qualquer propriedade que não fosse aproveitada no tempo convencionado” (ABREU, 1997, p. 203). Meras coincidências com a realidade brasileira? O sistema sesmarial forneceu as bases para a injusta estrutura fundiária do país e já no século XIII também fornecia bases legais para uma possível reforma agrária que até os dias atuais não realizamos.

processo de sucessão para reconstituição da floresta. Adaptada do modelo indígena, os colonizadores passam a praticar uma forma predatória e instável da agricultura por derrubada e queimada (DEAN, 2004).

Sérgio Buarque de Holanda (2006) descreve a persistência da lavoura de tipo predatório:

Pode-se dizer que o desenvolvimento técnico visou, em geral, muito menos a aumentar a produtividade do solo do que a economizar esforços. [...] O recurso das queimadas deve parecer aos colonos estabelecidos em mata virgem de uma patente necessidade que não lhes ocorre, sequer, lembrança de outros métodos de desbravamento. Parece-lhe que a produtividade do solo desbravado e destocado sem auxílio do fogo não é tão grande que compense o trabalho gasto em seu arroteio... (HOLANDA, 2006, p.62-63).

Em meio a dinâmicas espaciais predominantemente agrícolas, surgiram aglomerados urbanos. Para Abreu (1997), o Estado português teve um papel fundamental na organização territorial e urbana da colônia.

Com a conquista foram transplantadas para o Brasil as praxes metropolitanas de controle territorial, dentre as quais tomou vulto, desde o início, a adoção de um sistema municipalista de base urbana e de raízes romanas, cujas manifestações materiais foram o arraial (ou povoado), a vila e a cidade. Dentre esses, apenas o arraial teve origem espontânea, resultando do agrupamento de famílias em algumas residências – chamadas fogos – que apresentavam certa contigüidade e unidade formal. Os demais surgiram sempre da ação direta ou indireta do Estado. As vilas resultaram da decisão de donatários e governadores, que tinham poder para criá-las, ou de ordem real para que se elevasse a essa categoria algum arraial. A criação de cidades, entretanto, foi sempre um atributo exclusivo da Coroa (ABREU, 1997, p. 213).

Os aglomerados coloniais possuíam funções estratégicas. Antes de serem constituídos como tais, eram postos militares ou acampamento de tropas, pousos de viajantes. A função político-administrativa sempre foi relevante para determinar o grau de importância e o destino dos aglomerados urbanos. Esses eram, antes de tudo, lugares onde se faziam compras de mantimentos e produtos vindos da Europa, indispensáveis ao bem-estar dos habitantes ou viajantes, e ponto de encontro para realização dos negócios. Assim, possuíam importante função comercial. Também eram lugares de concentração religiosa, destacando-se a Igreja como importante fator de coesão para os aglomerados nascentes, por isso, possuíam importante função religiosa. Também há outras funções menos importantes que as demais, como a função industrial, que na época referia-se a uma produção predominantemente doméstica, e a função cultural, representada principalmente pela influência dos colégios religiosos (AZEVEDO, 1992).

Os aglomerados coloniais resultaram predominantemente dos desígnios das autoridades. Não correspondiam a criações espontâneas da massa popular. De um lado, os sistemas de sesmarias, das fazendas de gado e dos engenhos estimulavam a dispersão demográfica, ou seja, contribuía para uma tendência rural. De outro, fundar povoações e, depois, elevá-las a vilas consistia em uma forma dos governadores coloniais prestarem serviços ao rei. Ou seja, os governantes possuíam fortes interesses na criação de núcleos de povoamento. De qualquer forma, as concessões formais de títulos de vilas e cidades não consistiam necessariamente num atestado de sua importância demográfica, social ou econômica (AZEVEDO, 1992).

De acordo com Suzuki (2007b), das aglomerações urbanas emanavam as diretrizes gerais dos interesses da Metrópole portuguesa. Uma das funções estratégicas dos aglomerados urbanos era manter a autoridade do Estado português na colônia, o que era de interesse dos governadores. A dispersão demográfica propiciava o descontrolo da Metrópole sobre os colonizadores.

Já no século XIX, a disseminação da cultura europeia e a estruturação de aglomerados urbanos permitiram o exercício mais efetivo do direito. Houve uma série de inovações no âmbito jurídico que promoveram transformações marcantes nas conjunturas socioeconômicas e ambientais: a Lei de Terras, a Lei Euzébio de Queiroz e a Lei do Comércio (SUZUKI, 2007a).

A Lei de Terras, nº 601, de 18 de setembro de 1850, passou a legitimar a mercantilização da terra como sua única forma de aquisição, isto é, sob a condição única de aquisição de sua propriedade por compra e venda. Passou a ser necessária a titulação e o reconhecimento do Estado para regularizar as posses. Desse modo, a terra passou a ser aprisionada definitivamente como mercadoria pelo capital (SUZUKI, 2007b, p. 326).

A natureza, reduzida a uma simplificada abstração pelo termo terra, é para o ser humano ao mesmo tempo o seu meio direto de vida, objeto e instrumento de sua atividade. A terra é parte do ser humano (FOSTER, 2005). O trabalho sobre a terra não significa apenas satisfazer a fome, não visa apenas à reprodução da existência física dos indivíduos, mas à reprodução de uma determinada maneira de viver. Ou seja, não se trata apenas de satisfazer uma necessidade básica, mas uma necessidade cultural. Ao considerar o fato de que o ser humano depende da terra para sobreviver e constituir sua cultura, Engels faz uma crítica à apropriação da terra como propriedade privada:

Transformar a terra em objeto de gateio – a terra que é nossa e que é única, a condição primeira da nossa existência – foi o último passo para tornar a si mesmo objeto de

regateio. Foi e continua sendo até hoje uma imoralidade superada apenas pela imoralidade da auto-alienação. E apropriação original – a monopolização da terra por alguns poucos, exclusão dos demais dessa que é sua condição de vida – nada deve em imoralidade ao subsequente regateio da terra (ENGELS, 1964, p. 210).

A Lei Eusébio de Queiroz foi um marco fundamental para a proibição do tráfico negro e, conseqüentemente, para o processo de abolição da escravidão (SUZUKI, 2007a). Desse modo, o ser humano como escravo deixou de ser mercadoria disponível para venda e deixou de ser propriedade, posse de outro ser humano na posição de dono. Apesar de o ser humano íntegro ter deixado de ser considerado como mercadoria, ele ainda o era como mão-de-obra. O escravo não possuía controle sobre o seu livre-arbítrio e não podia optar por disponibilizar sua força de trabalho à venda como mão-de-obra. A partir da abolição da escravidão, legalmente, todo ser humano passou a ser livre no exercício de seu livre-arbítrio e na escolha quanto a ofertar sua mão-de-obra num mercado de trabalho.

A Lei do Comércio, de 1850, contribuiu para o crescimento de atividades econômicas no país e teve importante contribuição para a expansão da cultura do café, principalmente para a região oeste do Estado de São Paulo. Essa lei também diminuiu os obstáculos para circulação do produto em nível internacional e incentivou atividades econômicas como a fabril, restringidas durante a colonização e o império (SUZUKI, 2007a). O café e os incentivos à industrialização tiveram conseqüências drásticas para a Mata Atlântica (DEAN, 2004).

Essas leis facilitaram a ampliação da lógica da economia de mercado no contexto brasileiro. A transição do trabalho escravo ao trabalho livre determinou a criação de um mercado de trabalho. A transformação da terra em mercadoria significou um processo crescente de absolutização da propriedade privada. O incentivo ao comércio significou o início do processo de modernização do país e da instituição do ideal do progresso como motivador das atividades humanas.

Em síntese, no período colonial e também durante o Império, um Estado distante, a Coroa, tomava as decisões políticas sobre o que fazer das “novas terras”, mas sem garantias de controle efetivo por sua administração. Um direito elaborado com base na realidade portuguesa foi importado praticamente sem modificações para uma realidade completamente diferente. E, apesar da distância, é possível afirmar que, de maneira geral, a Coroa portuguesa conseguiu fazer valer suas políticas e suas leis, influenciando e direcionando as ações de colonizadores e colonizados. Mesmo após a miscigenação e um contato cultural no qual muitos portugueses absorveram traços

das culturas indígenas e africanas, o Estado, o direito e a economia de mercado predominaram como instituições hegemônicas.

Considerando a formação da estrutura fundiária brasileira, na qual o sistema sesmarial e da Lei de Terras instituíram a propriedade privada da terra, na atualidade, é praticamente impossível tratar do espaço e da paisagem sem abordar a propriedade rural. Fora dos espaços urbanos predominam as propriedades rurais e, no contexto atual, as relações de propriedade e produção diminuem as possibilidades, quebram os espaços (LEFEBVRE, 2000).

A posse da propriedade privada da terra confere o poder de exclusividade sobre certas porções do globo a pessoas. Essa propriedade dá forma a uma concepção absoluta do espaço, que significa que duas pessoas não ocupam o mesmo lugar no espaço. A exclusividade de controle do espaço absoluto pode ser ou de pessoas, ou de Estados, ou de outras figuras jurídicas (BOTELHO FILHO, [200-], p. 6).

De fato, os proprietários rurais possuem papel de destaque na construção das paisagens rurais por causa do seu domínio juridicamente exclusivo²⁵ sobre a porção do espaço delimitada pela propriedade. Justamente por influenciar diretamente a dinâmica de organização espacial, fragmentando espaços e paisagens, ela é uma unidade fundamental para possibilitar a compreensão das práticas sociais e da vida cotidiana.

Aquilo que chamamos de propriedade rural comporta várias dimensões além dos aspectos jurídicos indicados pela palavra propriedade e de sua condição extra-urbana indicada pela palavra rural. Ela é espaço físico, parte do ambiente, meio de produção para atividades agrícolas, florestais, agropecuárias, forma de riqueza, local e resultado de relações sociais, local de trabalho, fonte de lazer e de matérias-primas, uma forma territorial, etc. Ela é também resultado do que ocorre fora dela, nos escritórios das grandes corporações e do Estado, por exemplo (ALMEIDA; QUEDA; HOEFFEL, 2008, p. 39).

A propriedade rural é um objeto complexo em constante transformação e pode ser considerada como símbolo da realidade social e cultural na qual está inserida. Suas funções simbólicas cumprem importantes papéis nos rituais sociais e nas negociações da vida social. De modo geral, ela simboliza poder e *status* social. No contexto histórico brasileiro, desde o início da colonização, a posse de terras constituía uma das principais formas de distinção social: poder político, poder para modificar o espaço, benefícios simbólicos (ser “bem visto” ou, muitas vezes, temido pelas pessoas). Atualmente, a propriedade rural como símbolo tornou-se ainda mais

²⁵ Tal domínio é partilhado apenas com o Estado, que regula as atividades e a posse por meio de leis.

complexa, assumindo novos significados. No contexto de expansão do agronegócio e de industrialização da agricultura, a tecnologia no campo passou a simbolizar “progresso e desenvolvimento” proporcionados pela ciência. A baixa qualidade de vida nas cidades levou muitas pessoas a procurarem um refúgio no campo como alternativa. Desta maneira, pequenas propriedades rurais para lazer tornaram-se símbolos de qualidade de vida, fruição e contato com a “natureza”. Seu papel simbólico como meio de produção (terras para produzir, plantar) passou a ser substituído cada vez mais por um papel simbólico como mercadoria, um “objeto” a partir do qual o espaço e as paisagens podem ser consumidos. Isso faz com que um estilo de vida urbano penetre e influencie cada vez mais o meio rural. Uma ordem social capitalista e urbana tem sobressaído como a maneira hegemônica para representar e imaginar o mundo. O campo passou a ser alvo de uma visão romantizada, um “retorno” à natureza, uma busca por paz e descanso, um retorno nostálgico às origens de uma tradição rural (“trabalho na roça” vivenciado, muitas vezes, na infância). Ao mesmo tempo, passou a ser alvo de uma visão pejorativa, o campo como lugar de atraso, ignorância, ausência de serviços “básicos” de uma vida moderna. A mídia tem assumido um papel cada vez mais preponderante para ditar representações sociais do que desejar em relação à propriedade rural e como usá-la. A imposição de uma racionalidade capitalista, industrial, ao meio rural tem colocado universos simbólicos distintos num contato conflituoso em que um universo simbólico tende a dominar e eliminar outros. A configuração espacial e ambiental das propriedades rurais é, portanto, um símbolo complexo que sintetiza o econômico, o político, o cultural e o subjetivo (ALMEIDA; HOEFFEL; QUEDA, 2008).

Desse modo, consideramos que as propriedades rurais são tanto produto como local de produção da configuração espacial, ao mesmo tempo parte das paisagens e instrumentos para sua modificação e, como categoria analítica, integram as forças hegemônicas do Estado e do direito e outras forças predominantes nos espaços domésticos, da produção, do mercado e da comunidade.

Em outras palavras, as forças que atuam na configuração da propriedade rural vão muito além do econômico, avançando sobre vastas áreas da cultura e da subjetividade. Essas forças discursivas e representacionais estão profundamente implicadas nos processos de transformação do espaço, do território, do lugar e da paisagem. Elas não são forças livres do econômico, nem se encontram totalmente submetidas a ele. Elas são forças que podem atuar numa espantosa sincronia com as forças econômicas, em alguns momentos e circunstâncias, conduzindo a redução do mundo ao econômico e, em outros momentos e circunstâncias, elas podem opor-se ferrenhamente a essa redução das relações sociais (ALMEIDA; HOEFFEL; QUEDA, 2008, p. 38).

A degradação quase total da mata atlântica, os aglomerados urbanos, as propriedades rurais são alguns exemplos muito evidentes no espaço das consequências do processo de colonização. Do ponto de vista sócio-cultural, houve miscigenação e um intercâmbio cultural riquíssimo concomitantemente com um processo de segregação entre a população urbana e comunidades tradicionais como indígenas, ribeirinhas, caipiras, quilombolas, caiçaras, entre outras. À medida em que o Estado, o direito, as ciências e a economia de mercado tornaram-se mais atuantes no espaço, os modos tradicionais de produção, apropriação da terra e regras de conduta declinaram. As comunidades perderam sua própria autonomia e foram forçadas a se submeterem ao poder soberano do Estado. E, dessa maneira, acostumamo-nos a julgar essas comunidades como atrasadas, fora do eixo do progresso, não civilizadas, ignorantes, isoladas, exóticas, pobres, destituídas de boas condições materiais e de conforto etc.

A sociedade passou a centrar-se cada vez mais no Estado e nas demais instituições hegemônicas o que mudou a maneira de pensar: o Estado passou a ser encarado como a solução e a sociedade como o problema. Isso tornou a população passiva e dependente. Além disso, as condições políticas, econômicas, sociais, jurídicas e ambientais mostram-se mais difíceis a cada dia. Dadas as experiências correntes, as expectativas da grande maioria da população mundial tornaram-se mais negativas (SANTOS, 2007).

A crise contemporânea consiste numa crise de mitos e, ao mesmo tempo, numa crise econômica, social e política. Por muito tempo, o ideal do progresso serviu de motivação tanto para o liberalismo quanto para o marxismo (ZAOUAL, 2003, p. 99). Nesse sentido, outros autores como Boaventura de Sousa Santos (2007) e Enrique Leff (2002) falam sobre a necessidade de uma transição paradigmática. O que podemos incentivar é a transformação dos mitos que constituem o mais poderoso obstáculo no caminho de uma reconstrução da sociedade humana (CASTORIADIS, 1987, p. 158). Por isso, enfatizamos o aspecto da subjetividade, isto é, do conhecimento, cultura, sensibilidade e sociabilidade (GUATTARI, 1997, p. 33).

É necessário que nos aprofundemos numa crítica ao global, evidenciando, de um lado, as consequências uniformizantes da ocidentalização/americanização do mundo, e, de outro, as reações dos diversos locais, exigindo respeito às múltiplas identidades (ZAOUAL, 2003, p. 10). Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos (2007) discorre sobre o que ele chamou de “pluralidades despolarizadas” e Doreen Massey (2008) sobre as multiplicidades. A uma ideologia pautada pela acumulação, concorrência e uniformização, é necessário responder com outras

propostas, da diversidade da humanidade, do respeito à natureza, da criação e da autonomia das populações (ZAOUAL, 2003, p. 34).

A aceitação de uma multiculturalidade e da coexistência de uma diversidade de visões de mundo e de experiências humanas dependeria da superação das limitações advindas do pesado fardo colonial.

Uma coisa clara para nós é que não há conhecimento geral; tampouco há ignorância geral. Somos ignorantes de certo conhecimento, mas não de todos. Todo conhecimento se distingue por seu tipo de trajetória, que vai de um ponto A chamado “ignorância” a um ponto B chamado “saber”, e os saberes e conhecimentos se distinguem exatamente pela definição das trajetórias pelos pontos A e B. Podemos dizer que na matriz da modernidade ocidental há dois modelos, dois tipos de conhecimento que podem se distinguir da seguinte maneira: o conhecimento de regulação e o conhecimento emancipação. A tensão política é também epistemológica. Tanto o conhecimento-regulação (CR) como o conhecimento-emancipação (CE) têm um ponto A, que é de ignorância, e um ponto B, que é de saber. A ignorância no CR é caos, ser ignorante é viver em um caos da realidade incontrolada e incontrolável, seja na natureza ou na sociedade; e conhecer, saber, é ordem. A trajetória do CR vai do caos à ordem. Saber é pôr ordem nas coisas, na realidade, na sociedade. Mas houve na matriz da sociedade ocidental outro conhecimento, o CE, que tem um ponto A chamado colonialismo, ou seja, a incapacidade de reconhecer o outro como igual, a objetivação do outro – transformar o outro em objeto -, e o ponto B, que é o que poderíamos chamar autonomia solidária. Aqui o conhecer vai do colonialismo à autonomia solidária (SANTOS, 2007, p. 52, 53).

Tanto a legitimação monocultural quanto a crítica monocultural não superam o estado de não-existência das outras maneiras de pensar o mundo. Isso significa que as multiplicidades tornam-se invisíveis perante a visão de mundo considerada legítima. A não-existência perante o modelo hegemônico de racionalidade ocidental é produzido, de acordo com Santos (2007), por meio de cinco lógicas principais:

- 1) Monocultura do saber e do rigor: a ideia de que a ciência moderna é único saber rigoroso e produtor de “verdades” invalida os outros conhecimentos.
- 2) Monocultura do tempo linear: a ideia de que a história e o futuro possuem uma única direção, a do desenvolvimento e modernização, coloca os países desenvolvidos na dianteira e os países menos desenvolvidos são considerados atrasados, selvagens e primitivos.

- 3) Monocultura da naturalização das diferenças: a ideia da naturalização das diferenças oculta as hierarquias e resulta na naturalização da lógica da dominação. É a lógica de que o ser inferior é “naturalmente inferior” e sua condição é insuperável.
- 4) Monocultura da escala dominante: a hegemonia das ideias do universalismo (entendido como o que é válido independentemente do contexto no qual ocorre) e da globalização reduz a importância da realidade particular e local transformando-a em algo invisível, descartável e desprezível.
- 5) Monocultura do produtivismo capitalista: a ideia de que o crescimento econômico e a produção mensurada economicamente determinam a totalidade da produtividade do trabalho humano negligencia qualquer outra forma de organizar a produtividade do trabalho humano. O que é considerado improdutivo é simplesmente ignorado.

Autores como Massey, Santos e Zaoual despertaram para a necessidade de observar a diversidade pelo prisma da multiculturalidade. Não se trata de adaptar as outras culturas para viverem segundo as ciências, o direito, a economia de mercado e a soberania do Estado, mas sim, permitir que cada cultura sobreviva com suas próprias instituições e modos de vida, pois uma sociedade civil, jurídica, urbana, industrial, científica, tecnológica, consumista não precisaria ser o único fim para todas as culturas. Segundo Massey (2008, p. 24), a cosmologia de ‘única narrativa’ tende a eliminar as multiplicidades, as heterogeneidades contemporâneas presentes nos espaços. Reduz coexistências simultâneas a um lugar na fila do desenvolvimento e do progresso. Nas palavras de Santos:

Finalmente, toda a teoria crítica tem sido bastante monocultural, e hoje estamos cada dia mais conscientes da realidade intercultural de nosso tempo. Por essa razão, chegamos à conclusão de que, provavelmente, a razão que critica não pode ser a mesma que pensa, constrói e legitima o que é criticável (SANTOS, 2007, p. 52).

Apesar da inegável força com que o Estado, o direito estatal, a economia de mercado e as ciências são impostos aos indivíduos e aos espaços produzindo uma tendência à uniformização, a diversidade cultural não pode ser reduzida à atuação dessas instituições. À primeira vista, os espaços podem parecer dominados pelos poderes hegemônicos. Porém, ao aprofundarmo-nos nos significados das paisagens, pretendemos descobrir o que elas ocultam: diversidade, multiplicidade, subjetividade, resistências.

4 ANÁLISE DA HISTÓRIA LOCAL

4.1 Fontes históricas

Entendemos, a partir das considerações sobre a natureza processual do espaço e das paisagens, que é fundamental buscar compreender os processos históricos para que a teoria encontre respaldo numa realidade concreta. Assim, analisamos a história local buscando compreender os fatores que contribuíram para a conformação atual da paisagem de Ipeúna bem como as transformações sociais e a formação de vínculos afetivos dos moradores com o lugar. Segundo Thompson (1998, p. 21), por meio da história local, uma aldeia ou cidade pode compreender o sentido de suas transformações e os novos moradores vindos de fora podem adquirir uma percepção das raízes pelo conhecimento dessa história.

Ao iniciarmos uma busca por referências sobre a história local, especificamente sobre Ipeúna, percebemos que não há qualquer livro publicado sobre o assunto. De fato, há uma carência de registros oficiais e formais. O único documento formal encontrado foi uma dissertação de mestrado intitulada “Uma história para Ipeúna”, de 2004, escrita por Hélia Maria de Fátima Gimenez Machado, professora de história da rede pública. Motivada por um projeto que contemplava a integração entre universidade e escola, pesquisa e a elaboração de um Atlas referente ao município de Ipeúna, ela passou a se interessar pela história de Ipeúna. Após uma vasta pesquisa, ela constatou que não havia qualquer publicação sobre o assunto, ou seja, a história de Ipeúna não havia sido registrada sob a forma escrita. A partir dessa lacuna, surgiu o projeto de empreender uma construção dessa história a partir da análise de documentos escritos e fotografias antigas e da metodologia da história oral.

De acordo com Freitas (2006), a história oral utiliza técnicas articuladas entre si, como a entrevista entre outras, para registrar narrativas da experiência humana e criar fontes históricas. De acordo com Paul Thompson (1998), a história oral é construída em torno de pessoas, portanto, evidencia o valor do passado lembrado, pode proporcionar informações significativas (muitas vezes únicas), transmite uma consciência individual e coletiva características de uma época, avalia o significado subjetivo da história a longo prazo. A utilização das entrevistas, que entrelaçam símbolos e mitos com informações, pode fornecer informações que podem ser analisadas, tão válidas quanto as que podemos obter de qualquer outra fonte humana.

Freitas (2006, p. 51) afirma que memória é o vivido e história é o elaborado, mas é através do resgate da memória que se reconstrói o passado. Nesse sentido, Edward P. Thompson (2001) enfatiza a importância da questão da experiência social vivida pelos indivíduos no seu cotidiano, mas também deixa claro que os fatos relatados e os documentos são evidências dos acontecimentos em estado bruto, não produzem o fato histórico e não têm voz por si mesmos. Quem articula e dá voz aos fatos é o pesquisador que, interrogando as evidências, sejam relatos de fatos vividos ou documentos escritos, organiza um pensamento.

Desse modo, a avaliação do material proveniente de fonte oral deve considerar a sua coerência interna, a comparação das informações com outras fontes e situar evidência em um contexto mais amplo. A entrevista deve ser interpretada e analisada de um modo mais sensível e humanista, sem que haja um apego às informações e aos fatos, revelando a riqueza da imaginação e do simbolismo na produção de significados. Por isso, a “credibilidade” das fontes orais é diferente da credibilidade atribuída aos documentos escritos (THOMPSON, 1998).

Thompson (1998) descreveu três modos de construção da história oral: 1) narrativa da história de uma única vida; 2) coletânea de narrativas; 3) análise cruzada: a evidência oral é tratada como fonte de informações a partir da qual se organiza um texto expositivo. Hélia M. F. G. Machado produziu cinco narrativas a partir da transcrição das entrevistas feitas com moradores idosos de Ipeúna. Assim, diferentes pontos de vista revelam diferentes facetas da realidade local, como a chegada dos primeiros imigrantes, os fatos políticos, a divisão do trabalho por gênero, as formas de lazer, a vida cotidiana. As narrativas são empregadas, sobretudo, para caracterizar as comunidades e os indivíduos, transmitindo suas atitudes (THOMPSON, 1998).

Recorremos também a outras duas fontes: o livro “Capela: 1ª metade do século XX”, de Myra Terra; e os trabalhos de Idajar Martins, e “A História que o Povo Conta”, “Ipeúna 40 anos”.

“Capela: 1ª metade do século XX” é um livro de memórias que relata experiências da infância de uma antiga moradora de Ipeúna que atende pelo pseudônimo Myra Terra. É praticamente uma autobiografia em que a autora descreve com detalhes a vida cotidiana nas primeiras décadas do século XX, as tarefas domésticas, a aparência de sua antiga casa, as relações familiares e com outros moradores. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la e atestar que o conteúdo do livro é verídico, ou seja, não foram inseridos fatos fictícios. Descobrimos também que a família toda foi tratada por pseudônimos.

Em busca de informações sobre a história e o povo de Ipeúna, fomos aconselhados a procurar Idajar Martins, o atual responsável pela biblioteca municipal de Ipeúna e um aficionado pela história local. Também tivemos a oportunidade de entrevistá-lo²⁶ e manter longas e esclarecedoras conversas. Ele empreendeu sozinho e com seus próprios recursos uma coleta de documentos relativos ao processo de emancipação do município e de relatos de memórias e histórias de vida de velhos moradores (muitos já falecidos) das 66 famílias tradicionais, entendidas como as que mantiveram-se em Ipeúna desde o início do povoamento. As entrevistas, referentes à origem da família, ao modo de vida e à aparência de Ipeúna na época, foram conduzidas e filmadas por Idajar. Esse trabalho foi concluído em 1999. Alguns trechos das entrevistas foram transcritos e compilados num documento intitulado “A História que o povo conta”. Idajar também entrevistou políticos (prefeitos e vereadores) buscando informações sobre o processo de emancipação e de industrialização de Ipeúna e produziu outro documento intitulado “Ipeúna 40 anos”. Ambos os documentos não foram produzidos de modo sistemático segundo as recomendações acadêmicas e não foram publicados. São, portanto, documentos não-oficiais. Apesar disso, examinando o conteúdo dos trabalhos, verificamos a riqueza das informações e dos depoimentos. Trata-se de um vasto material que poderia ser transformado futuramente num trabalho acadêmico com o auxílio de historiadores e outros especialistas. Mesmo sem a publicação, uma formalização dos trabalhos, esses foram reconhecidos pela prefeitura municipal e até utilizados para compor materiais didáticos para escolas.

Enfim, a história de Ipeúna foi registrada recentemente a partir de resgates das memórias e experiências dos seus moradores idosos. Desse modo, utilizamos as evidências orais como as principais fontes de informações para a construção da análise. De acordo com os termos e as classificações de Paul Thompson, nosso texto estaria mais próximo a uma análise cruzada.

Convém deixar claro que muitos trechos transcritos, principalmente dos textos de Idajar Martins, contêm desvios em relação ao português formal, característicos da fala dos trabalhadores rurais, das populações caipiras e acaipiradas. Deve ficar claro que tais trechos são transcrições idênticas ao texto original. Uma das maneiras mais comuns de inferiorizar o caipira é enfatizar a sua fala em desacordo com a norma culta. Sabemos que mesmo as falas das pessoas ditas cultas não correspondem totalmente à pronúncia exata da modalidade escrita padrão que, quando

²⁶ Tal entrevista foi realizada no dia 26 de junho de 2008, gravada em arquivo de áudio digital e, posteriormente, transcrita.

transcritas, são ajustadas para as formas consideradas corretas. Percebemos que, nos casos de transcrições de falas de trabalhadores rurais ocorre o contrário: há uma ênfase nos “erros” (variantes lingüísticas destoantes da norma culta ou norma padrão vigente) que caracterizam uma classe social considerada inferior por muitos. No entanto, nossa intenção foi a de colocar todas as falas em um mesmo nível de importância, independentemente da condição sócio-econômica ou do nível educacional.

Por fim, deixamos claro que muitos dos trechos não revelavam com precisão as datas referentes às informações colocadas. Contudo, consideramos que essas lacunas não prejudicaram o processo de análise. Portanto, este capítulo não se encontra organizado segundo uma ordem cronológica exata.

4.2 Caipiras e imigrantes

A região de Ipeúna passou por profundas transformações a partir da segunda metade do século XIX. Os principais fatores que contribuíram historicamente para a formação da atual Ipeúna foram: imigração, isolamento, a sucessão de diversas atividades econômicas, modernização e a atuação de líderes políticos. Fortemente vinculada e subordinada a Rio Claro, a região comportou grandes fazendas, escravos e agrupamentos de caipiras. A partir do final do século XIX, houve a chegada de um grande contingente de imigrantes, principalmente portugueses, espanhóis, alemães, libaneses e italianos. O contato entre os caipiras e os imigrantes resultou em uma troca cultural dinâmica, na qual os caipiras incorporaram traços do sistema econômico capitalista, como dinheiro e utensílios produzidos industrialmente, e os imigrantes foram acaipirados no que diz respeito ao trabalho rural e à produção para subsistência. Pode-se afirmar, então, que a partir desse contato, desenvolveu-se em Ipeúna uma cultura de transição que possuía traços de auto-suficiência e traços de uma economia de mercado. A fixação de 66 famílias na região manteve a existência da vila, que permaneceu num alto nível de isolamento até a década de 1970. Devido a isso, a população de Ipeúna, fruto do contato entre caipiras e imigrantes, apresenta um alto grau de relações de parentesco e vizinhança. Nas primeiras décadas do século XX, a influência da expansão do capitalismo e do modo de vida urbano, característicos de um processo de modernização, começava a se fazer cada vez mais presente na vida do povoado, o que diminuía gradativamente sua autonomia em relação à economia de mercado. A

base econômica do distrito era essencialmente agrícola até meados da década de 1960 e, apesar da modernização ter sido sentida desde as primeiras décadas do século XX, a intensificação dos processos de urbanização e industrialização ocorreu a partir de sua emancipação política, em 1964. A atuação de líderes políticos foi decisiva para viabilizar a emancipação e estimular a industrialização do município.

No contexto do território paulista, a Vila de São Paulo tornou-se o ponto de partida mais importante para o processo de penetração nas áreas do interior. Muitas bandeiras partiam dali para explorar o sertão e capturar índios. Mas, ao contrário da noção predominante no senso comum, sua importância para a efetiva ocupação do território paulista foi pequena. Os bandeirantes contribuíram mais com o traçado de caminhos e devassamento de terras que seriam povoadas posteriormente do que com o povoamento propriamente dito (MACHADO, 2004). Os pousos de viajantes foram os mais comuns embriões de cidades e os caminhos coloniais formavam espinhas dorsais da rede urbana (AZEVEDO, 1992). Foi o que ocorreu para a ocupação das regiões de Rio Claro e Ipeúna, acelerada com o aumento do fluxo de tropas devido à descoberta de ouro em Mato Grosso (BILAC, 2001).

Para Machado (2004), o outro fator que impulsionou a ocupação da região de Ipeúna foi a doação de sesmarias ao longo de caminhos utilizados por tropeiros. As grandes sesmarias do Morro Azul, Piracicaba e Corumbataí foram as principais da região. Ipeúna ocupa atualmente as terras dos “Sertões do Morro Azul”, que constituíam um obstáculo natural separando as áreas conhecidas como a Depressão Periférica paulista de outras regiões interioranas desconhecidas. Os “Sertões do Morro Azul” eram habitados por índios, caipiras e pequenos posseiros, que viviam do plantio de roças de subsistência e da pouca comercialização de parte da produção. Plantavam principalmente feijão para consumo próprio e milho para os animais das tropas que passavam em direção ao interior do país. Praticamente todo o trabalho era feito pelas próprias famílias, de forma bastante rudimentar. Além de incentivarem a ocupação territorial dos “Sertões do Morro Azul”, as sesmarias definiram a estrutura fundiária da região pois as grandes fazendas cafeeiras foram formadas a partir da divisão dessas sesmarias. Ipeúna está localizada onde era a antiga fazenda Serra D’Água.

Idajar e Hélia entrevistaram Pedro Gomes Ferreira, neto do Sr. Manoel Ferreira, popularmente conhecido como Ferreirão. O Sr. Ferreirão foi um dos primeiros imigrantes a se estabelecer no local e tornou-se personalidade muito conhecida e respeitada entre os primeiros

habitantes do povoamento. Essas entrevistas foram uma das principais referências para se construir uma vaga noção de como era o povoado antes da chegada dos imigrantes. Em suas palavras,

“coisa primitiva, com caboclos meio ariscos, custou eles terem amizade. Imagine, eles eram estrangeiros, aqueles caboclos quase índios. Aquela meia dúzia de casebres que deveria, estar ali para aproveitar água da cabeceira. Em volta dessa aldeia era só ‘sambambaieiro’ e mais nada... Era um mundo aberto entre o que é hoje o município de Ipeúna, Itirapina, e quem sabe até São Carlos. Onde é hoje Ipeúna não tinha nada. Depois que conseguiram se chegar aos caboclos [...] Permaneceram lá por certo tempo ali junto com os caboclos, não eram de trabalhar muito... tinham roça de milho e mandioca, não tinham roupa. Faziam de tecido tirado das árvores, eles mesmos. Não tinham arma de fogo nem ferramenta, caçavam com arapuca ou assobiando para o passarinho. Se fosse macho assobiavam imitando fêmea e se fosse fêmea assobiavam como macho. O passarinho vinha e eles matavam com vara. Tinham uma pontaria que Deus me livre, matavam com vara... a gente do meu avô foram ficando com eles e quando ia escurecendo as mulheres acendiam vela num cruzeiro que eles mesmos fizeram. Os homens que ainda estavam na mata olhavam a luz da vela... e iam vindo, e acertavam voltar. Eles contavam que nesse lugar também ficavam os mascates e os tropeiros” (MACHADO, 2004, p. 58).

É perceptível nessa fala que os habitantes da região, os “caboclos”, são colocados em posição de inferioridade. Isso é evidenciado por expressões como “primitiva”, “quase índios”, “ariscos”, “aquela meia dúzia de casebres”, “não eram de trabalhar muito”. É comum ouvir de pessoas que vivenciaram a transição de uma realidade rural para uma realidade urbana a expressão “em determinado lugar não tinha nada”. Esse “nada” é muito significativo. Na verdade, sempre há coisas nos lugares. O “nada” significa que essas coisas são desprezadas, destituídas de qualquer valor. Natureza e seres humanos de culturas mais rústicas não são valorizados, são considerados “coisa primitiva”, ou seja, algo que está num estágio comparativamente anterior a um estágio “mais desenvolvido”. Quando se refere à construção de Ipeúna em oposição a um estágio anterior referido como “nada”, isso geralmente significa a valorização do “progresso” e de tecnologias que permitem uma vida com mais conforto, sem a necessidade de trabalhos braçais e cansativos.

Em entrevista a Idajar, o Sr. Pedro contou também que “quando Manoel Ferreira se aportou entre eles, não só se inteirou dos costumes deles, como também impôs mudanças trazidas de sua cultura” (MARTINS, 2000, p. 13). Por exemplo, ele conta que o povo da aldeia não conhecia o dinheiro. E é muito provável que a presença do Sr. Ferreirão tenha acelerado o processo da familiarização e incorporação do dinheiro na aldeia. Isso evidencia o processo de

trocas culturais entre a cultura caipira e a cultura de imigrantes que teria ocorrido em Ipeúna. Segundo o Sr. Pedro, seu avô teria sido o único europeu a permanecer na aldeia desde 1876, quando chegou à região, até 1885, quando chegaram outros imigrantes.

Cabem, a partir daqui, algumas considerações sobre a cultura caipira rústica com base no estudo de Antônio Cândido (1979), “Os Parceiros do Rio Bonito”, no qual há uma profunda análise da cultura caipira. Salientamos que, após as leituras das memórias e histórias de vida dos velhos moradores ipeunenses, constatamos que o contexto de Ipeúna possui muitas semelhanças em relação ao contexto da cidade de Bofete, estudada em “Os Parceiros do Rio Bonito”. A vida material, o cotidiano, os costumes, a relação com imigrantes, a situação de predominante isolamento, a modernização e urbanização são alguns dos principais aspectos semelhantes. Na realidade, tais semelhanças devem-se ao fato de que a cultura caipira constituiu, segundo o próprio Cândido, a maioria da população tradicional do Estado de São Paulo. Obviamente, cada lugar percorreu uma trajetória própria de desenvolvimento conforme suas características peculiares e seus habitantes únicos. Por isso, deixamos claro que Antônio Cândido é uma referência importantíssima para embasar a análise dos elementos, das características e dos processos comuns às duas realidades, e, a partir disso, construir uma análise do contexto mais específico de Ipeúna.

Chamamos atenção também para os significados de alguns termos. Em algumas transcrições de entrevistas, há predominantemente a utilização do termo caboclo no sentido de habitante rústico do sertão, praticamente um sinônimo de caipira. Entretanto, caboclo também pode significar mestiço de branco e índio. Assim como Cândido (1979, p. 22), optamos pelo uso do termo caipira, entendido como o indivíduo de origem rural e que leva uma vida campestre e rústica, para priorizar o significado de um tipo cultural, um estilo de vida, um modo de ser e não uma característica racial. O termo rústico também é empregado assim como pretendeu Cândido, referindo-se ao “universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contato com o aborígine” (CÂNDIDO, 1979, p. 21).

A cultura caipira pode ser considerada uma variedade subcultural do tronco português surgida nos séculos XVI, XVII e XVIII, uma fusão de elementos das heranças portuguesa e indígena. A sociedade caipira tradicional caracterizava-se pela dispersão das famílias, vida social do tipo fechado, economia fechada e autossuficiência. Por meio de um conhecimento satisfatório

dos recursos naturais, o caipira conseguia suprir as condições mínimas necessárias para equilibrar a correlação entre as necessidades e sua satisfação, o que lhe permitia estabilizar os mínimos vitais e os mínimos sociais. Resumidamente, a consolidação e a estabilidade da cultura caipira necessitava das seguintes condições: 1) isolamento; 2) posse de terras; 3) trabalho doméstico; 4) auxílio vicinal; 5) disponibilidade de terras; 6) margem de lazer (CÂNDIDO, 1979).

Os alimentos eram obtidos por meio da agricultura itinerante permeada por traços de caça e coleta. Era uma economia seminômade, traço de uma origem cultural dos indígenas nômades. O feijão, o milho e a mandioca, plantas nativas, constituíam a base da alimentação caipira. Praticamente todos os alimentos eram produzidos no âmbito familiar. Arroz e feijão eram a comida por excelência e o resto chamava-se mistura. As misturas mais comuns eram carne de porco, ovo, galinha, alface, couve, batata, carne de vaca, pão de trigo (os dois últimos considerados iguaria suprema nas épocas de maior isolamento), polenta e hortaliças (influência dos imigrantes). A casa, também denominada rancho, era um abrigo rústico de palha sobre paredes de pau-a-pique ou mesmo varas não-barreadas. Na fabricação caseira, predominavam técnicas e usos rudimentares na produção de bens, utensílios e implementos. A partir da necessidade de cooperação, havia a convivência entre as várias famílias, o que diminuía os efeitos do isolamento. A ajuda requerida pelo trabalho rural instituía formas de solidariedade que eram manifestadas por meio de acontecimentos sociais, dentre os quais, o mais importante era o chamado mutirão. A ajuda não era remunerada, mas ao beneficiado ficava a obrigação moral de retribuir. Essa prática era responsável por formar uma ampla rede de relações entre os habitantes dos grupos de vizinhança, contribuindo para manter sua unidade funcional e estrutural. Os festejos religiosos locais também eram importantes fatores de sociabilidade. O caipira possuía uma personalidade recatada e desconfiada; também havia um certo desamor ao trabalho, uma falta de ambição, que resultava em uma “desnecessidade de trabalhar” (CÂNDIDO, 1979).

Os principais fatores que prejudicaram o equilíbrio social dos caipiras e colocaram sua cultura em situação de crise, quebrando seu estado de relativo isolamento, interferindo na posse e na disponibilidade de terras e estimulando a dedicação de um trabalho cada vez mais dissociado do âmbito doméstico, foram a expansão da economia capitalista e da vida urbana (CÂNDIDO, 1979).

Os principais fatores que impulsionaram a industrialização e a urbanização do interior paulista foram a elite cafeeira e a imigração européia (BILAC, 2001). Verificamos que esses

fatores, de fato, foram os que causaram os primeiros grandes impactos à cultura caipira presente na região de Ipeúna. O sistema das grandes lavouras em Rio Claro foi constituído a partir da usurpação da terra e a eliminação ou marginalização dos lavradores existentes, por um grupo de pessoas que acumularam capital nos negócios de exportação agrícola desde a época da colônia (DEAN, 1977). Por fim, no contexto geral, a expansão urbano-industrial e da fronteira agrícola passaram a constituir a maior ameaça aos sistemas tradicionais de acesso a espaços e recursos de uso comum (DIEGUES, 2004, p. 130).

A partir da década de 1850, foram adotadas medidas para promover a livre imigração do exterior com o objetivo de substituir o trabalhador escravo. O trabalho livre foi institucionalizado na sociedade brasileira e os imigrantes estrangeiros, principalmente italianos, espanhóis, portugueses e alemães, formavam parte muito significativa do contingente brasileiro de trabalhadores livres. Os alemães preferiam o trabalho autônomo. Os portugueses preferiam trabalhar no pequeno comércio. Os italianos eram preferidos para trabalhar nas lavouras de café no regime de colonato, pois seu perfil era mais submisso. A maioria dos italianos era de áreas nas quais predominava uma economia baseada em relações pré-capitalistas. No regime de colonato, o colono e sua família deveriam realizar a seguinte empreitada: cuidar dos cafeeiros já plantados e colher as cerejas. Os frutos da colheita eram remunerados. Os fazendeiros que os contratavam concediam-lhes o direito de utilizar terras para plantar culturas de subsistência. Também havia uma economia do excedente, em que a obtenção de um excesso de produção em relação ao consumo era planejada pelo colono visando o comércio. O regime de colonato, portanto, consistia em uma complexa combinação de formas não-capitalistas (a produção direta dos meios de subsistência) e capitalistas (a produção de mercadorias sob pagamento de salário). O imigrante, sob o regime do colonato trabalhava para os outros e também para si mesmo, ou seja, a reprodução da sua força de trabalho não era exclusivamente mediada pelo comércio de mercadorias. O imigrante encontrou condições de trabalho que lhe permitiam conservar um estilo de vida camponês ao mesmo tempo em que era construído um pensamento burguês: a legitimação da exploração da força de trabalho na produção de riqueza e o esforço sacrificado para a aquisição da propriedade da terra mediada pelo dinheiro (MARTINS, 1990).

Alguns dos idosos ipeunenses relataram que seus pais e avós, imigrantes recém-chegados ao Brasil, trabalham em grandes fazendas cafeeiras como colonos até a crise do café, no final de década de 1920. No trabalho de Hélia M. F. G. Machado, a imigração é citada como um

acontecimento pessoal nas narrativas, pois todos os narradores são descendentes de imigrantes. Entretanto, não há uma explicação geral sobre a chegada e o estabelecimento dos imigrantes na região de Ipeúna.

Em “A História que o Povo conta”, Idajar Martins (2000) registrou que, na década de 1850, houve um primeiro movimento migratório para a região de Ipeúna, constituído por famílias de suíços, alemães e portugueses destinadas a substituir a mão-de-obra escrava e trabalhar nas fazendas de café pelo sistema de meação²⁷. Dentre os dez grandes latifúndios que compunham as colônias de Rio Claro, três foram instalados em Ipeúna: Beri, Covetinga e Boavista. O sistema de meação fracassou após a revolta liderada por Thomas Davats em 1857. Dívidas, maus tratos e condições precárias de vida estimularam os imigrantes a trabalharem mais nas lavouras de subsistência do que nos cafezais, a revoltarem-se contra os fazendeiros e, em alguns casos, a fugirem. Na década de 1870, o café chegou ao planalto da Serra de Itaqueri. Na década de 1880, houve um segundo movimento migratório, constituído por famílias de alemães, espanhóis, portugueses e a grande maioria de italianos. Nesse período, a aristocracia cafeeira mudou-se para a Capital, atraída por investimentos nos setores bancário, comercial e industrial. Após a abolição da escravatura, os barões de café não estavam mais em Rio Claro e os grandes latifúndios foram subdivididos em propriedades menores, viabilizando o sonho dos imigrantes por um pedaço de terra. No decorrer desse processo, os imigrantes passaram a ocupar o pequeno povoado. Com isso, parte da população caipira foi deslocada e parte absorveu os novos traços culturais.

Outro trecho da fala do Sr. Pedro evidencia a essas mudanças.

Quando os imigrantes chegaram a Ipeúna, muitas coisas mudaram, era o que meu pai contava. Foi tendo evolução, mudanças que aconteceram devagarzinho [...] Os descendentes de caboclos não sabiam lidar com lavoura. Conseguiram trabalhar com derrubada de mata com o machado, ou defendiam-se na caça e na pesca. Foram os imigrantes que deram conta da lavoura, principalmente de café. Eles é que sabiam lidar com plantação e mesmo com animais. Eles vinham de um lugar que era mais desenvolvido e por isso conheciam mais coisas, então, se saiam melhor que os caboclos (MACHADO, 2004, p. 73, 74).

²⁷ Na meação, o meeiro também conhecido regionalmente como aforante, recebe a terra “limpa” e arada e as sementes, sendo encarregado do plantio, limpa e colheita, devendo 50% da produção ao proprietário (CANDIDO, 1979).

Novamente os caipiras são mencionados com um tom de inferioridade. Nesse sentido, sua inaptidão ao trabalho nas grandes lavouras e sua “falta de conhecimento” são enfatizadas. Contudo, a predisposição do caipira a não trabalhar deve-se, não a uma incapacidade, mas a uma característica cultural. Acostumados a uma “lógica” pautada principalmente pela manutenção das condições de subsistência e não pelo acúmulo de riquezas em outras formas, todo trabalho que excedesse ao limite do suficiente tornava-se desmotivador.

A partir da interferência descontrolada de fatores externos em uma cultura, a estrutura social é abalada. Nesse caso, há basicamente três alternativas: fugir do raio de alcance dessas influências, submeter-se e adaptar-se ou procurar meios de defender-se. A partir da segunda possibilidade, pode-se falar em modos de persistência ou alteração.

Em toda conjuntura de crise podem-se observar duas categorias principais de fatos: os de persistência e os de alteração. Os primeiros constituem aquela parte do equipamento cultural e das formas sociais que, oriundas de período anterior, perduram no presente, estabelecendo continuidade entre as sucessivas etapas dum processo total de transformação. Os segundos são formações novas, geradas no seio do grupo, ou nele incorporadas por difusão, para reajuste do seu funcionamento (CÂNDIDO, 1979, p. 163).

Os costumes citados pelos moradores idosos de Ipeúna assemelham-se muito aos costumes da população caipira descritos por Antônio Cândido. Isso é uma evidência de que, apesar da transformação ocasionada pela chegada dos imigrantes, alguns traços comportamentais característicos da cultura caipira mantiveram-se como fatos de persistência. Em relação a isso, há duas hipóteses. A primeira é que teria ocorrido um processo de acaipiramento dos imigrantes durante o período em que esses estiveram em contato com os caipiras. A segunda, independente desse contato, é a de que a cultura dos imigrantes que chegaram a Ipeúna, muitos deles camponeses em seus países de origem, guardasse semelhanças em relação a determinados traços da cultura caipira tradicional.

O trabalho rural dependia do número de braços que podiam ser empregados no trabalho, por isso, uma família numerosa era importante. Assim, o trabalho infantil, comum em muitas populações caipiras tradicionais, também constituiu um grande ônus sobre a infância das crianças ipeunenses. Alguns relatos contam que a infância era muito curta, “mal podia com o peso da enxada e já estava a caminho da roça” (MARTINS, 2000, p. 45). Havia horário para as crianças brincarem, era normalmente à noite, na praça. Brincavam geralmente de pular corda, peteca,

roda, subir em árvores. Os brinquedos eram improvisados com pedaços de panos e trapos, sabugos e palha de milho, cacos de louças a partir dos quais surgiam bonecas, carrinhos de boi, animais.

Os grupos familiares de lavradores ipeunenses tendiam a conservar comportamentos tradicionais descritos por Cândido (1979), nos quais a modalidade de organização da família era do tipo patriarcal, havia toda uma etiqueta de tratamento dos pais por parte dos filhos e eram pais que recomendavam os rapazes para namorar suas filhas. O namoro foi, aos poucos, sendo aceito no meio familiar, mas a vontade principalmente do pai continuou sendo decisiva, sobretudo, para as mulheres. Também havia certa resistência dos trabalhadores rurais ao ensino formal representado pelas escolas. Ler e escrever poderiam ser motivos para que os filhos deixassem de ajudá-los no trabalho rural e nas tarefas domésticas. A religiosidade era marcante e não se falava abertamente sobre assuntos como sexo e gravidez.

O lazer consistia principalmente nas festas religiosas como a de São Sebastião, nas quais as mulheres faziam doces de diversas frutas em compotas, e nos comentados bailes. Esses bailes geralmente ocorriam num mesmo local, o antigo Hotel Wiechmann, animados por músicos do povoado que não cobravam para tocar. Era a ocasião em que moças e rapazes se conheciam e começavam os namoros. Até mesmo outras ocasiões inusitadas, como um velório, acabavam virando momentos de descontração nos quais as pessoas contavam anedotas, piadas e conversavam, pois os momentos de reunião não eram comuns.

A solidariedade vicinal, um traço marcante da cultura caipira, proveniente da necessidade de ajuda imposta pelo trabalho rural também se fazia presente em Ipeúna. A maioria dos depoimentos, como os exemplos abaixo, revela que a solidariedade era mais comum que nos tempos atuais.

Lá os vizinhos eram muito unidos, nós os Paseto e os Grella. Se ficava doente, era preciso lavar roupa a gente ia e ajudar na casa, meu pai estava com as plantas no mato, a vizinhança fez multirão e foram lá limpar a terra, a mãe do Agostinho Grella, ficou doente, o papai passou a noite aplicando injeção, só ele sabia aplicar injeção (MARTINS, 2000, p. 76, 77).

Penso que a solidariedade era maior pela dificuldade de ter as coisas. Por exemplo: lá no Biry só duas pessoas tinham trole, meu pai e o Silvio Paseto. Os dois, quantas vezes socorriam as pessoas. Colocavam os doentes no trole e traziam para Ipeúna. Se o caso fosse grave o Nestor Custódio colocava na “máquina”, como era chamado o carro, e levava para Rio Claro. Os vizinhos eram muito mais unidos. Se um ficava doente os outros ajudavam de muitas formas. Fazendo o serviço da casa, procurando ervas no mato para fazer chá e tentar aliviar o que a pessoa sentia. Era um jeito mais humano de se tratar. Uma vez, meu pai estava com mato no meio da roça, os vizinhos fizeram um

mutirão para limpar a terra e com isso a plantação rendeu mais. As pessoas se ajudavam sem interesse, eram amizades bem diferentes do que vejo hoje (MACHADO, 2004, p. 104, 105).

O povoado, embrião do atual município de Ipeúna, foi constituído a partir de uma combinação complexa da cultura caipira e da cultura dos imigrantes europeus. Essa interação, por um lado, acelerou os processos de vinculação do povoado à economia cafeeira, de utilização do dinheiro e utensílios fabricados industrialmente, de quebra do isolamento, de difusão de aspirações por acúmulo de riquezas e melhoria das condições materiais de vida; por outro, foram mantidos aspectos da cultura caipira como a solidariedade, a organização familiar patriarcal, os plantios domésticos de subsistência, a fabricação doméstica de alguns utensílios, as festas religiosas e os bailes.

4.3 O povoado

Assim como muitos outros povoamentos paulistas, Ipeúna foi constituída em torno de uma Capela pois, a partir da constituição de uma Capela Curada (cuidada oficialmente por um responsável legítimo, como um padre, um pároco ou um vigário) um povoado poderia solicitar aos Poderes Públicos sua elevação a Freguesia. A comunidade ipeunense, dispendo de poucos recursos, construiu uma capela rústica de taipa para atender às necessidades religiosas. A prestação dos serviços religiosos dependia de provisões necessárias à sua manutenção e ampliação. Geralmente, as provisões iniciais eram concedidas por proprietários de terras ou outras posses. Tal atitude lhes conferia prestígio na comunidade. As terras doadas para o patrimônio religioso podiam ser divididas em lotes e distribuídas entre os fiéis. A propriedade das terras continuava sendo da Igreja, mas era concedido aos fiéis o direito de construir suas casas nos terrenos ocupados. A essa prática dá se o nome de aforamento. Portanto, mesmo não sendo proprietários, muitas pessoas podiam usufruir a terra; construíam suas casas e usavam o restante do terreno para plantar pequenas roças de subsistência e criar animais. Essas práticas justificavam-se por causa do Regime do Padroado Régio, entrelaçamento de poderes da Igreja e do Estado, vigorou até a implantação da República em 1889. No entanto, ainda continuou havendo doações de terras para compor o patrimônio religioso (MACHADO, 2003).

Em Ipeúna foram feitas duas doações ao patrimônio da Igreja. Vicente Jose Barbosa doou seis alqueires de terra à Nossa Senhora da Conceição e Francisco Barbosa de

Moraes fez a doação de três alqueires de terra para Santa Cruz da Boa Vista. Os doadores realizaram a doação formal e legítima perante o tabelião do Primeiro Cartório de São João de Rio Claro em 14/7/1896, porém é provável que a doação de fato já tivesse sido realizada há algum tempo. Esse registro só foi a formalização de atitudes já em curso (MACHADO, 2003, p. 193).

É possível que esses aforamentos tenham sido um dos principais incentivos para que parte dos imigrantes permanecesse na região. Alguns moradores idosos contaram que atualmente ainda moram nos terrenos aforados, próximos à Igreja matriz.



Figura 2 - A capela de Ipeúna, em 1903 (BIBLIOTECA MUNICIPAL DE IPEÚNA, 2009)

Na década de 1890, o povoado foi reconhecido oficialmente pelo Estado:

No tocante à estruturação do povoado pelo Poder Público, houve em 1892 a criação de um Distrito policial pelo secretário de Justiça, como aponta um documento encontrado no Arquivo do Estado em São Paulo. Na seqüência de atitudes tomadas pelo Poder Público encontramos a criação de dois Distritos de Paz, um no ano de 1894 e outro em 1897, criando, segundo a lei, dois distritos de nomes diferentes para o mesmo local. O primeiro com o nome de Santa Cruz da Boa Vista e o outro com o de Santa Cruz do Passa Cinco. Esse desmando só foi oficialmente reconhecido em 1905, quando foram nomeados dois professores para o mesmo cargo, constatando que na realidade não havia duas localidades, dois distritos, como estava na documentação administrativa do Estado. “O Snr. Secretario da Justiça, transmitiu à Câmara dos Deputados, cópia do ofício em que o Presidente da Câmara de Rio Claro representa sobre o facto de existir no seu

Município um Distrito com três nomes, o que ocasionou grande confusão para o serviço público”. Este terceiro nome, Santa Cruz da Invernada, também era usado, principalmente em documentos encontrados na Prefeitura de Rio Claro. A solução encontrada para pôr fim a essa confusa situação foi a mudança do nome para Ipojuca; ficando anuladas as leis anteriores. Essa denominação permaneceu até 1944, quando, por determinação federal, dois lugares no mesmo estado não deveriam ter o mesmo nome e já havia outra localidade com esse nome. Devendo prevalecer o mais antigo, então, pelo Decreto-Lei Estadual nº 14.334, de 30 de agosto de 1944, o nome foi alterado de Ipojuca para Ipeúna (MACHADO, 2003, p. 194).

Martins (2000) registrou que, na passagem do século XIX para o século XX, a chegada dos imigrantes, a presença cada vez mais marcante do Estado e a combinação econômica entre a cafeicultura das fazendas da região e a extração e o processamento de cal transformaram a aldeia de caipiras em um vilarejo com características urbanas, como a instalação de serviços públicos e circulação de dinheiro suficiente para sustentar pequenos comércios. Ao mesmo tempo, a vida cotidiana continuava marcada pela rusticidade, caracterizada por traços de auto-suficiência, trabalho árduo e maneiras não-capitalistas de promover a reprodução social e a subsistência. Apesar da cultura caipira inicial ter sofrido uma grande transformação, a população do povoado encontrou um novo equilíbrio social e cultural a partir de combinações da cultura dos imigrantes europeus e da cultura caipira tradicional.

Destacamos abaixo, dois trechos que exemplificam a descrição do povoado segundo alguns dos moradores idosos.

[...] era uma aldeia, pra vê hoje,...nossa Senhora! não tem nem jeito de explica, o jardim de Ipojuca segundo o que a minha mãe contava, o padre vinha de trole reza missa uma vez por mês, o jardim de Ipojuca era sapé e samanbaieiro, pra ela vir da casa na igreja, no sábado ela varria bosta de porco e de cabrito para pode calçar um sapato para vir na missa sem suja... é verdade (risos), nós mesmo lembra que não tinha jardim. **Antônio Zamboni**;... o Silvio Scotton pode contar para o Idajar, onde era o cemitério da cidade, ele conta até o lugarzinho que era (risos),...**Silvio Scotton**, hoje no lugar é a creche (risos). **Alcides** ;... os antigos dessa época era o Thomaz Mondini, Nhô-tó, Ferreirão, Scaglia, Franzoni, Wolf, Cassab, e outros que não me lembro agora...**Ernestina Fonseca Abdalla**;...Ipojuca era muito feia, casas sujas rodeada de cercajada de bambu, ruas esburacadas, quando chovia era uma barreira só, a linha de força era toda de pau, não tinha água. O povoado mais parecia uma fazenda, nessa época o cartório era o Domingos Carrara, no comércio se comprava com cadernetinhas com prazo de ano para pagar, os comerciantes o Teme, o Elias Cassab o Abraão, Chico Mondini o Silva Bueno, a padaria do Henrique Wolf e o açougue do Adi Wieckmann, era uma grande pobreza. **João Gonçalves de Oliveira Filho** ;... naquela época olhando lá de cima da serra do Fazendão, a cidade de Ipojuca, parecia uma colônia velha, poucas casas sumindo no meio da mata, se comparar com hoje...nossa!! (MARTINS, 2000, p. 87).
Ipojuca, hoje chamada Ipeúna, já não é aquele lugarejo do meu tempo, pois com o seu progresso tornou-se cidade. No momento, descreve-la como era é o que me interessa. Ipojuca era vila, e pertencia a Rio Claro. Possuía algumas ruas singelas, e um modesto jardim público. Em torno deste duas carreiras de árvores frondosas davam um quê de

poético à vida. Dos vértices dos seus ângulos retangulares partiam convergindo para seu interior, caminhos abaulados e pedregulhados. Em ambos os lados dos caminhos haviam gramado e lindo biris a desabrocharem suas delicadas flores e pétalas enormes, de várias cores... era o encanto do jardim, que enfeitava os bancos de granitos e o coreto. Não se notava repuxos d'água, nem caramanchões. O jardim aos domingos e feriados, recebia uma banda musical local, e apresentava-se com muito movimento. Nos dias úteis, ao anoitecer, as famílias tinham por costumes procurá-lo, principalmente nas noites de verão, pois o ar era muito agradável. Sentadas nos bancos ou caminhando, as horas passavam depressa...A garotada se divertia correndo por todos os lados. A Vila de Ipojuca situa-se num terreno plano e alto podendo ver a serra de São Pedro, o pico da Gurita, e as demais elevações da terra (MARTINS, 2000, p. 86).

Myra Terra (2004) conta que, de acordo com os dados do IBGE referentes a 1940, a população total do povoado era de 2904 habitantes, 1475 homens e 1429 mulheres. A população urbana era de 488 habitantes e a rural de 2416 habitantes (TERRA, 2004, p. 82). Considerando que a grande maioria dos habitantes residia na zona rural, pensamos na hipótese de que a zona urbana tenha desempenhado predominantemente a função de “ponto de encontro” em torno de importantes referências para a reunião, como a Capela e a praça central. Também é provável que a zona rural tenha sido organizada segundo os tipos de agrupamentos de vizinhança mais comuns no território paulista, os “bairros” descritos por Antônio Cândido (1979). Em 2008, Ipeúna contava com cerca de 5.500 habitantes. Comparativamente a outros municípios, o número total de habitantes permaneceu baixo.

Uma das questões que mais nos motivaram e nos intrigaram foi: Por que Ipeúna permaneceu uma cidade tão pequena e pacata até os dias de hoje? A partir das evidências encontradas nos registros da história local, averiguamos que os principais fatores foram: 1) Relevo; 2) Qualidade dos solos; 3) Dependência política em relação a Rio Claro.

Retomando as considerações anteriores, os “Sertões do Morro Azul” consistiam num obstáculo natural, dificultando o acesso às regiões interioranas mais adiante. Além disso, os arredores da atual área urbana de Ipeúna são repletos de pequenos morros, declives e outros acidentes geográficos. As condições do relevo teriam contribuído para desestimular a abertura de vias de transporte além das utilizadas tradicionalmente como rotas para o interior do Mato Grosso e como interligação com Rio Claro.

Em uma das narrativas da dissertação de Hélia M. F. G. Machado, o Sr. Pedro G. Ferreira comentou que, nos arredores da aldeia, “era só sambambaieiro e mais nada” (MACHADO, 2004). Em nota, Hélia esclarece que o termo sambambaieiro diz respeito a um tipo de vegetação nativa que indicava solos de baixa qualidade. Por meio dos diversos relatos, sabemos que em

Ipeúna houve cultivo de café e outras culturas e criação de gado. Mas não foi possível saber de fato a relação entre a qualidade dos solos e os níveis de produtividade atingidos.

A dependência política em relação a Rio Claro parece ser o principal fator. Ipeúna permaneceu como Distrito de Rio Claro até 1964, ano da emancipação. Conforme os relatos dos velhos moradores, sempre houve dependência de Rio Claro para a obtenção de bens industrializados, escoar a produção, ter acesso a saúde e educação, providenciar documentação, entre outras necessidades. O Distrito de Ipeúna era considerado como um bairro rentável por sua produção agropecuária e estrategicamente importante para obtenção de votos nos períodos eleitorais, ou seja, o município de Rio Claro não tinha qualquer interesse na emancipação de Ipeúna. O Sr. Pedro lamentou o fato da estrada de ferro não ter passado por Ipeúna e, assim, não ter trazido “progresso” à região. Outros ipeunenses relatam as dificuldades vividas na época em relação ao transporte. Os principais meios disponíveis até a chegada dos veículos à combustão interna eram o carro de boi e a locomoção à cavalo ou à pé. Posteriormente, até mesmo os veículos à combustão interna tinham dificuldades para trafegar na via que ligava Ipeúna a Rio Claro, em péssimas condições. As dificuldades no transporte contribuíram para que seus moradores não deixassem o vilarejo e para que pessoas provenientes de outras localidades não se estabelecessem no local.

A combinação desses fatores criou condições para o estado de relativo isolamento do Distrito até o final da primeira metade do século XX. Quando utilizamos a expressão “estado de relativo isolamento”, isso significa que os diversos acontecimentos não teriam sido suficientes para modificar uma dinâmica própria de funcionamento, em outras palavras, para provocar mudanças culturais de maior relevância. Na prática, as evidências demonstram que Ipeúna sempre esteve sujeita a flutuações populacionais e econômicas e interferências externas, mas nem sempre capazes de provocar transformações drásticas.

Bofete consistiu num caso semelhante, por isso Antônio Cândido utilizou o termo município marginal em sua análise. Um município marginal é caracterizado pelo baixo número de habitantes, baixo índice de urbanização e certo distanciamento das principais vias de transporte (CÂNDIDO, 1979).

No caso de Bofete,

A queda do café não permitiu ao município quebrar o seu isolamento, nem incorporar-se ao ritmo da vida moderna. Conseqüência: a população de imigrantes (adventícia)

acaipirou-se sensivelmente. A agricultura de semi-subsistência avultou de novo, recobrando os destroços do café, cuja invasão viera perturbar o seu ritmo tradicional. Do mesmo modo, a vida caipira, um momento abalada pelo colono português ou vêneto, retomou a sua eminência discreta, incorporando-o aos seus padrões. Em Bofete, encontram-se pois, numa situação de interessante confronto, a monocultura e a pequena policultura, o latifúndio e o sítio, o imigrante e o caboclo, o presente e o passado, mostrando a vitalidade da velha cultura cabocla como recurso de ajustamento ecológico e social (CÂNDIDO, 1979, p. 101).

Em Ipeúna também houve imigrantes que, dadas as condições desfavoráveis do mercado para a venda de café, isolaram-se da influência direta do ritmo da vida moderna e assumiram traços da vida caipira tradicional. Essa acentuada incorporação de tipos étnicos diversos à cultura rústica foi chamada de acaipiramento (CÂNDIDO, 1979). Esse processo aumentou significativamente a população de imigrantes entre os acaipirados no Distrito de Ipeúna e o estado de relativo isolamento permitiu o desenvolvimento de formas próprias de sociabilidade e manifestação cultural.

Antônio Cândido afirmou que os grupos rurais de vizinhança chamaram-se sempre “bairros” no contexto paulista. O bairro formava a estrutura fundamental de sociabilidade do caipira e consistia no “agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas” (CÂNDIDO, 1979, p. 62). O isolamento do caipira era o isolamento do bairro, no qual as relações sociais ficavam restritas ao grupo de vizinhança, não apenas geográfico, mas cultural. Mesmo os contatos entre as comunidades caipiras de diferentes bairros aconteciam dentro de uma mesma homogeneidade cultural, podiam significar uma ampliação das relações sociais, mas não uma alteração nos traços culturais. Essa homogeneidade cultural favorecia o isolamento cultural e a estabilização das formas sociais. O bairro fundamentava-se nas origens familiares, nas relações de solidariedade e parentesco (CÂNDIDO, 1979).

Há fortes evidências nas falas dos entrevistados de que Ipeúna tenha funcionado como um bairro no qual as 66 famílias tradicionais passaram a conviver de uma maneira muito próxima. O bairro como unidade fundamental para a socialização dentro do grupo de vizinhança bem como o isolamento cultural teria criado condições para o desenvolvimento de laços entre as pessoas e um forte sentimento de pertencimento a um grupo. Nas palavras de Mailhiot,

Para que haja comportamento de grupo é necessário que vários indivíduos experimentem as mesmas emoções de grupo, que estas emoções de grupo sejam suficientemente intensas para integrá-los e deles fazer um grupo, que finalmente o grau de coesão

atingido por estes indivíduos seja tal que eles se tornem capazes de adotar o mesmo tipo de comportamento (MAILHIOT, 1991, p. 26).

Nesse sentido, o tamanho dos grupos também é uma condição importante para a construção de um sentimento de grupo. Um grupo muito grande impede que haja uma relação de proximidade entre todos os indivíduos. Por isso, Horkheimer e Adorno falam sobre a relevância do estudo dos microgrupos:

A ênfase atribuída aos chamados microgrupos está justificada pela sua função psicossocial específica; o contato direto entre os homens que pertencem a tais grupos permite a identificação com os outros membros, com os quais têm uma experiência real e imediata, e com o próprio grupo. Nos microgrupos, os indivíduos podem ter experiências de si próprios como pessoas particulares, simultaneamente vinculadas a outras pessoas mas insubstituíveis por estas. A visão da vida dos indivíduos e de suas relações recíprocas é adquirida em grupos deste tipo, não só na origem – na infância – mas também na vida adulta, em que essa experiência original é consolidada e ampliada. A proximidade estreita com outros homens e, por conseguinte, a afiliação em grupos que possibilitam o contato humano imediato, é uma condição óbvia do sentido de humanidade, de um modo geral (HORKHEIMER, ADORNO, 1973, p. 71).

O ser humano é um ser grupal e possui desejo de reconhecimento (identificação) (ENRIQUEZ, 1991), por isso, o convívio em grupo também é essencial para o processo de construção de identidades.

a auto-referência, é o momento especular da criação da identidade, a soma das partilhas originais, que justificam uma pertença específica e especificamente identitária. Os mitos de origens, os rituais e os símbolos, a orientação a valores, a história partilhada, tudo isto são elementos constitutivos da auto-referência (SANTOS, 1999, p. 47).

Consideramos que Ipeúna tenha sido a referência central para o compartilhamento e a consubstanciação de elementos constitutivos da auto-referência para os imigrantes e a nova geração para a criação de uma identidade ipeunense e estimular sentimentos de pertencimento e comunidade. “Por comunidade entende-se uma associação voluntária de pessoas que experimentam em comum a necessidade de trabalharem em conjunto ou de viverem juntas de maneira intensa, a fim de realizarem um ou diversos projetos que assinalam sua razão de existir” (ENRIQUEZ, 1997, p. 103).

Pierre Mayol (1996) teorizou sobre o bairro tendo como referência bairros urbanos parisienses, mas para o presente trabalho suas considerações são válidas e esclarecedoras principalmente em relação às explicações sobre os códigos sociais informais e os benefícios

simbólicos que influenciam a conduta individual. Ele explica em linhas gerais o funcionamento de um bairro:

O bairro se define como uma organização coletiva de trajetórias individuais: com ele ficam postos à disposição dos seus usuários “lugares” na proximidade dos quais estes se encontram necessariamente para atender a suas necessidades cotidianas. Mas o contato interpessoal que se efetua nesses encontros é, também ele, aleatório, não calculado previamente; define-se pelo acaso dos deslocamentos exigidos pelas necessidades da vida cotidiana. [...] Passando pelo bairro é impossível não encontrar algum “conhecido” [...] mas nada permite dizer de antemão quem e onde [...] Essa relação entre a necessidade formal de encontro e o aspecto aleatório do seu conteúdo leva o usuário a se manter como que “na defesa”, no interior de códigos sociais precisos, todos centrados em torno do fato do reconhecimento, nesta espécie de coletividade indecisa – e portanto indecida e indecidível – que é o bairro. [...] A prática do bairro é uma convenção coletiva tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através de códigos da linguagem e do comportamento. Toda submissão a esses códigos, bem como toda transgressão, constitui imediatamente objeto de comentários: exige uma norma, e ela é mesmo bastante pesada para realizar o jogo da exclusão social em face dos “excêntricos”, as pessoas que “não são/fazem como todos nós”. Inversamente, é ela a manifestação de um contrato que tem uma contrapartida positiva: possibilitar em um mesmo território a coexistência de parceiros, a priori “não ligados”. Um contrato, portanto, uma “coerção” que obriga cada um para que a vida do “coletivo público” – o bairro – seja possível para todos (MAYOL, 1996, p. 46, 47).

Num bairro, a força de grandes instituições é diminuída. Em Ipeúna, a dinâmica do bairro e uma fraca presença do Estado e do direito estatal permitiram que as formas de poder, de direito e de produção de conhecimentos ficassem concentradas no espaço doméstico e no espaço da comunidade.

Esses códigos sociais, apesar de serem informais, produzem uma “coerção”, estímulos à conduta que Mayol denomina pelo termo conveniência:

A conveniência se impõe em primeiro à análise pelo seu papel negativo. Ela se encontra no lugar da lei, aquela que torna heterogêneo o campo social proibindo que aí se distribua em qualquer ordem e a qualquer momento não importa que comportamento social. Ela reprime o que “não convém”, “o que não se faz”; ela mantém à distância, filtrando-os ou banindo-os, os sinais de comportamentos ilegíveis no bairro, intoleráveis para ele, destruidores por exemplo da reputação pessoal do usuário. Isto quer dizer que a conveniência mantém relações muito estreitas com os processos de educação implícitos a todo grupo social: ela se encarrega de promulgar as “regras” do uso social, enquanto o social é o espaço do outro, e o ponto médio da posição da pessoa enquanto ser público. A conveniência é o gerenciamento simbólico da face pública de cada um de nós desde que nos achamos na rua. A conveniência é simultaneamente o modo pelo qual se é percebido e o meio obrigatório de se permanecer submisso a ela: no fundo, ela exige que se evite toda dissonância no jogo dos comportamentos, e toda ruptura qualitativa na percepção do meio social (MAYOL, 1996, p. 49).

Desse modo, o bairro é como um palco onde os indivíduos desempenham determinados papéis que a conveniência atribui às suas posições e funções sociais a fim de usufruírem dos benefícios simbólicos e materiais com os quais são retribuídos por todo o grupo social. A conveniência é, na maioria das vezes, exercida de maneira inconsciente, pois talvez esteja tão internalizada pelos processos de socialização e pelos hábitos que pareça algo natural e espontâneo.

Essa reflexão sobre o bairro e a conveniência é importante para o entendimento da produção de outras lógicas de disciplinamento das condutas não reduzidas às lógicas formais do mercado, do direito e do Estado. Antônio Cândido ilustra esse caráter do bairro com um pequeno diálogo: “- O que é bairro? – perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: - Bairro é uma naçãozinha” (CÂNDIDO, 1979, p. 65). Assim, o bairro como “uma porção do território subordinado a uma povoação” (CÂNDIDO, 1979, p. 63) é como uma nação, com sistemas próprios de leis, exercício de poder, resolução de conflitos, produção de bens e alimentos, modos de produção de conhecimentos. Manter-se como uma pequena nação significa manter certo grau de isolamento, de autonomia e de autossuficiência, de modo a evitar que fatores externos interfiram negativamente na reprodução biológica e nas relações socioeconômicas e culturais.

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si uma escassa relação, não sendo interdependentes (SANTOS, 1993, p. 26).

De acordo com as evidências históricas, pensamos na hipótese de que a dinâmica colonizadora teria provocado significativas mudanças espaciais e sócio-culturais em Ipeúna pelo menos três vezes. A primeira teria sido o desalojamento e o provável extermínio de parte considerável dos indígenas nativos dos “Sertões do Morro Azul” decorrentes das investidas dos primeiros colonizadores e bandeirantes durante os primeiros séculos de colonização. A interação entre colonizadores e os indígenas remanescentes teria produzido uma cultura caipira rústica que teria se estabelecido no local e experimentado um estado relativo de estabilidade e isolamento. A segunda teria ocorrido a partir de meados da segunda metade do século XIX, pela doação de sesmarias e a intensificação da divisão das terras em fazendas produtoras de café e pelo contato

com os imigrantes recém-chegados da Europa. A população ipeunense, fruto da interação entre caipiras e imigrantes, teria experimentado um estado de relativo isolamento durante a primeira metade do século XX, suficiente para tornar a cidade o centro de referência para a sociabilização e identificação dos indivíduos. É possível que a terceira ainda esteja ocorrendo. Os idosos moradores ipeunenses, que experienciaram a Ipeúna da primeira metade do século XX e foram protagonistas dos processos de emancipação e industrialização do município, parecem estar adaptando-se ainda aos novos padrões de consumo, aos comportamentos e hábitos da vida urbana, à chegada crescente de pessoas de várias regiões do país para integrarem a população, ao surgimento de problemas sociais como a violência.

4.4 Atividades econômicas

Segundo Gilbank (1974, p. 5),

A paisagem rural é de longe a expressão mais geral, já que ela evoca tudo o que se relaciona com o campo: a paisagem dos campos cultivados, das florestas, dos terrenos incultos, as quintas e os povoados, os burgos e tudo aquilo que os forma (armazéns, residências secundárias, infra-estrutura administrativa, fábricas, etc.).

Durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, as paisagens de Ipeúna, das florestas e dos cerrados, dos caminhos, dos acampamentos, das roças e construções rústicas e esparsas, foram mais intensamente transformadas pelas atividades econômicas, adquirindo uma conformação mais próxima da atual.

Não foi possível reconstituir com exatidão a composição das paisagens da região de Ipeúna a partir da segunda metade do século XIX. Supomos que seria um mosaico de áreas desmatadas para constituir os caminhos para as tropas de viajantes e os locais de pouso com aglomerações de construções rústicas e acampamentos; grandes fazendas de cana-de-açúcar e, posteriormente, de café; capoeiras, resultantes do abandono de áreas desmatadas para a agricultura itinerante realizada pelas populações caipiras, roças e construções rústicas dispersas; e algumas áreas de floresta primária.

Em síntese, uma floresta primária é aquela mais próxima do estado original, com baixo grau ou inexistência de intervenção humana, dotada de estabilidade ecológica e predominância de árvores maduras. Já uma floresta secundária, também chamada capoeira, constitui uma evidência

de intervenção humana, é uma área de regeneração do ecossistema florestal onde o ecossistema afetado encontra-se numa fase de adaptação a um novo equilíbrio ecológico e predominam árvores mais jovens.

A mudança mais drástica nas paisagens de Ipeúna deveu-se, provavelmente, à supressão das florestas e outros tipos de vegetação. A derrubada das matas supriu a demanda por madeira para diversas finalidades, como fabricação de móveis, dormentes para as ferrovias e biomassa para combustão, e disponibilizou espaços para a instalação das atividades econômicas: o café, as caieiras, gado leiteiro, policulturas e cana-de-açúcar.

Em linhas gerais, do ponto de vista biológico e ecológico, a destinação de habitats naturais à agricultura causou extinções de inúmeras espécies animais e vegetais (LOVELOCK, 2006). Do ponto de vista socioeconômico, isso significou a construção de um espaço de produção de mercadorias segundo a lógica do capital (ALMEIDA; HOEFFEL; QUEDA, 2008) e essa lógica capitalista passou a ser a mediadora geral das relações entre o ser humano e a natureza (SUZUKI, 2006).

Entre as principais causas da devastação da Mata Atlântica durante os séculos XIX e XX, destacam-se o plantio comercial de café para exportação e o suprimento energético num país no qual ainda não havia exploração e uso de combustíveis fósseis (DEAN, 2004). Muitos imigrantes recém-chegados a Ipeúna tiveram como primeiras formas de trabalho a derrubada da vegetação nativa para o plantio do café e a exploração de madeira para vender às companhias ferroviárias e às caieiras.

A fala do Sr. Pedro exemplifica como esse processo ocorreu nas terras de Ipeúna:

Lá pelos idos de 1873/76, a minha família – Ferreira, veio de Portugal chegando em Santos e depois São Paulo. Foram para o “avançamento”, como eles diziam da Companhia Paulista. Passaram a trabalhar na abertura e prolongamento da estrada de ferro, com o ponto final em Rio Claro. Meu avô chegou com os pais e irmãos, eram homens feitos. Meu avô tinha 18 ou 20 anos. Os outros seus irmãos, não sei a idade que tinham. Chegaram aqui na época da inauguração da estação ferroviária de Rio Claro. [1876]. Em Rio Claro, foi feita de uma parada na linha. Por uns tempos não seguiu a construção de novos trilhos. O trabalho era muito duro e o ganho pouco; então, eles se desligaram da Companhia e se tornaram empreiteiros, fornecendo madeira para a Paulista. Madeira boa para dormentes e lenha para as máquinas. A Paulista era de Rio Claro para Jundiá, de lá para frente era aquela mais antiga, não lembro o nome, mas sei que chegava até Santos. A minha família foi procurar local para explorar madeira. Esta região de Ipeúna era um mundo aberto, não tinha cerca, não tinha nada. Acho que Rio Claro também era pouca coisa naquela época. Com a chegada da estrada de ferro é que a cidade evoluiu (MACHADO, 2004, p. 65).

A derrubada da floresta foi muito acelerada pela construção de ferrovias destinadas principalmente a escoar a produção de café para os portos, pois exigiam grandes quantidades de madeira para os dormentes e lenha como combustível. A floresta primária, por possuir um maior número de árvores mais antigas e de madeiras mais densas, possuía um potencial energético superior ao da floresta secundária, as capoeiras (DEAN, 2004). A construção de ferrovias dependia necessariamente de profissionais estrangeiros, sobretudo, europeus. O advento das ferrovias deu-se num contexto de valorização das técnicas de engenharia nas representações e imaginários dos governantes e poderosos. As ferrovias logo se tornaram símbolos de progresso e foram transformadas em “fetiches da modernidade” (ABREU, 1996).

Em algumas falas, é possível perceber uma descrição simplista do ambiente na época, reduzido a termos como “mata”, “mato”, “mata virgem”, “mata fechada”, “mata só”, “natureza”, “pura natureza”. Cabe observar que a utilização de tais termos, principalmente “mata virgem”, não significam necessariamente a ocorrência de floresta primária. No contexto dos imigrantes, talvez não fosse algo raro confundir uma floresta secundária, uma capoeira, com uma floresta primária. Nota-se que a “ausência de trato” é colocada, muitas vezes, como sinônimo de natureza. Por isso, não fica claro de que natureza se fala: de uma floresta primária ou de um processo aparentemente natural de regeneração florestal.

Expressões como “só mato” revelam também uma postura de descaso e indiferença em relação ao ambiente e às paisagens da época, o que facilmente favorecia a eliminação das florestas com o objetivo de tirar algum proveito da terra, seguindo a lógica dominante. Simbolicamente, esse ato de derrubar a vegetação nativa significou o “começo” de muitos imigrantes nas desconhecidas terras brasileiras.

É necessário refletir sobre como seriam o imaginário e as representações dos imigrantes europeus sobre o novo território. Em primeiro lugar, a hipótese é a de que inexistiam fortes vínculos afetivos em relação às florestas nativas. É mais provável que a maioria dos imigrantes europeus estivesse mais acostumada com as paisagens rurais de campos abertos de seus países de origem. Em segundo lugar, os imigrantes foram rapidamente integrados à lógica do capital. O ato de desmatar uma área de floresta para dar lugar à produção agrícola talvez tenha sido uma maneira de produzir um ambiente ao qual se estava acostumado, livre dos temores causados pelas matas densas e fechadas. Simbolicamente, o ato do desbravar ambientes próximos ao seu estado mais natural, como as florestas, significa domesticar, controlar, dominar, civilizar, tornar culto

(nos sentidos relacionados tanto ao predomínio de uma cultura sobre o ambiente quanto ao ato de torná-lo apropriado ao cultivo agrícola). Talvez isto explique um pouco as expressões como “gostar de derrubar matas” e o “foi o começo deles”. A supressão da floresta tornou-se sinônimo de começo de vida para muitos, ou seja, a intervenção humana no espaço natural criou um espaço humano com o qual os imigrantes passaram a se identificar.

As seguintes falas revelam a ausência de valor monetário para a terra e a ausência de instrumental legal na posse da propriedade, evidenciando a inexistência de vínculos muito fortes com um mesmo pedaço de terra.

[...] naquela época no início do século o meu avô Ferreirão, possuiu vinte alqueires ali perto onde é hoje a pousada Country, a troco de um “capadete”, um porquinho e cinquenta litros de arroz em casca, a terra não valia nada, não tinha preço. Esses vinte alqueires era a melhor terra daquela região, não tinha comércio, o pessoal entrava em qualquer lugar fazia um rancho e pronto (MARTINS, 2000, p. 37).

Em outro caso:

[...] subiram a serra na região de Itirapina, divisa com Ipeúna, e se apossaram de umas terras lá, com o tempo foram exigindo escritura, isso pelos anos vinte, e como não tinha, então o escrivão vinha na casa, e fazia a escrita num papel. Aquela era a escritura! Naquele tempo, a turma que se apossava das terras, elas não tinha quase valor, e a turma gastava em venda e bebiam muito, iam gastando e depois não tinha como paga! dava o sítio a troco da conta. O sítio não tinha valor, eles saíam dali ia para outro canto e se apossavam outra vez, enchiam a cara de bebida de novo, e pagava a conta com o sítio. Meu tio conservou o sítio dele de sessenta alqueires, mas não tinha escritura, precisou vende, fez uso Capião para fazer escritura e pronto, era terra que ele havia apossado (MARTINS, 2000, p. 37).

Fatos corriqueiros já constituíam motivação para negociação de pedaços de terra, como sugere o seguinte caso: “uma mulher estava com vontade de comer uma galinha, deu um pedaço do sítio a troco da galinha” (MARTINS, 2000, p. 37). Não é possível saber se fatos como esse foram reais ou se foram exagerados pelos contadores de “causos”. O mais importante é que isso tudo releva a ausência do Estado e seus dispositivos legais e formais para o controle e disciplinamento da ocupação das terras em Ipeúna. Durante essa época pareciam vigorar os códigos informais para orientar a posse e a venda de terras. Mais uma vez lembramos o simbolismo por trás do ato de “entrar em qualquer lugar, fazer um rancho e pronto”. Em outras palavras, era o rancho que simbolizava a propriedade e não a escritura.

Segundo Machado (2004), na época da escravidão, o valor atribuído ao trabalhador escravo era muito maior do que o valor atribuído à terra. Na Ipeúna da primeira metade do século XX, o baixo valor monetário da terra também é uma evidência de um período de lenta mudança

de valores e visões de mundo. Com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a terra deixou de ser “livre” para ser aprisionada como mercadoria pelo capital. Foram transformações marcantes na estrutura econômica da sociedade, que passou a basear-se no trabalho livre, na terra e no capital produtivo (SUZUKI, 2004). A consolidação e legitimação da escritura de posse e da propriedade adquirida pela compra a partir da Lei de Terras de 1850, marcaram definitivamente a “transformação da terra, de uma fonte direta de subsistência, para uma fonte mediada de subsistência, uma fonte puramente dependente de relações sociais” (FOSTER, 2005, p. 244). Contudo, até que Estado atuasse ativamente para garantir o cumprimento da lei, os modos tradicionais de apropriação das terras puderam ser praticados em Ipeúna por mais algum tempo.

No início do século XX, as florestas remanescentes no Estado de São Paulo ainda constituíam uma reserva energética de proporções imensas. Contudo, o final da primeira metade desse século foi o período do cerco final da Mata Atlântica²⁸. Os povos tribais e sertanejos estavam reduzidos a trabalhar em favor de sua eliminação. A civilização urbana e industrial continuava a ansiar por combustível e madeira e os recursos florestais cada vez mais escassos aumentavam de valor. O Estado também não demonstrou interesse pela exploração racional das florestas (DEAN, 2004, p. 278).

Nesse período, a economia do Estado de São Paulo era baseada na fazenda (VANGELISTA, 1991), ou seja, “uma população voltada na sua totalidade para a agricultura – quer os lavradores, quer os comerciantes que vivem de lhes vender, quer os poucos funcionários, que os administravam” (CÂNDIDO, 1979, p. 105). E em Ipeúna, a cafeicultura foi a primeira atividade agrícola de destaque, modificando irreversivelmente as paisagens. Segundo José de Souza Martins (1990, p. 70), a formação da fazenda cafeeira consistia na derrubada da mata virgem, na limpeza e na preparação do terreno, no plantio do café e na formação dos arbustos.

Sandra Lencioni descreve a uma paisagem típica das lavouras cafeeiras:

No mar verde escuro dos cafezais, davam um novo colorido na paisagem, o casario das colônias que se fragmentavam dentro das propriedades rurais, por entre caminhos empoeirados ou enlameados atravessados pelos chiados característicos das carroças. A casa do fazendeiro isolava-se num jardim e num pomar; as estrebarias, os estábulos, os abrigos para as carroças, os terrenos para secagem do café, a tulhas, os paióis, as máquinas de beneficiamento, as pequenas engenhocas e moinhos de fubá... (LENCIONI, 1985, p. 45).

²⁸ José Augusto Pádua analisa o pensamento ambientalista brasileiro em “Um sopro de destruição”. Especificamente nos capítulos 4 e 5, há críticas à derrubada de matas e ao modelo de agricultura brasileiro.

O cafeeiro funcionava como um capital fixo, pois as fazendas de café se formavam por meio do trabalho e não por uma ação exclusiva da natureza. O valor perdurava na forma material como cafezais maduros e se transferia sucessivamente aos seus frutos (LENCIONI, 1985, p. 44).

Em Ipeúna, a cafeicultura foi uma das principais atividades econômicas do Distrito até o final da década de 1920 e muitos agricultores dedicavam-se exclusivamente a essa atividade. O trecho abaixo ilustra o cotidiano da época em que o café estava em alta.

Naquela época, chegou a ter quarenta carros de boi, utilizados para o transporte de café e depois de outras coisas. Transportavam café das fazendas até Rio Claro. Dela, ia pelo trem. Estes carros de boi tinham doze bois. Na época do transporte de café chegou a ter em Ipeúna quatrocentos e oitenta bois, só para os “carreiros”. Às vezes, levava até uma semana a viagem da fazenda até Rio Claro. Tinha que buscar o café lá na serra e carro de boi anda devagar, as estradas eram muito ruins, então eles faziam uma viagem por semana. Os carreiros traziam o café para Rio Claro e levavam mercadorias para suprir as fazendas. Tudo no carro de boi, desde linha e botão até ferramentas, sal, fósforo, armas. Tudo era transportado dessa maneira. No começo o comércio era feito pelos mascates. Só depois começaram as vendinhas em Ipeúna (MACHADO, 2004, p. 67).



Figura 3 - Carros de boi atravessando a ponte sobre o rio Passa Cinco, em 1923

(BIBLIOTECA MUNICIPAL DE IPEÚNA, 2009)

Na maior parte dos relatos, o café já aparece como uma atividade decadente. Houve sucessivas crises do café: uma forte geada em 1918, uma grande infestação de gafanhotos em 1923 e 1924 e a queda definitiva do café, com a crise de 1929. Os preços das sacas despencaram, incentivando a queima de parte da safra para estimular o aumento dos preços e deixando muitos produtores endividados. Os grandes fazendeiros abandonaram a região para investir em outros negócios nos centros urbanos. Com isso, muitos imigrantes deixaram de ser colonos e tornaram-se pequenos proprietários rurais ou partiram para outras atividades, como as caieiras. Muitos contam que a partir da decadência da cafeicultura, iniciou-se um período de pobreza em Ipeúna. Os agricultores passaram a dar mais importância para os cultivos de subsistência do que aos cafezais e aumentaram as dificuldades para comprar artigos de primeira necessidade. Após alguns anos, praticamente todos os cafeicultores ipeunenses haviam desistido da cafeicultura e passado a atuar em outras atividades econômicas.

Mesmo considerando o cafezal como um tipo de “capital” fixo, investir numa atividade econômica dependente das flutuações dos mercados é um negócio arriscado, pois o agricultor não tem qualquer controle sobre os preços, a demanda e a desvalorização do produto. Além disso, o desenvolvimento das plantas não está condicionado aos sistemas de controle de produtividade e tempo como nas indústrias. A dependência do cultivo de determinadas lavouras em relação às flutuações dos preços de mercado e as mudanças constantes do cultivo com essas flutuações, seguindo o espírito da produção capitalista orientada para os lucros monetários mais imediatos, são contraditórias com a agricultura, que precisa suprir as condições de vida permanentes exigidas pela cadeia de gerações humanas (FOSTER, 2005, p. 230).

Nesse mesmo sentido, Antônio Cândido (1979) afirmou que a subordinação do homem do campo ao mercado fez surgir notáveis discrepâncias entre a regularidade das demandas e a irregularidade dos resultados da produção agrícola.

Os sistemas de cultivo agrícola são influenciados por ciclos curtos, como os dos dias, das semanas, dos meses, das estações do ano, bem como por ciclos longos, como rotações de culturas, o plantio, a colheita. Por muito tempo, o ser humano não controlou a natureza e não se separou dela; sua vida era diretamente influenciada por um conjunto de ciclos e ritmos organicamente ligados à natureza. O tempo cíclico é repetição composta por movimentos circulares que não possuem começo nem fim; cada ciclo nasce a partir de outro e não retorna ao

mesmo ponto de partida nem se reproduz exatamente da mesma maneira em suas repetições (LEFEBVRE, 2002).

A partir da incorporação da lógica capitalista na natureza e nas relações humanas, perde-se a referência da natureza. A intuição de uma ordem eterna das coisas é substituída pela percepção confusa do acaso, da instabilidade, da mistura entre sorte e azar; a visão de um mundo submetido a ritmos e regularidades dá lugar àquela de um caos regido por forças gigantes e absurdas (os “grandes” e os “enormes”, o Estado etc.) (LEFEBVRE, 2005, p. 38). Nesse sentido, Cândia (1979) afirma que a familiaridade do ser humano com a natureza é atenuada, à medida que essa relação passa a ser intermediada pelos recursos técnicos e a subsistência passa a não depender exclusivamente do meio circundante acessível. Em Ipeúna também, essa situação caracterizou-se pelo desligamento gradual em relação ao meio natural imediato, a aceleração do ritmo de trabalho e uma maior dependência dos centros urbanos (CÂNDIDO, 1979, p. 179).

Após a queda do café, a extração de cal iniciada em 1915 (quando as fazendas cafeeiras ainda eram as maiores empregadoras da região) destacou-se como uma das principais atividades econômicas do Distrito. Contam moradores idosos que, segundo seus avós, a descoberta das jazidas de calcário teria sido por acaso, como no exemplo abaixo.

... uns mineiros mascates que passavam pela região, pararam para pernoitar a beira do rio Passa Cinco. E colocaram umas pedras como apoio as panelas, e fizeram um fogo para prepara os alimentos e iluminar durante a noite, aí quando jogaram água para pagar o fogo, a pedra derreteu (MARTINS, 2000, p. 24, 25).

As atividades eram bastante rudimentares. As ferramentas nem sempre eram adequadas e em quantidade suficiente. O processo de extração das pedras das jazidas era feito geralmente em locais alagadiços, fazendo com que os trabalhadores ficassem muitas vezes com os pés encharcados por horas. Em seguida, as pedras eram transportadas em carros de boi até os fornos de barros, onde permaneciam em altas temperaturas por oito dias. Decorrido esse tempo, ainda era necessário esperar 30 horas para o calcário esfriar e, assim, poder ser comercializado. O produto geralmente era transportado em carroças com três burros (MACHADO, 2004).

As caieiras teriam gerado um significativo aumento populacional, pois as atividades, embora rudimentares, exigiam um grande número de trabalhadores para os diversos processos envolvidos no beneficiamento. Era preciso coletar uma grande quantidade de lenha nos arredores, trabalhar no processo de queima da cal e transportar o produto acabado. No decorrer do tempo,

pequenas caieiras foram vendidas a um único proprietário, o Sr. Ângelo Viana, que concentrou a produção em uma grande caieira e tornou-se localmente conhecido por causa da atividade. Os antigos proprietários passaram a trabalhar como empregados na caieira maior.

Devido ao fato de que praticamente toda a lenha utilizada em atividades como metalurgia e transporte ferroviário era proveniente de florestas nativas (DEAN, 2004), as caieiras de Ipeúna devem ter provocado grandes impactos nas paisagens pela intensificação da supressão de florestas para a contínua extração de lenha e pelas marcas deixadas pela mineração. Ainda hoje há mineração de cal em Ipeúna.

O trabalho era exaustivo e desgastante, mas para muitos era o único meio de vida disponível. Os trabalhadores estavam sujeitos ao sol, ao pó cáustico que agredia a pele e as vias respiratórias, ao calor dos fornos, à fumaça decorrente da queima da lenha. Destacamos abaixo um depoimento que exemplifica o trabalho nas caieiras.

[...] eu trabalhei alguns anos na caieira, aquilo lá, era o serviço mais horrível que o pobre podia fazer no mundo !! tinha que tirar todo o batume até a pedra de cal, e depois furar para dar o tiro. O batume era retirado com carroças, e o batume era levado na beira do rio, e foi tantos carros de batume jogado na água, que acabou mudando o curso do rio, isso eu vi ! Foi do meu tempo. Depois transportar aquelas pedras em carros de boi, até o forno. As carroças não agüentavam esse tipo de serviço tinha que ser os carros de boi. Depois a queima, dia e noite alimentando o forno com lenha, por oito dias. E aí os coitados iam peneirar e depois ensacar, o coitado precisava por a mão no rosto para se proteger e poder respirar, aquilo era uma tristeza, me lembro disso de tão triste que era. O Ângelo Vianna era o dono dos três fornos, e ganhava tanto dinheiro, que comprou todos os sítios da redondeza (MARTINS, 2000, p. 42).

Um dos moradores idosos contou que a produção de cal começou a diminuir no final da década de 1930. No processo convencional, era necessário o consumo de grandes quantidades de lenha, porém, as florestas estavam cada vez mais escassas. Na região de Sorocaba, o processo de produção de cal passou a ser mecanizado, sem necessidade de queima. Com isso, o processo de produção artesanal da cal chegou ao fim. Em 1941 ocorreu uma única queima, a última do Distrito.

Concomitantemente com a cafeicultura e as caieiras, foram desenvolvidas outras atividades de importância secundária, como a produção de leite, queijos e mel. Após a decadência da cafeicultura e das caieiras, houve uma pluralidade de atividades econômicas como a produção de leite e queijo, lavouras de algodão, arroz, feijão, milho e cana-de-açúcar (para a produção de açúcar e destilados). Ipeúna teria acompanhado uma tendência geral de reestruturação da

economia dos municípios cafeeiros: a redefinição (pós-café) da agricultura paulista significando um crescimento na produção comercial de produtos alimentares voltados fundamentalmente para as populações que se urbanizavam (LENCIONI, 1985, p. 46).

Inicialmente, a introdução da produção capitalista em muitas localidades, marcada pela produção comercial do café, não ocasionou uma subordinação imediata do trabalhador rural a um modo de vida em que seu sustento dependesse exclusivamente da mediação pelo capital. Pelo contrário, permitiu a manutenção de relações não-capitalistas como as pequenas roças de subsistência (MARTINS, 1993).

Ao longo da primeira metade do século XX, os sitiantes também mantiveram o costume de cultivar lavouras e criar porcos e galinhas para consumo próprio, ou, na expressão comumente utilizada, “para o gasto”. Em Ipeúna, também houve combinações de atividades capitalistas e não-capitalistas de produção. Ao mesmo tempo em que as paisagens mudavam conforme as tendências dos mercados, houve uma combinação contraditória da produção de mercadorias e da produção direta dos meios de subsistência. Por isso, a manutenção da vida do trabalhador e de sua família não dependia exclusivamente do comércio de mercadorias (MARTINS, 1990, p. 132).

Apesar do crescente uso do dinheiro nas transações comerciais, a obtenção da refeição ainda era desvinculada da obtenção do salário. A refeição não podia ser reduzida simplesmente a uma dimensão econômica, antes disso, era ato simbólico responsável pela manutenção ou pela formação de laços sociais (BOURDIEU, 1979).

A partir do desenvolvimento de atividades vinculadas à economia de mercado no povoado e da disseminação do uso do dinheiro, começaram a surgir pequenos estabelecimentos comerciais locais: as pequenas vendas de bairro, as mercearias, pequenas lojas e armazéns de “secos e molhados”, o bar, a sorveteria, a barbearia, a padaria, o hotel.

[...] os Wichmann, vieram em Piracicaba trabalhar na fazenda de café, terminado o contrato em 1891, vieram para Santa Cruz da Boa Vista, o nosso avô Adolfo Wichmann e a avó Carolina, Polonesa que não aprendeu a falar o português. Quando o meu avô chegou aqui, ele observou que o pessoal que vinha da região dos sítios aos domingos para assistir missa, eles não tinha um lugar para comer, com aquelas crianças e tudo, então o meu avô fazia cufa e vendia para eles, e aí veio a idéia de montar uma padaria, aí ele amassou barro no largo da Igreja e fez os tijolos crus, como a construção era grande e vários quartos, e vinha viajantes fazer a praça, e as vezes ficava tarde, aí ele passou a hotel, onde funcionava a padaria e um salão grande para a festa, era uma espécie de clube, que funcionou até os anos de 1960 (MARTINS, 2000, p. 22).



Figura 4 - Hotel de Adolpho Viechmann, em 1907 (BIBLIOTECA MUNICIPAL DE IPEÚNA, 2009)

A dependência em relação ao meio urbano e as mercadorias compradas aumentava. Todavia, ainda eram muito comuns práticas como as trocas ou empréstimos de alimentos e objetos de diferentes tipos por outros; as trocas de alimentos e objetos de diferentes tipos por favores; a repartição de parte da produção e de alimentos entre os vizinhos, amigos e parentes para manter as boas relações; a fabricação caseira de utensílios e o beneficiamento doméstico de alimentos; o comércio feito por mascates, principalmente libaneses, que vendiam as “miudezas” em geral, como linhas, agulhas, botões, entre outros objetos.

A partir da segunda metade do século XX, gradativamente, o homem rural passou a depender cada vez mais da vila e das cidades não só para adquirir bens manufaturados, mas inclusive para adquirir e manipular os próprios alimentos. A submissão às vicissitudes da economia geral e aos procedimentos de compra e venda fez com que fosse instituída uma nova racionalidade marcada pelo cálculo, previsão, ordenação, contrária à autonomia que conferia uma instintividade e uma espontaneidade aos meios de vida (CÂNDIDO, 1979).

Na agricultura comercial e na indústria, a sujeição do trabalhador livre, principalmente dos imigrantes, era fundamentalmente ideológica: sendo o trabalho a fonte da riqueza, é preciso trabalhar arduamente para enriquecer (MARTINS, 1993, p. 146, 147). Em Ipeúna, é perceptível que, apesar de ter havido um processo de acaipiramento, a motivação para os maiores investimentos de tempo, energia e recursos era a renda financeira obtida por meio de atividades vinculadas à economia de mercado e não a mera subsistência. Numa época em que as ideologias da sociedade urbana penetravam aos poucos as comunidades rurais, o trabalho que não gerava renda em dinheiro passou a ser desvalorizado. Por esse motivo, o trabalho como atividade produtiva e lucrativa passou a competir com o trabalho como maneira de cumprir as obrigações perante o grupo, ou seja, os trabalhos coletivos, o trabalho para garantir a subsistência da família (BOUDIEU, 1979). A expansão do mercado capitalista não apenas forçou o caipira e os acaipirados a multiplicar o esforço físico, mas atrofiou as formas coletivas de organização do trabalho, cortando aos poucos as possibilidades de uma sociabilidade mais viva e de uma cultura mais harmônica. Entregue cada vez mais a si mesmo, o trabalhador foi cada vez mais projetado do âmbito comunitário para a esfera de influência da economia regional, individualizando-se (CÂNDIDO, 1979, p. 169).

Em síntese, a primeira metade do século XX foi marcada pela intensificação das transformações espaciais decorrentes das atividades econômicas motivadas pelo lucro e por uma transição para o sistema capitalista de produção e consumo, combinações entre lavouras destinadas à comercialização e lavouras de subsistência e entre transações mediadas e não mediadas pelo uso do dinheiro.

As atividades econômicas marcam a história de um povo e deixam marcas profundas nas paisagens. Estudar a economia a partir de narrativas de história oral nos fez perceber que, na realidade, os mercados estão muito mais próximos das pessoas do que a representação da economia de mercados como uma instituição gigantesca e autorregulável. De acordo com Zaoual, a realidade econômica é constituída, sobretudo, de uma imbricação de mercados locais concretos inseridos em territórios, histórias e memórias (ZAOUAL, 2003, p. 78).

As diversas atividades econômicas que se sucedem dependendo das condições dos mercados nos fazem lembrar que, no sistema capitalista, há um movimento contínuo em que o capital constrói uma paisagem física apropriada às suas atividades em determinado momento para

simplesmente destruí-la, geralmente, durante situações de crise ou quando as atividades deixam de ser lucrativas (HARVEY, 1978).

4.5 O rústico e o moderno

Nas primeiras décadas do século XX, o povoado de Ipeúna conservava boa parte da rusticidade característica da vida caipira tradicional. As atividades domésticas mais corriqueiras dependiam de trabalho árduo e de recursos do meio externo mais imediato; a mobilidade era limitada pois a maioria dos trajetos era feita a pé, a cavalo, em carroças puxadas por burros ou em carros de boi; práticas como as caçadas e os plantios e criações “para o gasto” eram comuns; parte considerável dos utensílios, roupas, sabão e beneficiamento de alimentos ainda era feita em casa; as necessidades fisiológicas precisavam ser feitas geralmente em latrinas localizadas a uma certa distância da casa para evitar o mau cheiro; não havia sabonete, pasta de dente e papel higiênico (costumava-se usar jornal para esse fim); a lenha para abastecer os fogões domésticos precisava ser apanhada com certa frequência; a água para uso doméstico precisava ser apanhada de bicas, córregos ou rios (os mais ricos costumavam ter poço no quintal).

Myra Terra (2004) descreveu detalhes da vida cotidiana de Ipeúna observada durante sua infância:

Os filhos e o marido iam à roça trabalhar com carroça puxada por burros; eles preparavam a terra com arado, plantavam arroz, feijão, milho, batata doce, mandioca, abóbora. À tarde chegavam em casa na vila, com os animais, tratavam deles num cocho grande. Os arreios eram guardados no rancho. Tomavam a refeição que estava pronta sobre a chapa de ferro do fogão a lenha, conservada bem quente: arroz, feijão, farinha de milho, lingüiça ou farofa de carne seca, constituíam o alimento básico. Não podia faltar o torresmo de porco. Ainda restavam brasas e cinzas quentes, ali colocavam batata-doce. Saboreavam-nas assadas, deliciosas. Um varal de madeira preso ao teto, cheio de lingüiça e toucinho de porco, recebia diariamente a fumaça do fogão, deixando-os desidratados e relativamente defumados, no ponto ideal para o consumo. Toda a população da vila consumia arroz integral, pois socado no pilão até se destacar da casca áspera, conservava a película avermelhada, a parte rica do cereal. A farofa de carne seca, alimento muito nutritivo, quase nunca faltava no prato do almoço ou do jantar. Os dois alimentos ofereciam a todos bastante “sustança”. Verduras, principalmente couve refogada, e laranja, banana que eram produzidas no quintal, completavam a refeição (TERRA, 2004, p. 29, 30).

Uso generalizado na vila, o do urinol ou penico embaixo da cama nos dormitórios das residências. De manhã, o conteúdo acumulado durante a noite era levado ao fundo do quintal, bem longe da casa, ou na fossa séptica. Esse uso era imperioso devido à localização distante da fossa e à ausência de iluminação que impossibilitava alguém de ir até lá à noite. O urinol lavado era recolocado sob a cama, garantia o conforto da próxima noite. A fossa situava-se longe da moradia, mas não raramente encontrava-se um tanto

próxima ao poço que abastecia a família. Dá pra imaginar... A contaminação de lençol freático provavelmente acontecia. Do fundo do quintal vinham os bichos de pé, do chiqueiro onde o porquinho engordado aguardava seu fim para fornecer carne e gordura aos donos. Grandes latas conservavam esses produtos por longo tempo. A carne frita era introduzida na banha derretida; coberta com essa gordura ficava garantida a conservação da carne, evitava a deterioração. Dessa forma podia-se contar com mistura diariamente nas refeições. Sábado era um dia especial; a grande bacia cheia de água no quarto de dormir proporcionava o conforto do banho semanal. A água usada, escura, era jogada fora e na bacia preparava-se o outro banho para o próximo da fila. Nesse dia, o cheiro agradável de sabonete exalava das pessoas, permanecia no ambiente durante horas, muitas horas. Um dia de felicidade. As toalhas de banho, feitas de saco de açúcar bem lavado, eram claras, tinham na extremidade trabalhos caprichados das mulheres. Elas trançavam os fios do tecido, formando rendas com maravilhosos desenhos. Muitas mulheres se dedicavam a essa arte chamada macramé. O banho diário não era uso generalizado nas comunidades fechadas, onde a herança de certos hábitos perpetuou, não se sabe por quanto tempo. A difícil obtenção de água fazia sua utilização ser muito controlada; esse fator pesava também (TERRA, 2004, p. 18).

A lavagem dos utensílios da cozinha, usando-se um pedaço de pano, necessitava de algo para retirar a camada escura do fundo das panelas de ferro, deixada pelo fogão a lenha. Comumente empregava-se, para o efeito desejado, areia ou pó de tijolo com sabão no pano que era esfregado até retirar toda a camada escura e dar brilho ao metal. Na parte interior fazia-se o mesmo. Preparava-se com um pedaço de tijolo, socando-o com outro maior até formar o pó, isso era feito no chão, numa superfície dura. Muitas donas de casa tinham satisfação de exibir em suas prateleiras os vasilhames lisos e brilhantes graças a esse trabalho de arear (TERRA, 2004, p. 31).

A cozinha com piso de mosaico quadriculado em preto e branco, fogão a lenha sob um varal de lingüiça e carne seca. Uma prateleira e no canto o filtro de água. Unida à cozinha, a despensa onde eram guardados os sacos de cereais, açúcar cristal e mascavo, latas com banha de porco, latas de mel, de pães caseiros e um guarda-louça, sendo uma peça sobreposta à outra. A superior se destinava as louças e vidros e na inferior guardavam-se as panelas grandes, objetos menos usados, também as toalhas de mesa, panos de prato, máquina de picar e de moer carne ou fazer paçoca de amendoim. Peça antiga, não mais existente. Desse cômodo passava-se para o banheiro com piso de cimento; havia ali um lavatório e um chuveiro. Como o banho de chuveiro só podia ser frio, então ali estava a “baciona” encostada na parede para o banho quente. A torneira do lavatório tinha que ser pouco usada também devido à dificuldade na obtenção do precioso líquido em casa, a água. A porta da cozinha levava ao quintal enorme, lá havia o poço, a caixa de onde a água era bombeada manualmente para outra caixa no alto e por gravidade ia à cozinha e ao banheiro. Que dureza! Mais distante estava a fossa séptica, aquela de casinha com caixão de madeira, e no lugar de papel higiênico havia jornais cortados em retalhos, presos num pedaço de arame. Lugar muito perigoso para as crianças pequenas devido à abertura do caixão sanitário ficar em desconformidade com o tamanho delas e a fossa era bem profunda. Se alguma criança caísse lá, morreria atolada na merda. Que horror! Era preferível que elas defecassem atrás da casinha, as galinhas soltas pela chácara se encarregavam da limpeza. No final, ciscavam e deixavam o espaço pronto para o dia seguinte. Plantaram na chácara muitas laranjeiras, jaboticabeiras, mangueiras, pessegueiras, goiabeiras, bananeiras, mamoeiros. Também não faltavam milho, batata-doce, mandioca, feijão, amendoim, verduras, flores. Criação de galinhas, patos, porcos, uma vaca, uma cabra, um carneiro, um cavalo. Cachorros e gatos sempre havia nos arredores de todas as casas do povoado. A fartura estava presente, mas à família numerosa sempre faltava alguma coisa (TERRA, 2004, p. 47, 48).

A confecção era feita na máquina de costura com pedal que girava empurrando pela força do pé direito para frente e para trás; uma grande invenção que substituiu a máquina movida por uma peça manual girando a roda da correia do lado direito, enquanto a roupa passava pelo lado esquerdo sob a agulha, costurando o tecido. Uma arte difícil para as costureiras atuais. As máquinas eram importadas geralmente da Inglaterra. Todos os

produtos industrializados, ferramentas, louças eram importados. As peças de alta qualidade e de aparência muito bonita tinham grande durabilidade (TERRA, 2004, p. 53, 54).

A água de boa qualidade não era fácil de ser retirada, pois era feito de forma manual. O balde, que não podia ser grande, pois a corda não suportaria o peso e os braços também não, ficava preso na extremidade da corda e descia rapidamente, era só solta-lo. Na volta, a corda ia se enrolando conforme se girava o virador manual, usando força física para trazer o balde cheio. O balde cheio de água vinha balançando e derramando parte de seu conteúdo. Quando chegava ao alcance da mão era puxado para a beira do poço, na base de madeira. Despejava-se a água nas vasilhas grandes ou bacias para lavagem das roupas ou na caixa onde era bombeada até a outra caixa, em certa altura de onde ia por gravidade à cozinha e ao banheiro. Era um trabalho penoso porque a água era levada de uma caixa à outra por bomba manual que sugava o líquido e jogava na caixa alta. Era essa a razão pela qual se economizava tanto água em casa. Difícil pra caramba! (TERRA, 2004, p. 56).

Durante muito tempo, em Ipeúna alguns serviços precisaram ser supridos pelos próprios moradores como os de correio e de saúde. Uma pessoa era incumbida de buscar malotes de correspondências em Rio Claro e distribuí-las entre os moradores. As doenças e ferimentos eram tratados com o auxílio do Sr. Ferreirão e de remédios caseiros, pois não havia farmácia.

São muito comuns as falas que retratam uma vida de pobreza e enormes dificuldades para realização dos trabalhos e das tarefas domésticas e para obtenção de bens e condições confortáveis de vida como as que se seguem abaixo.

[...] eu tenho uma boa experiência de vida, eu sei o quanto sofremos, nos éramos crianças e vimos os sofrimentos dos nossos pais. O nosso sofrimento aqui foi grande não tinha luz, não tinha água encanada, e não tinha estrada, a minha mulher com nove, ia lavar roupa no rio, a minha mulher e a do Antônio, e nos é trabalho de sol á sol, e quase não tinha-mos tempo de ajuda-las, elas só não tiravam leite do resto cuidavam de tudo, a horta era lá perto do rio, então nossa vida não foi fácil (MARTINS, 2000, p. 72).

Tivemos uma vida muito difícil. [...] Era tudo difícil, por isso, quando eu vejo o progresso fico até emocionado. Eu tive meu primeiro sapato com quinze anos de idade. Conheci Rio Claro com quatorze anos, porque minha mãe fez uma promessa de colocar minha foto na capela do cemitério, então meu irmão mais velho me trouxe a Rio Claro para eu tirar fotografia. Veja como a miséria imperava (MACHADO, 2004, p. 75).

Em Ipeúna era difícil formar dinheiro, por isso precisávamos ir embora. Não sabíamos nada que desse lucro. Não tinha adubo, ferramentas apropriadas, as coisas modernas não chegavam para quem trabalhava. Nossa vida era um horror, por isso, acho que hoje é um paraíso (MACHADO, 2004, p. 78).

A vida, contando assim, até parece engraçada, mas era muito dura! Alguns tios, irmãos da minha mãe, se destacaram, por exemplo: o Eugênio Silva Bueno, foi, muito tempo, Juiz de Paz. Ele era voltado à política, gostava de um posto de comando, tinha uma boa casa de comércio em Rio Claro. Acabava ajudando o povo da roça, pois era esclarecido (MACHADO, 2004, p. 82).

Cabe aqui uma reflexão. Naquela época, as condições de vida eram consideradas dificuldades e pobreza? Ou passaram a ser consideradas dessa maneira em comparação às

condições de vida da época atual? É provável que a comparação entre as condições de vida e trabalho atuais e o trabalho rural e doméstico daquela época tenha modificado determinados parâmetros dos moradores tradicionais. Obviamente havia sensações de cansaço e privação. Mas houve uma mudança de julgamento: a vida daquela época deixou de ser algo comum, convencional e rotineiro para tornar-se algo penoso, difícil e desgastante.

O modo como julgamos a realidade depende do modo como os valores e os pontos de vista mudam ao longo das diferentes épocas. Por exemplo, a rotina de trabalho atual continua sendo cansativa para muitos. Certamente, alguns trabalhos tornaram-se menos penosos, mas surgiram outros fatores, como o aumento do tempo gasto nos deslocamentos devido aos crescentes engarrafamentos nos grandes centros urbanos, a crescente sensação de instabilidade e o estresse decorrentes do aumento da competitividade, que tornam a rotina igualmente cansativa. Entretanto, a rotina de trabalho atual é julgada como algo comum e convencional, ou seja, “normal” para os parâmetros atuais. Talvez, daqui a algumas décadas, lembraremos o tempo presente como uma época de vida dura e sofrida. Portanto, o julgamento da realidade advém da comparação entre diferentes estágios de um mundo em constante transformação.

Nesse sentido, destacamos um fragmento de um relato em que essa comparação fica muito evidente: “Tínhamos poucas coisas em casa, a vida era mais simples, não precisávamos de tantas coisas como hoje, como não sabíamos que essas coisas existiam não faziam falta” (MACHADO, 2004, p. 104).

A questão das necessidades é fundamental para entendermos o processo de transformação cultural sofrido pelas populações caipiras ou acaipiradas. Segundo Lefebvre (2002) o ser humano é um ser de necessidades. A rigor, as necessidades são poucas e fundamentais (fome, sede, sexo, lazer etc.), determinadas biológica e fisiologicamente. Porém, são inumeráveis os desejos para suprir tais necessidades. O desejo faz com que a necessidade torne-se algo reconhecido pela sociedade; é ao mesmo tempo individual e social.

Uma mudança de conceitos fez com que a “vida simples” fosse considerada insuficiente. A constatação mais importante é a de que, na realidade, “não precisávamos de tantas coisas como hoje. Como não sabíamos que essas coisas existiam, não faziam falta”. Ou seja, a partir do momento que “coisas” passam a existir, elas se tornam necessárias.

Surgem assim, para o caipira, necessidades novas, que contribuem para criar ou intensificar os vínculos com a vida das cidades, destruindo a sua autonomia e ligando-o

estritamente ao ritmo da economia geral, isto é, da região, do Estado, do País, em contraste com a economia particular, centralizada pela vida de bairro e baseada na subsistência (CÂNDIDO, 1979, p. 165).

Paulatinamente, os ipeunenses passaram a entrar em contato e a conhecer diversos elementos característicos da “vida moderna” como os meios de transporte a combustão interna, rede elétrica, água encanada, eletrodomésticos, asfalto, comida industrializada, rádio, televisão, chuveiro elétrico, vaso sanitário, agrotóxicos, adubos, implementos, escolas, farmácias, entre outros. E isso ficou registrado nos relatos e narrativas.

Por exemplo, devido a fatos políticos, a instalação da rede elétrica foi providenciada em 1921; em 1922, o povoado parou para ver pela primeira vez um carro, pertencente a um médico de Rio Claro, e crianças corriam conforme o veículo passava; no mesmo ano os ipeuneses viram o primeiro caminhão; um morador contou que em 1945 os agrotóxicos já eram usados nas plantações; em 1947, devido a uma troca de presentes entre parentes de uma família rica, a primeira geladeira apareceu no povoado, colocada num caminhão para ser exibida aos moradores; os fogões a gás foram vistos somente a partir da década de 1960; e a tão reivindicada rede de água e esgotos foi definitivamente instalada somente em 1962.

Muitos desses bens modernos permaneceram inacessíveis à maioria da população por um intervalo de tempo considerável. Contudo, devido aos costumes e às boas relações de vizinhança, a fruição de muitos dos bens foi compartilhada. O primeiro rádio era usualmente emprestado para ser usado coletivamente no coreto. As primeiras televisões foram colocadas no bar, na padaria e no posto de gasolina. Nos anos 50, o único carro em Ipeúna era constantemente utilizado para atender os moradores em casos de doença e parto.

Esse período foi marcado por uma transição generalizada das paisagens paulistas. O caminhão e o automóvel substituíram os carros de boi; a horta, a granja e a chácara substituíram a roça; o adubo, a irrigação e a drenagem, o arado e o trator substituíram a queimada e a enxada; e a cultura caipira mais tradicional, mais rústica tornou-se cada vez mais rara (PETRONE, 1995, p. 153).

É possível que, em Ipeúna, os plantios e as criações para subsistência, como recursos alternativos à obtenção de alimentos obrigatoriamente mediada pelo mercado, tenham sido um dos últimos resquícios de autonomia que proporcionava uma sensação de estabilidade e segurança. Por causa disso, apesar dos relatos de dificuldades e pobreza, são muito frequentes as falas que dizem respeito a um tempo de “fartura”, em que não havia dinheiro nem conforto, mas

não se passava fome. Examinando os trabalhos de Brandão (1981), Cândido (1979) e Woortmann (1992), constatamos que considerar o passado como uma época de fartura é fato muito comum em comunidades rurais, pesqueiras, entre outras.

Destacamos dois exemplos abaixo.

Eu lembro, que roupa comprava pro ano inteiro, e as compras eram de cadernetinha, também era pago por ano. Você ia vende um porco, todos tinha...na casa era fartura, mas não tinha dinheiro. Eu falo pra turma hoje,...se você ganha mil reais, você passa pior do que aquele tempo,...naquele tempo o dinheiro tinha valor (MARTINS, 2000, p. 95). Naquele tempo, em parte, tinha fartura só que a fartura a pessoa fazia por iniciativa própria, por si. Hoje, é ao contrário. Veja o que acontece na cesta básica. A prefeitura dá não sei quantas cestas. A Edra dá, também, muitas, as outras empresas também. Tanto que quando você vai ao supermercado fica difícil alguém fazer compra grande, tudo miudeza. O pessoal tem cesta básica de sobra. Tem famílias que recebem 4 cestas, são todos funcionários, então eles não compram, vendem a cesta. Hoje, há muito desperdício. Mesmo roupa, sapato todos querem muito. Não precisa de tudo isso... Naquele tempo, a fartura se fazia na economia. Naquele tempo, o povo fazia economia andava tudo remendado, não tinha moda como hoje. Dentista era muito raro, só ia ao dentista com muita dor. Esse SUS dá uma grande ajuda ao povo, então eu acho que hoje o povo vive melhor. Tem condução, principalmente em Ipeúna. Essa creche nossa, dá de comer a quantas crianças? (MACHADO, 2004, p. 135)

Provavelmente, a sobrevivência de muitos trabalhadores rurais dependeu diretamente muito mais dessa “fartura” do que de incentivos governamentais ou da melhoria das condições dos mercados. Por esse motivo, essa margem de segurança, essa garantia contra a fome é relembrada como um aspecto positivo do passado.

Com a valorização do trabalho lucrativo, o homem do campo passou a trabalhar não mais pela sua subsistência apenas, passou a ter expectativas de enriquecer. O caipira e o acaipirado não eram mais figuras sossegadas e dotadas de um desamor pelo trabalho, mas passaram a trabalhar para suprir concomitantemente as demandas econômicas e a subsistência familiar. E essa dupla jornada de trabalho passou a ser um grande fardo. Era uma vida nem totalmente isolada, nem totalmente integrada aos grandes núcleos urbanos; nem totalmente depende, nem totalmente independente deles.

Numa comparação cada vez maior com as facilidades oferecidas pelo modo de vida urbano e pelo desenvolvimento tecnológico, a vida cotidiana tornou-se a “vida dura”. O cansaço, o desgaste físico, as dificuldades para realização de tarefas corriqueiras ganharam novos significados: um peso a ser aliviado. Com isso, os ipeunenses optaram cada vez mais pela

dedicação ao trabalho remunerado buscando atingir novos padrões de vida que amenizassem os efeitos da “vida dura” e “sofrida”.

Por meio dos relatos e narrativas dos idosos moradores de Ipeúna, pudemos apreender esse anseio por melhorias em suas condições materiais de vida. E esse anseio foi o cerne de muitas das transformações sociais e culturais ulteriores. Paul Thompson destaca a importância das decisões individuais ao afirmar que existe

... um equívoco básico na dinâmica da mudança social; esta quase sempre é descrita em termos que refletem a experiência dos homens: de pressões coletivas e institucionais e não de pressões pessoais, da lógica da ideologia abstrata, atuando por meio da economia, da política e das redes das elites de sindicatos e de grupos de pressão. Por trás disso, encontram-se as contradições mais profundas da organização econômica e política, as quais, às vezes abertamente, às vezes inconscientemente, elas expressam. Falta, porém, um elemento igualmente essencial: o efeito cumulativo da pressão individual pela mudança. É este que emerge imediatamente através das histórias de vida: as decisões tomadas pelos indivíduos – para se mudar de casa ou para melhorá-la, para deixar uma comunidade e migrar para outra; para deixar um emprego que se tornou intolerável ou para procurar um emprego melhor; para aplicar o dinheiro num banco, ou em ações, ou num negócio por conta própria; para casar-se ou separar-se, para ter ou não filhos. A mudança de padrões de milhões de decisões conscientes dessa espécie possui tanta ou mais importância para a mudança social quanto as ações dos políticos que constituem habitualmente a substância da história. [...] De igual importância é o fato de que precisamos saber como as ideias públicas e as pressões econômicas e coletivas interagem em nível individual – como no aproveitamento de oportunidades econômicas, ou na modelação de atitudes pela família, pelos amigos e pelos meios de comunicação de massa, e mediante a experiência pessoal na infância e na fase adulta – para constituir aqueles milhares de decisões que, cumulativamente, não só dão forma a cada história de vida, mas constituem, também, o rumo e a dimensão da mudança social mais ampla (THOMPSON, 1998, p. 329, 330).

As aspirações por transformações nos modos de vida rurais impulsionaram os ipeuneses a aderirem ao “ideal do progresso”, a se tornarem totalmente dependentes do uso do dinheiro e da economia de mercado e a lutarem pela emancipação do Distrito.

4.6 Emancipação e progresso

Martins (2000) registrou que, na década de 1960, havia um descontentamento generalizado devido às dificuldades para se conseguir melhorias para o Distrito de Ipeúna que era considerado abandonado, com ruas intransitáveis e ausência de trato da vegetação. As reivindicações dos subprefeitos eram mal atendidas ou ignoradas. Com isso, representantes políticos candidataram o distrito de Ipeúna a município. Mas, a opinião dos ipeuneses não era

unânime em relação ao assunto. Parte da população era contrária, pois acreditava que Ipeúna não teria condições para tornar-se município. Porém, o resultado da apuração dos votos do plebiscito foi favorável à emancipação. Devido à atuação de determinados líderes políticos de Ipeúna e Rio Claro, Ipeúna foi emancipada de Distrito a Município por meio da Lei n. 8.092, de 28 de fevereiro de 1964. Após a emancipação, foram feitas diversas obras de infra-estrutura e melhorias, como pavimentação de estradas, instalação de iluminação pública, reforma de praças; instalados dois distritos industriais; construídos prédios para a administração pública, escolas, creches, postos de saúde, hospital; aprovados novos loteamentos para a ampliação da zona urbana. Na década de 1970, a produção de cana-de-açúcar aumentou em função do pró-álcool, tornando-se uma das principais atividades econômicas do município.

Segundo Thomas (1989, p. 404), “o capitalismo enquanto modo de produção é o processo básico por trás da maior parte da história de campo e cidade”. Contudo, a partir do exemplo da emancipação de Ipeúna, acrescentamos a importância dos fatores políticos e do conjunto das decisões individuais como estímulos fundamentais à urbanização e à industrialização que significariam o fim da cultura caipira tradicional já previsto por Antônio Cândido.

A vida tradicional sobreviveu até aqui em muitas áreas, embora mais ou menos alterada. Parece difícil que possa, daqui por diante, resistir à expansão capitalista, como fórmula de ajustamento do grupo ao meio em função da subsistência, com base no círculo fechado dos agrupamentos de vizinhança, cuja autonomia ecológica é hoje uma sobrevivência (CÂNDIDO, 1979, p. 164).

A cultura caipira tradicional em sua forma original, caracterizada pela autonomia, isolamento, disponibilidade de terras, trabalho doméstico, não existe mais em Ipeúna. Porém, isso não significa que houve um desaparecimento por completo da cultura caipira. Apesar do grande predomínio das formas de alteração, acreditamos que também há evidentes manifestações de formas de persistência. No processo de adaptação ao meio urbano, há três possibilidades: “1) o caipira que enquadra-se ao máximo às novas condições; 2) o que se apega à vida tradicional, procurando conciliá-la com as exigências presentes; 3) o que é totalmente incapaz de ajustar-se a estas” (CÂNDIDO, 1979, p. 170). Acreditamos que em Ipeúna ocorreu predominantemente a segunda alternativa. Os ipeunenses não abandonaram totalmente a vida tradicional e foram capazes de se adaptarem às novas condições. A cordialidade, o gosto pelo trabalho rural e o forte vínculo do homem do campo com a terra, as antigas amizades, a religiosidade, o hábito de

cumprimentar as pessoas ao cruzarem com elas, as “prosas” nas calçadas e nas praças são alguns dos traços mantidos.

A constatação de que o progresso econômico e a melhoria das condições materiais e de conforto não resultaram somente em benefícios fez com que os ipeunenses valorizassem e mantivessem alguns valores e elementos da cultura tradicional. Myra Terra refletiu:

Os tempos mudaram? Ou as pessoas que se modificaram? Havia muitas coisas boas e muitas coisas ruins. Hoje há muitas coisas ruins e muitas coisas boas também. Fazendo-se as contas, efetuando-se os noves fora, no cômputo final dá o mesmo, iguala zero. Mesmo assim deixou saudade (TERRA, 2004, p. 25).

A análise da história local, por meio das narrativas e relatos da história oral, revelou o gradativo processo de identificação e afeiçoamento em relação ao lugar, que passou a fazer parte das experiências mais íntimas de seus moradores idosos. De fato, os lugares são inseparáveis dos eventos neles ocorridos e das relações lá desenvolvidas (MACHADO, 2004; MANCUSO, 1998). Nas palavras de Hélia M. F. G. Machado (2004, p. 142), “Ipeúna formou-se como um espaço de identidade, onde se estabeleceram relações que resultaram na cidade arquitetada concretamente e nas representações contidas nas memórias de seus velhos moradores”. A partir das experiências partilhadas, pudemos compreender um pouco mais o universo complexo dos processos e das vivências que envolvem as paisagens de Ipeúna.

5 O CONTEXTO ATUAL

5.1 Considerações gerais sobre Ipeúna



Figura 5 - Vista aérea da área urbana (BIBLIOTECA MUNICIPAL DE IPEÚNA, 2009)

O município de Ipeúna está localizado na região administrativa de Campinas, possui área total de 207 Km² e faz fronteira a Norte e a Leste com Rio Claro, a Oeste com Itirapina e São Pedro e ao Sul com Charqueada e Piracicaba. O núcleo urbano central foi ocupado no final do século XIX e permaneceu pouco alterado até a década de 1960. A partir dos anos 70, a área urbana expandiu-se com o surgimento de novas quadras e, em 1979, foi iniciado o loteamento do Jardim Nova Ipeúna. Em 1981, foi criado Núcleo Urbano Lajeado Portal dos Nobres, com lotes de 1000 m² destinados a construções para residência e lazer, representando o maior empreendimento imobiliário do município. O loteamento do bairro residencial Altos de Ipeúna foi delimitado em 1983 e, no ano seguinte, foi formado o Jardim Primavera, com casas financiadas pela Caixa Econômica Estadual e construídas pela Prefeitura Municipal de Ipeúna. Nos anos de 1987 e 1988, foi criado o Distrito Industrial I, com incentivo da Prefeitura. Na década de 1990, foi formado o bairro Vila Aparecida, a partir de financiamentos da Caixa Econômica Federal (77 casas) juntamente com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional

Urbano (CDHU) (80 casas). A prefeitura criou o mini Distrito Industrial II em 1997 e, nos anos seguintes, houve o prolongamento de ruas e avenidas do núcleo central, gerando mais 37 lotes aproximadamente. Atualmente, a área urbana do município é constituída pelo núcleo urbano central e pelos bairros de Bela Vista, Altos de Ipeúna, Vila Aparecida, Jardim Nova Ipeúna, Jardim Primavera e o núcleo urbano Lajeado Portal dos Nobres (MACHADO *et al*, 2000).

Em nossas visitas a campo, tivemos mais contato com o núcleo urbano central e, obviamente, com a microbacia do ribeirão dos Sinos. Não foi possível percorrer toda a extensão da zona rural do município nem para fazer breves visitas de reconhecimento. Devido às limitações de tempo e recursos, concentramos praticamente todas as visitas na microbacia do ribeirão dos Sinos e arredores. O núcleo urbano central era parada obrigatória, para entrevistar proprietários e outros informantes e para conversar e pedir auxílio a Luís Scotton e Eli, da Casa da Agricultura e a Idajar, da biblioteca municipal. Não percorremos os outros bairros e as áreas de expansão urbana. O caminho mais usual de Piracicaba a Ipeúna era feito passando por Rio Claro, pelas rodovias Fausto Santo Mauro, Cornélio Pires, Washington Luís e Irineu Penteadó.



Figura 6 - Cerâmica Alfagres (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2008)

Nos percursos entre Piracicaba e Ipeúna, é possível observar as paisagens rurais marcadas principalmente pela homogeneidade dos grandes pastos e do cultivo em grande escala da cana-de-açúcar. Seguindo pela Irineu Penteadó, rodovia que liga Rio Claro a Ipeúna, as paisagens rurais tornam-se mais heterogêneas. Os canaviais e os pastos tornam-se menores e passam a dividir o espaço com pequenos fragmentos florestais e outros pequenos plantios. Esses mosaicos mais facilmente identificáveis num lance de vista evidenciam a diminuição das dimensões das propriedades rurais. O relevo torna-se mais acidentado. Mais adiante, chama atenção a grande edificação da indústria de cerâmica Alfagres à margem direita da estrada. Já bem próximo à cidade, entre dois grandes declives, encontra-se a ponte sobre o rio Passa Cinco. Por fim, há uma rotatória onde o nome da cidade aparece escrito em concreto pintado de branco, algo muito comum no interior do Estado de São Paulo. À esquerda, no pequeno distrito industrial, destacam-se empresas como a Edra, a Refrata, a Metalúrgica Guaporé e a Amitech. À direita, encontra-se a Via de acesso à zona urbana, com duas rotatórias e uma grande estátua de uma Santa ao final, representação da religiosidade local.



Figura 7 - Entrada do núcleo urbano central (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2008)

Neste final da primeira década do século XXI, Ipeúna não é mais uma cidade isolada. No contexto atual, trata-se de um município cuja população é de cerca de 5 mil habitantes, politicamente independente de Rio Claro, integrado ao sistema capitalista, em processo de aumento populacional, decorrente das recentes migrações, e de expansão da zona urbana e de seu parque industrial. Porém, permanece pequeno e com uma aparência pacata. De acordo com as impressões de Hélia M. F. G. Machado (2003), a cidade transmite serenidade, resiste à maior parte das práticas comuns da sociedade atual, mantendo hábitos que não são mais comuns na contemporaneidade como “prosear” nas praças e calçadas, as pessoas se cumprimentam ao se encontrarem, os homens levantam seus chapéus ao cumprimentar uma mulher.



Figura 8 – Praça central de Ipeúna (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2008)

5.1.1 Os elementos e agentes conformadores das paisagens

A primeira impressão é a de uma pequena cidade esquecida entre grandes centros urbanos paulistas, um lugar “parado no tempo” como muitos dizem, distante da realidade atribulada,

movimentada, desgastante, barulhenta e sufocante das grandes cidades. Lá a atmosfera é bem diferente. A predominante ausência de agitações e alvoroço faz o tempo parecer passar mais lentamente. Na zona urbana, os comércios raramente encontram-se muito movimentados, não costuma haver grandes filas. O fluxo de carros, caminhões e ônibus é baixo e as vagas para estacionar são encontradas com facilidade nas ruas. É possível percorrer a pé toda a extensão do núcleo urbano central em poucos minutos. O relevo é plano e as bicicletas são comumente utilizadas. É comum encontrar pessoas conversando não só nas praças, mas em muitos lugares. As casas são, em geral, novas e não há mansões. Não há favelas ou casebres muito rústicos. Há um lugar mais pobre na periferia da cidade, popularmente conhecido como “Risca faca”, mas todas as casas, apesar de mais precárias, são de alvenaria e não se encontram em zonas de risco. Algumas casas ainda possuem amplos quintais onde são plantadas algumas árvores frutíferas, pequenas hortas e cultivos para consumo próprio. Os processos de expansão e urbanização foram bem planejados, o que criou uma aparência agradável e aconchegante.



Figura 9 - Limite entre a zona urbana e a zona rural, com a serra de Itaqueri ao fundo
(Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2008)

Na zona rural, a sensação de monotonia é maior, pois praticamente não há moradores nas propriedades rurais. As vistas panorâmicas parecem estáticas, despertando uma sensação de imobilidade e inalterabilidade no decorrer do tempo. A impressão é a de que continuariam a ser como são por muito tempo. Algumas grandes construções de empreendimentos agroindustriais misturam-se a visões monoculturais fragmentadas dos plantios de cana-de-açúcar e dos pastos permeados por alguns eucaliptos e pequenos fragmentos florestais, formando um mosaico descontínuo, como uma “colcha de retalhos”. As matas existentes parecem corresponder em sua maior parte às áreas de proteção permanente e reserva legal. A imponente serra de Itaqueri destaca-se nas visões panorâmicas, juntamente com o morro da Gurita.

Os principais agentes conformadores das paisagens de Ipeúna que identificamos foram: a) a dinâmica de apropriação das terras, b) as atividades econômicas rurais, c) a atividade imobiliária, d) as indústrias, e) as instituições governamentais, f) o direito ambiental e a atuação dos fiscais ambientais e g) as motivações dos proprietários rurais.

A dinâmica de apropriação das terras fundamenta-se na compra e venda de propriedades rurais e lotes. Essa é a forma legítima de apropriação do espaço, sustentada e protegida pelo direito e pelo Estado. Assim sendo, a propriedade da terra foi transformada num dos principais fundamentos de reprodução das relações sociais (SUZUKI, 2006). A forma de aquisição da propriedade rural depende necessariamente de condições financeiras. A lógica continua sendo a seguinte: as pessoas que podem concentrar a posse das terras por meio da aquisição e, conseqüentemente do agrupamento de propriedades menores são aquelas que possuem grandes quantidades de capital. Há uma tendência de fragmentação das propriedades rurais devida à divisão por herança, o que cria uma incógnita sobre seus futuros usos. Além disso, à medida que os filhos e netos dos proprietários tradicionais mudam-se para outras cidades e assumem profissões desvinculadas do trabalho rural, mais propriedades tendem a ser compradas por pessoas provenientes de outras cidades.

As atividades econômicas rurais obviamente, submetem-se às leis da oferta e da demanda e dependem de incentivos políticos e jurídicos. Os trabalhadores rurais investem em cultivos de *commodities* principalmente. As duas atividades predominantes no local são cana-de-açúcar e gado de corte. Atividades como gado leiteiro e granjas ocupam posições secundárias. Outras atividades como plantios de castanheiras, frutíferas, carnes exóticas como a de javali e agroindústrias com maior grau de tecnicidade são pontuais. Atualmente, está ocorrendo um

processo generalizado de penetração da lógica de produção industrial no meio rural, que diz respeito a uma série de conceitos e procedimentos como a padronização, a produção em grande escala, a qualidade total, o valor agregado, a logística, a articulação com fornecedores e mercados, um maior controle sobre os preços, a aplicação de técnicas e conhecimentos científicos sofisticados, a necessidade de grandes investimentos de capital e uma acentuada especialização das técnicas aplicadas na produção agrícola. Com isso, os pequenos produtores rurais estão passando por grandes dificuldades para manter um nível mínimo de rentabilidade, para escoar a produção e para competir nos mercados.



Figura 10 - Pastos e plantações de cana-de-açúcar (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2008)

A atividade imobiliária acompanha as tendências gerais do mercado, submete-se às disposições locais, à compra e à venda e funciona como mediadora entre os diversos atores interessados. A atuação dos agentes imobiliários influencia os processos de expansão da área urbana do município e de aumento do número de chácaras de lazer. Após um processo de loteamento, a fragmentação da apropriação do espaço diminui a probabilidade de reunir

novamente os lotes. Uma vez nas mãos de diferentes proprietários, cada um deles é livre para decidir se querem ou não disponibilizar seu lote à venda. Comprar uma propriedade ou um lote é uma das principais formas de penetração nos espaços tradicionais por pessoas provenientes de outros lugares. Recentemente, há pouco mais de uma década, foi iniciado um processo de loteamento de propriedades rurais, que são transformadas em chácaras de lazer ou de fim de semana. Essas chácaras geralmente são adquiridas por pessoas financeiramente estáveis e moradoras de centros urbanos maiores. Há uma imobiliária que atua no ramo há muito tempo. O corretor de imóveis possui uma vasta rede de contatos com moradores e pessoas dos municípios vizinhos, o que garante o bom desempenho nos negócios. Segundo ele, outras pessoas que tentaram ingressar nessa atividade não obtiveram sucesso e desistiram.



Figura 11 - Expansão urbana: infra-estrutura, loteamentos e construções (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2008)

Em sua maior parte, as indústrias ocupam dois pequenos distritos industriais do município criados após a emancipação. As plantas industriais de porte médio chamam a atenção ao longo das estradas. Entre os moradores tradicionais, praticamente não há empreendedores no setor

industrial. O incentivo para a industrialização partiu da Prefeitura, inicialmente com a desapropriação e compra das terras e, em seguida, com a autorização para a instalação dos distritos industriais. E isso fez com que Ipeúna deixasse de ser um município exclusivamente agrícola. As indústrias trouxeram empresários e funcionários de outros lugares, principalmente de centros urbanos maiores como São Paulo, Rio Claro, São Carlos, entre outros. Esses novos moradores estimularam os processos de loteamento e expansão urbana, exercendo maior pressão sobre a zona rural mais próxima às áreas urbanas. A grande motivação para a valorização da indústria parece ter sido uma visão simbólica criada pelo advento da modernização: a industrialização como avanço e a agricultura como atraso (SILVA, 1982, p. 17).

A instituição governamental de maior relevância na atuação sobre o município indubitavelmente é a própria Prefeitura, manifestação local²⁹ do poder do Estado. A prefeitura tem poder para direcionar os rumos do município³⁰ por meio de estímulos e políticas públicas; possui a legitimidade para realizar obras de infra-estrutura, criar parques e outras áreas de uso público, estimular a industrialização, autorizar os loteamentos para a expansão urbana, criar incentivos para os proprietários rurais. Ou seja, a maior parte das transformações do município ocorre por iniciativa da Prefeitura. Pelo fato de Ipeúna consistir num aglomerado muito pequeno, enraizado nas antigas relações de vizinhança, a relação entre a Prefeitura e os moradores, ainda continua muito próxima desde a emancipação.

Sobarzo discorre sobre a atuação de Prefeituras em pequenas cidades:

As diferentes administrações municipais procuram deixar as suas “marcas” no espaço público, assim como o utilizam como “moeda de troca” para fins eleitorais. Nesse sentido, as inaugurações e re-inaugurações de calçadas, parques e praças – além de outras obras, serviços ou equipamentos públicos – dificilmente são realizadas como se essas ações fossem consideradas próprias e cabíveis à administração municipal. Pelo contrário, as obras são apresentadas como corporificação da preocupação e da capacidade especial da autoridade. Assim, a obra fica personalizada e o voto fica comprometido, reproduzindo as relações de patrimonialismo e clientelismo que perpassam a sociedade brasileira desde tempos coloniais. Ao estudar cidades pequenas e médias, essas relações parecem ficar mais claras, ou pelo menos são mais evidentes, pela forte concentração do poder e/ou pela maior visibilidade que ele pode ter. Essa concentração de poder propicia episódios que demonstram uma clara indefinição entre o que é público e o que é privado, mas também demonstra como o público parece se concentrar e, finalmente, personificar-se na figura do prefeito, remetendo-nos às práticas coronelistas (SOBARZO, 2006, p. 98).

²⁹ Vitte (2006) aponta a esfera local como campo prioritário para a ação política.

³⁰ Segundo Damiani, (2004), a reprodução da vida urbana sofre interferências da ação do Estado.

Neste estudo não foi possível investigar em detalhes as intervenções do poder público local nem as relações entre este e a população e como isso interfere na modificação das paisagens.

Segundo muitos proprietários, os fiscais ambientais atuam regularmente na região. A atuação dos órgãos de fiscalização ambiental visa garantir o cumprimento das normas de direito ambiental. E essas normas influenciam diretamente a aparência das propriedades devido à obrigatoriedade das áreas de proteção permanente e reserva legal. A maior pressão é exercida sobre os pequenos agricultores que precisam enfrentar o dilema entre cumprir as leis e garantir a rentabilidade de suas atividades. Para tais proprietários, os fiscais ambientais tornaram-se referências negativas em relação à questão ambiental. Já para os proprietários de chácaras a presença dos fiscais ambientais não causa tanto incômodo.

As motivações dos proprietários são responsáveis pela aparência das propriedades e pelas intenções de possíveis modificações futuras. Conforme o que foi visto anteriormente, essas motivações envolvem todo um complexo sistema de significações que, em ciências humanas, possui diversas explicações e teorias. De um modo geral, a cultura, a família, os valores, as amizades, as redes de contatos, os gostos, as sensações, os sentimentos, as condições de saúde, as condições financeiras, o nível de instrução, o acesso a informações, a profissão, a mídia, a idade, a personalidade, o meio, o lugar, os tabus, os traumas, os desejos, os vícios, as crenças, as memórias, as experiências de vida, tudo isso influencia as disposições e motivações para às ações. Essa combinação de fatores que motiva pessoas a agir manifesta-se na aparência da propriedade rural. E o conjunto das propriedades rurais forma mosaicos que constituem as paisagens rurais.

Morin (1997) afirmou que a organização exterior também está no interior. Há uma profunda interação entre os seres e o universo, de modo que a parte é inseparável do todo e o todo também não se separa das partes. Fazemos parte dos ecossistemas, da biosfera, do cosmo e, conseqüentemente das paisagens, pois essas não se dissociam daqueles. O espaço social, que corresponde à alteração antrópica da biosfera, é a materialização de abstrações e idéias, que remetem a uma capacidade cognitiva, pensamentos e racionalidades. O ser humano não produz um espaço que não é capaz de conceber. Sendo assim, estudar paisagens é estudar o ser humano, suas capacidades, suas disposições e motivações para agir, seus comportamentos, seus sentimentos e sensações, sua sensibilidade, sua cultura.

5.1.2 Contexto social

Boaventura de Sousa Santos (1999, p. 19) afirmou que os camponeses, assim como os povos indígenas e os imigrantes estrangeiros, estão entre os grupos sociais mais atingidos pela homogeneização cultural que descaracterizou suas diferenças. Embora os ipeunenses não possam mais ser considerados caipiras ou acaipirados tradicionais, ainda mantêm vivos alguns resquícios de sua cultura. No entanto, estão sujeitos cada vez mais ao processo de homogeneização que modifica seus vínculos com a terra e transforma definitivamente seu modo de vida. Ipeúna é atualmente um lugar de encontro de muitas trajetórias de vida diferentes, no geral, das pessoas que vivem há muito tempo no local com pessoas provenientes de outros lugares. Isso gera um grande potencial de conflitos, mas também de aprendizado.

Toda cidade ou qualquer localidade, apesar de uma identidade coletiva própria, contém uma diversidade endógena de sítios cujas características decorrem do fato de pertencer a classes, grupos, redes, bairros, situações sociais, microculturas, religiões, etc. A diversidade é sempre onipresente e infinita. Ao mesmo tempo, é fonte de conflitos e de enriquecimento, mediante um adequado acompanhamento de seus menores recantos (ZAOUAL, 2003, p. 16).

Pessoas em boa situação financeira e provenientes dos centros urbanos, em geral, desconhecem a história local e não possuem fortes vínculos afetivos em relação ao lugar, mas somente com suas propriedades. Por isso, valorizam mais os atrativos como as belezas naturais, as paisagens, a tranquilidade, o lazer, a proximidade, a comodidade, entre outros. Isso é bem ilustrado pelo exemplo de um proprietário de chácara: *“Veja bem. Eu considero que Ipeúna está para lá. Tem uma cerca. Daqui para dentro eu adoro, para fora não conheço muito. Nós vivemos em Rio Claro, temos as atividades de Rio Claro” (entrevistado 6).*

De fato, Ipeúna tem atraído pessoas de outras localidades. À beira da rodovia Irineu Pentead, que liga Rio Claro a Ipeúna, localiza-se o núcleo urbano Lajeado “Portal dos Nobres”, que possui área superior ao núcleo central da zona urbana do município e onde moram predominante pessoas de outras cidades. Trata-se de um espaço auto-segregado e auto-administrado como a grande maioria dos condomínios (SEABRA, 2004). Considerando apenas o nome, já é possível supor que se trata de um espaço destinado à elite. Percebemos que o padrão de sofisticação interno é bem maior que o padrão geral das construções do município.

Migrantes com boa qualificação buscam oportunidades de emprego nas indústrias. Já os menos qualificados buscam ocupações nas chácaras de lazer (como faxineiras, caseiros, serventes etc.). A maioria desses é composta por paulistas, mineiros e nordestinos.

Já na visão dos moradores tradicionais, a Ipeúna atual é o resultado de persistência e esforço, bem como um lugar de memórias. Não é um lugar bucólico, nem tranqüilo, nem de belas paisagens. É um lugar mais confortável para se morar, território ao qual se identificam e que ainda une as famílias tradicionais. Mas também é um território que está sendo “invadido” por pessoas “de fora” e por novos problemas sociais. Assim como em muitos casos de outras cidades, a expansão urbana já engoliu muitas das chácaras e pequenos sítios que rodeavam a aglomeração urbana inicial (OLIVEIRA, 2004, p. 123).

Ipeúna sofreu e tende inevitavelmente a continuar sofrendo processos de transformação que tendem a abalar mais ainda as referências dos moradores tradicionais principalmente no que diz respeito a um aumento da interação e da interdependência em relação a outros lugares e, conseqüentemente, da vulnerabilidade em relação às tendências mais gerais da política, da economia, do comportamento, das mídias e da cultura de consumo.

Nas palavras de uma moradora:

Essa transformação foi grande. Foi em várias direções. Era uma cidade muito pequena. Era nós com a gente. Todos conhecidos. A porta sempre aberta. Só passavam uma corrente para o cachorro não entrar. É mais o sossego da gente e a parte financeira a gente vê que mudou bastante. Ficou difícil, mas para o comércio foi muito bom. O comércio aumentou, pois o volume de pessoas aumentou, a cidade ficou mais movimentada. Mas aquele sossego, aquela vidinha boa, eu acho que o progresso foi levando embora. Mudou bastante coisa com a emancipação, porque até 1964 Ipeúna era distrito de Rio Claro. E foi uma luta muito grande. Eu tinha só 16, 17 anos. Estava na escola normal. Rio Claro não queria perder Ipeúna, pois Ipeúna gerava muito dinheiro com a agricultura, na época. Gerava um dinheiro muito bom para eles. A gente ainda depende de Rio Claro para tudo. Qualquer coisa diferente você precisa ir para Rio Claro, comércio, educação. No meu tempo, a gente era obrigada a sair para Rio Claro para estudar. Tem um ônibus que vai para Rio Claro para levar as pessoas para estudar. Ipeúna parou um pouco no tempo, não tem nada de diferente. Diversão acabou, coisa que tinha muito (entrevistada 22).

Como já visto anteriormente, o relativo nível de isolamento devido ao fato de Ipeúna ter sido (e sob determinado ponto de vista ainda ser) um município marginal fez com que houvesse uma convivência intensa e experiências compartilhadas entre os ipeunenses, o que produziu uma

forte identificação com o grupo e com o lugar. A interação grupal e a identidade como ipeunense tradicional, o das “vizinhanças antigas”, o “povo daqui”, consistem num importante, talvez o principal, fator de persistência.

Isso é evidenciado nas falas de vários moradores:

Tenho boas amizades, bons amigos aqui. Todo domingo a gente se encontra para tomar uma cerveja, uma pinga. Foi uma amizade que se conservou. É mais com o pessoal antigo. O pessoal novo eu não conheço. Conheço só um casal. No demais, eu não conheço ninguém. Ninguém, ninguém, ninguém. É um bairro novo, é gente de fora que vem. Então, eu não conheço não. [...] A relação de amizade na zona rural aqui é muito grande entre nós. Se um vizinho precisa do outro, se eu não dou conta de um serviço sozinho e eles mesmos fazem com a gente. Então, está tudo ótimo. Povo bom. Essa vizinhança nossa é antiga. O que eu tiver para falar eu falo, seja para agradar, seja para desagradar (entrevistado 14).

É uma salada mista. Tem muito casamento entre parentes. Hoje não acontece muito isso mais por causa da facilidade do pessoal ir para longe, ir para fora, ir trabalhar em outros lugares e acabar conhecendo outras pessoas. Mas antigamente, não tinha muito esse negócio de sair muito (entrevistado 8).

A vantagem da cidade pequena é que ainda tem pessoas de confiança que você pode conversar. Não tem na cidade grande isso. E a desvantagem é que quando você precisa de uma coisa maior, você precisa ir para um centro maior. Médico, essas coisas, estudo é precário aqui (entrevistada 9).

Vimos que os fatores de persistência ou permanência são os que favorecem a continuidade dos modos tradicionais de vida; já os de transformação, são os que correspondem à incorporação dos padrões modernos (CÂNDIDO, 1979, p. 200). A reação do caipira ou acaipirado poderia ser: a aceitação total dos novos padrões e rejeição em bloco as suas condições de vida, migrando a centros urbanos e proletarizando-se; ou a rejeição total dos novos padrões, buscando refúgio nas terras disponíveis, cada vez mais escassas; aceitação parcial dos novos padrões, procurando permanecer na lavoura e ajustando-se como possível. Antônio Cândido formulou a hipótese de que em grupos rústicos dotados de força integrativa, a assimilação dos traços culturais urbanos não era total (CÂNDIDO, 1979, p. 217, 218).

Ipeúna apresenta muitas características de um processo de assimilação dos traços culturais urbanos que não teria sido completo, total. Se por um lado, os ipeunenses estão completamente inseridos na economia de mercado, dependem dos incentivos políticos e das inovações

tecnológicas para produção agrícola, usufruem do conforto material característico da vida urbana; por outro, ainda mantêm as antigas amizades, alguns costumes, o vínculo com a terra e com o lugar e o gosto pelo rural.

Pensamos na hipótese de que a propriedade rural teria contribuído significativamente para a manutenção dos fatores de persistência. Diferentemente de outras situações em que caipiras e acaipirados foram expulsos de suas terras por não possuírem escritura ou migraram para as periferias das grandes cidades, as famílias tradicionais ipeunenses permaneceram no campo como proprietárias rurais e isso foi favorecido pela posse legal das terras. A interação cultural entre caipiras e imigrantes, o aforamento e a produção agrícola voltada para o mercado são alguns dos fatores que contribuíram para a aquisição das escrituras das terras. As propriedades rurais ofereceram proteção contra uma perda abrupta da posse das terras e, conseqüentemente, retardaram uma invasão mais agressiva do poder do capital e da cultura urbana. Assim, a propriedade privada da terra que, de acordo com as teorias marxistas serviriam quase que exclusivamente aos interesses dos poderes hegemônicos, também serviu aos interesses do homem do campo. As propriedades rurais permitiram a continuidade de um modo de vida rural e do vínculo com a terra. Além disso, a proximidade entre as propriedades rurais e a semelhança dos trabalhos e das rotinas mantêm ainda hoje um importante ponto de contato, experiências e sentimentos em comum, o que tende a fortalecer os vínculos e as relações de grupo.

O fato do ritmo de transformação das estruturas sociais nem sempre acompanhar o ritmo de transformação das visões de mundo, dos conceitos e disposições também contribuiu para a manutenção dos fatores de persistência³¹. Isso faz com que as pessoas tendam a continuar agindo conforme os hábitos arraigados (BOURDIEU, 1979). Por causa desse conjunto de fatores, diante da rapidez nas mudanças sociais ocorridas no Brasil durante o século XX, Ipeúna pôde resistir em determinados aspectos.

Apesar da permanência no campo ter contribuído para a manutenção dos fatores de persistência, os relatos saudosistas revelam que as relações sociais e com o lugar foram enfraquecidas. Segundo Almeida, Hoeffel e Queda (2008), os espaços são configurados cada vez mais por forças externas que abalam as relações entre a população local e o lugar, sua apropriação subjetiva, e um sentimento de pertencimento e participação. Com isso, os espaços deixam de ter significado, passa a haver um certo estranhamento pela perda de referências e a

³¹ Para retomar o conceito estabelecido por Antônio Cândido, vide página 79.

população tradicional sofre com a vida em um novo ambiente que dispõe de outras dimensões e recursos para os quais o seu conhecimento tradicional não está preparado. Surge uma crise de identidade.

Stort explica com clareza essa questão:

A percepção da identidade do eu está ligada a condições históricas, sociais e de desenvolvimento do ser humano. Constrói-se à medida que o indivíduo, entrando em interação com o mundo e com a cultura, tem experiências de várias ordens e, simbolizando-as, é capaz de compreendê-las e integrá-las como fazendo parte de si e de sua existência. Esta simbolização é realizada pela linguagem, pelo pensamento, pela imaginação e por outras formas de expressão (a corporal ou artística, por exemplo), tendo como base os sentimentos que tal experiência evoca. Os sentimentos evocados estão diretamente ligados às necessidades humanas subjacentes à situação e ao momento em que a experiência realiza-se. Para que a simbolização ocorra de forma harmoniosa e integrada, tornando-se consciente e possibilitando o desenvolvimento da identidade pessoal, e não de forma desintegradora, devem existir algumas condições que a possibilitem. Fazem parte destas condições: tempo e espaço disponíveis, outros indivíduos que possam partilhar com a pessoa em questão esta experiência, certa flexibilidade e disponibilidade, no meio ambiente objetivo e/ou subjetivo de recursos que permitam a expressão dos sentimentos e da experiência interior. Isto, por sua vez, exige um mínimo de espontaneidade e informalidade, tanto no nível interno como externo. Ora, o que estamos assistindo na civilização moderna é a uma supressão crescente dessas condições de informalidade. A racionalidade, no seu uso planejado, com fins utilitaristas, rouba-nos impiedosamente o tempo e o espaço para a ação espontânea, que busca a experiência que satisfaça verdadeiramente as nossas necessidades, e a sua expressão. Apesar de, materialmente falando, parecermos ter melhores condições de vida e auto-realização que nossos antepassados, a sociedade racional impõe-nos um ritmo e um esquema de vida que nos rouba de nós mesmos. As determinações do sistema econômico e industrial, possibilitadas pelo progresso científico, e as inseguranças que ele traz, obrigam os indivíduos a optarem pelo sistema de adaptação da mera sobrevivência. Movidos pela necessidade de sobrevivência, os indivíduos idolatram o trabalho, a pesquisa e a invenção, a eles sacrificando a alegria, o amor e o prazer, elementos importantes na sua vida e realização pessoal (STORT, 1993, p. 83).

Assim, a frequente valorização do passado para os moradores tradicionais é uma maneira de recriar a imagem de uma idade de ouro para o tempo no qual vigoravam normalmente as instituições fundamentais de sua cultura (CÂNDIDO, 1979, p. 195).

Ao conversarmos com um morador tradicional, ele apontou para o horizonte dizendo que havia nascido no pé da serra, em uma propriedade das proximidades que se encontrava nas mãos de estrangeiros e que havia sido do avô anteriormente. Muitas são as lembranças de experiências vividas no lugar. A propriedade não é mais da família, mas ele ainda continua fortemente vinculado àquelas terras, àquelas paisagens.

A mobilidade do caipira, que lhe permitia circular livremente pelas terras, foi limitada pelo sistema de propriedade e pela densidade demográfica, com a chegada de novos moradores (CÂNDIDO, 1979, p. 177). Em Ipeúna esse processo ocorreu e ainda ocorre. Contudo, uma prática faz com que essa mobilidade persista nos dias de hoje: é o acesso praticamente livre às propriedades dos amigos e parentes. As propriedades são privadas e cada proprietário é responsável pela condução de suas próprias atividades, porém, ainda é muito comum o ato de “abrir a cerca e ir entrando”. Ou seja, não é necessário pedir licença nem marcar horário para ir à propriedade um conhecido. Isso permite uma circulação mais livre pela zona rural.

Apesar das facilidades e vantagens da vida urbana, muitos moradores tradicionais estão descontentes com a conjuntura atual. Zaoual (2003, p. 18) fala de uma crise do mito do progresso. Apesar dos efeitos positivos da emancipação, da urbanização e da industrialização, os moradores tradicionais reclamam dos efeitos negativos, dos problemas sociais. As principais queixas dizem respeito a um desapontamento em relação aos jovens, ao problema das drogas, ao excesso de liberdade, ao fracasso da educação, às crescentes dificuldades para trabalhar na propriedade rural e à violência. Enquanto os moradores tradicionais tendem a ver o futuro com pessimismo, os novos moradores em geral não se abalam, pois parecem estar mais acostumados com esses problemas. Os proprietários de chácaras de lazer que entrevistamos assumem uma postura otimista e entusiasmada em relação à cidade e à propriedade rural.

O aumento da população também tem fomentado um sentimento anti-social em Ipeúna. Conflitos típicos dos centros urbanos como desentendimentos entre vizinhos que não se conhecem começam a fazer parte do cotidiano. E os moradores tradicionais não se sentem mais à vontade devido à chegada dos “desconhecidos”, aos quais têm sido atribuídos os problemas sociais mais significativos, principalmente a violência.

Eu nasci e cresci aqui, nossa família é antiga. Agora tem muita gente estranha. Antigamente, todo mundo se conhecia e gente podia até dormir de portas abertas. Hoje, não pode mais. Mas agora também tem muitos benefícios que antes tínhamos que buscar em outras cidades, melhorou muito. Agora melhorou muito em relação a empregos (entrevistada 4).

(...) a gente é muito bem visto aqui, o povo conterrâneo daqui é bom demais, mas o povo que vem de fora só traz problemas (entrevistador: Ipeúna cresceu muito?) Cresceu muito, cresceu demais. Quando eu cheguei aqui em 52 só tinha a cidade velha, o povo podia dormir com a porta aberta, deixar o carro ligado na rua. Hoje

não, se largar na rua não acha. Uma parte do povo aí é estranha, eu nem conheço mais, o povo antigo é como se fosse uma família, é uma família. Hoje mudou, por quê? A cidade cresceu, está crescendo, tá vindo um povo escorraçado, está tendo roubo de casas, muito roubos, mas não é o povo conterrâneo não, é o povo que veio de fora, hoje todo lugar está assim, de qualquer jeito (entrevistado 16).

Para muitos moradores tradicionais, a violência é um dos piores problemas da época atual, sempre comparada às tranqüilas épocas passadas, nas quais não era necessário trancar as portas e os carros, nem prender as bicicletas. Esse discurso foi muito comum nas entrevistas. Os principais casos citados foram de assaltos e furtos. Comentou-se bastante sobre furtos de cabeças de gado e assaltos na zona rural. A violência constitui um dos principais motivos para não se morar na zona rural, o que facilita esses tipos de crimes.

No entanto, um chacareiro afirmou: *“Aqui é um lugar tranqüilo. Eu gosto de lugar sossegado. Então, eu gosto muito daqui. Tranqüilo, tranqüilo, tranqüilo” (entrevistado 31).*

Segundo o delegado de Ipeúna, a incidência de crimes não é muito alta, a cidade é relativamente pacífica e houve poucos casos violentos e graves. Passou a predominar mais uma sensação de insegurança do que um estado de insegurança de fato. Realmente, têm ocorrido furtos de algumas cabeças de gado e de cobre dos transformadores de energia elétrica e é muito provável que a maioria dos criminosos seja de outras cidades. Ele mencionou uma questão muito importante: comparada com São Paulo, onde trabalhou, *“Ipeúna é um paraíso”*; o fato é que os ipeunenses não se conformam com a possibilidade de haver violência em sua cidade e a reação costuma ser uma cultura de autoproteção por meio do porte de armas.

Nesse caso, entender as comparações é fundamental. Para quem vivia num ambiente como São Paulo, Ipeúna parece um lugar muito tranqüilo. Mas para quem experimentou períodos nos quais o nível de violência era praticamente zero, a época atual mostra-se muito violenta. A questão principal é: quais são as referências de vida a partir das quais se interpreta a realidade. Para os moradores tradicionais, a ancoragem e o vínculo social ainda são mediados em grande medida pela relação e pela identificação com o lugar. O acúmulo das experiências vividas em Ipeúna foi e continua sendo a referência mais importante para eles.

Em síntese, por trás da aparência pacata, há uma sutil tensão nas instáveis e ainda superficiais relações sociais entre os moradores tradicionais e os novos moradores. Para os dois lados, a situação presente é uma nova experiência, uma busca por novos referenciais e novas amizades; um lento processo de entendimento mútuo e encontro de afinidades.

5.2 A microbacia do ribeirão dos Sinos

A microbacia do ribeirão dos Sinos é adjacente ao núcleo urbano central, o que facilitou muito as visitas a campo. Faz divisa com as microbacias do córrego das Lavadeiras, do ribeirão Vermelho, do ribeirão João Pinto e a serra de Itaqueri. O ribeirão dos Sinos nasce próximo à serra e deságua no rio Passa Cinco após percorrer cerca de 6 quilômetros. A microbacia abrange 41 propriedades rurais que variam de 1 a 90 alqueires³².



Figura 12 - Visão panorâmica da maior parte da extensão da microbacia do ribeirão dos Sinos

(Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2009)

³² A unidade de medida de área utilizada com mais frequência em trabalhos científicos é o hectare (cujo símbolo é *ha*), que equivale a 10 mil metros quadrados. No entanto, os pequenos proprietários rurais ipeunenses utilizam sobretudo o alqueire. De acordo com o dicionário eletrônico *on line* Michaelis, disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>, uma das definições de alqueire é: “3. Medida agrária equivalente a 48.400 m² em Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro, a 24.200 m² em São Paulo e a 27.225 m² nos Estados nordestinos do Brasil”. Desse modo, temos que 1 alqueire paulista equivale a 2,42 hectares.

5.2.1 Proprietários e propriedades rurais: usos e motivações

Há uma considerável diversidade de usos e, conseqüentemente, de aparências das propriedades rurais. Os moradores tradicionais dedicam-se mais às atividades agrícolas pela força da tradição e do hábito, e tendem a continuar desenvolvendo-nas segundo as maneiras costumeiras. Na microbacia, as principais atividades são a criação de gado de corte, de gado leiteiro, cana-de-açúcar e granjas. Há a presença marcante do trabalho do arrendatário, uma saída encontrada para viabilizar economicamente a manutenção das maneiras costumeiras de trabalho rural. As propriedades vizinhas aos limites urbanos tendem a ser loteadas futuramente para a expansão da área urbana, e entre essas, algumas propriedades são mantidas para fins de especulação imobiliária. Há um processo, ainda inicial, de repovoamento da zona rural, mas não por agricultores e sim pelos chacareiros. Entre as chácaras de lazer, umas são moradias permanentes, outras utilizadas como refúgios de fim de semana. Tais residências possuem os equipamentos modernos necessários para reproduzir no campo um estilo de vida urbano. Um dos proprietários possui uma pista de motocross e promove bailes e rodeios. Outro é dono de uma pousada, uma das únicas da região. Uma pequena propriedade adquirida pela prefeitura foi transformada em área pública de lazer, o “Parque ecológico Enrique Barbetta”. Basicamente, a finalidade das propriedades divide-se em dois grandes grupos: atividades agropecuárias e lazer.

5.2.1.1 Dificuldades no campo

Todos os pequenos produtores são moradores tradicionais, que sempre trabalharam com atividades agrícolas, ou parentes destes. Todos eles residem na zona urbana³³. As propriedades, no geral, são pequenas, entre 5 e 30 alqueires. Parte deles trabalha exclusivamente em sua própria terra e desempenha todas as atividades necessárias, outros contam com um ou mais empregados; há os que trabalham em parte de suas terras e arrendam a outra parte a um arrendatário, outros não trabalham no meio rural e arrendam integralmente as terras; alguns são arrendatários e trabalham em muitas outras propriedades. As poucas atividades mais sofisticadas, destinadas a segmentos específicos do mercado, não são desenvolvidas por moradores tradicionais.

³³ Mas isso não significa necessariamente que sejam urbanos, pois não é considerada urbana a população agrícola que só reside na cidade (SUZUKI, 2007a).

No contexto atual, o pequeno produtor rural encontra cada vez mais dificuldades para sobreviver da renda de sua propriedade. O trecho abaixo foi um dos exemplos mais representativos da expressão dessas dificuldades.

A gente já nasceu pobre, vai morrer pobre. Porque não tem como ganhar dinheiro. Não tem como ganhar. Porque, para ser sincero, o que a gente vai falar? Está muito difícil a vida do sítio. E difícil mesmo. Porque tudo o que a gente compra sobe dia a dia e o que a gente vende... Isso com certeza, não sei se você já pesquisou coisa assim com os outros. Não tem como sobreviver. A gente está sobrevivendo de teimoso. Agora, o que eu posso falar para você? Mais ou menos isso aí... Está difícil mesmo para o homem do campo. Porque, para ser sincero, o nosso governo não está dando apoio para o homem do sítio. De maneira nenhuma. [...] E que você tenha uma vida mais mansa do que a gente tem na roça porque, um conselho que eu dou para você... Nem que você fique o homem mais rico do mundo, sítio é... Olha aqui, é uma ferida. [...] Sítio é uma ferida. Você deixou para amanhã, já está atrasado. O que puder fazer hoje, não deixar para amanhã. Mas eu não reclamo, porque meu pai me ensinou assim, outra coisa eu não aprendi. Então, tem que ir até o fim (entrevistado 1).

O trabalho contínuo e extenuante juntamente com as dificuldades para sobreviver da renda do trabalho rural são as causas mais frequentes de reclamações por parte dos pequenos produtores rurais. A atividade agrícola é penosa e ininterrupta, sintetizada na seguinte frase: “*Não tem sábado, nem domingo, é de segunda a segunda*” (entrevistado 19). Reparamos que, nos fins de semana, enquanto muitos trabalhadores urbanos descansam e dedicam o tempo ao lazer, os pequenos agricultores trabalham normalmente. Boa parte deles já possui filhos adultos residentes em outros municípios e que não trabalham no meio rural, o que reduz um pouco as pressões relativas ao sustento familiar. Mas há o grande peso das frustrações causadas pela ausência de recompensa por anos de esforço e trabalho árduo. A agricultura atual envolve lógicas de produção e estratégias de compra e venda muito distantes das maneiras rústicas de se trabalhar a terra.

Apesar das dinâmicas entre o urbano e rural estarem sofrendo profundas modificações, as idéias, imagens e estereótipos do campo e da cidade ainda permanecem fortes nos dias de hoje (THOMAS, 1989). Ainda pensamos numa fazenda como lugar agradável e distante de nossa vida citadina industrial, voltada somente para o lucro (SINGER, 2004).

Na realidade, a lógica da lucratividade foi a força motriz para a transformação das florestas primárias em terras disponíveis para o cultivo de espécies de valor econômico e isso

acontece desde o período colonial. A atual fragilidade da pequena propriedade rural revela que a crise do modelo convencional de agricultura ocorre em todas as esferas: ambiental, econômica e social. A conjuntura atual é a continuidade das tendências gerais de um modelo centrado sobretudo na esfera econômica e que negligencia as esferas ambiental e social. O surgimento dos diversos tipos de implementos agrícolas teve como objetivo o aumento da produtividade. As inovações são apenas modificações nos processos e ferramentais utilizados para se alcançar sempre o mesmo objetivo: o lucro.

Para tornar-se lucrativa, a agricultura passou a depender de crescentes quantidades e variedades de recursos. A concepção de recurso encontra sentido na lógica de funcionamento do sistema e nas técnicas que a operacionalizam. A inovação a serviço do lucro decide o que pode vir a tornar-se recurso e o que pode deixar de sê-lo (ZAOUAL, 2003, p. 38). Desse modo, um dos pilares sobre os quais o atual modelo agrícola se apóia é a aplicação de um conhecimento próprio do sistema capitalista para a produção dos diversos recursos necessários, o que se traduz numa supervalorização das ciências e das técnicas ocidentais (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Segundo Ehlers (1999), no final do século XIX e início do século XX, houve uma série de pesquisas científicas e de avanços tecnológicos que permitiram o surgimento dos motores de combustão interna, dos fertilizantes químicos e do melhoramento genético de plantas, que possibilitaram a progressiva separação da produção animal e da produção vegetal. Surgiu o mito de que o incremento na produção agrícola seria diretamente proporcional à quantidade de substâncias químicas disponibilizadas e incorporadas ao solo. Com isso, foram criadas condições para a Revolução Verde, na década de 1960, a partir da qual, a produção agropecuária passou a fundamentar-se no uso um conjunto bem mais homogêneo de práticas tecnológicas visando ao aumento da produtividade agrícola, como variedades vegetais melhoradas geneticamente muito mais frágeis e exigentes, fertilizantes químicos de alta solubilidade, agrotóxicos com maior poder biocida, irrigação e motomecanização. Esse modelo, pautado por princípios da agricultura industrial, foi disseminado por diversos países, enfraquecendo e substituindo os moldes de produção locais e tradicionais. O chamado “pacote tecnológico” viabilizou, principalmente na Europa e nos EUA, os cultivos monoculturais de larga escala, gerando uma “euforia” das grandes safras. No, entanto, logo surgiram preocupações relacionadas aos problemas socioeconômicos e ambientais provocados por esse modelo. As conseqüências ambientais observadas foram principalmente a destruição das florestas, a erosão e a contaminação dos recursos naturais e dos

alimentos. No Brasil, esse processo também foi repetido, apoiado pelo governo por intermédio da ampliação do crédito e pela implantação de amplos parques industriais de insumos agrícolas. Apesar dessa “modernização” da agricultura brasileira ter aumentado a produtividade de determinadas culturas destinadas ao mercado externo, também provocou, além dos danos ambientais, o aumento da concentração de terras e de riquezas, do desemprego e do assalariamento sazonal, sendo responsável por grandes movimentos migratórios para os centros urbanos industrializados.

Os pequenos produtores ipeunenses acompanharam as tendências da “modernização” da agricultura brasileira, tornando-se dependentes de tal modelo agrícola. Eles valorizam muito os diversos benefícios advindos das inovações tecnológicas. Para os que conviveram com o trabalho rústico, os implementos agrícolas tornaram-se indispensáveis. Um trabalhador rural disse que é um grande alívio poder contar com agrotóxicos e adubos que aumentam a produtividade, deixar de depender do trabalho animal e braçal para arar a terra, semear, irrigar etc.

Porém, a dependência em relação a tais insumos coloca o pequeno agricultor numa posição desfavorável, sujeito à variação dos preços dos produtos no mercado, às mudanças políticas, às inovações tecnológicas sobre as quais não tem qualquer controle.

[...] primeiro a parte rural tinha mais incentivo pelo governo, em relação aos implementos, para trator, etc. Hoje em dia não se consegue mais nada. Não há incentivo para o pequeno agricultor, só para os grandes. Eles deram o incentivo da laranja. No fim, vendemos tudo para pagar as dívidas. Então, o pequeno sempre leva. Ipeúna era uma vila rica. Na verdade, nós nunca fomos ricos, mas a gente tinha dinheiro em mãos. Sempre da agricultura. Só do sítio. Todos os sitiantes tinham seu dinheirinho na mão. Podia comprar um carro. Hoje em dia não dá mais. Só com o arrendamento não dá. No fim, o lucro é pequeno, como o aluguel de uma casa. É complicado. Antes, era só agricultura. Ipeúna inteira. Tinha cana e gado também. Mas tinha muito mais agricultura quando eu era criança, tinha sim. Plantação de arroz, todo mundo fazia. Hoje em dia não tem mais plantador nem para o gasto. A higiene melhorou muito, certo? Plantavam muito milho também. Que era um tempo bom, um tempo lindo era, né, mas... (entrevistada 22)

Devido à dependência em relação a uma cadeia complexa de fatores e processos, a produção agrícola e, conseqüentemente, a rentabilidade são prejudicadas pelos desarranjos do frágil equilíbrio entre os diversos componentes. Por exemplo, sem incentivos governamentais, há dificuldades em adquirir crédito e implementos; sem implementos, o trabalho torna-se impraticável; sem demanda, a produção é enormemente desvalorizada.

As vulnerabilidades inerentes à monocultura moderna têm agora uma longa história a ser estudada e compreendida. Elas incluem um grau sem precedentes de suscetibilidades à doença, à depredação e às explosões populacionais de pragas; uma elevada instabilidade total do sistema; uma tendência constante do administrador humano em se arriscar por lucros de curto prazo, incluindo a aração do solo [...]; uma dependência dos insumos químicos que muitas vezes têm sido altamente tóxicos aos humanos e a outros organismos; uma dependência de importações de regiões distantes para manter o sistema local funcionando; e, finalmente, uma demanda por capital e conhecimento aos quais cada vez menos agricultores individuais poderiam obter (WORSTER, 2003 p. 23, 24).

À primeira vista, as atividades agrícolas da microbacia do ribeirão dos Sinos ainda parecem marcadas por traços de rusticidade, porém, detalhes compartilhados pelo engenheiro agrônomo da Casa da Agricultura revelam que os processos envolvidos na produção são mais complexos do que aparentam. Além dos ciclos naturais das chuvas e das secas que interferem no desenvolvimento dos pastos, a criação do gado depende das variações nos preços e de novos insumos como o sal proteinado, que facilita o trato dos animais. A compra e a venda dos animais são determinadas pelos preços ofertados pelo mercado. É necessário ter estratégia para negociar, como podemos perceber na seguinte fala: “*Se você fica apertado, ‘ah, eu preciso vender’, aí, você vai vender pelo preço que o outro quer pagar. Quando você não está assim, você vai ficar esperando: ‘olha, o preço está bom, eu vou vender’*” (entrevistado 8).

Da mesma forma, o cultivo da cana-de-açúcar também envolve uma cadeia sofisticada de produção. O engenheiro agrônomo conta que os trabalhadores rurais começaram a se especializar em diferentes etapas da produção. Há os arrendatários que fazem o plantio e o trato, há os que fazem só o corte e outros somente o carregamento e o transporte. Praticamente todos os proprietários terceirizam os serviços, pois não é mais possível cuidar de todas as etapas sozinhos.

Antigamente, cada um pegava os seus 5, 8, 10, ia lá, punha em cima da caminhonete, cortava, colocava no caminhãozinho, e levava. O pessoal tinha carregadeira de cana. Hoje, não compensa você fazer isso. Você vai numa usina hoje com 12, 15 toneladas de cana, dá prejuízo. Tem que botar numa carretona que leva 50, 60 toneladas de uma vez. Porque ele enfrenta a fila de uma vez só, a viagem é uma só, o motorista é o mesmo. E já leva três carretas de cana de uma vez só. Então, tem uma equipe, né, o cara tem uma equipe que tem um ou dois ônibus que cortam cana e ele faz contrato com a usina, recebe da usina, normalmente. Ele combina por tonelagem de cana (entrevistado 8).

O preço da cana, a ser pago ao produtor, é calculado a partir da ATR (Açúcar Total Recuperável), valor numérico obtido por meio da medição do teor de sacarose de amostras da

cana feita pelo laboratório da usina compradora da safra. Quanto maior o teor de sacarose, maior o valor da ATR. A quantidade produzida é multiplicada pelo valor da ATR, resultando no preço. Porém, segundo ele, a ATR varia constantemente. Por isso, o preço da cana depende do dia em que a usina recebe a produção.

Segundo José de Souza Martins (1975), a definição dos preços agrícolas por setores da política e da economia tem privado o pequeno produtor do conhecimento do preço final de seu produto. Essa fixação não respeita necessariamente o ciclo agrícola e a necessidade de previsão. Desse modo, o produtor não tem como prever o que vai receber para fixar os custos e, assim, associar produtividade e rentabilidade.

O engenheiro agrônomo também nos disse que o arrendamento das terras para o cultivo da cana é feito a partir de uma média histórica de produtividade da região, no caso, 200 toneladas por alqueire. O proprietário que cede as terras recebe 20% da produção, em torno de 40 toneladas por alqueire. Independentemente das terras serem mais ou menos férteis, a proporção da remuneração é sempre 20%.

José de Souza Martins explica a lógica da exploração capitalista da terra:

Como o capital tudo transforma em mercadoria, também a terra passa por essa transformação, adquire preço, pode ser comprada e vendida, pode ser alugada. A licença para a exploração capitalista da terra depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda da terra. [...] A apropriação capitalista da terra permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola, se torne subordinado ao capital. A terra apropriada opera como se fosse capital; ela se torna equivalente de capital e, para o capitalista, obedece a critérios que ele basicamente leva em conta em relação aos outros instrumentos possuídos pelo capital (MARTINS, 1980b, p. 206, 207).

Além da terra, os seres vivos foram transformados em equivalentes de capital, em mercadorias, em meros recursos. Com isso, as atividades rurais típicas dos sítios, como as pequenas hortas sem uso de agrotóxicos e para pronto consumo e as pequenas criações com animais soltos, que ainda povoam um imaginário de uma vida rural bucólica e idílica, dão lugar às atividades agroindustriais de grande escala, como as grandes monoculturas e os grandes confinamentos. Paul Singer descreve com perspicácia o processo de incorporação da lógica industrial às criações de animais.

As grandes empresas e os que com elas precisam competir não estão preocupados com qualquer senso de harmonia entre as plantas, animais e natureza. A criação de animais é competitiva e os métodos adotados são os que reduzem custos e aumentam a produção.

Portanto, a criação de animais, agora, virou a “criação industrial de animais”. Os animais são tratados como máquinas, que convertem forragem de baixo preço em carne de preço elevado, e qualquer inovação será utilizada, caso resulte numa “taxa de conversão mais barata” (SINGER, 2004, p. 110).

No caso das granjas, essas características são mais evidentes. De fato, isso permanece oculto pelas grandes construções de alvenaria. Porém, o interior das granjas revela o confinamento e a superpopulação. Diversos artifícios são utilizados para maximizar o lucro. Um entrevistado disse que uma empresa foi multada pois costumava injetar água na carne de frango para aumentar a massa e, conseqüentemente, a rentabilidade. Segundo ele, hoje em dia a atividade compensa se estiver “integrado” a grandes empresas.

A atividade de granja até que está compensando. Integrado é bom, não tem como ficar ruim. Se tocar por conta não dá conta, fali. [...] Eles dão os pintinhos, a ração e os remédios, aí eu só trato deles e eles pagam uma porcentagem. Aí, você não precisa se preocupar em vender o frango. Depois de 20 dias eles levam (entrevistado 2).

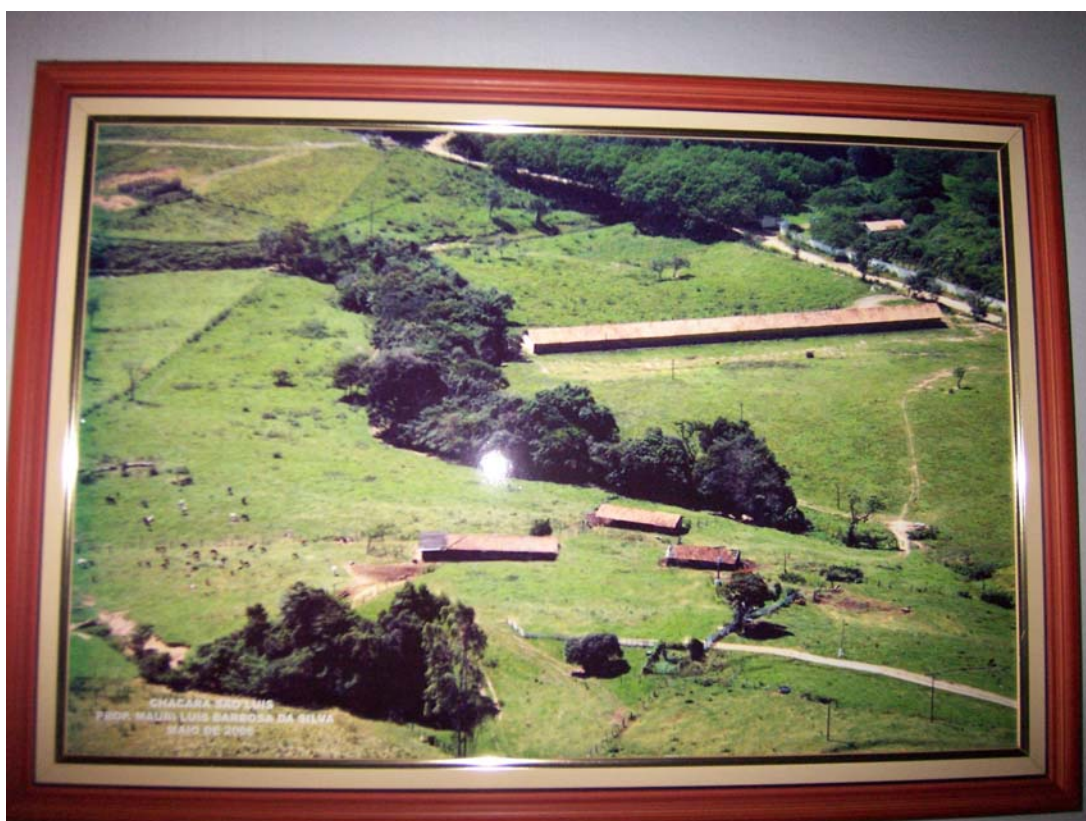


Figura 13 - Foto aérea de uma das granjas da microbacia do ribeirão dos Sinos (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2009)

Entrevistamos uma proprietária estrangeira, suíça, produtora de macadâmias, residente em Ipeúna há cerca de duas décadas. Evidentemente, esse tipo de atividade agrícola, que exige técnicas especializadas de cultivo e é focada num nicho de mercado específico causa um certo estranhamento entre os pequenos produtores tradicionais, acostumados com atividades mais convencionais e mais difundidas no interior paulista. Ela faz parte de uma associação dos plantadores de macadâmias que centraliza a produção de mais de 80 fornecedores nos Estados de São Paulo e Minas Gerais e que possui uma fábrica que abre as nozes, embala a vácuo e destina o produto final para os Estados Unidos. O cultivo para exportação torna a proprietária sujeita às variações cambiais e à concorrência com outros países que se destacam na atividade, principalmente a África do Sul. Ela disse que, por causa da queda do dólar, está tendo dificuldades para vender a produção. Há trabalho o ano todo. É necessário adubar, podar, pulverizar as árvores com inseticida na época da florada e contratar empregados temporários na época da colheita.

Segundo Suzuki (2007a), o processo de modernização da agricultura alcançou o seu ápice com os complexos agroindustriais. A plantação de cana, a criação de gado e galinhas e o cultivo de macadâmias estão inseridos em cadeia produtivas de grandes usinas, grandes frigoríficos e de uma organização centralizadora, respectivamente. Contudo, esses produtores não fazem parte de uma grande agroindústria, são autônomos. Sua função na cadeia produtiva é, basicamente, abastecer com matérias-primas as grandes indústrias ou entrepostos comerciais.

Em uma das microbacias vizinhas à do ribeirão dos Sinos, encontra-se a Citrograf, um gigantesco viveiro para produção “industrial” de mudas de citros. Trata-se de grandes investimentos financeiros e tecnológicos no campo, uma construção que se destaca nas vistas panorâmicas. Agendamos uma visita a suas instalações e entrevistamos um responsável técnico. Há grandes muros protegendo a propriedade e, ao fundo, destacam-se as grandes estufas brancas. Na entrada, há um rigoroso controle de patógenos para evitar contaminações. Os veículos são pulverizados com uma substância asséptica e os pedestres precisam fazer assepsia das mãos e dos calçados. Os funcionários precisam usar um uniforme esterilizado durante o manuseio das mudas. Segundo o técnico, o local foi escolhido por causa do isolamento geográfico e ausência da cultura de citrus. A serra de Itaqueri funciona como um fator de isolamento contra agentes infecciosos. A principal preocupação é evitar a contaminação da produção. Esse processo de produção pode ser considerado o ápice de uma industrialização da agricultura. Os investimentos e os rendimentos

são elevados; a mão-de-obra é especializada, treinada, permanente e formal (com carteira assinada); há uma forte atividade de pesquisas na empresa para melhoramento genético, controle de pragas e doenças etc., o que resulta num produto de alto valor agregado; o preço final é fixado pela própria empresa; o controle de qualidade é rígido, todas as mudas são clones de matrizes selecionadas, o que garante a padronização das mudas; há um serviço de suporte técnico pós-plantio; e há projetos de expansão da produção.



Figura 14 - Foto aérea da Citrograf (*Site da CITROGRAF*, www.citrograf.com.br, 2009)

A lógica industrial implantou na agricultura o tempo linear do relógio e da produção, tentando substituir ao máximo o tempo cíclico baseado nos fenômenos naturais. Além disso, a implementação de complexos agroindustriais ampliou a dificuldade de caracterizar o campo como o lugar tradicional das atividades do setor primário da economia (SUZUKI, 2007b, p, 13). No Brasil, a atividade agrícola, que praticamente dominou a economia até o final do século XIX e início do século XX, passou a dividir espaço gradativamente com o setor industrial e, mais

recentemente, com o setor de serviços. Esses outros setores penetraram no campo, espaço tradicionalmente destinado à agricultura. Com isso, a diminuição crescente da importância da agricultura no quadro geral da economia (WILLIAMS, 1989, p. 256) gerou pressões cada vez maiores sobre o pequeno produtor.

De acordo com Zaoual (2003, p. 102), as mais recentes e adiantadas pesquisas em economia e em gestão indicam que os valores, as estruturas cognitivas e os sistemas de representação têm um papel fundamental no desempenho econômico. Em Ipeúna isso fica muito claro. Proprietários provenientes de outras cidades e que têm uma experiência em outras áreas como a industrial, possuem outras perspectivas sobre o que desenvolver em suas propriedades.

Achar uma atividade, na minha opinião como industrial, você tem que escolher uma coisa onde você não produz matéria-prima, você produz produto acabado ou semi-acabado para agregar valores. Por exemplo, vamos dizer, não sei se é possível fazer aqui. Você faz uma produção de rã, por exemplo, ou você faz, em vez de plantar eucalipto e vender a floresta em pé, você transforma em carvão para vender na cidade ou vender à siderúrgica, por exemplo. É uma coisa totalmente diferente. Não é só vender matéria-prima, é fazer um produto. Aí, você faz coisa rentável. Por exemplo, cana. Chegamos à conclusão de que não compensa. Pelo tamanho de nossas terras ou semi-intensivo. Eu visitei uma fazenda em Minas, um sítio pequeno, mas tem junto um alambique, por exemplo. Você não planta mais cana. A sua atividade engloba plantação de cana, mas torna um produto depois. Você tem um produto com valor muito mais agregado do que a cana. Então, o tempo vai me dizer o que eu faço com isso (entrevistado 6).

Já os pequenos produtores estão encontrando grandes dificuldades para adaptar o seu modo costumeiro de produzir à nova realidade ou para aprender novas maneiras de desenvolver o trabalho no campo. Essas mudanças na conjuntura tecnológica e econômica geram um contexto de estagnação e declínio das atividades.

[...] na minha idade, acho que não tem o que mudar. Porque, vamos supor, eu estava no leite, mudei para cana. Não quero mais voltar a tirar leite. A cana está resultando pouco? Está. O leite resulta menos e vai dar mais compromisso. Então, acredito, não estou pensando em mudar não. Uma horta, a gente não tem prática. Deixando o que a gente conhece para entrar em outra coisa, aí, complica. Não tenho idéia de mudar não. Pouco por pouco, fico no que está (entrevistado 1).

Eu já tenho certa idade, não tenho mais vontade de investir nesse ramo não. Já faz 50 e poucos anos que eu tiro leite. Não está compensando mais. Eu estava pagando

800 para meu filho, mas por fora ele estava ganhando 1500. Está desse jeito. Tem muitas propriedades que você não está conseguindo tocar, está difícil a coisa na zona rural. Eu nasci debaixo da vaca, não tem jeito de sair dela. Desse jeito, a coisa a cada ano está mais difícil (entrevistado 16).

Há também uma crise de identidade do trabalhador rural uma vez que sua atividade é desvalorizada pelo senso comum, ou seja, não é uma ocupação que traz *status*, pelo contrário, geralmente, representa desqualificação, rudeza, falta de cultura e erudição. O processo de divisão e especialização do trabalho também ocorre no campo, transformando o contexto socioeconômico. De acordo com Suzuki (2007b), a separação entre o trabalho mental e o braçal, entre a administração e a execução, entre a política e a vida social desvalorizou o trabalho rural tradicional e enalteceu a capacitação técnica.

As tendências do mercado têm gerado perspectivas desanimadoras no setor agrícola, o que estimula a busca por outras formas de ocupação profissional, que não sejam tão cansativas e proporcionem melhor remuneração. Isso tem conduzido muitas pessoas ao abandono da vida no campo (ALMEIDA; HOEFFEL; QUEDA, 2008, p. 71).

Entrevistamos uma professora, de família tradicional, que mora em Ipeúna e trabalha em Rio Claro. Ela havia assumido a responsabilidade de cuidar da propriedade rural de seu pai, que havia se dedicado à atividade agrícola durante a maior parte da vida, e encontra-se doente. A propriedade encontra-se arrendada e distanciada da rotina familiar. Reparamos que, tradicionalmente, mulheres não “tocam” a propriedade rural, herança da organização patriarcal muito comum nos agrupamentos de caipiras, acaipirados e imigrantes.

Em Ipeúna, notamos que o patriarcado foi a base das relações de gênero, assim como na cultura caipira (CÂNDIDO, 1979). É sempre o homem que aparece como o dono da propriedade, como administrador, como trabalhador. Normalmente, as herdeiras deixam suas propriedades para serem cuidadas pelos maridos, filhos, sobrinhos etc., ou cedem as terras para arrendamento e costumam não acompanhar muito as atividades. Normalmente, quando um homem fala, a mulher permanece calada. As mulheres mais idosas são donas de casa. As mulheres mais jovens passaram a ocupar postos de trabalho na sociedade, em cargos públicos, lojas, comércios etc. Essa mudança constituiu um importante fator para mudanças nas relações tradicionais de gênero.

Para essa entrevistada, a propriedade havia se tornado mais um fardo do que uma posse valiosa. Mesmo arrendada, a propriedade continua exigindo um acompanhamento constante, principalmente por causa dos roubos de gado e das queimadas criminosas. Além disso, o fato dela

ter experienciado frustrações e dificuldades causadas pela dependência em relação às tendências da economia de mercados resultou num desgosto pela atividade rural.

Quando eu nasci, meu pai já tinha essa propriedade. Ele a adquiriu há uns 60 anos. No momento, nós arrendamos para uma pessoa de Rio Claro criar gado. É um pasto. Não tem mato. Isso só na beirada do riozinho que tem lá. Na verdade, eu não conheço muito. Faz anos que eu não vou lá. A gente está meio perdido. Não sabemos o que fazer com a propriedade. Meu filho fala que talvez toque, crie gado. Está muito ruim, dando prejuízo. Também tem um pedaço com cana. É o Zamboni que planta lá. A renda do meu pai vem do arrendamento das terras para cana. A gente tem medo por isso. A gente tinha um pomar de laranjas que era uma beleza. Eles dão um adiantamento e depende da economia. Meu pai precisou vender trator e todo o gado do pasto, na época de crise. Não tinha dinheiro nem para comprar alimentos. Por isso, a gente tem medo de lidar com isso. Não fale mais laranja em casa, que você apanha. Foi uma quebra muito forte. Foi vendida por um preço, aí, o preço despencou. Teve mais gente que passou por essa situação. A maioria acabou com tudo naquela época (entrevistada 22).

Para alguns pequenos produtores e proprietários residentes em cidades vizinhas como Rio Claro que passaram a arrendar suas terras, a remuneração recebida funciona como uma renda complementar. Para os primeiros, a propriedade funciona como um investimento. Os últimos concluem que o arrendamento compensa, pois “não gera trabalho e é só sacar o dinheiro no fim do mês”.

A economia familiar almeja o emprego permanente e a renda regular como garantias sobre um patamar de segurança e, conseqüentemente, sobre um futuro assegurado, no qual aumentam as possibilidades de satisfazer as aspirações (BOURDIEU, 1979). Devido a isso, em Ipeúna, tornou-se comum o exercício de trabalhos típicos do meio urbano concomitantemente com a dedicação a atividades típicas do meio rural. Nas palavras de um proprietário: “*Eu trabalho com vigilância, mas frango é complicado porque vive de resultados, né. Quando está bom, pagam bem. [...] A granja rende mais, mas na profissão de vigilante eu tenho renda todo o mês (entrevistado 20)*”. Não há dependência exclusiva da renda gerada na propriedade rural, mas também não se deixa de obter algum rendimento. Portanto, a rotina de trabalho para muitas famílias consiste numa dupla jornada: a atividade profissional desempenhada na cidade, nos dias úteis e horários comerciais, como principal fonte de rendimentos; e a atividade agropecuária, nos fins de semana ou em horários fora do expediente, como fonte complementar de rendimentos.

Alguns proprietários afirmaram que, atualmente, a propriedade rural é mais onerosa do que rentável. E a atividade rural é assumida mais como um hobby do que como uma atividade geradora de renda. A propriedade rural não é mais a principal fonte de renda dos ipeunenses. E isso é um acontecimento generalizado. Segundo o engenheiro agrônomo da Casa da Agricultura,

Não é a fonte principal de renda. Essa é uma questão da região nossa aqui. Esse é um problema regional. As pessoas que têm propriedade aqui têm propriedades pequenas e as famílias deveriam sobreviver só da renda da propriedade. Então, o que aconteceu? O pessoal veio para a cidade, eles estão morando aqui. Aí, um filho é funcionário da prefeitura, o outro é professor, o outro faz não sei o quê, o outro montou um comércio. E tem a propriedade rural. Só que devido à atividade, no caso de cana, por exemplo, quando a propriedade é pequena e o cara resolveu se desfazer de todos os seus maquinários, trator, essas coisas, ele acaba arrendando sua propriedade para outra pessoa tocar. Então, a gente tem, por exemplo, nessa microbacia de baixo aqui, que eu trabalhei, tem muitas propriedades que são arrendadas. Às vezes, tem um produtor que tem uma propriedade de 10 alqueires, mas ele tem mais 50, 60, 70 alqueires arrendados. 20 de um, 5 do outro, 10 do outro. Entendeu? Os que continuaram na atividade acabam arrendando dos outros porque não compensa ter um trator para 10 alqueires. Tem que ter um trator, no mínimo para 50 alqueires. Então, não compensa o investimento. Uma máquina boa, hoje em dia, custa 120, 130, 150 mil para trabalhar na área de cana. Não dá para trabalhar com tratorzinho (entrevistado 8).

Esse processo de transição da renda da pequena agricultura para o grande capital (MARTINS, 1980a, p.51) também significa, entre outras coisas, retirar do homem do campo a capacidade de fundar seu modo de vida na produção da terra (ALMEIDA; HOEFFEL; QUEDA, 2008, p. 69).

Os defensores do agronegócio enfatizam seus potenciais benefícios.

O setor que mais se destaca no desenvolvimento do Brasil no século XXI é o agronegócio, atividade que tem sido responsável pela manutenção econômica do país, através da geração de empregos, desenvolvimento e implementação de novas tecnologias no campo, aprimoramento de pesquisas técnicas e científicas que permitem a conquista de novos mercados, internos e externos (ISLER, OLIVEIRA, [200-], p. 23).

Porém, a maximização dos lucros não pode confundir-se com a do bem-estar da sociedade (ZAOUAL, 2003, p. 44). Os pressupostos de que “o comércio pode melhorar a situação de todos” e “os mercados são, em geral, uma boa forma de organizar a atividade econômica³⁴” (MANKIWI,

³⁴ Dois dos dez princípios da economia.

2008), que constituem princípios gerais da economia, não necessariamente geram tais benefícios em todas as situações. Seria preciso um alto nível de organização e articulação. Entretanto, isso ainda não conseguiu ser posto em prática. Pelo contrário, a monocultura especializada e direcionada apenas para o mercado também foi responsável por desestruturar as formas tradicionais de agricultura familiar (PORTO-GONÇALVES, 2004). No estabelecimento de uma ordem capitalista na agricultura, não é um paradoxo a coexistência do aumento de produção com desemprego generalizado e miséria substancial (WILLIAMS, 1989, p. 249). Fala-se de uma agricultura sem agricultores como perspectiva futura (PORTO-GONÇALVES, 2004). Essa é a realidade para a qual os defensores do agronegócio não querem olhar e, muitas vezes, procuram ocultá-la. Os pequenos produtores rurais de Ipeúna são exemplos das nocivas conseqüências sociais da expansão de um modelo de produção agrícola instituído sem permitir uma adequada adaptação da economia local à realidade econômica global.

A vida do pequeno agricultor segue desnordeada por causa da limitada margem de lucro, insuficiente para equilibrar a balança entre os gastos em dinheiro advindos do consumo familiar e as vendas (CÂNDIDO, 1979). O pequeno produtor rural ipeunense não vive em situação de pobreza ou miséria, porém, sua situação financeira é sempre instável e sua expectativa em relação ao futuro é pautada pela incerteza.

A regulação da agricultura pelos mecanismos de mercado é criticada por sua insuficiência.

Essa regulação é necessária ou, como pretende o pensamento hegemônico, essa função reguladora deve ser deixada aos automatismos do mercado? Ora, como é sabido, a racionalidade do mercado é uma racionalidade parcial. Isto significa que ela é determinada pelo que é conveniente aos interesses do agente implicado em determinada decisão, não existindo nenhuma razão que permita deduzir que da soma dessas racionalidades individuais surgirá a racionalidade global. Assim, é do interesse de cada capital substituir trabalhadores por máquinas, visando a diminuir custos e aumentar a produtividade. Essa conduta, estritamente racional do ponto de vista dos interesses de cada fração do capital, redundará numa diminuição global do emprego e, conseqüentemente, numa diminuição da demanda efetiva. Na ausência de políticas compensatórias promovidas pela instância pública, a projeção dessa situação é a de um parque produtivo progressivamente automatizado e, de outro lado, de massas de desempregados. E, de novo, na ausência de um poder regulador capaz de estabelecer formas de distribuição da riqueza produzida não mediadas pelo mercado, a perspectiva é a convivência de quantidades fantásticas de mercadorias e de massas humanas desprovidas dos recursos necessários para consumi-las (PLASTINO, 1996, p. 123, 124).

A segurança alimentar, uma das conquistas da humanidade por meio da agricultura (PORTO-GONÇALVES, 2004), não é mais função da agricultura em Ipeúna. O fato de

praticamente tudo precisar ser comprado foi lamentado por um morador. Praticamente não há mais aquela parcela da produção destinada à subsistência, ao autoconsumo, popularmente, “para o gasto”. São pouquíssimos os resquícios.

Eu lembro, quando eu era criança, tinha um pomar e tinha um monte de variedade de fruta. Aqui em Ipeúna, na época não tinha nem supermercado. Então, era local que você falava assim: vou comprar manga. Nego dava risada se você falasse que ia comprar manga. Ninguém comprava. Todo mundo tinha. E a maioria das sedes de fazenda tinha. Tinha pé de bambu que o pessoal usava muito para fazer cercas. [...] Eucalipto o pessoal plantava. Tinha horta, pomar essas coisas. Hoje, se você vai numa propriedade aí, olha... dá pra apostar que não tem. O pessoal de hoje, que não tem esse costume. Empregado não planta nada, só tira da propriedade, não planta nada (entrevistado 8).

Com o desaparecimento dos recursos alternativos ao mercado e a transformação da vida camponesa em vida urbana, a obtenção de renda tornou-se o único e universal meio de satisfação das necessidades e o trabalho tornou-se atividade cuja finalidade é a obtenção de um salário. A competitividade e as exigências do mercado de trabalho limitam as possibilidades de escolha dos trabalhadores, principalmente, sem um nível mínimo de escolaridade. Instrução passou a significar liberdade de escolha do trabalho num mundo competitivo e também distanciamento de situações em que o trabalho é que escolhe o trabalhador. Isso produz diferenças sociais e uma distribuição desigual das possibilidades de êxito social. Além disso, os trabalhadores qualificados possuem grandes vantagens em relação aos trabalhadores sem qualificação (BOURDIEU, 1979).

A gente sabe que o único caminho é estudar, para não ficar que nem a gente, do mato. [...] Outra coisa. A gente não tem estudo, não correu atrás de tecnologia. Tem que ter dinheiro, tem que ter tempo, tem que persistir. E a gente sempre aprendeu a mexer com leite, mexer com cana, nunca saiu disso. Nunca saiu de cima de caminhão, trator. Hoje tem que ter tecnologia para melhorar (entrevistada 9).

A imposição dos valores da sociedade contemporânea no que diz respeito à educação promoveu uma hierarquização entre os diversos modos de capacitação. A aptidão e os conhecimentos empíricos necessários para o desempenho do trabalho rural foram desvalorizados em favor da valorização de uma trajetória desde a pré-escola até o ensino superior.

O sistema pedagógico moderno fez inflexões no sentido do sistema capitalista, submetendo-se às diretrizes da sociedade do trabalho e da sociedade científica e tecnológica (GHIRALDELLI, 2002). De acordo com Marrach,

A retórica neoliberal atribui um papel estratégico à educação e determina-lhe basicamente três objetivos: 1) Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou as necessidades da livre iniciativa; 2) Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários; 3) Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática (MARRACH, 2002, p. 46).

De fato, na conjuntura atual, o acesso ao ensino formal é um fator determinante para o aumento das probabilidades de um indivíduo obter vantagens e uma situação confortável na sociedade. As pessoas estão sempre se capacitando, mesmo que informalmente, a realizar os mais diversos tipos de atividades. O ensino formal como modo de capacitação dominante tem as ciências como base de seu conteúdo. Além disso, as mídias tornaram-se veículos importantíssimos para a divulgação de informações e mensagens.

Segundo Almeida, Hoeffel e Queda (2008), a maneira como as pessoas pensam a propriedade rural depende das informações que elas recebem a seu respeito. As mensagens veiculadas pelos grandes veículos de comunicação de massa normalmente estão de acordo com a ordem social que privilegia o acúmulo de capital e um imaginário urbano sobre o mundo. Com isso, o proprietário rural passa a ver a si mesmo como pobre e a sonhar com “o moderno” porque vê nele a sua libertação e a satisfação de suas necessidades básicas. A propaganda estimula esta visão: a modernização como redentora. Porém, os danos que ela quase sempre acarreta não costumam ser divulgados, permanecem ocultos pelo silenciamento.

A situação atual, na qual a pequena produção agrícola é quase inviável, pode ser considerada uma crise. Não só uma crise como um período de recessão, mas sim, um declínio e uma cessação definitiva dos modos tradicionais do povo ipeunense lidar com a terra. Uma vez que a maioria dos filhos dos pequenos produtores reside e trabalha nas cidades, não há quem dê continuidade ao seu trabalho rural.

Contudo, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos agricultores ipeunenses, há persistência na atividade rural e não se deve à influência de fatores econômicos. Por exemplo, uma entrevistada de origem estrangeira revelou as motivações para permanecer no Brasil: “*E o que me segura aqui são a gente que quer trabalhar, sol, chuva e a liberdade. Isso é o que me*

segura aqui (entrevistada 17)”. Ou seja, coisas que, em sua percepção, não são comuns no contexto de sua terra natal.

O gosto pelo trabalho também faz com que o pequeno produtor continue no campo. Os dois fatores principais para que muitos dos pequenos produtores continuem a desempenhar suas atividades são o costume e o gosto. Na maioria dos casos, um fator não apareceu dissociado do outro. Devido à idade, aos riscos e ao esforço necessário para empreender uma nova atividade, à força do hábito e da rotina, a atividade costumeira é vista como a opção mais segura, apesar das condições econômicas desfavoráveis e do desgaste físico. Apesar disso, o gosto pelo trabalho rural apareceu como um forte motivo para a continuidade do mesmo. A relação íntima que o ser humano constrói em relação à sua propriedade e ao seu trabalho não é algo simples, mas o resultado de uma longa experiência. Por isso, em alguns casos, essa relação é capaz de produzir um poder de influência equivalente ou maior que as variáveis econômicas.

A influência dos pais agricultores é fundamental para estimular vivências e experiências que tornam o campo e as atividades agrícolas mais familiares aos seus filhos e, assim, cultivar o gosto pelo rural. Dessa forma, caso os filhos desenvolvam uma afeição pela propriedade, poderiam decidir mantê-la em sua posse, como uma chácara de lazer para rememorar a história da família.

A situação presente é complexa, não é algo simples para analisar. Embora as paisagens rurais da microbacia do ribeirão dos Sinos ainda conservem boa parte da conformação e das características rurais, contexto atual é de instabilidade. As tensões sociais causadas pela crise do trabalho nas pequenas propriedades rurais e o declínio das atividades agrícolas tradicionais bem como os costumes locais e o gosto pelo rural criam condições tanto para que as propriedades sejam vendidas e destinadas a novos usos quanto para que sejam mantidas e fragmentadas no processo de repartição das heranças.

5.2.1.2 Problemas ambientais

A conformação das paisagens da microbacia do ribeirão dos Sinos dá uma impressão de um relativo estado de conservação ambiental para aqueles que não são especialistas em botânica, ciências florestais, biologia, ecologia, entre outras especialidades. A serra de Itaqueri, o morro da Gurita e os fragmentos florestais esparsos constituintes das áreas de proteção permanente e

reserva legal das pequenas propriedades contrapõem-se às visões dos “desertos verdes”, extensas áreas monoculturais que criam paisagens uniformes. De acordo com as informações obtidas de diversas fontes, os principais fatores que impediram a microbacia do ribeirão dos Sinos de adquirir a aparência de um “deserto verde”, além da complexa dinâmica sociocultural que buscamos compreender, foram: a existência de pequenas propriedades autônomas, o relevo acidentado e a baixa qualidade dos solos. As pequenas propriedades criam o efeito de mosaico nas paisagens rurais devido à descontinuidade das atividades desenvolvidas. A dificuldade de acesso a muitos locais da microbacia devido ao relevo acidentado também constitui um empecilho à instalação de atividades agrícolas de grande escala. Muitos entrevistados disseram que a maior parte dos solos da microbacia são arenosos e pobres, nos quais não é fácil “fazer alguma coisa ir para frente”. Por meio das visitas a campo, verificamos a existência de sérios problemas ambientais que não ficam evidentes a partir de uma observação superficial, decorrentes principalmente da supressão da vegetação original e intensa exploração agropecuária.



Figura 15 - A serra de Itaqueri (*Site* da POUSADA DA SERRA, www.pousadadaserra-ipeuna.com.br, 2009)

Transformar um ecossistema em um agroecossistema necessariamente implica em perdas de diversidade biológica, de volume e qualidade dos solos, entre outras. Historicamente, o fogo teve um papel muito importante ao proporcionar um maior rendimento no processo de conversão dos ecossistemas naturais em áreas agricultáveis (PORTO-GONÇALVES, 2004). Porém, o desgaste inevitável dos terrenos terminava por privar os agricultores de vantagens efêmeras adquiridas com a retirada das matas (PADUA, 2002, p. 176).



Figura 16 - O morro da “Gurita” e fragmentos florestais (Foto: Laila Fraccaro, 2008)

O modelo industrial de agricultura, baseado na exploração da terra pelo capital e nas tendências da economia de mercados, produz uma cadeia de impactos ambientais que forma uma espiral descendente:

O manejo inadequado e a diminuição dos teores de matéria orgânica nos solos levam à degradação de sua estrutura física e, conseqüentemente, facilitam os processos de erosão e desertificação. [...] Os solos erodidos exigem mais fertilizantes, que nem sempre conseguem suprir adequadamente as necessidades nutricionais das plantas, tornando-as

mais suscetíveis ao ataque de pragas e doenças; dessa forma, os agricultores passam a aplicar doses crescentes de agrotóxicos. Mas esses produtos eliminam também os inimigos naturais das pragas, facilitando a proliferação de insetos, ácaros, fungos e bactérias, principalmente nos sistemas monoculturais. Além disso, dificilmente os agrotóxicos conseguem eliminar toda a população de pragas, permitindo que os indivíduos sobreviventes tornem-se mais resistentes a esses produtos (EHLERS, 1999, p. 90).

Os pequenos produtores utilizam com freqüência herbicidas e inseticidas em suas atividades. Dizem que realmente é necessário para viabilizar o plantio. Predomina a visão agrícola que privilegia apenas a espécie de interesse econômico em detrimento de todas as demais. Para eles, cultura é o que se deve plantar e erva daninha exterminar. As detestáveis ervas daninhas são, na realidade, os vegetais que restam da mata nativa (WILLIAMS, 1989, p. 319-320) e tentam se restabelecer no agroecossistema. Originalmente, os ecossistemas são biodiversos (e os brasileiros em especial destacam-se entre os mais ricos em biodiversidade). Entre as várias vertentes da chamada agricultura sustentável, praticamente todas expressam a necessidade do estabelecimento de novos padrões produtivos que não agridam o ambiente e que mantenham as características dos agroecossistemas por longos períodos (EHLERS, 1999, p. 120). Na microbacia do ribeirão dos Sinos, os problemas ambientais emergentes evidenciam a insustentabilidade ecológica dos sistemas de produção lá desenvolvidos.

Geralmente, os problemas ambientais mencionados pelos pequenos proprietários dizem respeito a obstáculos ao desempenho de suas atividades produtivas. E os problemas apontados por proprietários de chácaras de lazer dizem respeito às conseqüências negativas das atividades agropecuárias e ao comprometimento da qualidade ambiental. De modo geral, os problemas citados mais freqüentemente foram a escassez de água, as queimadas, o uso de agrotóxicos, os estragos causados por javalis e os processos de erosão e assoreamento. Um aspecto comum a todos os proprietários foi a forte tendência para não apontar problemas ambientais causados por atividades vinculadas à própria conduta. Por exemplo, o plantador de cana-de-açúcar reclamou dos javalis e da fiscalização ambiental, deixando de mencionar, os problemas decorrentes do uso de agrotóxicos ou das queimadas. Outra postura semelhante foi a de culpar ou responsabilizar outros atores sociais, principalmente os agricultores, por alguns danos ambientais. Assim, alguns proprietários procuraram isentar-se da co-responsabilidade pelas atividades desenvolvidas em suas propriedades.

Segundo alguns pequenos produtores, a escassez de água tem prejudicado ou mostra-se potencialmente prejudicial à produtividade agrícola. E isso tem provocado um movimento inverso ao da supressão das matas. Em geral, a escassez de água apareceu associada ao desmatamento. Alguns pequenos produtores estão passando a reconstituir e restaurar áreas degradadas não somente para satisfazer as exigências legais, mas para recuperar nascentes e, assim, gerar um volume maior de água disponível. Um pequeno proprietário afirmou que “*a riqueza de uma propriedade é a água (entrevistado 13)*”.



Figura 17 - O pequeno fragmento florestal que aparece do lado esquerdo foi constituído com objetivo de aumentar a vazão das nascentes (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2009)

Outro proprietário, do pequeno sítio da foto acima³⁵, demonstrou um nível de preocupação maior em comparação aos demais. Ao perguntarmos sobre quais seriam os problemas da região sem nem sequer qualificarmos a expressão com “ambientais”, a resposta imediata foi: a falta de água. Ele, então, mostrou o pequeno fragmento florestal que havia

³⁵ O sítio corresponde à porção de terras com maior concentração de árvores. Há uma estrada que marca o limite com outras propriedades, como é possível notar na figura 17.

reconstituído em sua propriedade e as ações que vinha desenvolvendo para lidar com o problema. Ele disse: “*Árvores a gente já está plantando. A idéia é reflorestar mais para ter mais água, senão não tem água. Quanto mais floresta, mais água. Porque a gente se interessa pela água, não pelo pasto. Tem que aumentar a água (entrevistado 2)*”. A principal suposição foi de que tamanha preocupação devia-se aos prejuízos existentes ou potenciais à sua granja.

Ocorrências de queimadas e incêndios, propositais ou acidentais, não são fatos raros. O fogo tem sido um dos fatores que produz rápidas e drásticas alterações nas conformações das paisagens. Reclamações em relação às queimadas foram feitas principalmente pelos proprietários de chácaras de lazer, que, no discurso, tendem a ser mais exigentes em relação às condições ambientais. Um deles disse que é comum o uso do fogo para “limpar” o terreno, o que seria um costume do povo nativo. Incêndios pontuais, criminosos ou acidentais, provocam estragos consideráveis; mas, na sua opinião, o maior problema é a queima da cana.

Essa é uma crítica comum dos proprietários que não trabalham com esse ramo de atividade. Para aquele que depende do cultivo da cana, a opinião pessoal parece estar desvinculada das ações recomendadas pelas instâncias superiores da cadeia produtiva. Há uma espécie de ilusão protetora do sistema: a idéia de que não é o capitalismo que nos está prejudicando, e sim os aspectos mais visíveis e mais facilmente isoláveis da vida cotidiana (WILLIAMS, 1989, p. 137). Em outras palavras, as estruturas e os mecanismos objetivos do sistema são vivenciados pelas dificuldades imediatas enfrentadas na vida cotidiana. Pessoas e situações individuais são alvos de revolta, e não o sistema (que precisaria ser transformado) (BOURDIEU, 1979). O proprietário rural aparece como o sujeito responsável pelos danos ambientais sem que haja uma crítica ao sistema como um todo, que estimula e, muitas vezes, exige a prática de ações prejudiciais ao ambiente. Um proprietário, produtor de cana, colocou outros pontos de vista a partir dos quais não estamos acostumados a analisar a problemática ambiental.

Enquanto a usina falar “queima”, eu queimo. Quando a usina falar para não queimar, não vou queimar. Eu não tenho interesse, eu até gostaria que parasse hoje, porque o que você aproveita da terra... A folha de cana, quando enterra na terra vai produzir muito mais. Só que aqui, aquele pinguço que passa no meio do caminho e coloca fogo, isso vai queimar a vida inteira. Eu quero ser sincero com você. Não queimando a cana, o cortador vai encontrar dificuldades. Porque cobra, aranha, escorpião, vespa e outros mais. E o fogo limpa. Mas eu sei lá o que... Por mim, se parasse hoje eu batia palmas. Porque o que você queima hoje, poderia aproveitar

como fertilizante. Não tem nem dúvida. E no agrotóxico também. Porque onde tem faixa, onde tem mato, ele já vai nascer mais fraco, vai ter dificuldades para ele brotar raiz e no meio desse tempo a cana sai e afoga ele. Então, eu acho que não queimando a cana, seria uma boa para nós. Então, mas o dia que eles falarem “não queima mais”, eu vou até bater palma (entrevistado 1).

Essa fala deixa claro que há muitos fatores imbricados para motivar uma ação prejudicial ao ambiente. As exigências da usina e uma postura de preocupação com a própria segurança predominam. Mas isso não significa necessariamente que não haja noção dos problemas ambientais nem das vantagens produtivas de uma conduta ambientalmente menos impactante.

O problema ambiental mencionado mais frequentemente refere-se aos estragos causados por javalis, que competem com as espécies nativas, destroem e comem plantações, escavam o solo e reviram as áreas de nascentes e pequenos córregos, prejudicando a qualidade das águas. Há um grande número de javalis soltos na zona rural de Ipeúna e que se reproduzem descontroladamente.



Figura 18 - Exemplo de dano ao solo causado por javali (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2009)

Ao buscarmos mais informações sobre a origem do problema, descobrimos que na região havia criadores de javalis de onde seriam provenientes os animais soltos. Entrevistamos um deles, que conseguiu esclarecer bastante a problemática.

A motivação para a criação foi a portaria 10298 do Ibama. Ela criou uma certa reserva de mercado. Por quê? Quem estaria criando javalis permaneceria. E quem não estivesse não poderia mais criar. Com isso, a gente entendeu que poderia ser interessante financeiramente para a pequena propriedade inclusive. A gente começou. E nós nos inscrevemos no Ibama nesse período que ele deu para a regularização. É uma longa luta entre criar e vender. O grande problema, o grande gargalo foi a venda. Você não consegue escala, não consegue manter uma clientela fixa. Então, esse foi o grande entrave, inclusive para todos os criadores. No início tinha uma associação no estado. Tinha cento e trinta e poucos criadores inscritos no Ibama. Tinha uma associação brasileira e tinha uma associação paulista de criação. Por que não consegue escala? É difícil você entrar no mercado com essa carne mais cara, em primeiro lugar. Para você entrar, você tem que ter uma padronização. E entre os produtores não existia essa padronização. Ninguém sabia como criar. Não tem uma técnica e também não se tem nada escrito como se deve criar o javali. Ninguém fez pesquisa. Sabe-se as doenças que tem, mas não se procurou saber como se cria melhor. É o caso, por exemplo, da criação de suínos. Existe todo um estudo, toda uma literatura, tudo para que isso seja feito, como se deve criar, como não deve. Para o javali, não existe isso, então, essa falta de conhecimento levou todos a criarem cada um na sua. Os criatórios, e eu conheci uma porção, todos diferentes uns dos outros. Não existe padronização nenhuma. Uns com maior acerto, outros com menor acerto, mas não existia padronização. E, conseqüentemente, não existia padronização da produção. E menos ainda, união para que se fizesse um entreposto de venda numa cidade maior. Todo mundo numa cooperativa mandaria sua carne para esse entreposto e esse entreposto distribuiria. Não foi feito. E o que também muito atrapalhou foi a criação do javali cruzado, o famoso javaporco. Se comprava um macho javali e se cruzava com fêmeas comuns. Dá um descendente também fértil. Isso é o que produz. A grande maioria dos que estão soltos são assim. É cruzamento. Como existia esse cruzamento, as churrascarias e os esportinhos que não estavam inscritos no Ibama, esses começaram a oferecer nas churrascarias porque era moda, todo mundo queria oferecer carne de javali. Na realidade, o que aconteceu foi que a carne não era de javali. Muitas vezes, era de porco, com outro tipo de tempero. Ao invés de ser mais saborosa, ela piorou, ficou pior. E isso atrapalhou inclusive mais a venda. Hoje muita gente que experimentou javali não come. Javali entre aspas. Existem ainda hoje aqueles que gostam de javali, aceitam javali e querem javali. Mas a maioria desistiu por causa dessas falsidades da carne. Não era carne de javali. E o sabor é outro, totalmente diferente. Então, hoje, essa carne está somente para um mercado restrito, para quem realmente conhece e para quem realmente gosta disso. Esse foi o grande entrave para se vender. Dos 130 criadores, resta uma meia dúzia, um pouco mais, mas muito pouco. Inclusive, nós também estamos encerrando. Eu fiz inclusive o pedido de encerramento para o Ibama. É muito caro, o Ibama exige microchip, é muito rigoroso. É para cada animal ter um microchip, ou deveria.

Encarece muito e você não tem colocação do produto. Esses animais que estão soltos são provenientes dos que criavam sem essa proteção. Lá no nosso criatório nós temos as baias e temos a cerca em volta, uma cerca de proteção com alicerce de 40 cm e 1,80 de altura. Se ele escapa da baia, ele fica contido ali. Os que não criavam assim, e isso o Ibama já vinha fiscalizando, desde 98 eles fiscalizam isso, não se preocupavam com a instalação. Aí, escapavam e não voltavam. Ele não é domesticado. Ele vai para o mato e, como no Estado de São Paulo tem muita cana, a alimentação para ele é farta. Além de estar no mato e comer o que eles comem, tem a cana que dá uma certa subsistência. Então, realmente é complicado esse negócio do que está solto. Mas o que está solto não é dos criadores inscritos. Os criadores também têm culpa nisso porque também venderam machos. Em suma, é mais ou menos isso (entrevistado 33).



Figura 19 - Criação de javalis em Ipeúna (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2008)

Este é um exemplo de uma atividade que não obteve sucesso no mercado e, ao mesmo tempo, causou sérios problemas ambientais. O arranjo produtivo, basicamente uma interação organizada entre indústrias e pessoas, imprescindível para o desenvolvimento de um ramo de atividade agrícola atualmente (ISLER, OLIVEIRA, [200-]), não foi bem consolidado de modo a escoar a produção. Aparentemente, um dos principais erros deveu-se a uma postura negligente e

imprudente, por acharem que criar o animal híbrido seria tão simples como criar porcos domésticos. Os pequenos produtores reclamam do fato de não poderem nem ao menos caçar os javalis, que passaram a ser considerados “pragas”. Porém, no Estado de São Paulo, a caça está proibida sob qualquer pretexto por força do art. 204 da Constituição paulista. Não se trata de uma decisão do Ibama, mas sim da obrigatoriedade do cumprimento da lei.

Essa conjuntura é uma complexa interação com disputa de forças entre as instituições e os agentes fiscais ambientais, que precisam defender a lei; os proprietários rurais, que são prejudicados economicamente; as pessoas que defendem os direitos dos animais; e os javalis, que continuam provocando danos ambientais incalculáveis. Essa situação é difícil de ser resolvida nas condições atuais.

A erosão e o assoreamento também foram problemas ambientais mencionados, principalmente pelos proprietários de chácaras ou os que não trabalham diretamente com produção agrícola.



Figura 20 - Exemplo de erosão em estágio avançado (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2009)

No geral, o processo de erosão na microbacia encontra-se num estágio avançado. Há áreas em que o solo arenoso fica exposto e áreas de voçorocas.

O ribeirão dos Sinos também encontra-se num estágio avançado de degradação ambiental. Tivemos a oportunidade de presenciar isso.



Figura 21 - O ribeirão dos Sinos, assoreado (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2009)

O dono de uma chácara que é cortada pelo ribeirão dos Sinos comentou:

Esse ribeirão, quando eu vim para cá, ele tinha poços com mais de 2 metros, 2 metros e meio. Tinha traíra, lambari. Esse ribeirão aqui, que deságua no salto do Nho Tó. Há 4 anos, puxavam água daqui. Aí, deu uma chuva muito forte que estourou uma represa lá pra cima. E assoreou de uma tal maneira... Hoje ainda tem uns poços de uns 60 cm. Mas nessa ocasião ficou assim, só areia. O leito do rio mudou, retificou o curso do rio. Esse rio nasce lá no Manildo. E não existe mais praticamente. Só alguns pedaços. O resto está todo assoreado. Essa propriedade aí ao lado não tinha escritura, mas tinha um dono. Vendeu para uma pessoa aí. E aterrou, o que ajudou a assorear. E aí, veio o Ibama e multou ele. Ele nunca mais apareceu aí. Além disso, ele cortou árvores (entrevistado 29).

Em outra oportunidade, esse mesmo proprietário convidou-nos a observar um problema ambiental em sua chácara. Segundo ele, em fevereiro de 2009, havia ocorrido um evento extremo, uma fortíssima tempestade, e a vazão foi tão grande que a enxurrada passou por cima da estrada, que fica sobre a barragem. A força da água moveu uma grande quantidade de terra e entulho utilizados para a construção do ladrão (cano por onde escoa automaticamente a água do reservatório quando é excedido o nível máximo suportado pelo sistema) instalado em sua propriedade. Resultado: o cano principal ficou pendurado e houve perigo de rompimento daquela parte da barragem. As consequências ambientais seriam desastrosas principalmente para esse proprietário.



Figura 22 - Escoadouro danificado após tempestade (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2009)

A fiscalização ambiental é alvo do descontentamento dos pequenos produtores rurais. Conforme alguns relatos, a fiscalização ocorre com regularidade e muitos já tiveram a experiência de ser penalizados ou advertidos. Uma vez que se tem uma percepção imediata da aparência da propriedade rural, essa se torna passível de crítica e avaliação. A aparência, o que

pode ser imediatamente visualizado, tornou-se um elemento de conflito, pois raramente há oportunidades para o proprietário explicar as motivações pelos seus atos (ALMEIDA; HOEFFEL; QUEDA, 2008, p.60). A objetividade e a impessoalidade no ato da fiscalização penalizam, muitas vezes, apenas os legalmente responsáveis, não os diretamente responsáveis pelos danos. Isso é evidenciado pelo exemplo abaixo.

Já tivemos problemas com multas. Tem gente que, na seca, joga bituca de cigarro e pega fogo. Aí, a gente tem que pagar aquelas multas de 5 mil reais, 6 mil reais porque tem uma área de tal tamanho lá queimada. Mas, queimou, desqueimou, a gente nem está sabendo. Quem paga é a gente (entrevistada 22).

Tendemos a julgar os proprietários como os únicos responsáveis pelas modificações da aparência de suas propriedades e pelos danos ao ambiente. As normas do direito ambiental seguem esse raciocínio: o explorador da atividade econômica coloca-se na posição de garantidor da preservação ambiental e os danos que dizem respeito à atividade estarão sempre vinculados a ele (STEIGLEDER, 2003, p. 84).

Mas, de acordo com muitos depoimentos, a lei e a falta de capital limitam bastante o livre arbítrio e a liberdade de ação, reduzindo o real poder de atuação sobre as propriedades rurais. Os proprietários estão cientes de que não podem mais fazer o que bem entenderem. Ao perguntarmos a uma proprietária quais são os fatores que mais limitam suas atividades, ela respondeu: “Dinheiro, legislação. Tudo o que tem para fazer tem que seguir [a lei] hoje em dia. Vai cortar uma árvore para ver se não tomam a propriedade inteira... (entrevistada 9)”.

As restrições da lei e as penalidades, que resultam num pesado ônus pecuniário, desmotivam o pequeno produtor e constituem um forte estímulo para o abandono da atividade rural, como observamos no exemplo a seguir.

Meu irmão vendeu a propriedade porque ele colocou uma cerca num lugar onde não tinha nascente, só tinha umidade. Aí, meteram uma multa nele. Tinha que dar cesta básica e aparecer para dar uma assinatura. “Eu não matei ninguém, não roubei, estou serrando, limpando uma cerca porque o gado está indo para o vizinho, estou reformando cerca”. Desgostou. Tem mais de 80 anos, foi embora com o filho dele para São Paulo. Quem comprou, o que aconteceu? Derrubou mato, meteu trator na beira do rio. Ele tinha uma ponte para fazer para chegar na casa. Aqui no Brasil quem manda é isso aqui (fez um gesto com as mãos sinalizando dinheiro) [...] Você vê uma música do Tião Carreiro. Tinha um mangueirão de porco, um mangueirão de boi, trabalhava com o pai. Chegou os mais grandes, que apertaram eles para vender

o terreno. Venderam o terreno. Foram embora para a cidade. E não tinha como viver, porque não tinha estudo, não tinha nada, tinha que fazer reboque, fazer prédio. Um dia ele voltou para propriedade e só encontrou o carro do pai dele debaixo da figueira apodrecendo. Então, ele sentiu saudade disso aí, que ali eles viveram, o pai dele criou eles. Depois achou o carro podre. Você sabe o que é carro de boi? É uma história verdadeira. É como aconteceu com meu irmão. Ele vendeu de desgosto. “Não posso mexer no que é meu, nem uma estrada para chegar na casa, não posso fazer uma ponte”. Então, tem uns negócios errados. O que manda é o dinheiro (entrevistado 13).

Entre normas de direito ambiental, o código florestal é uma das que mais influencia a aparência das propriedades rurais e, conseqüentemente a conformação das paisagens rurais, ao instituir as áreas de reserva permanente e reserva legal. Evidentemente, a posse da propriedade privada da terra não pode autorizar de maneira alguma um uso irrestrito dos bens ambientais. Além disso, os interesses coletivos na conservação ambiental devem limitar a liberdade de uso dos proprietários (ALMEIDA; HOEFFEL; QUEDA, 2008, p. 65). Porém, seria necessário encontrar soluções para conciliar a sobrevivência dos pequenos produtores e a conservação ambiental.

De um modo geral, percebemos que há um nível considerável de consciência e preocupação em relação às questões ambientais. A constatação da gravidade dos problemas ambientais mostra-se como uma combinação dos impactos ambientais sentidos na vida cotidiana e das notícias veiculadas pela mídia. Enquanto a percepção das questões ambientais locais é estimulada principalmente pelas pressões da legislação e seus representantes e pelos impactos e dificuldades sentidos na vida cotidiana, a percepção das questões ambientais globais é construída a partir das mensagens midiáticas. Reparámos que não havia somente discursos prontos e chavões do ambientalismo, como “a natureza está acabando”, “a natureza está pedindo socorro”, “o mundo está acabando”, entre outras frases. Essas falas geralmente vinham acompanhadas de exemplos vivenciados.

Ações de restauração e conservação mostram-se como importantes forças modificadoras da conformação da paisagem. O surgimento de pequenos fragmentos florestais na microbacia do ribeirão dos Sinos deve-se a ações continuadas de restauração de áreas degradadas.

Quando nós chegamos aqui era pura erosão. Era uma terra limpa, areia. Nós recuperamos tudo, nós plantamos tudo. Desde que chegamos aqui, a situação ambiental melhorou bastante. Aqui em baixo, onde está o ribeirão dos Sinos era

somente terra nua, só terra, terra limpa, nenhuma árvore. Esta que está verde e bonita agora foram meu ex-marido e os empregados que plantaram. Tudo, tudo, tudo (entrevistada 17).

Uma análise florística da paisagem revela os elementos, mas não os processos. Alguns estudos tendem a analisar a composição da paisagem segundo os usos do solo, como cana-de-açúcar, pastos, eucaliptos etc., em oposição às áreas de fragmentos florestais, como se fossem remanescentes da vegetação nativa. Atualmente, os processos de restauração de áreas degradadas decorrentes da aplicação da legislação ambiental e da livre escolha de certos proprietários criam fragmentos florestais. Isso derruba o que talvez seja um mito do imaginário do cidadão urbano: o fragmento florestal como símbolo do que resta da floresta original.



Figura 23 - Recomposição florestal (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2008)

A necessidade de ocupar a propriedade rural com atividades agropecuárias para gerar renda foi um dos principais fatores para impedir a recuperação de áreas degradadas na microbacia do ribeirão dos Sinos. Como bem observaram Almeida, Hoeffel e Queda (2008, p. 69), aquele

que não necessita do cultivo da terra para sobreviver tende a ter uma conduta ambiental diferente daquele que pensa a terra como elemento principal e talvez único para a obtenção de seu sustento.

Nesse sentido, um pequeno agricultor declarou:

[...] mas o pessoal de fora acho que conserva mais ainda do que o do lugar. Tem um vizinho meu, [...], ele é de São Paulo, aposentou e fez essa casa aí. Se você ver a chácara dele, dá até inveja. Porque pomar, é todo tipo de laranja. Fizeram uma represa aí e estão reflorestando. Então, é um cara que cuida, é um cara responsável. Só que ele é um cara que não vive desse pedacinho de terra. A gente procura tirar um sustento daqui, você entendeu? A gente não tem mais dois ou três pés de laranja aí porque pode ser relaxo da gente, mas a gente tem outras coisas para fazer e não olhou muito essa parte (entrevistado 18).

A preocupação exacerbada em relação ao aspecto econômico da exploração das pequenas propriedades produtivas fez com que houvesse uma negligência em relação aos aspectos ambientais. Contudo, a variável ambiental ganhou maior peso para a atividade agrícola, que depende diretamente dos recursos naturais da propriedade e, atualmente, enfrenta as severas consequências dos longos e paulatinos processos de degradação ambiental.

5.2.1.3 Desfrutando as propriedades rurais e as paisagens

São pouquíssimos os pequenos produtores que utilizam suas propriedades também para atividades de lazer. Para eles, a propriedade rural é somente o local de trabalho, isto é, o local onde não se quer estar nos momentos de lazer. Esse distanciamento físico é importante para que haja um afastamento em relação às pressões e às preocupações cotidianas da rotina de trabalho, permitindo que os momentos de descanso sejam mais revigorantes.

Por outro lado, as propriedades rurais também se tornaram símbolos modernos de qualidade de vida. Por esse motivo, pessoas que se enriquecem em profissões tipicamente urbanas compram terras como parte de seus investimentos, seja para lazer ou outros motivos (ALMEIDA; HOEFFEL; QUEDA, 2008, p. 58). A função das pequenas chácaras da microbacia do ribeirão dos Sinos é, basicamente, proporcionar momentos de lazer para seus proprietários, que não dependem da renda proveniente da sua exploração econômica. Em relação aos outros proprietários de chácaras, apenas dois utilizam o lazer como atividade lucrativa, o que possui a pista de *motocross* e promove bailes e o que possui uma pousada. E outros dois estudam

possibilidades de desenvolver atividades agropecuárias para produzir mercadorias com algum diferencial a fim de obter rendimentos para, ao menos, sustentar a propriedade e, talvez, gerar lucros. Com esse objetivo, eles já investiram na compra de propriedades vizinhas para expandir a área disponível para os negócios.

Há diferentes concepções de lazer. Para um pecuarista, um dos únicos proprietários que depende integralmente da renda da propriedade e a utiliza também para fins de lazer, os animais, além de fonte de renda, são fonte de diversão. Ele possui uma pista para corrida de cavalos e para provas de laço e tambor com bezerros. A família costuma participar de leilões, rodeios, eventos agropecuários onde há demonstrações e competições das modalidades.

Quando não há necessidade de obter renda da propriedade, o próprio trabalho rural aparece como uma atividade de lazer. Um morador de Rio Claro comentou:

Eu compro o gado pequeno, aí quando fica grande a gente vende. É mais por distração, é um hobby, só porque eu gosto. Não é para ter lucro. Não tem renda mensal. Toda vida eu tive açougue. Agora eu vendi o açougue e estou vivendo de aluguel. Minha esposa tem uma lojinha. Ano que vem eu aposento. Eu gosto porque cresci no meio disso (entrevistado 10).

Essa pessoa administra e cuida das propriedades do pai e de duas tias. Legalmente, são três propriedades; na prática, uma. O processo de urbanização aparece como o encerramento definitivo das atividades agropecuárias. Ele disse que manterá a criação de gado até que aumentem as pressões para que a propriedade seja loteada, uma vez que esta se encontra no limite da zona urbana.

A perspectiva de expansão urbana motiva a especulação imobiliária, processo no qual as áreas anteriormente agrícolas são loteadas para a construção de moradias e infra-estrutura urbana (FOLADORI, 2001). Isso fica evidente quando não é dado um uso às propriedades, quando adquire uma aparência de abandono. Porém, a especulação nem sempre é feita desta forma. O dono de uma propriedade com criação de gado disse: *“Eu penso mais em investimento imobiliário. Está perto da cidade, futuramente vai ter que ser loteado (entrevistado 21)”*. A presença de atividades agropecuárias camufla o interesse no potencial retorno financeiro dos futuros loteamentos.

Na microbacia do ribeirão dos Sinos é marcante a presença de atividades não agrícolas no meio rural.

A presença do urbano no campo brasileiro pode ser reconhecida sobretudo nas atividades fabris com uso intensivo de tecnologia, nos hotéis-fazenda, nos parques temáticos, nos pesque-pagues, nos restaurantes, nos spas, etc. E o rural no urbano está presente mais no modo como os moradores percebem a dinâmica das aglomerações urbanas (SUZUKI, 2007b , p. 332).

Um proprietário administra a propriedade herdada da sogra e vive da exploração de diversas atividades de lazer. O que mais chamou a atenção visualmente foi a pista de *motocross*.



Figura 24 - Pista de *motocross* vista de longe (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2008)

Esse proprietário não cobra pelo uso da pista, mas apenas pela alimentação e bebidas. Portanto, ele obtém retorno financeiro a partir da promoção de eventos, ou seja, de um fluxo intenso de pessoas circulando por sua propriedade, não do aluguel da pista. Trata-se de uma pessoa com uma grande rede de contatos. Pilotos de diversas cidades do interior paulista, como Campinas, Rio Claro e Sorocaba, costumam usar a pista para treino, principalmente nos fins de semana. Praticamente, não há ipeunenses praticando o *motocross*, portanto, a atividade é

direcionada para pessoas de outras localidades. Quando há competições ou eventos maiores, ele fornece refeições.

Além do *motocross*, ele também promove bailes, pequenos rodeios e corridas de gaiolas. Cada evento é destinado a públicos alvos distintos e ocorre em diferentes épocas e com frequências distintas. O baile costuma ser semanal, sábado à noite; o rodeio é realizado mensalmente, nas épocas de calor ou clima ameno; e a corrida de gaiolas é anual, pois as competições são divididas em etapas por diversas cidades. Também há a intenção de construir uma área de lazer mais ampla, um pesqueiro e um bosque, destinados principalmente às famílias dos motoqueiros. A intenção é aproveitar uma área que foi concedida para reflorestamento da bacia do rio Piracicaba e fazer trilhas e placas com identificação das espécies de árvores.

A racionalidade econômica invade completamente a vida social, pois não só o trabalho, mas até mesmo as outras atividades do chamado tempo livre, são organizadas de modo a fortalecer e a perpetuar o modo de produção vigente (JAPPE, 1999, p. 25). O tradicional baile de Ipeúna, onde os músicos não cobravam para tocar e não havia cobrança pela entrada, deu lugar a um estereótipo de baile dos grandes centros urbanos, com cobrança pela entrada e, provavelmente, as músicas das rádios. A questão fundamental é que o lazer tornou-se uma atividade lucrativa, portanto, os novos investimentos nesse ramo de atividade são feitos buscando-se os potenciais retornos financeiros.

Mais uma vez observamos que as concepções de mundo, as experiências e os gostos são fundamentais para determinar quais as atividades desempenhadas na propriedade rural:

Então, a motivação foi por causa de eu gostar e, na verdade, eu estava fazendo essa pista aqui para eu andar, até certo ponto. Mas aí, eu parei e o pessoal veio aí: faz aí que a gente vai dar uma mão. Aí, eu fui animando mais. Mas o baile, na verdade, se eu contar para vocês, eu comecei a fazer bailes com 15 anos. Fazia bailes com sonata na minha casa. Depois, comecei a alugar salão, aparelhagem. Aí, o grêmio lá em Rio Claro, comecei a fazer com amigos meus. Aí tive equipe. Aí foi. Então, tudo o que eu fiz aqui foi por gostar e outra coisa. Veja bem. O que eu ia fazer aqui? Plantar cana? Eu não tenho interesse nisso. Eu falei para ele. Tentei fazer horta e não consegui. Não precisa ser uma horta muito grande, em um alqueire de horta dá pra trabalhar muito. Então, já foi uma coisa que veio de dentro de mim mesmo. Porque eu gostava de rodeio. Então, o incentivo foi mais esse que eu não tenho o que fazer com a terra aqui. Eu já não gosto de mexer com gado. Eu já fiz, já tirei leite. Eu vi que não era uma coisa que... porque eu também não gosto de ficar numa atividade só. Por exemplo, aqui eu faço rodeio, depois faço bailinho, as motos, lá em baixo eu

ponho uns peixinhos, vou pescar. Eu sempre gostei assim do movimento. Como eu disse, eu já trabalhei com várias coisas (entrevistado 23).



Figura 25 - À esquerda, o galpão onde são realizados os bailes (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2009)

O lazer dirigido segue o mesmo ritmo do trabalho (HINTZE, 2008). Isso quer dizer que o lazer oferecido segue as leis da oferta e da demanda. Esse é o proprietário que melhor percebe as tendências ditadas pela sociedade e sabe como aproveitá-las para estimular a visitação à sua propriedade, gerar retornos financeiros e formar boas redes de contatos. A diversificação também mostrou-se uma boa estratégia para manter o fluxo de pessoas e de dinheiro.

Outro proprietário está investindo na atividade turística. Ele havia comprado um hotel chamado Panorama, localizado na microbacia do ribeiri o dos Sinos, que foi fechado. Algum tempo depois, reabriu com o nome de Pousada da Serra. Em Ipe una não ha nenhum grande hotel e a atividade turística ainda   pouco explorada. Os ipeunenses dizem que o turismo na região   mais para quem já conhece, para algumas pessoas das cidades vizinhas. Há uma pequena pousada na cidade, que oferece apenas diárias em alguns quartos, com lota o em quase todos os fins de

semana em função principalmente das excursões de motoqueiros que fazem trilha nas estradas rurais. Outro local para hospedagem é a pousada Country, localizada próximo à microbacia, com opção de chalés, pista para aerodelismo, café da manhã e refeições nos fins de semana.



Figura 26 - Pousada da Serra (Site da POUSADA DA SERRA, www.pousadadaserra-ipeuna.com.br, 2009)

Entrevistamos o proprietário da Pousada da Serra, que falou um pouco sobre o seu negócio. Não foram feitas muitas alterações na propriedade, está praticamente com a mesma aparência de quando foi comprada. Nessa época, o Hotel Panorama estava em decadência, quase para ser desativado. Ele gostou muito da região e do lugar e decidiu assumir os riscos do empreendimento. Começaram as reformas e, recentemente, o estabelecimento reiniciou as atividades com o novo nome, funcionando somente nos fins de semana. Atualmente há alguns fragmentos florestais e um pasto que foi recuperado. Ele pensa que a região é propícia ao turismo, não a uma atividade turística intensiva, e sim um turismo individualizado para não sobrecarregar a região. A ideia, portanto, é controlar o número de visitantes por temporada. Há um campo de futebol, salão de jogos, quadra de tênis, redes para descanso. O principal atrativo

da pousada, contudo, são as “atividades ecológicas”: trilhas e passeios de aventura dentro da mata. Futuramente, ele pretende reflorestar mais uma parte da propriedade, adquirir cavalos para os passeios e realizar atividades voltadas para estudantes de biologia e ecologia, como trilhas guiadas para observação da fauna e flora.



Figura 27 - As paisagens são destacadas entre os principais atrativos explorados pela pousada como pudemos observar em seu *site*, www.pousadadaserra-ipeuna.com.br (2009)

É interessante observar que os dois principais empreendimentos turísticos do município, a Pousada Country e a Pousada da Serra não são propriedades de ipeunenses, mas ambas de pessoas provenientes de Rio Claro. O enfoque é dado à serra e às paisagens rurais. De acordo com Sandeville (2002, p. 1), há uma mercantilização das paisagens e de imagens da natureza que padroniza e institucionaliza as vivências e os comportamentos nos ambientes mais próximos ao natural. Em Ipeúna, as paisagens resultantes de longos e paulatinos processos de degradação ambiental são vendidas simplesmente como “natureza”. Isso causa uma naturalização das

paisagens rurais artificialmente criadas. Em outras palavras, não se sabe muito bem diferenciar um ambiente alterado de um ambiente realmente conservado.

Além disso, na concepção e construção de espaços “naturais”, é comum haver uma supervalorização da cultura estética européia em detrimento da nacional, uma “estética às avessas” (ALMEIDA; HOEFFEL; QUEDA, 2008, p. 137). Visualmente, isso é identificado pela presença de elementos como chalés, gramados, eucaliptos, pinheiros e outras espécies exóticas.



Figura 28 - Num folheto de divulgação da outra pousada, a “Country”, a “natureza” não se separa do conforto produzido artificialmente pelo ser humano (2009)

Não ficou claro o porquê da atividade turística não ter se desenvolvido em Ipeúna. É necessário pesquisar mais sobre o assunto. Segundo o que pudemos perceber pelos diversos relatos, os moradores tradicionais não têm interesse em desenvolver o turismo para evitar que haja um deslocamento ainda maior de pessoas para o município. A Prefeitura já fez tentativas para transformar a região numa estância turística, mas não obteve sucesso. Alguns proprietários

rurais não concordaram em abrir à visitação os potenciais atrativos ecoturísticos localizados em suas terras.

O parque ecológico Henrique Barbetta é uma das únicas áreas públicas de lazer na zona rural. Devido à proximidade em relação ao núcleo urbano central, a Prefeitura tomou a iniciativa para a criação do parque aproveitando o famoso (entre os moradores tradicionais) “Salto do Nho Tó”. Esse projeto alterou notavelmente conformação da paisagem. A área central de uma estreita propriedade foi desapropriada, resultando em duas áreas sem comunicação entre si.



Figura 29 - Pequeno bosque no interior do Parque ecológico Henrique Barbetta (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2009)

Essa área tornou-se uma importante referência para lazer, inclusive para pessoas de outras cidades. Segundo o funcionário responsável pela manutenção do parque, nos fins de semana, o local permanece lotado.

À primeira vista, a impressão é de que o salto conservou seu estado original. Porém, moradores mais antigos revelam as histórias por trás dessa aparência: “Enrique Barbetta, era colono da Fazenda Covetinga, ele casou com a Matilde e acabou recebendo herança, ele quase

destruiu o salto de vingança, o pessoal ia muito no salto, e ele queria que ninguém fosse, começou a destruir para as pessoas não irem mais lá” (MARTINS, 2000, p. 56). Um dos entrevistados disse que frequentava o salto quando era criança. De acordo com ele, a queda d’água era maior do que hoje. Parte do salto teria sido quebrada com a utilização de picaretas. Outra entrevistada revelou, com certo tom de indignação, que na realidade foi a Matilde quem concedeu parte da propriedade para a Prefeitura, mas a homenagem ficou para o marido.

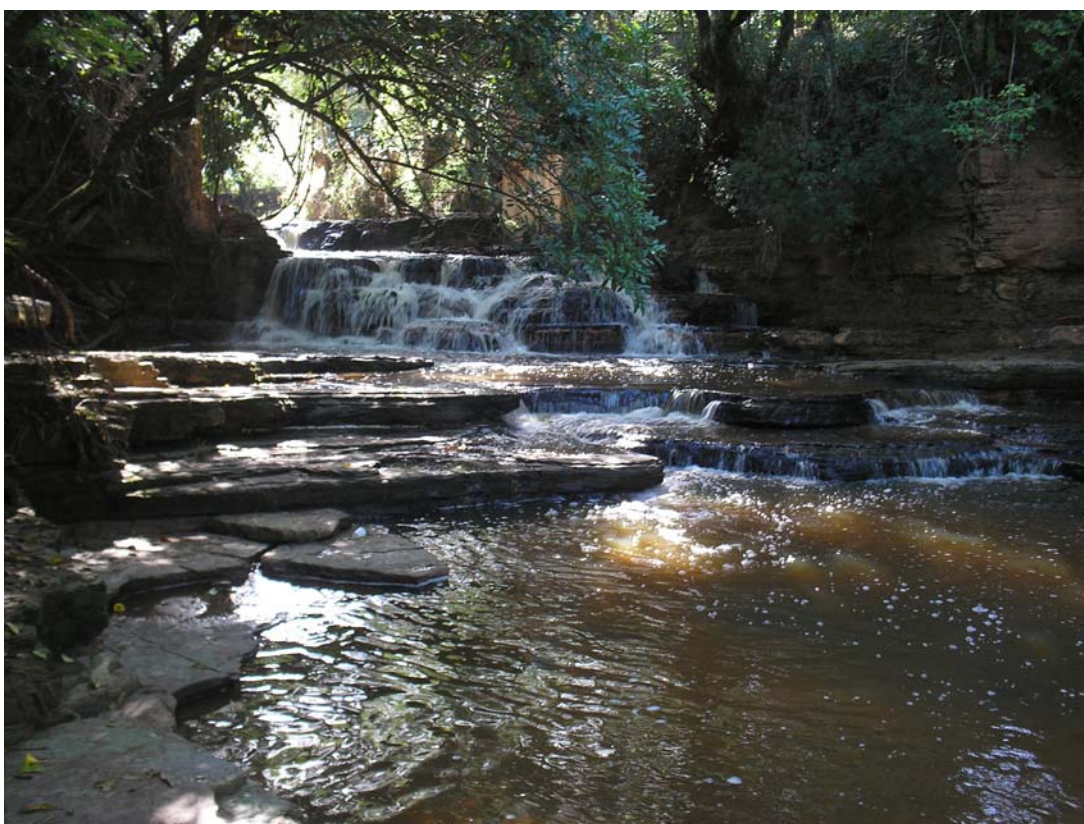


Figura 30 - Salto do Nho Tó (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2009)

O desconforto gerado pelo progresso e dificuldade em conviver com a realidade urbana e industrial que passou a caracterizar a vida moderna, marcada pela poluição, acentuou o desejo de retorno a uma vida rural. A concepção do campo como lugar de repouso e regeneração e a invenção do “fim de semana no campo” não são fatos recentes. Há muito tempo, a aristocracia européia já se refugiava no campo. Não eram cabanas rurais, mas esplêndidas mansões, planejadas para levar a vida urbana ao campo (THOMAS, 1988, p. 292-302). O estilo de vida urbano penetra o meio rural quando pessoas buscam o campo como alternativa à vida das grandes

idades (ALMEIDA; HOEFFEL; QUEDA, 2008, p. 43). Um proprietário compartilhou as principais motivações para a aquisição de uma chácara de lazer:

Eu queria um local onde as crianças pudessem brincar. Aí, nós compramos a chácara. Tinha muita braquiária. Era um pasto. Antes de ser um pasto era uma plantação de café. Nós plantamos 150 a 200 árvores para recompor o que não tinha. Quando o Alfeu fez a represa, ele plantou. Mas ele plantou umas mudinhas pequenas que o mato tomou. Eu já procurei árvores maiores, senão, não iria crescer. Eu tenho mangueiras, laranjeiras, castanheiras, a turma fala jambolão, carambola. Várias árvores nativas que eu plantei para poder dar um aspecto mais bonito. Porque eu gosto de árvore, de mato. Eu gosto de árvore. Aí, nós levamos tudo nas costas. São 100 metros morro a baixo. Aí, nós resolvemos fazer a casa. Aí, eu plantei umas 30 árvores próximas da minha casa ali para fazer sombra. E comprei duas vacas para limpar o pasto. Elas mantêm o mato baixo para as árvores poderem crescer. A nossa relação com a represa, puxo água da represa, que abastece a minha piscina e eu fiz um poço caipira. Porque eu uso água só para tomar banho. Sem energia você fica, mas sem água não. A terra eu não analisei, mas tenho comigo que é uma terra muito ácida porque é duro você fazer algo ir para frente. Essa é a nossa relação, é uma área de lazer por causa das crianças. Porque eu fui criado na fazenda e eu queria que as crianças tivessem alguma coisa para andar descalço, brincar, rolar, nadar na represa. É contato que eu queria que eles tivessem com a terra. Ter gosto pela coisa. [...] Nasci em Iracemópolis, morei em Limeira. Agora, moro em Santa Gertrudes. Meu avô, tanto por parte de pai como de mãe sempre foram de fazenda. Meu avô morava numa fazenda e meu outro avô morava em outra. A minha infância toda foi criada na fazenda. Eu não via a hora das férias para ir para a fazenda, andar no mato, sujar o pé, chupar cana, tudo o que eu queria fazer que na cidade eu não podia. Eu quis dar um pouco disso para as crianças, manter essa cultura e esse apego à origem. Está aí a explicação. A gente trabalha a semana inteira, chega lá e desestressa. Você pega o tratorzinho, você corta grama, você pega a máquina de roçar e dá uma roçada. Esquecer um pouco dessa loucura que enche o saco. (...) eu quero deixar ela mais bonita. Em relação, ao uso, colocar criação de carneiro. Só pra ter bichinho lá, pra roçar um pouco. Mantendo sempre a característica de chácara. Eu quero fazer um caminho interno até lá embaixo. Quanto mais árvores, mais bonita a chácara. Por enquanto, não estou tendo tempo (entrevistado 30).

Atualmente, o lazer pode ser considerado, em muitos casos, como um mecanismo compensatório – o lazer para compensar o trabalho – e como válvula de escape, um lazer no qual se extravasam as pressões do trabalho rotineiro (HINTZE, 2008). A motivação principal para a aquisição de chácara de lazer é o gosto pelo rural, pela “natureza”, pela vida campestre e pela tranquilidade em comparação com as cidades. A propriedade rural passou a funcionar como uma forma de resgatar experiências vividas no campo.



Figura 31 - Chácaras (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2009)

A presença dessas primeiras chácaras na zona rural evidencia o início de uma mudança no referencial de uso da terra: não mais agrícola, mas loteamentos (ALMEIDA; HOEFFEL; QUEDA, 2008, p. 82).

Entrevistamos um agente imobiliário ipeunense, de família tradicional, e cuja imobiliária é a única a perdurar na cidade. Outras imobiliárias foram abertas, porém, não conseguiram se estabelecer no mercado. O fator principal para seu sucesso é a publicidade boca-a-boca: 30 anos de amizades com várias pessoas que fazem a divulgação e a indicação de seus serviços. O número de vendas não é grande. Depois do início da crise financeira de 2008, houve um aquecimento no mercado imobiliário. Recentemente, indústrias passaram a procurar terras com remanescentes florestais com objetivo de compensação ambiental, o que valorizou o preço de tais terras. Não há propriedades grandes em Ipeúna (acima de 100 alqueires). As maiores geralmente não são vendidas, passam de geração em geração. Comumente, quando uma propriedade é dividida para fins de herança, os herdeiros que não pretendem continuar com a atividade agrícola vendem suas partes para os que o pretendem, mantendo a propriedade nas mãos da família.

Quando aparece um imóvel para venda, facilmente aparecem compradores interessados, em sua maioria, de outras cidades. O preço da terra é dado em função da qualidade da terra e pelo relevo. Uma parte das terras é mais argilosa e produtiva, e outra é mais arenosa e improdutiva. Os terrenos mais acidentados, não indicados para a agricultura, acabam destinados a atividades de lazer. A aquisição de pequenas propriedades é feita principalmente para essa finalidade. Uma propriedade pode ser desmembrada, no máximo, em nove partes. Foi o que ocorreu com uma das propriedades da microbacia do ribeirão dos Sinos. No centro da propriedade, havia um vale estreito e fundo onde passava um pequeno córrego, chamado “buracão”. Como chamariz para agregar valor às chácaras foi construída uma barragem e formado um lago.

Encontramos entre os proprietários de chácaras de lazer uma postura contrária à valorização dos terrenos “limpos”, descampados (THOMAS, 1988, p. 302). A expressão “não havia nada”, geralmente utilizada para fazer referência às florestas, capoeiras, terrenos incultos, agora passou a ser utilizada para fazer referência à terra nua, aos pastos abandonados, aos terrenos limpos.



Figura 32 - Restauração florestal feita por um dos proprietários de chácaras (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2009)

Não tinha nada. Pasto, mato, um monte de erosão. Nós gostamos, falamos “vamos ficar aqui” e começamos a cuidar. Fomos atrás de consertar as erosões, atrás do reflorestamento. Porque não tinha uma árvore. Nunca vi uma propriedade não ter uma árvore. Aí, nós fizemos as curvas de nível, plantamos os pés de ipê. As primeiras nós fizemos para reter a água. [...] Eu fiz mais para conservação. Inclusive, quando nós escolhemos essa propriedade acho que foi por causa do trabalho que tinha para ser feito. Lá em baixo tem 450 árvores plantadas e numa parte ainda faltam 50 árvores. Foi tirada a terra e não tem como abrir os buracos para plantar. É piçarra, é difícil de quebrar. Nós colocamos galhos de árvores, capim seco para começar a restaurar um pouco o solo. Porque senão, não tem como. Agora é deixar abandonado para ver se o capim vai apodrecendo e vai reconstituindo. Tem lugar que nem árvore em volta do rio tem. Areia, barranco vai tudo para dentro do rio (entrevistado 28).

[...] Só esses pomares aí. Eu sou aposentado. Eu moro aqui. Também uma galinha pra gente comer, uma vaquinha pra gente tirar o leite. O que você vê aqui, tudo fui eu que plantei. Era só pasto, só grama. [...] Não tinha árvores, não tinha nada. Fui eu que plantei tudo. Aqui era só pasto, não tinha nada. Tinha só uns camarás. Você vinha para cá e não via uma pomba (entrevistado 27).

O plantio de árvores aparenta ser uma combinação de motivações pessoais e exigências legais. A reconstituição da mata ciliar é obrigatória por lei e, ao mesmo tempo, é uma iniciativa dos próprios chacareiros, algo que gera satisfação. Por trás da constituição de um pequeno fragmento florestal, há complexos trâmites legais e burocráticos. Primeiramente, é necessária a elaboração de um projeto por profissional qualificado, em seguida, a aprovação pelos órgãos competentes e, após a execução, a recomposição fica sujeita à fiscalização e à exigência da documentação. A mídia também tem um papel importante nesse processo, pois alguns proprietários passaram a conduzir os processos de recuperação de áreas de acordo com informações obtidas em programas de televisão como Globo Rural e similares.

Essa motivação para plantar árvores e recuperar os solos foi viabilizada pelas condições econômicas dos proprietários e, principalmente, pela disponibilidade de tempo e energia para possibilitar um nível mínimo de dedicação.

Eu já moro só aqui. Eu tenho outro terreno na cidade. Mas minha intenção é morar só aqui. Eu prefiro o sossego e mexer com roça, mexer com a terra. No futuro, se eu não puder cuidar de nada, eu encho de árvores e largo. Só deixo um espaço em volta da casa e encho de árvores porque assim a natureza vai cuidando (entrevistado 28).

A ideia de natureza apareceu mais nos discursos dos proprietários de chácaras com finalidade exclusiva de lazer, na maior parte das vezes como a noção de uma “entidade viva” (MEDEIROS, 2002, p. 71) ou em relação ao ambiente rural. Nos esforços para reconstituir áreas de matas, há o conceito de uma separação entre trabalho humano e o desenvolvimento da natureza. O trabalho humano refere-se ao plantio de mudas, o tratamento das erosões, a manutenção das gramíneas, etc. Já o desenvolvimento da natureza é o que completa o trabalho humano, refere-se às mudanças esperadas, ao crescimento das árvores, ao retorno da fauna etc.

Nas palavras de Sandeville, “a natureza que se deseja ver deverá ser qualificada nos contextos culturais que a desejam usufruir” (SANDEVILLE, 2002, p. 24). Assim, constatamos que a “natureza” é o elemento fundamental que permite aos chacareiros desfrutarem ao máximo suas propriedades rurais.

Dois proprietários de chácaras, além de utilizá-las com a finalidade de lazer, têm a intenção de desenvolver alguma atividade lucrativa, apesar de não haver qualquer necessidade dos rendimentos futuros para sua sobrevivência. Em relação a isso, um deles disse:

Eu tenho uma indústria metalúrgica onde eu ganho meu dinheiro. Esse sítio aqui tem 7 alqueires e isso era previsto para fins de semana, chácara de lazer. Porque 7 alqueires para agricultura é muito pequeno, ou você tem que ser muito intensivo. Por ocasiões isso cresceu para 67 alqueires. Como eu ainda não tenho todo o tempo disponível que eu gostaria, gradualmente eu vou começar a ativar o sítio. À medida que eu me retirar da indústria, eu vou ativar muito mais aqui e vou ter tempo para cuidar disso (entrevistado 6).

Esse proprietário, a partir de uma visão industrial, ainda está estudando as diversas possibilidades. O plantio de eucaliptos, vantajoso por demandar pouca mão-de-obra, seria um investimento de longo prazo. Criação intensiva de gado, cultivo de cana-de-açúcar, fruticultura e criação de rãs são algumas das possibilidades vislumbradas. Proprietários com esse perfil buscam a inserção em determinados nichos de mercado com a produção de mercadorias que não sejam simplesmente *commodities*, mas que possuam algum diferencial para agregar valor. E para isso, é necessário que haja pesquisas, tecnologias, inovações, ações de marketing, estratégias de venda (ISLER, OLIVEIRA, [200-]).

Outro proprietário encontra-se numa situação semelhante: também metalúrgico, prestes a afastar-se da atividade industrial e com intenção de empreender um negócio em sua propriedade sem precisar preocupar-se com a obrigatoriedade do retorno financeiro.

Na verdade, esta é uma propriedade de lazer. Eu instalei uma indústria em Ipeúna e eu estava na idade de me aposentar. Então, eu aproveitei para comprar um sítio para ficar. Eu fico na fábrica 2 horas, 3 horas por dia. Meu filho fica lá. Eu passo o tempo todo aqui. E para aumentar a renda do sítio, eu estou montando um alambique. Para mim, se não der renda, eu vou tomar um porre desgraçado (entrevistado 32).

Ele disse que também tinha intenção de aumentar sua criação de carneiros para fins comerciais. A pretensão é associar a venda de aguardente com a venda da carne diretamente para o consumidor, sem a intermediação de frigorífico. Esse proprietário também produz leite, queijo e doces caseiros para serem consumidos diretamente pela família e pelos funcionários de sua indústria, o que contribui para a redução de custos. A produção excedente é comercializada informalmente com vizinhos, amigos e conhecidos. Segundo Silva (1982, p. 63), quanto maior o número de fases da circulação de um produto até seu destino final, o consumidor, maior o mercado numa economia capitalista. Porém, na direção oposta, esse proprietário é beneficiado por essa pequena produção para consumo próprio e venda de excedentes, não só financeiramente, mas em termos de satisfação pessoal. A produção rural tornou-se uma atividade de lazer, uma fonte de prazer.

É gostoso, é gratificante quando eu chego lá em casa, lá em Santo André e levo lá o queijo, verdura, eu tenho uma estufa. Não sou japonês, mas tenho estufa. Trabalho com horta também. Eu levo alface, um outro tipo de verdura, levo doce. Que nem eu vou levar doce de pêssago, goiabada e doce de leite. Tudo daqui. Quando chega, só pela satisfação de ver o pessoal falar: “Olha que coisa bonita! Nossa! A goiabada está linda!” Como eu falei aqui é um sítio de lazer (entrevistado 32).

Entre as principais fontes de prazer e satisfação dos proprietários de chácaras de lazer estão as amplas vistas, as paisagens da região, principalmente as da Serra de Itaqueri. Nesse sentido, alguns comentários são muito expressivos.

Ali eu tenho uma visão muito privilegiada. Você chegou a ver a casa? Você olha, tem um vitrô lá, aquele vitrô não existia no projeto. Eu mandei por o vitrô porque, quando a gente está sentado, a minha família está almoçando, parece que você está vendo um quadro. Você vê toda a serra. Eu sentado na minha varanda, eu vejo toda a serra e toda a estrada. Tem uma visão muito privilegiada. À noite, então, é uma maravilha. Quando o céu está estrelado, nossa senhora! É muito bonita a visão. Para mim ali é um cantinho do paraíso na terra (entrevistado 30).

Belas vistas panorâmicas são um importante componente que agrega valor ao espaço (NOBRE, 2004, p. 9). A Serra de Itaqueri, o morro da Gurita, o meio rural bucólico e a pequena cidade pacata são alguns dos principais componentes de um conjunto, um ambiente singular que é Ipeúna. E a microbacia do ribeirão dos Sinos está localizada justamente num ponto que interliga esses componentes. Essa conformação paisagística exerce fascínio sobre os cidadãos, que buscam afastar-se temporariamente dos ambientes asfaltados e cimentados. A Serra de Itaqueri exerce fascínio, por suas formas e sua imponência.



Figura 33 - Paisagem montanhosa: serra de Itaqueri e morro da Gurita (à direita) (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2009)

Segundo Thomas (1988, p. 308-309), do ponto de vista das representações simbólicas, no decorrer da história, as montanhas deixaram de ser inacessíveis e temidas para serem os lugares de ar mais puro e das melhores vistas. Uma mudança na forma de conceber o mundo natural produziu uma paixão pelo cenário montanhoso. Um entrevistado enfatizou: *“O que me trouxe aqui foram essas montanhas, porque sou vidrado. Foram essas montanhas, porque eu adoro mesmo. Essa região aqui eu acho linda”* (entrevistado 26).

Em certo sentido, essas paisagens como objetos de contemplação tornaram-se um “espetáculo” (DEBORD, 2004). De acordo com Jappe (1999, p.20), aquilo que falta à vida é encontrado nesse conjunto de representações diversas que é o espetáculo. Desse modo, uma pessoa que sempre trabalhou em centros urbanos, envolvida em uma mesma rotina, convivendo com o estresse e o ritmo frenético das grandes cidades, acaba sentindo falta, em algum momento, de poder estar em outros tipos de ambiente, que se tornam espetaculares.



Figura 34 - Visão da serra de Itaqueri de uma das chácaras (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2009)

Eu sou de Osasco. Moro na cidade, Ipeúna. Eu fiz engenharia, trabalhava na Petrobrás e me aposentei em 92. E eu tinha uma opção, a minha esposa trabalhava na Prefeitura e no Estado. Eu achava que um local com essas árvores e água em abundância seria o local ideal e é mesmo. Então, eu comprei exatamente com esse intuito. Depois, nós vimos que isso aqui é uma coisa muito bonita, um cartão de visitas. Olhe as árvores, é a coisa mais linda. Como a gente veio para cá e gosta da natureza, a gente está procurando preservar. Muitas árvores que eu plantei, poucas vingaram. A terra é muito pobre. Tem 22 mudas de laranja. Eu tentei conservar o que tinha e plantei algo mais. (entrevistador: o que o senhor pretende mudar na aparência da sua propriedade?) Manter o que tem e, se for possível, nessas barrancas. Em volta da casa é complicado. Eu penso em fazer divisórias e canteiros

para condimentos, um orquidário. Mas, praticamente, não quero modificar nada, nem construir nada porque isso aqui já está esquematizado. Eu quero preservar a natureza como ela está. É muito gratificante acordar com essa vista, é a coisa mais linda. Isso é um privilégio. Na verdade, isso é um privilégio. Falando fisicamente, nós não somos donos de nada, nós só estamos aqui fazendo a manutenção e cuidando. Depois, fica para os outros. Mas, enquanto a gente estiver por aqui, vai cuidar com o maior carinho. Porque você não acha outro canto igual. Por isso, se você for colocar preço nisso aqui... (entrevistado 29)

Os moradores tradicionais entrevistados não elogiaram as paisagens de Ipeúna, tampouco consideraram-nas como fator motivador para continuarem como proprietários³⁶. Os ipeunenses vêem diariamente as paisagens. Mas são os proprietários de chácaras que as apreciam. Ou seja, a observação não é algo que se faz no decorrer das atividades rotineiras, pelo contrário, torna-se a experiência principal, torna-se contemplação. As diferenças nas formas de percepção e apreciação das paisagens originam-se do contexto social, econômico e cultural. Nas palavras de Thomas,

A capacidade de extrair prazer das cenas de relativa desolação representou uma importante mudança na percepção humana. Inevitavelmente, ela se encontra com maior probabilidade entre aqueles que, devido à sua posição social e econômica, podiam contemplar sem problemas a perspectiva de deixar inculta a terra que, normalmente, produziria alimento. Essa atitude só podia tornar-se dominante não havendo a ameaça de passar fome. [...] Para o homem do campo, as vistas servem para demarcar propriedades, tornam-se fronteiras, marcos divisórios, e são vistas com indiferença. Passam a vida sem jamais perceberem a beleza. [...] encorajadas pela sua facilidade para viajar e por não estarem diretamente envolvidas no processo agrícola, as classes educadas vieram atribuir importância sem precedentes à contemplação da paisagem e à apreciação do cenário rural (THOMAS, 1988, p. 313-317).

Se “raramente uma terra em que se trabalha é uma paisagem” (WILLIAMS, 1989, p. 167), para os moradores tradicionais, as paisagens de Ipeúna significaram apenas mais um entre os vários elementos da vida cotidiana. Porém, apesar de não haver uma contemplação tão explícita quanto a dos proprietários de chácaras de lazer, as experiências partilhadas revelaram o “peso” das memórias depositadas sobre as paisagens da microbacia do ribeirão dos Sinos. Nesse sentido, para muitos dos idosos moradores ipeunenses, as paisagens confundem-se com suas memórias e suas histórias de vida.

³⁶ Lembramos que, segundo o roteiro de questões, não pretendemos perguntar diretamente sobre o tema paisagens, mas sim, descobrir como as motivações relativas às propriedades rurais poderiam ter alguma relação com as paisagens da região.

5.2.1.4 Memórias

Ao nos aprofundarmos nos significados das paisagens, percebemos que alguns elementos permanecem inalterados, enquanto outros surgem ou desaparecem e que “resíduos” de épocas passadas ainda emergem por todos os lados nas paisagens atuais. Dessa maneira, tentamos observar os velhos cenários com outros olhos e reconhecemos quanta memória acumulada pode estar oculta em cada pequeno elemento das paisagens mais triviais (SCHAMA, 1996).

Uma das proprietárias, Myra Terra, a autora do livro “Capela” e antiga moradora do povoado, contribuiu muito com a presente pesquisa ao compartilhar espontaneamente um pouco de sua história de vida e dos profundos vínculos sentimentais que se formaram com o lugar. Destacamos seus relatos em forma de narrativa por considerar que sintetizam de maneira extraordinária aspectos da história local, da dinâmica processual de modificação do espaço e da sensibilidade de suas vivências e experiências.

Eu nasci em Ipeúna. Passei toda a minha infância lá. De acordo com aquele livro que eu escrevi, Capela, escrevi como era a vida naquela época. A transformação foi grande até hoje. Era uma vida difícil. Meus pais tiveram 10 filhos. As crianças naquele tempo podiam trabalhar. Eu acho que o trabalho não prejudica ninguém, só engrandece. Eu nasci em Ipojuca, naquela época. Você sabe que as vilas naquela época se originavam em volta de uma capela. Lá também. Por isso, o nome de capela no livro. E foi uma infância maravilhosa. Na época foi difícil, mas depois que tudo passa, a gente acha tudo maravilhoso o que passou. Isso é comum. Eu amava. Minha mãe adorava Ipeúna e morreu com vontade de voltar para lá. Meu pai tinha uma chácara, que agora fica na parte urbana. Fomos para Rio Claro porque a gente precisava estudar. Não havia asfalto. Com as dificuldades, nós tivemos que vir para cá. E eu fiquei com aquele ressentimento herdado da minha mãe, queria voltar para Ipeúna um dia. Estudei aqui, fui trabalhar, fui para São Paulo, trabalhei como professora. Quando eu me aposentei, eu comprei uma propriedade em Ipeúna. Ali foi meu. Fui eu que formei aquilo. Eu tinha plantado no meio do eucalipto. Eu não sei. Eu não quero ver mais para não sofrer. Tenho aquela lembrança de construir a casa. Morei naquela casa 16 anos sozinha. Eu e meus cachorros, minha família eram meus cachorros. Recebia visita, mas convivia só com eles. Adoro os animais. Eu lembrei dos cachorros. Minha paixão é floresta. Eu queria defender a floresta. Você está vendo aquele banner? É para o meu velório. Se eu não conseguir transmitir essa mensagem em vida, quero ver se consigo na morte. Está escrito “Deus está aqui”, numa floresta. Eu não tenho religião, nenhuma. Acho que até faz um pouco de falta. Eu plantei aquelas árvores. Em São Paulo, por exemplo, eu ficava pedindo, catando na rua, qualquer árvore que eu achava eu via se não tinha semente. Fui até em Itirapina. Eu plantava em saquinhos. Comecei em São Paulo, no meu apartamento, plantava naqueles copinhos de café. Depois que ficava maiorzinho, plantava

naqueles copinhos grandes, saquinho de leite. Quando eu comprava ração, pegava o saco, costurava e fazia um pacote maior, bem grande para ficar num tamanho suficiente para resistir. Eu exagerava no adubo porque a terra lá é fraca, bem fraca. Às vezes, chegava até a queimar as plantas. Misturava com esterco de gado que o sr. Norvalho chegou a me dar. O Zamboni que era meu vizinho também me dava carrinhos de esterco. Você viu como é a inclinação do terreno lá, é bem acentuada. Ultimamente não estava podendo mais. Eu plantava e aquela adoração ia me acompanhando. Acompanhava o crescimento das plantas. Sou formada em geografia. Eu comprava mudas e sementes. Eu recebia até da Amazônia, de mogno. Aqui em Rio Claro tem um bom viveiro. Eu plantava mudinhas que eu encomendava. Então, aquilo que eu mais senti na minha vida foi ter que deixar aquela floresta. Que formou uma verdadeira floresta. É uma mini floresta, mas a sensação é a mesma, aquele frescor. Quando eu descia aquela barroca eu tinha vontade de ficar lá, ficar lá o resto da vida. Mas não podia. Aí, eu tive que vender a propriedade por motivo de saúde. Tinha arritmia, pressão alta. Eu falei: “eu não posso mais ficar sozinha”. E eu vim para cá. E vendi e falei: “não quero mais ver”. Sonho com aquela floresta, sonho com meus cachorros. É isso aí. Não sei se é suficiente.



Figura 35 - A pequena floresta que deixou saudades (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2009)

Como eu sempre gostei muito de animais, eu falei para um rapaz que é irmão do prefeito: “só voto se for criada aqui uma entidade de proteção aos animais”. Aí, ele

levou a informação ao prefeito. Como, na época, surgiu a criação de CONDEMAS, ele mandou me chamar. E eu falei: “quero participar da defesa do meio ambiente”. Defesa dos animais engloba tudo, animais, vegetais, porque onde tem bastante árvores, possibilita o aparecimento de animais. Aí o prefeito me convidou, mas eu não estava preparada, para a criação do CONDEMA. [...] Aí, eu fui presidente da CONDEMA. “Eu?”, não sabia o que fazer. Não tive muito apoio. Na verdade, não tive. Também não tinha experiência. O Mário Mantovani que hoje é diretor da SOS Mata Atlântica, ele é quem me dava as dicas. Eu tenho fotografia com ele tudo. É uma pessoa que eu prezo muito mesmo. Apoio nesse sentido eu tive. Mas não tive apoio no trabalho. E também não tive muita receptividade porque foi falta de credibilidade por causa da minha incompetência. Era incompetência mesmo. Eu não soube e agora eu sei que a falha foi minha mesmo. Eu fui muito a ferro e fogo, muito radical. Mas sem uma orientação que havia necessidade. Hoje já é diferente, eles já têm noção. Meio ambiente hoje virou modismo, não dá para confiar mais. Não dá para confiar muito porque muita coisa é muito oportunismo. Eles falam que eu fiz alguma coisa, mas eu acho que não, faltou muito. Eu acho que não tive competência mesmo para me impor. Eu não soube me impor. Eu não obtive resultado.

Ainda tenho duas chacinhas lá. Fazem divisa com o alemão, com o José. Eu quero vender, eu preciso vender porque eu não vou ficar mais lá. Até tem gado do vizinho entrando na propriedade. Ele nem está sabendo, porque é serviço do empregado. Eu não volto mais lá, não posso mais voltar.

Foi uma mudança bem rápida e acho que em função daquela indústria Edra, aquela indústria que começou. Porque não existia nem asfalto quando ela foi instalada lá. A Ana Maria, eu conheço ela há muito tempo, e ela foi esposa do André. Eu conheço ela da época da criação do meio ambiente. Ela é bacana toda vida. Ela veio me procurar para me ajudar, para colaborar. Foi uma companheira e ainda é até hoje. No meu tempo era distrito de Rio Claro. Era muito isolada por falta de comunicação terrestre. E naquela época, todos os povoados eram isolados. O desenvolvimento cresceu, foi geral. [...] Essa abertura se iniciou mesmo depois que eu saí de lá. Isso foi depois que Ipeúna tornou-se município, aí, eu já não estava mais lá. Aí, foi um desenvolvimento bastante rápido. Quando eu comprei o sítio, em 79, que já não entra nessa estória, ainda peguei estrada de terra. Eu ia com meu fusquinha naquela lama. Nessa época já era município e teve um desenvolvimento bem rápido, bem rápido mesmo. Até teve uma amiga minha que esteve, quando eu comprei o sítio ela esteve comigo lá, quando ela entrou falou: “que coisa mais linda, gostosa, dá uma sensação de eternidade”. A segunda vez que ela foi, depois de uns anos, ela falou assim: “ah, está diferente, já não é a mesma coisa”. Então, o progresso trouxe muitos benefícios, mas destruiu a lembrança, aquela lembrança gostosa, destruiu. Por isso que esses antigos relembram com saudade, né. Esses de hoje, mais modernos, não conheceram a cidade assim, né. Então, para elas, não tem esse significado, esse saudosismo que a gente tem. Foi bem rápido e o motivo principal do desenvolvimento foi a instalação da Edra. A indústria, ela atrai setores envolvidos, atrai mão-de-obra, então, muita gente vem de fora, até do Nordeste. Então, melhorou e piorou ao mesmo tempo. Havia uma certa segurança, uma tranquilidade, você chegava na casa de uma pessoa e largava o carro na frente com a chave no contato e ficava tomando café. Hoje, você não pode mais. Hoje a violência e a insegurança permanece também igual às outras cidades. Então, ficou igual às outras cidades. E assim, acredito que outros lugares

tiveram a mesma evolução. Foi a época, a época em geral. Mas ainda é uma cidade gostosa.

E antes de você chegar, eu estava lembrando que às vezes eu vou para lá, vou para a casinha dessa minha sobrinha. E eu falo: “vou ao centro comprar alguma coisa”, aí, encontro alguém: “Ô”, enrosco, “Ô”, enrosco, até chegar lá... vou enroscando, com as pessoas mais antigas e os jovens que também são muito simpáticos. As crianças são muito simpáticas. Ainda são boas as escolas nesse sentido de disciplina. Os professores se queixam, mas eu vi a diferença.

[...] Eu gosto de Ipeúna. Tenho minhas mágoas a respeito dessas coisas que eu falei para você, mas isso aí acontece em todo lugar, em todo lugar. Não existe lugar perfeito, não existe gente perfeita. A gente faz tudo o que pode, mas o bem e o mal são muito relativos. O que é ruim para mim é bom para o outro, né. Por exemplo, eu acho que o desmatamento é um mal, mas quem tem a propriedade, que vai plantar para ganhar dinheiro, ganhar dinheiro que é importante. Então, não tem muita diferença nesse sentido. Lá é uma cidade que eu gosto, é minha terra. É minha terra. Eu estava conversando com um senhor que faleceu há pouco tempo. Minha sobrinha tem uma casinha lá, que é a casinha do livro. Está com o Zulmiro Scotton. A chácara ia até onde hoje é o posto de gasolina.

Naquele tempo não tinha, era água de poço, era uma vida difícil. Era água de poço para lavar roupa, para... Sanitário não tinha, era aquela fossa no fundo, fossa... E tudo isso eu conto no livro.

Quando você chega à Ipeúna fica do lado esquerdo, é a lagoa aeróbica, onde o esgoto é despejado. Nossa, que coisa horrorosa, agora que a cidade está crescendo muito... quando eu estava morando no sítio eu fui lá ver. Eu acho que não existe tratamento, de uma parte é escoada para ali, onde é decantada, depois vai para o ribeirão. Então, achei terrível. É uma desvantagem do progresso, desvantagem.

E aquela serra, eu assisti três vezes a queimada da serra. Três vezes. A destruição foi total, foi durante vários dias que queimou, queimou, queimou, queimou. Eu tinha vontade de gritar, de chamar a polícia. Eu assisti o começo uma das vezes que eu estava no sítio já... Eu vi uma vez quando era criança, e depois outra vez... Três vezes que eu fiquei sabendo. Aquela floresta maravilhosa que tem na serra destruíram... animais mortos, macacos que saltavam no fogo de desespero. E dessa última vez eu vi três focos. Aí eu falei: “Olha, corre, vai lá avisar porque estão colocando fogo lá na serra”. Ele foi, mas falou que era um lugar de difícil acesso. Mas como é que foi o acesso para entrarem lá? Eu me arrependi de não ter feito um movimento nesse dia, chamar quem quisesse, algumas pessoas poderiam me acompanhar. E, de carro, de carroça, à pé ir lá apagar ou conseguir chamar atenção da televisão para mostrar. Não. Que diacho de cidade! O pessoal sentando em volta do jardim: “É... o vento tá tocando, o vento tá a favor”. Todo mundo assim, ninguém se culpou. Aquilo doeu terrivelmente. [...] A vegetação é só uns cipós lá, uns cipós altos lá que não tem mais árvores. Eu via, eu via aqueles troncos incandescentes caindo. Foi totalmente, aquilo foi queimando, queimando, foi para Itirapina, Charqueada, tudo, tudo. Totalmente, a vegetação. Todinha. Parou só quando chegou na estrada que era o... Foi dos dois lados, um lado Itirapina, outro lado Charqueada.

Aquela cachoeira, aquele terreno era do meu tio. O Nho Tó era tio da minha mãe. Ele doou. Não é propriamente a filha dele, a Matilde que doou para a prefeitura. Era casada com o Barbeta. E aparece o nome da doação como o Barbeta, não foi o

Barbetta. Olha o erro aí. Injustiça, preconceito. Porque quem doou foi a mulher, não foi ele. O terreno era dela e aparece o nome do marido e ela mesma nada.

Eles tinham propriedades vizinhas (avô e tio avô) São desde o começo da vila, mais ou menos no começo. Eles tinham escritura de doação para formação da vila, do povoado. A parte que era da igreja fazia fronteira com os terrenos do meu avô e do Nho Tó. Na escritura consta.

Como estância turística, eu não vejo muito potencial porque a mentalidade é aquela coisa de querer seguir a cidade maior, imitação. Como nós no Brasil temos essa mania de imitar o americano, eles também têm. Eles não têm, não dão, não valorizam a natureza. Porque o que tinha de mais bonito de natureza, fala em Ipeúna, em consideração à árvore chamada ipê, eles acabaram, cortaram todos os ipês que tinha lá. Tinha uns ipê amarelos lindos na entrada de Ipeúna. Cortaram para abrir, para alargar o asfalto.

A vegetação... havia mais plantações de café, havia pomares. Hoje não existe mais nada. Hoje é cana e asfalto. Mas era... Tinha muitas fazendas com casa, aquelas casas antigas, bonitas. Foram destruídas. Boa Vista, Covitinga. Tinha muito gado. [...] Tinha bastante floresta. Quando eu era criança, eu tinha uns 4 ou 5 anos por aí, eu fui com minha irmã. Nós estávamos andando lá no sítio. Descíamos uma barroca lá onde é, perto do Salto do Nho Tó. Eu ia com minha irmã mais velha do que eu e uma amiga. Elas foram e eu fiquei para trás. E nós descemos escorregando naquela barroca. Eu entrei lá e elas foram procurar outras coisas, parasitas. Naquela época o que a gente chamava de parasita era orquídea. E eu olhava aquele mato, as cores do mato e pensava o tanto que eu queria ter um mato desse. Por isso, eu fiz questão de quando eu pude, quando eu comprei o terreno, eu formar esse mato que eu queria, né, essa mata que eu queria. Consegui uma parte, mas não deu para dar continuidade. Havia... antigamente não tinha muitas frutas. Havia banana, laranja, essas frutas do sudeste. Galinha tinha bastante, porcos. As casas eram de cerca de lasca de madeira. Então, você passava e olhava os canteirinhos de roseira, de... Era gostoso, era bonito, era diferente, diferente, diferente... Ficou uma cidade, que tem o seu encanto também, mas bem diferente.

Teve uma entrevista que foi feita por um rapaz aqui de Rio Claro que perguntou: “Desde quando a senhora é ecologista?” “Ah, desde 86...” Mas não é bem assim. A resposta não era para ser essa. Era para eu ter falado: “Eu nasci ecologista”. Eu nasci. Porque eu tenho minha vocação... Desde os 5 anos que eu queria ter uma floresta. Então, é assim. É isso aí (entrevistada 15).

Somente a partir de uma experiência concreta, no contato com pessoas, o pesquisador pode compreender de fato o que é história oral. O acúmulo de conhecimentos adquiridos por meio de revisão de literatura permite a construção de uma noção teórica do passado e da realidade presente. Mas, ao presenciar uma pessoa com muitas experiências de vida narrando os fatos, podemos perceber a vivacidade dos acontecimentos passados. Por isso, uma noção de realidade, formada exclusivamente a partir dos conhecimentos obtidos a partir dos livros, não passa de um produto da capacidade de abstração, de articulação de ideias e do imaginário

enquanto uma realidade vivida possui muito mais densidade. Aliás, sem as experiências de vida que constroem as referências a partir das quais interpretamos o mundo, como articularíamos qualquer abstração teórica da realidade? Nesse sentido, citamos Ecléa Bosi: “Quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstruir comportamentos e sensibilidades de uma época” (BOSI, 2003, p. 16). Por isso, a oportunidade que tivemos, de poder conversar com as pessoas e ser, por um breve momento, confidentes e cúmplices de suas experiências e visões de mundo, enriqueceu enormemente o presente trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar os significados das paisagens foi uma experiência motivadora, pois o contato com as pessoas nos permitiu conhecer um pouco de suas “experiências partilhadas” e, a cada visita a campo, o meramente visual ganhava novos sentidos.

O estudo das paisagens também permitiu uma abordagem conjunta de temáticas que, em muitos casos, seriam fragmentadas pelo conhecimento disciplinar. O eixo central que permitiu a articulação das diferentes temáticas foi justamente a dimensão das paisagens e das propriedades rurais, conjugando os aspectos físicos e morfológicos do espaço com os aspectos subjetivos das significações.

Constatamos que as propriedades rurais possuem uma pluralidade de funções que depende dos diferentes significados atribuídos por seus proprietários: é símbolo de *status* social para determinados grupos; é considerada como elemento vital para a produção e o sustento de determinadas famílias; constitui uma reserva de valor para outros; funciona como elemento fundamental para a qualidade de vida de certos proprietários; aparece como um reduto, como abrigo, tendo deixado de ter papel relevante na produção; serve também como fonte de prazer estético para outros grupos (ALMEIDA; HOEFFEL; QUEDA, 2008, p. 142). A partir desses diferentes significados, surgem as disposições e motivações para as alterações concretas na aparência física das propriedades rurais e, de um ponto de vista mais amplo, na conformação das paisagens rurais.

Em Ipeúna, a propriedade rural ainda exerce uma importante função entre os moradores tradicionais como uma das maneiras de manter certo *status* no grupo dos que ainda sobrevivem da agricultura. Porém, como elemento vital para a produção e o sustento da família, está perdendo lugar. Aos poucos, as tendências do mercado impelem alguns pequenos produtores a abandonar a atividade agrícola e viver do arrendamento. Isso aumenta a concentração da produção agropecuária na mão de um número menor de produtores que se tornam cada vez mais especializados e familiarizados com a lógica industrial aplicada à agricultura.

As propriedades mais próximas ao núcleo urbano central tendem a ser consideradas reservas de valor a ser exploradas pela especulação imobiliária. Com os projetos de expansão urbana, partes de algumas propriedades já foram loteadas para construção de novas casas. Outros proprietários mantêm suas terras arrendadas enquanto esperam sua valorização ou pedido de

desapropriação com indenização. E algumas propriedades mais afastadas do meio urbano também são mantidas até que surjam propostas vantajosas de compra para loteamentos de chácaras de lazer.

A função da propriedade como elemento fundamental para a qualidade de vida de seus proprietários vem ganhando destaque, tanto por parte dos moradores tradicionais como por parte dos moradores mais recentes. As consequências ambientais do processo histórico de ocupação local, com supressão das matas para extração de recursos e para a implantação da agricultura comercial, bem como os impactos ambientais mais recentes, são sentidos na vida cotidiana. Assim, muitos proprietários estão desenvolvendo uma preocupação em relação às questões ambientais tanto globais quanto locais, principalmente essas. Há uma quantidade expressiva de ações individuais sendo desenvolvidas no âmbito das propriedades rurais visando atenuar alguns problemas ambientais e melhorar a qualidade ambiental local. Destacamos as iniciativas para recuperação de áreas degradadas, seja por força da lei, para produzir uma beleza estética a ser contemplada, para criar uma área de visitação e lazer, por *hobby*, para atrair pássaros, para melhorar o microclima, para recuperar nascente e aumentar o volume de água, por um sentimento positivo em relação à natureza, entre outras motivações. E, de modo geral, como relataram alguns entrevistados, essas ações melhoraram e continuam melhorando as condições ambientais da microbacia e modificaram significativamente as conformações das paisagens, passando de extensas áreas de pastos degradados para um conjunto de pequenos fragmentos florestais.

Enfatizamos que o desenvolvimento de ações que visam à conservação ambiental depende, além de uma disposição individual obviamente, de condições econômicas e financeiras bem como de uma visão mais ampla sobre as possibilidades de exploração econômica da pequena propriedade rural. Os principais protagonistas dos reflorestamentos são chacareiros provenientes de grandes centros urbanos, aposentados ou prestes a se aposentar, que simplesmente gostam ou que procuram resgatar uma antiga ligação com o rural e com a “natureza”. Alguns pequenos proprietários rurais procuram conservar as matas para gerar um volume maior de água disponível para as atividades agrícolas enquanto outros argumentam que, apesar de simpatizarem com a ideia de fazer pomares ou reflorestar, não podem abrir mão de determinadas áreas já utilizadas para atividades agropecuárias. Notamos um certo conservadorismo, uma tendência a permanecer no mesmo ramo de atividade não só da parte dos mais velhos. As atividades são, no geral, as mesmas: gado de corte, gado leiteiro, cana-de-açúcar e granjas. Não está sendo simples a

aceitação e a assimilação de que, na atual conjuntura, a produção de *commodities* está sendo feita cada vez mais em grande escala e segundo uma lógica industrial. Talvez um caminho mais viável para a pequena propriedade fosse uma produção diferenciada, como fazem os dois chacareiros donos de indústrias. Há alternativas que permitiriam uma conciliação mais harmônica da exploração econômica com a conservação ambiental, como cultivos de orgânicos certificados, leite orgânico ou produção de derivados caseiros como queijos e doces, entre outras possibilidades. Não ficaram claros todos os motivos e os entraves que deixam os pequenos agricultores em situações de dificuldades. Supomos que deve haver também alguns interesses em mantê-los como simples fornecedores de matérias-primas, pois, como já foi observado por José de Souza Martins (1975), o desenvolvimento econômico, sobretudo o urbano e o industrial, tem sido sustentado por uma estrutura agrária que suporta e arca com os custos da acumulação pelo grande capital.

Constatamos que uma das principais funções das chácaras de lazer é a de servir como fonte de prazer estético, algo que também teve uma forte influência na escolha do local. A contemplação das vistas da zona rural e, principalmente, da Serra de Itaqueri, foi enfatizada como um atributo muito positivo e que agrega valor às chácaras. Além das condições econômicas que permitem aos chacareiros dedicar mais tempo ao desfrute das belas vistas, pensamos que outro fator muito importante a explicar a ausência de exaltação das paisagens por parte dos moradores tradicionais seja o contexto de suas próprias histórias de vida. A preocupação mais imediata dos imigrantes que chegaram à região era o trabalho e a adaptação a uma realidade completamente diferente dos países de origem. Para eles, Ipeúna foi o lugar de intensas atividades e não sobrava tempo para a contemplação. Dessa maneira, os ipeuneses acostumaram-se a vê-la, da mesma forma como os paulistanos raramente param para contemplar alguma coisa em São Paulo.

A noção de paisagem como “experiências partilhadas” permitiu-nos perceber as limitações da visualidade. As vistas panorâmicas que produzem uma sensação de apreensão objetiva e totalizante da realidade não passam de uma pequena fração de uma realidade muito mais ampla e complexa que abrange a natureza processual das incessantes transformações do espaço e a imbricação de histórias de vida singulares. Nesse sentido, citamos as palavras de Ludwig:

Tomando como ponto de partida a aparência da paisagem, mas indo além, percebe-se a importância do lugar para as relações de produção e para as relações familiares e vicinais que, através do tempo, ligam gerações entre si ou mediam seus contatos com a sociedade mais ampla, o que torna possível entender seu sentido, essencial à vida em comunidade, e perceber a amplitude da ameaça da perda cultural contida no avanço incontrolado da acumulação capitalista (LUDWIG, p. XIV, 2003).

De fato, os processos de modernização, industrialização e urbanização, inseparáveis da intensificação da atuação do Estado, do direito, da economia de mercado e das ciências produziram transformações sócio-culturais irreversíveis. Porém, isso não foi suficiente para apagar por completo todos os traços da cultura rústica e modos tradicionais de vida. Segundo José de Souza Martins (2000), a modernização é incompleta, mesclada à reprodução das culturas mais tradicionais. Não é o moderno que se incorpora ao tradicional, mas a tradição que agrega fragmentos do moderno, muitas vezes, sem agregar definitivamente um modo moderno de ser. No campo, são construídos territórios do capital, mas sem destruir por completo todas as formas pré-existentes que, ao se adaptarem, encontram maneiras de resistir e persistir (SUZUKI, 2007b).

Sítios e chácaras surgem como facilitadores dessas formas de resistência e persistência, como únicas alternativas disponíveis para servir como refúgios após a degradação do modo de vida anterior. Esse reduto, esse abrigo mostra-se essencial para os ipeuneses conservarem os vínculos sociais, familiares e com o lugar, as experiências e as memórias de um tempo do qual sentem saudade.

Uma proprietária revelou: “*A gente cresceu assim, né, em zona rural, a gente gosta disso. [...] é uma propriedade de estimação da gente, coisa que vem de trás, a gente conserva ela, né [...] Horta, galinha, ovo, manteiga, queijo, tenho saudade de tudo isso*” (entrevistada 9). A conservação da aparência e a continuidade da exploração de atividades agrícolas, mesmo sem a necessidade de um rendimento muito vantajoso, aparecem como maneiras de manter vivos os sentimentos e as sensações de épocas passadas.

Desse modo, o desejo de manter a propriedade como um reduto, mesmo que meramente simbólico, de uma maneira tradicional de vida ligada ao campo, ao rural, mostra-se como um fato que contraria algumas tendências e lógicas da sociedade urbana e industrial. Pelo fato da propriedade possuir um significado especial, faz-se um esforço para mantê-la. Esse esforço, muitas vezes não obedece à racionalidade dos mercados, pautada pela produtividade com retorno financeiro e pelos preços convidativos do mercado imobiliário. Nesses casos, são aceitos os ônus financeiros produzidos pelos gastos com manutenção e pelas penalidades aplicadas pelos fiscais

ambientais. Apesar da obsolescência técnica em relação às inovações tecnológicas atuais e da falta de incentivos governamentais, muitos ipeunenses continuam como proprietários.

Eu vou falar por mim. Eu só tenho filha. Minha irmã também tem um casal que estão tudo estudando, indo para a faculdade, tudo correndo atrás. A gente tem uma casinha lá para fim de semana. Por fim, você não educa mais seu filho para voltar para a propriedade. Porque não tem como. A gente trabalha fora para manter uma coisa que o pai da gente deu para a gente. Sabe quando a gente... Tem uma história da gente ali. A gente gosta, então, pensa que um dia o filho vai querer alguma coisa. O neto, alguma coisa. Então, na verdade, é isso aí. Ou, então, sei lá, a velhice, eu não sei o dia de amanhã. Então, é uma coisa que a gente tem um certo apego até emocional por aquilo lá. Faz parte da minha história. É o ponto de encontro de final de semana. Os quatro irmãos. Então, é isso aí (entrevistada 9).



Figura 36 - Propriedade rural: ponto de encontro da família (Foto: Mário M. Sakaguti Jr., 2009)

É uma propriedade pequena que a gente quer ter e manter, que tem um pouco de história, um pouco de emocional e está ali, seguro. Tem que tirar de fora para investir nela e vai tocando do jeito que dá. Virou um lugar para descansar a cabeça. Mantém porque a gente tem um vínculo, é ponto de encontro de todas as irmãs. Enquanto tiver meu pai, está todo mundo junto ali, no fim de semana, quando a gente

vai pra lá. Almoça junto. Cada um tem seu estresse de semana. Lá é o lugar nosso de ficar todo mundo junto. É isso que liga a gente. É ponto de encontro da família, é gostoso. É o lugar onde a gente tem tempo de ficar junto. Para ter gosto de pegar uma laranja, uma pêra. Não tem tamanho para produzir. O que mantém, que dá mais certo é o gado mesmo. Não tem muito o que fazer. [...] A gente gosta dessa vida, mas é uma vida simples. Eu não me vejo em condições de viver em São Paulo, vou morrer de fome. A gente foi acostumado a viver dessa forma. A gente que é ligado à terra, acho que é uma coisa meio que emocional, a gente gosta. Tem uma coisa saudosista, de comida de vó. Essas coisas de fogão à lenha, de comida de vó. Até dureza. As pessoas não tinham luxo, mas eram sinceras. Hoje em dia, as pessoas estão muito traiçoeiras, você sabe como é que está. Então, a gente é meio saudosista dessas coisas. Gosta disso aí, gosta de família. É isso aí, está bom demais. Não tem do que reclamar (entrevistada 9).

Por meio das propriedades rurais, muitos moradores tradicionais não buscam apenas preservar suas memórias e experiências, mas também promover a manutenção das relações pessoais, de amizade e de parentesco. O conjunto de propriedades pertencentes a conhecidos passou a ser um lócus de identificação e relacionamento humano. A propriedade rural mostrou-se como um poderoso instrumento para agregar os moradores tradicionais e evitar uma ocupação repentina do lugar por pessoas provenientes de outras regiões. Antônio Cândido (1979) constatou em seu trabalho: nos que permaneceram no campo, predominaram os efeitos de conservação da cultura, pois os sítios reunidos em bairros asseguraram muito melhor a preservação das estruturas e valores tradicionais.

No novo contexto, de diminuição do número de trabalhadores rurais e no qual o dinheiro é adquirido fora do meio rural (WILLIAMS, 1989), o fluxo do dinheiro passa a ser invertido. A propriedade rural deixou de ser fonte principal de rendimentos para ser o destino de uma parcela dos rendimentos obtidos nos trabalhos urbanos. A aceitação das condições econômicas permitiu a continuidade do vínculo com a terra e com uma “vida simples”. Desse modo, a economia de mercado também sustenta a manutenção de um modo tradicional de vida, mesmo considerando que esse modo tenha sido reduzido a atividades simbólicas revividas nos finais de semana. O ponto principal é que isso permite manter vivos alguns costumes e as formas de sociabilidade.

Simbolicamente, o campo pode aparecer como imagem da infância. Elementos essenciais dessa nostalgia são objetos naturais, como árvores, flores, animais criados pelo ser humano e pássaros, que são valorizados por trazerem de volta lembranças da infância de maneiras mais vívidas e imediatas (THOMAS, 1988, p. 301). Para quem viveu a Ipeúna “daquela época”, a zona rural, principalmente, constitui ainda uma importante fonte de lembranças.

A noção comum de campo tende à tradição, aos costumes humanos e naturais, uma imagem que remete ao passado. Já a noção comum de cidade tende ao progresso, à modernização, ao desenvolvimento, uma imagem que remete ao futuro. Assim, fica faltando o presente, que é vivenciado enquanto tensão entre questões ainda não resolvidas (THOMAS, 1989, p. 397). Fortemente vinculados à suas próprias histórias, à vida rural e às intensas relações sociais, os moradores tradicionais enfrentam dificuldades para aceitar por completo o modo de vida urbano com o afastamento e a desvinculação da vida rural e o aumento populacional que dificulta a formação de fortes vínculos interpessoais e de identificação com o grupo.

Apesar das precárias condições materiais da velha Ipeúna, havia outras riquezas: a tranqüilidade e a paz, permitindo que as portas ficassem destrancadas, os carros ficassem com as chaves no contato e as bicicletas estacionadas nas calçadas; o sentimento de uma grande família, de conhecer toda a vizinhança; a “fartura” e maiores rendimentos provenientes do trabalho rural (em comparação com a época atual); a solidariedade e a cooperação; a simplicidade. Tudo isso foi lembrado pelos moradores tradicionais. As tentativas de persistência são para manter essas coisas que não dependem necessariamente do poder aquisitivo, mas que enriquecem a vida.

Lembramos que

A pobreza é irredutível a uma simples insuficiência de renda. Todo o contexto da pessoa deve ser tomado em consideração, em particular, sua capacidade de ser livre, de mudar, de agir sobre a sua situação, de participar da vida social, etc. Os espaços da desigualdade são, então, múltiplos e interativos: utilidades, bens de primeira necessidade, renda, liberdade, entre outros (ZAOUAL, 2003, p. 72).

O que mais perturba os moradores tradicionais são algumas características da sociedade urbana: a falta de respeito aos mais velhos, a exagerada valorização do dinheiro que corrompe as pessoas, o individualismo, a crescente oscilação dos preços das *commodities* nos mercados, o tempo de produção instituído pela lógica industrial, a falta de incentivos governamentais, os problemas ambientais, a rigidez das leis e da fiscalização ambiental, a presença crescente de estranhos nas terras conhecidas, a violência, entre outros incômodos. E tudo isso gera um sentimento de impotência e desmotivação.

As conclusões do trabalho de Antônio Cândido não tratam da inevitabilidade da submissão do caipira à cultura urbana, mas sim do “como” ocorreria o processo de adaptação. Não significa manter as populações rústicas em estado de isolamento absoluto permitindo a manutenção de sua cultura rústica tradicional, mas sim, possibilitar o ajustamento dos padrões

tradicionais ao novo contexto social sem abalar traumáticamente suas instituições sociais básicas (CÂNDIDO, 1979).

Nas palavras de Zaoual, “o homem moderno precisa de sentido, de ancoragem e de vínculo social. O que a economia do capital não lhe oferece. Ao contrário, impondo o reinado da quantidade e da competição, ela destrói os fundamentos morais e solidários da sociedade” (ZAOUAL, 2003, p. 92). Por isso, é necessário que o progresso material almejado faça sentido às pessoas, que expanda o significado de viver e as possibilidades de experienciar o mundo.

As pessoas devem ser sujeitos, beneficiários e juízes do progresso. A vida humana deve ser a finalidade última da produção e da prosperidade e não a produção em si. Essa vida é um processo de aprimoramento e desenvolvimento de capacidades que reflete na formação de uma cultura. Portanto, o verdadeiro desenvolvimento não significa somente prosperidade material, pois esta não é mais do que um meio para enriquecer a vida das pessoas (VITTE, 2006, p. 9).

A conjuntura atual traz uma série de tensões e redefinições. Por um lado, os moradores tradicionais enfrentam o desafio de lidar com uma nova Ipeúna e esforçam-se em manter as referências nas quais sempre se apoiaram; por outro, os novos moradores adaptam-se a um novo lugar e buscam novas referências. O fato é que a necessidade de compartilhar o mesmo espaço aponta para a necessidade de uma negociação de um “estarmos-juntos” respeitando-se as diferenças (MASSEY, 2008).

Sandeville (2005, p. 10) afirmou: “Discutir a paisagem é discutir como nos vimos, como nos vemos, como gostaríamos de ser vistos. É reconhecer, antecipadamente, como seremos vistos como sociedade”. Sendo assim, com base em Paul Thompson (1998) e nas impressões gerais deste estudo, enfatizamos que o futuro das paisagens da microbacia do ribeirão dos Sinos dependerá do conjunto das possíveis pressões individuais articuladas para mudança e, mais ainda, das decisões e das ações individuais e cotidianas que influenciam em cada mudança na aparência física da propriedade rural e na dinâmica de compra e venda de imóveis. Ainda é cedo para dizer que houve uma real compreensão daquela realidade. Considerando a complexidade da natureza humana, só podemos expressar humildade e nos dispormos a uma escuta e a uma proposta de acompanhamento (ZAOUAL, 2003, p. 22). Enquanto isso, as transformações das paisagens e de seus significados não cessam...

REFERÊNCIAS

ABREU, M.A. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 197-245.

_____. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, I.E. de; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 145-184.

ADLER, E.S.; CLARK, R. **How it's done: an invitation to social research**. Scarborough; Ontário: Wadsworth Publ., 1999. 530 p.

ALBERGARIA, B. **Instituições de direito**. São Paulo: Atlas, 2008. 350 p.

ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. **Direito administrativo descomplicado**. 17. ed. São Paulo: Método, 2009. 960 p.

ALMEIDA JÚNIOR, A.R.; HOEFFEL, J.L.M.; QUEDA, O. **A propriedade rural como símbolo: representação social e o impacto sobre o ambiente na bacia do rio Atibainha, SP**. São Paulo: Hucitec, 2008. 155 p.

BACHELARD, G. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 202 p.

BALÉE, W; ERICKSON, C.L. **Time and complexity in historical ecology: studies in the neotropical lowlands**. New York: Columbia University Press, 2006. Disponível em: <<http://ccat.sas.upenn.edu/.../Time&ComplexityInHistoricalEcologyBookOrderDiscount1c.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2009.

BERGER, P.L.; BERGER, B. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, M.M.; MARTINS, J.S. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Ltc, 1985. p. 200-204.

BILAC, M.B.B. **As elites políticas de Rio Claro: recrutamento e trajetória**. Piracicaba: Editora UNIMEP; Editora UNICAMP, 2001. 168 p.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 219 p.

BOTELHO FILHO, F.B. **Espaço, renda da terra e acumulação**. Sociedade e desenvolvimento rural. Disponível em: <<http://inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/4/13>>. Acesso em: 11 jan. 2009.

BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979. 135 p.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 322 p.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **Boudieu**. São Paulo: Ática, 1994. p. 46-81. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. Introduction to distinction. In: LEE, M. **The consumer society reader**. Malder: Blackwell, 2000. p. 84-91.

BRANDÃO, C.R. **Plantar, colher e comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981. 181 p.

BRASIL. **Constituição Federal, Coletânea de Direito Ambiental**. 5. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2006. 1184 p.

BUSSAB, W.O; MORETTIN, P.A. **Estatística básica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 526 p.

CABRAL, L.O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 41, n. 1/2, p. 141-155, abr./out. 2007. Disponível em: < http://www.cfh.ufsc.br/~revista/rch41/RCH41_artigo_7.pdf> Acesso em: 13 jan. 2009.

CANDIDO, A. **Os parceiros do rio Bonito**. 5 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979. 283 p.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 335 p.

_____. **A instituição imaginária da sociedade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 418 p.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994. 195 p.

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ. **Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí: Situação dos Recursos Hídricos 2002/2003 (relatório síntese)**. Piracicaba: FEHIDRO/PCJ/CBJ-PCJ, 2005. 104 p.

DAMIANI, A.L. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, A.F.A.; OLIVEIRA, A.U. de (Org). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 19-58.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 484 p.

_____. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 205 p.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2004. 238 p.

- DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Annablume, 2002. 176 p.
- DOMINGUES, A. A paisagem revisitada. **Revista Finisterra**, Lisboa, v. 46, n. 72, p. 55-66, 2001.
- DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: BARROS, A.; DUARTE, J. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 62-83.
- DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, 2002. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T2-5SF/Sandra/Pesquisa%20qualitativa%20-%20reflex%F5es.pdf>> Acesso em: 04 abr. 2009.
- EHLERS, E. **Agricultura sustentável: Origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. 157 p.
- ENGELS, F. Outlines for a critique of political economy. In: MARX, K. **The economic and philosophical manuscripts of 1844**. New York: International Publ., 1964. p. 197-222.
- ENRIQUEZ, E. **Da horda ao estado: psicanálise do vínculo social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. 404 p.
- _____. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997. 302 p.
- FOLADORI, G. O metabolismo com a natureza. **Crítica Marxista**, n. 12, 2001. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/05folad.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2009.
- FOSTER, J.B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 418 p.
- FREITAS, S.M. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. 142 p.
- FROMM, E. Conciencia y sociedad industrial. In: FROMM, E.; HOROWITZ, I. L.; MARCUSE, H.; GORZ, A.; OLEA, V. F. **La sociedad industrial contemporânea**. Tradução de M.S. Prieto e J. Campos. México: Siglo Veintiuno Editores, 1967. p. 1-15.
- GARCIA, L.B.R. **Ocupação e desenvolvimento econômico da Bacia do Corumbataí: séculos XVIII a XX – Atlas ambiental da Bacia do rio Corumbataí**. Rio Claro: DEPLAN/IGCE/UNESP, 2000. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/ceapla>> Acesso em: 07 mar. 2007.
- GILBANK, G. **Introduction à la géographie générale de l'agriculture**. Paris: Masson et Cie, 1974. 254 p.
- GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1997. 56 p.

HARVEY, D. The urban process under capitalism: a framework for analysis. **Urban Regional Research**, London, v. 2, p. 1, 1978.

HINTZE, H.C. **Ecoturismo na cultura de consumo**: possibilidade de educação ambiental ou espetáculo? 2008. 137 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.

HOLANDA, S.B. de. **Raízes do Brasil**. "Edição comemorativa 70 anos". São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 446 p.

ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. O grupo. In: ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. (Orgs.) **Temas básicos da sociologia**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1973. p. 132-150.

ISLER, E.A.; OLIVEIRA, J.C.V. **O agronegócio de Rio Claro**. Rio Claro: Prefeitura de Rio Claro/IGEAgro, [200-]. 199 p.

JAPPE, A. **Guy Debord**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. 272 p.

JUNG, C.G. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1996. 316 p.

KAMP, J. Crescimento? Que crescimento? **Pedagogia Social**, n. 19, abr. 2004. Disponível em: <http://www.pedagogiasocial.com.br/home/images/stories/artigosetextos/Artigos_003.pdf> Acesso: 14 abr. 2009.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 2000. 452 p.

_____. **Critique of everyday life**: foundations for a sociology of the everyday. London: Verso, 2002. v. 2, 367 p.

_____. Psicologia das classes sociais. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 17, p. 21-41, 2005.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001. 240 p.

_____. **Saber ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2002. 343 p.

_____. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003. 342 p.

LENCIONI, S. Agricultura e urbanização: a intensificação do capital no campo e a nova relação rural urbano no Estado de São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 4, p. 41-51, 1985.

LOVELOCK, J. **A vingança de Gaia**. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2006. 159 p.

LUCÁKS, G. **Historia e consciência de classe**: estudo de dialética marxista. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Elfos; Porto Alegre: Publicações Escorpião, 1989. 276 p.

- LUDWIG, M.P. **Descortinando a paisagem – a construção social do espaço e o sentido do lugar:** uma comunidade rural da Zona da Mata de Minas Gerais nos umbrais do Século XXI. 2003. 239 p. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- LUI, G.H. **Ocupação e transformação da paisagem na Amazônia brasileira.** 2008. 181 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.
- LYONS, J. **Lingua(gem) e lingüística:** uma introdução. Rio de Janeiro: LCT, 1981. 322 p.
- MACHADO, A. **Ecoturismo:** um produto viável. A experiência do Rio Grande do Sul. São Paulo: SENAC, 2005. 230 p.
- MACHADO, H.M.F.G. **Uma história para Ipeúna.** 2004. 164 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2004.
- MACHADO, H.M.F.G.; MARINI, R.; NICOLETTI, F.L. **Atlas municipal escolar.** Ipeúna: Prefeitura Municipal de Ipeúna, 2000. 56 p.
- MACHADO, L.M.C.P. **A serra do mar paulista:** um estudo de paisagem valorizada. 1998. 312 p. Tese (Doutorado em Planejamento e Urbanismo) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1988.
- MAILHIOT, G.B. **Dinâmica e gênese dos grupos.** 7 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1991. 188 p.
- MANKIW, N.G. **Introdução à economia.** 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 852 p.
- MARRACH, S.A. Neoliberalismo e educação. In: GHIRALDELLI JÚNIOR, P. (Org.). **Infância, educação e neoliberalismo.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 42-56.
- MARTINS, I. **A história que o povo conta.** Ipeúna: Prefeitura Municipal de Ipeúna, 2000a. 1 CD-ROM.
- _____. **Ipeúna 40 anos.** Ipeúna: Prefeitura Municipal de Ipeúna, 2004 2000b. 1 CD-ROM.
- MARTINS, J.S. **Capitalismo e tradicionalismo:** estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975. 165 p.
- _____. **Expropriação e violência:** a questão agrária no campo. São Paulo: Hucitec, 1980a. 181 p.
- _____. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: FÉLIX, M. (Ed.). **Encontros com a civilização brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980b. v. 22, p. 199-222.

_____. **O cativo da terra**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1990. 157 p.

_____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000. 210 p.

MASSEY, D. **Pelo espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MAYOL, P. O Bairro. In: CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**. Petropolis: Vozes, 1994. v. 2: Morar, cozinhar, p. 37-45.

MEDEIROS, M.G.L. Natureza e naturezas na construção humana: construindo saberes das relações naturais e sociais. **Ciência e Educação**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 71-82, 2002.

MORIN, E. **Cultura de massas do século XX: o espírito do tempo – II NECROSE**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986. 206 p.

_____. Por um pensamento ecologizado. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: CEJUP, 1997. p. 53-77.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 291 p.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003. 404 p.

NOBRE, P.J.L. Na busca da singularidade na estruturação da paisagem. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2., 2004, Indaiatuba. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT14/nobre_paulo_jos%E9_lisboa.pdf> Acesso em: 17 jan. 2009.

NOLASCO, A.M. Síntese dos trabalhos apresentados no II Seminário sobre recuperação florestal e desenvolvimento sustentável da bacia do Corumbataí. In: VIANA, M.V.; MENDES, J.C.T. **Recuperação florestal e desenvolvimento sustentável na Bacia do Rio Corumbataí**. Piracicaba: SEMAE, 1997. p. 56-59.

OLIVEIRA, A.U. de. São Paulo: dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuro. In: CARLOS, A.F.A.; OLIVEIRA, A.U. de (Org.). **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 123-161.

PÁDUA, J.A. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, J.A. (Org.). **Ecologia política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987. p. 11-62

_____. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, 318 p.

PETRONE, P. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: EDUSP, 1995. 396 p.

PLASTINO, C.A. Os horizontes de prometeu: considerações para um crítica da modernidade. **Physis**, v. 6, n. 1/2, p. 195–216, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312005000300007&script=sci_arttext&tlng=ES> Acesso em: 16 jan. 2009.

POLANYI, K. **A grande transformação**. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 349 p.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 182 p.

POSTMAN, N. **Tecnopólio**: a rendição da cultura à tecnologia. São Paulo: Nobel, 1994. 221 p.

ROCHA, J.M. **Direito tributário**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2009. 592 p.

SACHS, I. Sociedade, cultura e meio ambiente. **Mundo e Vida**, v. 2, 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/cienciaambiental/mv/mv1/MV1%281-2%2907-13.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2009.

SANDEVILLE JUNIOR, E. A paisagem natural tropical e sua apropriação para o turismo. In: YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 141-159.

_____. Paisagens e métodos: algumas contribuições para elaboração de roteiros de estudo da paisagem intra-urbana. **Paisagens em Debate**: Revista Eletrônica da Área de Paisagem e Ambiente, São Paulo, n. 2, 2004a. Disponível em: <www.ambiente.arq.br>. Acesso em: 22 jan. 2009.

_____. A divisão natural das paisagens brasileiras. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 18, 2004b. Disponível em: <www.ambiente.arq.br>. Acesso em: 22 jan. 2009.

_____. Paisagem. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 20, 2005. Disponível em: <www.ambiente.arq.br>. Acesso em: 22 jan. 2009.

_____. Flores da cerejeira e da paineira (paisagens). **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 24, 2007. Disponível em: <www.ambiente.arq.br>. Acesso em: 22 jan. 2009.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. 608 p.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências**. 1985. Disponível em: <<http://eugenioital.googlepages.com/DiscursosobreasCiencias-Boaventurade.pdf>> Acesso em: 30 jan. 2009.

_____. A construção multicultural da igualdade e da diferença. **Oficina do CES**, n. 135, 1999. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2009.

_____. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Ed. Cortez, 2002a. 415 p.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002b.

_____. **Do pós moderno ao pós colonial:** e para além de um e outro. In: CONFERÊNCIA DE ABERTURA; CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/mis/doc_posmoderno_ao_poscolonial.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2009.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. 128 p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988. 124 p.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória.** São Paulo: Companhia das letras, 1996. 645 p.

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO. **Relatório anual de qualidade da água para o consumo humano.** Piracicaba, 2008. 4 p.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico.** 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 279 p.

SILVA, J.G. da. **Modernização dolorosa:** Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 119 p.

SINGER, P. **Libertação animal.** São Paulo: Lugano, 2004. 357 p.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19, p. 93-111, 2006. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp/Geousp19/ArtigoSobarzo.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

STEIGLEDER, A.M. Considerações sobre o nexos de causalidade na responsabilidade civil por dano ao meio ambiente. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, ano 8, p. 62-91, out./dez. 2003.

STORT, E. **Cultura, imaginação e conhecimento.** Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

SUZUKI, J.C. Urbanização em área de frente pioneira: um estudo da expansão urbana em Rondonópolis (MT). **Revista Unicastelo**, São Paulo, v. 111, n. 3, p. 154-165, maio 2000.

_____. Metamorfoses da expansão urbana na gênese da moderna cidade de São Paulo. In: CARLOS, A.F.A.; OLIVEIRA, A.U. de. (Org.). **Geografias de São Paulo:** representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004. p. 131-156.

_____. Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial. In: LEMOS, A.I.G. de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M.L. (Org.). **América Latina:** cidade, campo e turismo. Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 213-223.

_____. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 10, p. 134-150, jan./jun. 2007a. Disponível em : <<http://www4.fct.unesp.br/nera/tela/revistanera.htm>> Acesso em: 25 jan. 2008.

_____. Modernização, território e relação campo-cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura. In: MEDEIROS, R.M.V.; FACALDE, I. **Tradição X tecnologia**: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2007b. p. 320-337.

TARNAS, R. **A epopéia do pensamento ocidental**: para compreender as idéias que mudaram nossa visão de mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 588 p.

TERRA, M. **Capela**: 1^a metade do século XX. São Paulo: Scortecci, 2004. 141 p.

_____. **Doce amargo**. São Paulo: Scortecci, 2007. 178 p.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 454 p.

VANGELISTA, C. **Os braços da lavoura**. São Paulo: Hucitec, 1991. 293 p.

VITTE, C.C.S. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. **Interações**: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 8, n. 13, p. 77-87, set. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n13/a09v8n13.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2009.

WILLIAMS, R. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 240 p.

_____. **O campo e a cidade**. São Paulo: Companhia das letras, 1990. 439 p.

WOORTMANN, E.F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 18, v. 7, p. 41-60, fev. 1992.

WORSTER, D. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica da história. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 23-44, 2003.

ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2003. 120 p.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)